

**PROJETO
PEDAGÓGICO
DO CURSO**

**DE DIREITO
BACHARELADO**

**BELÉM - PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F143p Faculdade Conhecimento e Ciência-PA

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito Bacharelado da Faculdade Conhecimento e Ciência; Organização: Adriana de Aviz. - Belém (PA), 2023.

321 f.

Inclui referência

1. Projetos. 2. Faculdade Conhecimento e Ciência.
3. Direito. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da faculdade FCC

Mantenedora

Instituto de Manutenção de Ensino Superior LTDA., Pessoa Jurídica de direito privada,
com fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 17.431.430/0001-60

IES/Mantida

Faculdade Conhecimento e Ciência, credenciamento pela portaria nº 678 de
18/07/2016, publicada no DOU nº 137, seção 1, p. 18 em 19/07/2016. Processo
e-MEC nº 202016809

Endereço

Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém - PA, 66033-720

Criação

Autorizado pela Portaria SERES nº 796 de 09/11/2018, publicada no DOU nº 217,
seção 1, p. 42 em 12/11/2018.

Modalidades de oferta da IES:
Presencial

Presidente do Instituto de Manutenção de Ensino Superior LTDA.
Rosa Costa Figueiredo

DIRETORA GERAL
Rosa Costa Figueiredo

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
Adriana de Aviz

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
Prof. Dr. Ivan Guilherme de La Rocque Pinho
Profa. Ma. Marcia Valeria de Melo e Silva Rolo
Prof. Me. Jomar Nascimento Neves
Prof. Me. Paulo Victor Azevedo Carvalho
Prof. Me. Lucas Morgado dos Santos

IDENTIFICAÇÃO DA IES

O presente item realizará a apresentação dos dados gerais de identificação da IES, segundo demonstrado no quadro 1, e, posteriormente, os subitens informarão sobre a Mantenedora e a Mantida.

Quadro 1 - Dados de Identificação da IES

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA IES	
Mantenedora	Instituto de Manutenção de Ensino Superior Ltda.
CNPJ	CNPJ: 17.431.430/0001-60
Mantida	Faculdade Conhecimento e Ciência
Criação da Faculdade	18 de julho de 2016
Endereço sede	Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém - PA, 66033-720
Tipo de Processo	Reconhecimento
Curso objeto de avaliação	Direito
Habilitação	Bacharelado
Modalidade de oferta	Presencial
Número de vagas/turno	50 matutino e 50 noturno
Último ato autorizativo do curso	Autorizado pela Portaria SERES nº 796 de 09/11/2018, publicada no DOU nº 217, seção 1, p. 42 em 12/11/2018.
Conceito do Curso (CC)	CPC: sem conceito CC: 4 (2018)
Processo número	202221088
Código do curso e-MEC	1387380
Endereço de oferta	Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém - PA, 66033-720
Coordenador (a) de Curso	Adriana de Aviz

Fonte: PDI (2020); e-MEC (2023).

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
1.1.1 Dados institucionais	9
1.1.1.2 Mantida.....	9
2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	10
2.1 Perfil e Missão da IES	11
2.3 Visão Institucional	12
2.4 Objetivos	12
3 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO CURSO.....	14
3.1 DENOMINAÇÃO	14
3.2. ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	14
3.3. VAGAS.....	14
3.4. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS.....	14
3.5. MODALIDADE	14
3.6. REGIME DE MATRÍCULA	14
3.7. TURNO DE FUNCIONAMENTO.....	14
3.8 DURAÇÃO DO CURSO	14
3.10. Base Legal	15
3.11. Formas de Acesso	15
1.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO	22
1.1.1 CARACTERIZANDO A REGIÃO DE INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	22
1.1.2 Perfil demográfico e social do município de Belém	26
1.5. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior	33
1.6. Metas do Plano Nacional de Educação	34
1.7. Demanda pelo Curso e Justificativa para a oferta do Curso	35
1.8. Estudos Periódicos sobre a Adequação do Número de Vagas	38
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	39
2.1. Políticas de Ensino.....	39
2.1.1 Política de Educação Ambiental.....	41
2.1.2. Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena	42
2.1.3. Política de Educação em Direitos Humanos	43
4.2. POLÍTICAS DE PESQUISA e iniciação científica	44
2.2. POLÍTICAS DE Extensão	48
3. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	51
4. OBJETIVOS DO CURSO	57
4.1. Objetivo Geral.....	57
4.2. Objetivos Específicos	58
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	59

5.1. Perfil do Egresso	59
5.2. Competências e Habilidades.....	60
5.3. Ampliação do Perfil do Egresso em Função de Novas Demandas Apresentadas pelo Mundo do Trabalho.....	61
6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO	62
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	63
7.1. Estrutura Curricular	63
7.2. Conteúdos Curriculares.....	64
7.2.1. Coerência do Currículo com os Objetivos do Curso	65
7.2.2. Coerência do Currículo com as DCNs e demais legislações.....	65
7.2.3. Coerência do Currículo com Perfil Desejado do Egresso	68
7.3. Inter-relação das Unidades de Estudo.....	68
7.4. Articulação da Teoria com a prática de extensão	69
7.5. Flexibilização Curricular	70
7.6. Representação Gráfica de um Perfil de Formação.....	72
7.7. Elementos Comprovadamente Inovadores	73
7.8. Diferenciação do Curso dentro da Área Profissional e Indução ao Contato com Conhecimento Recente e Inovador.....	74
7.9. MATRIZ CURRICULAR.....	76
7.9.1. Matriz Curricular 2022	76
7.9.3. Ementário e Bibliografia.....	81
7.10. Atividades Curriculares de Extensão.....	176
7.11. regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.....	177
7.12. Oferta dos Componentes Curriculares Optativos	185
7.13. regulamento da oferta de componentes curriculares optativos	185
7.14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	187
7.14.1. Previsão e Carga Horária das Atividades Complementares	188
7.14.2. Diversidade das Atividades Complementares.....	189
7.14.3. Formas de Aproveitamento das Atividades Complementares.....	190
7.14.4. Aderência à Formação Geral e Específica do Discente	191
7.14.5. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento	191
7.14.6. Regulamento das Atividades Complementares	191
7.13. Estágio Curricular Supervisionado	209
7.13.1. Regulamento do Estágio Supervisionado.....	212
7.14. Trabalho de Curso (TC)	212
7.14.1. Regulamento do Trabalho de Curso.....	213
8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	226
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	228

10. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	230
11. NÚMERO DE VAGAS.....	238
12. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	238
13. APOIO AO DISCENTE	241
13.1. Centro de Apoio ao Estudante (CAE)	241
13.2. Ouvidoria	241
13.3. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP).....	242
13.8. Acessibilidade Metodológica e Instrumental.....	248
13.9. Nivelamento	249
13.10. Iniciação Científica.....	250
13.11. Monitoria.....	251
13.13. FIES	252
13.14. Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados	252
13.15. Participação em Centros Acadêmicos.....	253
13.16. Portal do Aluno.....	253
13.17. Ações Inovadoras	253
CORPO DOCENTE.....	254
1. <i>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)</i>	254
1.1. Constituição	254
1.2. Composição	254
1.3. Competências	255
1.4. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso	256
2. <i>COORDENAÇÃO DO CURSO</i>	258
2.1. Titulação Acadêmica	259
2.2. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	259
2.3. Atuação do Coordenador de Curso	259
2.4. Plano de Ação da Coordenação de Curso	262
3. <i>COLEGIADO DE CURSO</i>	272
3.1. Institucionalização.....	272
3.2. Representatividade dos Segmentos	272
3.3. Competências	272
3.4. Periodicidade das Reuniões	273
3.5. Registro de Decisões.....	273
3.6. Fluxo para Encaminhamento das Decisões.....	273
3.7. Avaliação Periódica sobre seu Desempenho, para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão	278
3.9. Regulamento do Colegiado de Curso	278
REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO	278
4. <i>CORPO DOCENTE</i>	286
4.1. Titulação	286
4.2. Experiência Profissional	288
4.3. Experiência no Exercício da Docência Superior	288
4.4. Regime de Trabalho	289
4.5. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	290
INFRAESTRUTURA	290

1. <i>ESPAÇO FÍSICO</i>	290
1.1. Instalações Administrativas	290
1.2. Salas de Aula.....	291
1.4.1. Sala Coletiva de Professores.....	291
1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	292
1.5. Espaço de Trabalho para Coordenadores de Curso	292
1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação	293
1.9. Biblioteca	294
1.10. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA	297
1.11. Instalações Sanitárias	297
1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial	297
2. <i>EQUIPAMENTOS</i>	299
2.1. Acesso dos Alunos Equipamentos de Informática.....	299
2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet)	299
2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia.....	299
2.4. Plano de Expansão, Atualização e Manutenção dos Equipamentos	299
3. <i>RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</i>	303
4. <i>ACERVO BIBLIOGRÁFICO</i>	304
4.1. <i>Bibliografia</i>	304
4.2. Relatório do NDE	305
4.3. Garantia de Acesso Físico.....	305
4.4. Periódicos Especializados	305
4.5. Serviços	305
4.6. Gerenciamento e Plano de Contingência.....	306
OBJETIVOS.....	310
FINALIDADE.....	310
5. <i>NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA</i>	312
6. PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PATRIMONIAL.....	313
7. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	315
8. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA... 319	319

1 APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1.1 Dados institucionais

Os dados institucionais apresentados tratam sobre a mantenedora e a mantida, são eles:

1.1.1.1 Mantenedora

Categorias	Descrição das informações
Nome	Instituto de Manutenção de Ensino Superior Ltda.
CNPJ	17.431.430/0001-60
Endereço	Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém, PA
CEP	66033-720
Município	Belém
Estado	Pará
Telefone	(91) 98561-6656
Representante Legal	Rosa Costa Figueiredo (CPF: 059.102.423-34)

1.1.1.2 Mantida

Categorias	Descrição das informações
Nome	Faculdade Conhecimento e Ciência (Código e-Mec: 18148)
Endereço	Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém, PA
CEP	66033-720
Município	Belém
Estado	Pará

2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), foi devidamente credenciada pela Portaria MEC nº 678 de 18/07/2016, DOU nº 137, seção 1, p. 18, de 19/07/2016. A Instituição iniciou suas atividades no ano de 2017.

A FCC possui atualmente em atividade os cursos de Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Direito e Tecnólogo em Gestão Desportiva e de Lazer e está formando cidadãos do Estado do Pará para essas áreas.

Fazendo *jus* ao nome escolhido, a Instituição de Ensino Superior (IES) tem sua gênese a partir da união de docentes ligados diretamente à educação, em especial a que se constitui em nível superior na região norte. Vale destacar que o início do projeto deu-se em momentos bem anteriores ao seu protocolo de credenciamento, haja vista ser concebida em conjunto pelos seguintes docentes:

Rosa Costa Figueiredo, brasileira, possui graduação em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza (1979) e mestrado em Motricidade Humana pela Universidade do Estado do Pará (2004). Foi coordenadora do Curso de Fisioterapia da Escola Superior da Amazônia, professora assistente III da Universidade do Estado do Pará, membro do Colegiado do Curso de Graduação em Fisioterapia da UEPA, membro efetivo do Colégio Brasileiro de Atividade Física, Saúde e Esporte, diretora técnica do Centro de Atendimento Médicos e Fisioterápicos, Conselheira Efetiva do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região, no qual integra a Comissão de Educação e Mercado de Trabalho e a Comissão de Prestação de Contas. Atuou como presidente da Comissão de Ética e Deontologia da Fisioterapia, neste mesmo conselho, no período de 2007 a 2008. Tem experiência na área de Fisioterapia, com ênfase em ensino, pesquisa e extensão. Ressalte-se que até o presente momento, a referida docente atua na FCC como Diretora Administrativo- Financeira.

No ano de 2017, devido à necessidade de investimentos e de experiência atualizada dos novos modelos de gestão para a educação superior, foi incorporada à gestão e manutenção da IES a professora:

Ana Paula Lopes da Silva, graduada em Filosofia, especialista em Ciências da Educação, mestre e doutora em História e Filosofia das Ciências, com experiência na área da educação de mais de trinta anos em Portugal, na Europa e no Brasil, onde atua no âmbito da pós-graduação *lato e stricto sensu* desde 2010, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. A referida docente atua na IES como Vice-Diretora e Diretora Pedagógica.

Desde o início da sua oferta educacional, a FCC tem buscado se atualizar às novas realidades educacionais reconfiguradas por alterações na legislação e na movimentação atípica da economia brasileira. Assim, em sua gênese, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira em todos os seus níveis e a certeza de que somente a partir dela será possível construir um mundo justo e igualitário. Ressalte-se que a reunião dos educadores que hoje fazem a gestão da IES, junto com seus professores que atuam nos cursos, tem uma sólida perspectiva acerca de sua realidade e de suas metas educacionais, constituindo a partir do seu PDI e dos PPCs dos cursos autorizados, um marco diferencial na gestão de IES.

Esse marco pode ser facilmente vislumbrado, pois a IES nasceu em meio a uma das maiores crises econômicas que assolou o Brasil a partir do ano de 2016 e, mesmo assim, obteve um crescimento em meio a esse cenário. Tudo graças a seu projeto e sua seriedade na execução das metas e objetivos institucionais.

Atualmente, a IES está estabelecida no Bairro Batista Campos em Belém – PA, ocupando um espaço que inclui os seus vários departamentos, salas, laboratórios, e, etc.

Desse modo, pode-se afirmar categoricamente que a FCC já é uma história singular de sucesso dentre as instituições paraenses, pois nasceu em um viés de gestão séria, da

iniciativa privada, mas com seus fins públicos, pois tudo na IES é centrado na meta de construir uma IES que ofereça cursos de graduação e pós-graduação às diversas classes de cidadãos paraenses para que se insiram e/ou retornem ao mercado de trabalho cientes de seus papéis como seres sociais e históricos, ou seja, capazes de mudar as suas histórias, bem como da sociedade em que se inserem, seja em nível local ou global.

Em 2022 o Curso de Bacharelado em Educação Física passou pelo processo de reconhecimento de Curso, que foi reconhecida com conceito quatro e está aguardando a publicação da portaria, tramita no e-MEC nº 201931959.

No mesmo ano citado acima, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) passou pelo processo de Recredenciamento Institucional, e foi recredenciada com conceito quatro e está aguardando a publicação da portaria, tramita no e-MEC nº 202016809

Todo esse desenrolar histórico e social da FCC advém da forte convicção dos gestores da IES de que uma Instituição de Ensino Superior séria e dedicada a mudar a realidade em que se insere, faz-se sempre permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico da sociedade, pois por tratar-se de uma prestação de serviços que forma profissionais que se destacam no contexto social, fornece sempre à sociedade agentes de equilíbrio e transformação positiva da realidade social.

No quadro 2, a seguir, é apresentada a relação de cursos de graduação ministrados pela Faculdade Conhecimento e Ciência, na modalidade presencial, com os respectivos números de vagas e atos legais.

Quadro 2 – Relação de cursos de graduação ofertados pela FCC

Curso	Modalidade	Vagas	Ato regulatório
Gestão Desportiva e de Lazer	Tecnólogo	50	Reconhecimento pela Portaria SERES nº 996, de 09/09/2021, publicado no DOU nº 172, seção 1, p. 85 em 10/09/2021
Educação Física	Bacharelado	200	Autorizado pela Portaria SERES nº 353, de 05/08/2016, DOU nº 152, Seção I, p. 5, de 09/08/2016. Processo e-MEC nº 201931959
Direito	Bacharelado	100	Autorizado pela Portaria SERES nº 796 de 09/11/2018, publicada no DOU nº 217, seção 1, p. 42 em 12/11/2018. Processo e-MEC nº 202221088

Fonte: Cadastro e-MEC, 2023.

No campo da pós-graduação, a FCC oferece cursos *lato sensu* nas áreas de conhecimento de sua atuação na graduação.

2.1 Perfil e Missão da IES

A Faculdade, como instituição educacional, destina-se a promover o ensino, a investigação científica e a extensão em nível superior.

2.2 Missão

Transformar indivíduos, conferindo-lhes Cidadania, por meio da construção do Saber, da Justiça Socioambiental, da Educação e da Formação Profissional.

2.3 Visão Institucional

Tornar-se uma referência local e regional, pela promoção da acessibilidade ao ensino superior em benefício da população e pela qualidade do ensino oferecido, com vistas à formação de cidadãos, enquanto indivíduos plenos, capazes de realizarem-se social e profissionalmente, por estarem aptos a exercer sua cidadania no âmbito da sociedade em que estão inseridos e a contribuir com o desenvolvimento da Região Norte e do Pará.

2.4 Objetivos

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Promover e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e à difusão da cultura, para, desse modo, desenvolver o entendimento do homem consigo mesmo e com o meio em que vive;
- III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, dando ênfase especial ao ser humano, mediante o estímulo às atividades de extensão, na forma de serviços especializados à comunidade;
- IV. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- V. Preservar os valores éticos, morais e cívicos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e realização do homem, enquanto ser individual e coletivo;
- VI. Possibilitar o desenvolvimento de tecnologias direcionadas especificamente às necessidades locais;
- VII. Integrar-se aos poderes públicos municipais de sua região geoeducacional, contribuindo com seu desenvolvimento sustentado, através da proposição de cursos sintonizados com as políticas locais de expansão e crescimento social;
- VIII. Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

- IX. Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- X. Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- XI. Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- XII. Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e a respectiva organização curricular;
- XIII. Adotar normas e regimentos baseados em princípios democráticos que não permitam, no âmbito de suas atividades, campanhas ou atos isolados em desacordo com tais princípios, ainda que se revistam de caráter meramente filosófico;
- XIV. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- XV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- XVI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- XVII. Articular-se com os segmentos produtivo-regionais, promovendo cursos tecnológicos de Graduação Tecnológica que atendam diretamente às demandas da comunidade na qual se insere, promovendo o desenvolvimento regional e individual dos cidadãos;
- XVIII. Integrar-se aos poderes públicos municipais de sua região geoeducacional, contribuindo com seu desenvolvimento sustentado através da proposição de cursos sintonizados com as políticas locais de expansão e crescimento social.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 DENOMINAÇÃO

Denominação do Curso: Curso de Direito (Código E-mec: 1387380)
Grau: Bacharelado

3.2. ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC)
Tv. Padre Eutíquio, 1736 - Batista Campos, Belém (PA)
CEP: 66033-720
Município: Belém – PA

3.3. VAGAS

100 (cem) vagas anuais.

3.4. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS

As turmas serão compostas com até 50 alunos para as disciplinas teóricas e para as atividades práticas, as turmas serão divididas em sub turmas de 25 alunos e/ou por definição do Colegiado de Curso, desde que respeitando o limite de 50 alunos por turma.

3.5. MODALIDADE

Modalidade de oferta: Presencial

3.6. REGIME DE MATRÍCULA

Semestral

3.7. TURNO DE FUNCIONAMENTO

Matutino e Noturno

3.8 DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária total do curso é de 4190 horas relógio e 5028 horas aula.

3.10. Base Legal

O Curso de Direito Bacharelado foi autorizado por meio da Portaria do Ministério da Educação (MEC) / Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) nº 796, de 09 novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 217, seção 1, p.42 em: 12/11/2018.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito Bacharelado é constituído precipuamente pelas seguintes legislações: Lei nº 9.394 de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Superior (CES) nº 8/2007, e Resolução nº 2, de 18/07/2007; Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

O PPC atende ainda ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; e na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária total do curso.

O PPC está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FCC.

3.11. Formas de Acesso

O ingresso no Curso de Direito Bacharelado da FCC é realizado mediante processo seletivo na Instituição de Ensino Superior (IES), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), segunda graduação ou aproveitamento de estudos.

Por Processo Seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES.

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento da Faculdade Conhecimento e Ciência no Título IV – Do Regime Geral, Capítulos II, III, IV e V, envolvendo normas sobre o processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos, a seguir reproduzidas.

CAPÍTULO II - DO PROCESSO SELETIVO

Art. 88º - O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite de vagas oferecidas.

§ 1º - As vagas iniciais oferecidas para cada curso são as autorizadas pelo Órgão Federal competente e estão contempladas nos Projetos Pedagógicos de cada curso.

§ 2º - As inscrições para o processo seletivo são abertas através de edital público amplamente divulgado na forma da legislação vigente, no qual constarão os cursos e habilitações, vagas oferecidas, tempo de integralização, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate, o preço dos serviços educacionais e demais informações úteis aos candidatos, turno de funcionamento e atos autorizativos e/ou de reconhecimento dos cursos.

Art. 89º - Antes do início de cada semestre letivo, a Diretoria Acadêmica tornará públicas e divulgará amplamente, por meio do Manual do Aluno, as normas que regem o processo de seleção e de admissão de candidatos, a qualificação de seu corpo docente, a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, o acervo bibliográfico, a situação legal dos Cursos, os Programas e Componentes Curriculares dos Cursos, a duração dos cursos, os critérios de avaliação do ensino-aprendizagem, os resultados das avaliações externas realizadas pelo órgão federal competente, o valor dos encargos financeiros, as normas de reajustes aplicáveis ao semestre letivo a que se refere o processo de seleção, a estrutura organizacional da IES, o calendário letivo referente ao semestre em voga e os órgãos e serviços de apoio ao discente.

Art. 90º - Os processos seletivos para preenchimento das vagas iniciais dos Cursos de Graduação, idêntico para todos os cursos, abrangerá conhecimentos ao nível do ensino médio ou equivalente, sem ultrapassar este nível de complexidade.

Art. 91º - O Processo Seletivo tradicional, ou seja, a partir de avaliação com questões objetivas e descritivas, poderá ser substituído por avaliação do histórico escolar do ensino médio. No entanto, tal procedimento dependerá de concessão do Conselho Superior (CONSUP) e de ampla, clara e objetiva divulgação via edital específico.

Art. 92º - O Processo Seletivo para preenchimento das vagas oferecidas para transferências, graduados ou matrículas em disciplinas a alunos não regulares, será realizado na forma específica estabelecida pelo Conselho Superior (CONSUP) e com prazos determinados em calendário acadêmico.

Art. 93º - A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos no Edital.

§ 1º - A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato deixar de requerê-lo ou, em fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º. A Faculdade poderá considerar o desempenho escolar e dos exames oficiais do ensino médio ou profissionalizante (ENEM) como critérios para seu processo seletivo de ingresso, de acordo com normas aprovadas pelo Conselho Superior e com a legislação vigente.

§ 3º Na hipótese de restarem vagas iniciais não preenchidas, a Faculdade poderá realizar novo processo seletivo, ou nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outras instituições ou portadores de diploma de graduação em nível superior, devidamente registrado.

Art. 94º - O processo seletivo é organizado e realizado pela comissão designada pela Diretoria Geral, para este fim.

Parágrafo Único- Compete à comissão do processo seletivo e a coordenação do concurso, a elaboração e julgamento das provas, bem como a aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 95º - Os pedidos de revisão de provas e recursos contra a classificação só serão considerados mediante mandado judicial.

Parágrafo Único - O processo seletivo só tem validade para o período letivo expressamente requerido em competente edital, divulgado publicamente e oficialmente.

CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA

Art. 96º - A matrícula inicial, ato formal de ingresso no curso e de vinculação da Faculdade, realiza-se na secretaria acadêmica, em prazos estabelecidos em edital e no Calendário Acadêmico, instruídos o requerimento com a seguinte documentação:

- I. Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente devidamente autenticado pelo órgão competente;
- II. Histórico escolar do ensino médio ou equivalente;
- III. Documento de identidade;
- IV. Título de Eleitor, se maior de dezoito anos;
- V. Prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;
- VI. Certidão de nascimento ou casamento;
- VII. Duas fotos em tamanho 3 x 4 recentes;
- VIII. Comprovante de residência;
- IX. Comprovante de pagamento da primeira parcela da semestralidade.

§ 1º - O Diretor Geral, na qualidade de presidente do Conselho Superior (CONSUP), pode estabelecer outras exigências para a matrícula.

§ 2º - O diploma, devidamente registrado ou autenticado pelo órgão competente, de candidatos que concluíram ensino médio pelos cursos técnicos ou normal e os diplomas registrados de cursos superiores, substituem os documentos exigidos pelos incisos I e II deste artigo.

§ 3º - Os candidatos que concluíram o ensino médio em exames supletivos devem apresentar certificado definitivo de conclusão do curso, não sendo aceito atestado de eliminação de matérias.

§ 4º - No ato de entrega das cópias dos documentos exigidos no *caput* deste artigo, com exceção do discriminado no inciso VII, deverão ser apresentados os originais dos mesmos.

Art. 97º - O candidato classificado no processo seletivo que não se

apresentar para matrícula dentro do prazo pré-estabelecido, com todos os documentos exigidos neste Regimento e no edital, mesmo se já tiver efetuado o pagamento das taxas regulamentares exigidas, perde o direito de matrícula em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação.

§ 1º - Fica proibida qualquer justificativa que exima o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos para a matrícula.

§ 2º - Consideram-se documentos, para os efeitos deste artigo, todas as exigências previstas no art. 86º.

Art. 98º - Independente do processo seletivo, pode ser efetuado ingresso de candidatos portadores de diploma registrado de curso de graduação, observadas as normas vigentes e as disposições Regimentais, no limite de vagas da Faculdade.

Parágrafo Único - O portador de diploma registrado de curso de graduação pode, existindo vaga, matricular-se em série subsequente do curso, após análise dos respectivos currículos e programas e aprovação pelo Coordenador de Curso.

Art. 99º - Será facultado às pessoas interessadas em complementar ou atualizar conhecimentos, matrícula nas disciplinas integrantes dos currículos dos cursos de graduação entendida como matrícula em disciplinas isoladas, desde que existam vagas e o candidato demonstre capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo.

Art. 100º - A matrícula é renovada semestralmente, em prazos estabelecidos no calendário escolar.

§ 1º - Ressalvado o disposto no artigo 89º, a não renovação de matrícula implica abandono do curso e desvinculação do aluno da Instituição.

§ 2º - O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento da primeira parcela da semestralidade ou de sua isenção, bem como da quitação das mensalidades referentes ao semestre anterior, apresentação das certidões negativas expedidas pelo setor financeiro, pela biblioteca e secretaria acadêmica e o contrato de prestação de serviços educacionais, devidamente assinado, em duas vias.

§ 3º - Para melhoria do processo de rematrícula, após aprovação pelo Conselho Superior pela mudança de procedimento, todos os efeitos do § 2º podem se constituir única e exclusivamente pelo pagamento da primeira parcela da semestralidade e conseqüente renovação automática do primeiro contrato entre o aluno e a IES (tudo devidamente citado em cláusula contratual).

Art. 101º - A Faculdade poderá aceitar readmissão por abandono de curso, desde que existam vagas e o interessado não ultrapasse o tempo máximo de integralização do curso, não computados os períodos de trancamento de matrícula, e que esteja em dia com suas obrigações financeiras e acadêmicas junto à Instituição.

Parágrafo Único - A critério do Diretor Acadêmico poderá ser aceita matrícula fora do prazo, desde que exista vaga, mediante requerimento instruído com justificativa do interessado e o comprovante de pagamento da taxa correspondente.

CAPÍTULO IV - DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 106º - No limite das vagas existentes e mediante processo seletivo é concedida matrícula a aluno transferido de curso de graduação de Instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos no mesmo ou em outro curso afim, na estrita conformidade das vagas existentes e requeridas nos prazos fixados no Calendário Acadêmico, mediante processo seletivo.

§ 1º - Em caso de servidor público ou membro das Forças Armadas, inclusive seus dependentes, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de residência para a sede da Instituição ou para localidades próximas desta, a matrícula é concedida independentemente de vagas e prazos, na forma da lei.

§ 2º - O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação exigida pela legislação vigente, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação.

Art. 107º - O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

Parágrafo Único - O aproveitamento de estudos é concedido e as adaptações são determinadas pelas coordenações de curso e observadas as seguintes e demais normas da legislação pertinente:

I. As disciplinas originadas das diretrizes curriculares em que o aluno houver sido aprovado no curso de origem são automaticamente reconhecidas, atribuindo-se as notas e cargas horárias obtidas no estabelecimento de origem, dispensando-o de qualquer adaptação e suplementação de carga horária;

II. A verificação, para efeito do disposto no inciso I, esgotar-se-á com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas;

III. Para integralização do curso exige-se carga horária total não inferior à prevista na Faculdade, bem como o cumprimento regular de todas as disciplinas;

IV. Cumprimento da carga horária adicional, em termos globais, será exigido para efeito de integralização curricular, em função da carga horária total obrigatória à expedição do diploma.

§3º. A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento de disciplina cursada, só será concedida:

I. Quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e do conteúdo programático da disciplina do curso, observadas as diretrizes curriculares da área;

II. Quando tiver sido cursada há, no máximo, 07 (Sete) anos anteriores ao ingresso/reingresso do interessado na Faculdade;

I. os estudos/atividades realizados em períodos anteriores ao previsto no inciso II deste parágrafo poderão ser aproveitados mediante a realização

de exame de conhecimento prévio, na forma disciplinada por norma específica.

Art. 108º - Na elaboração dos planos de adaptação pelas coordenadorias de Curso, serão observados os seguintes princípios gerais:

I. A adaptação deverá processar-se mediante o cumprimento de plano especial de estudos, que possibilite o melhor aproveitamento de tempo e de capacidade de aprendizagem do aluno;

II. Quando forem prescritos no processo de adaptação estudos complementares, poderá aqueles estudos realizar-se no regime de matrícula especial em disciplina;

III. Quando a transferência for processada durante o período letivo, serão aproveitados conceitos, notas e frequências obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que dela se tenha desligado.

Art. 109º - Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Faculdade concede a documentação necessária à transferência, na forma da legislação vigente.

Art. 110º - Aplicam-se à matrícula de diplomados e de alunos oriundos de processo seletivo que tenham cursado disciplinas equivalentes em outras Instituições de Ensino Superior, no que couber, as normas de aproveitamento de estudos, previstas para transferência.

§ 4º. Nas disciplinas não aproveitadas integralmente, a Faculdade poderá exigir adaptação observados os seguintes princípios gerais:

I. Os aspectos quantitativos e formais do ensino, representados por itens de programas, cargas horárias e ordenação das disciplinas, não devem sobrepor-se à consideração mais ampla da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso, no contexto da formação cultural e profissional do aluno;

II. A adaptação processar-se-á mediante o cumprimento do plano especial do estudo que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do aluno;

III. a adaptação refere-se aos estudos feitos em nível de graduação, dela excluindo-se o processo seletivo e quaisquer atividades desenvolvidas pelo aluno para ingresso no curso;

IV. Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência em qualquer época e independentemente da existência da vaga, salvo quanto às matérias com aproveitamento, na forma dos incisos I e II, do §2º deste artigo;

V. Quando a transferência se processar durante o período letivo, serão aproveitados notas, conceitos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que se tenha desligado.

§2º. É vedado o aproveitamento de créditos quando o discente já tiver sido reprovado em disciplina do curso da Faculdade, objeto de aproveitamento.

Art. 111º. A Faculdade concede transferência de aluno regular nela matriculado, que não poderá ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite ou

ainda em função de o aluno estar frequentando o primeiro ou o último período de curso, em conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO V - DO APROVEITAMENTO EXCEPCIONAL DE ESTUDOS

Art. 125º - O aluno poderá solicitar através de ofício protocolado na Secretaria o extraordinário aproveitamento de estudos, com base no artigo 47, §2º da LDB.

Art. 126º - O aproveitamento excepcional de estudos é o reconhecimento ou a validação de conhecimentos, habilidades e competências adquiridos pelo aluno em experiência anterior, formação extraescolar ou em decorrência de capacidades excepcionais de aprendizagem, e sua comprovação é obtida mediante processo de avaliação por banca examinadora.

Art. 127º - O aproveitamento excepcional se aplica a todas as disciplinas que compõem o currículo dos cursos de graduação, exceto os Estágios Supervisionados, os Trabalhos de Conclusão de Curso, os Projetos Interdisciplinares, as Atividades Complementares e as Práticas de Ensino dos cursos de Licenciatura.

Parágrafo Único: a critério dos Colegiados de Curso, outros componentes curriculares obrigatórios poderão ser excluídos da modalidade de aproveitamento excepcional.

Art. 128º - O aproveitamento excepcional de estudos será concedido mediante avaliação/prova de suficiência/proficiência, sob responsabilidade e aplicação pela Coordenação de Curso que indicará, no mínimo, 02 (dois) professores especialistas para sua elaboração e correção.

Art. 129º - O aproveitamento excepcional de estudos deverá ser solicitado no ato da matrícula e/ou, no máximo, em até 30 (trinta) dias após o início do semestre letivo, mediante requerimento na Secretaria Acadêmica.

Art. 130º - A avaliação/prova de suficiência/proficiência deverá ser aplicada em, no máximo, até 10 dias antes do final do semestre letivo.

Art. 131º - A avaliação/prova de suficiência/proficiência deverá ter como base a ementa e o conteúdo programático instituído para a disciplina requerida como aproveitamento excepcional no semestre em que ocorreu a matrícula.

Parágrafo Único: O extraordinário aproveitamento de estudos será normatizado por resolução do Conselho Superior da Faculdade.

1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1 CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO

1.1.1 CARACTERIZANDO A REGIÃO DE INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO

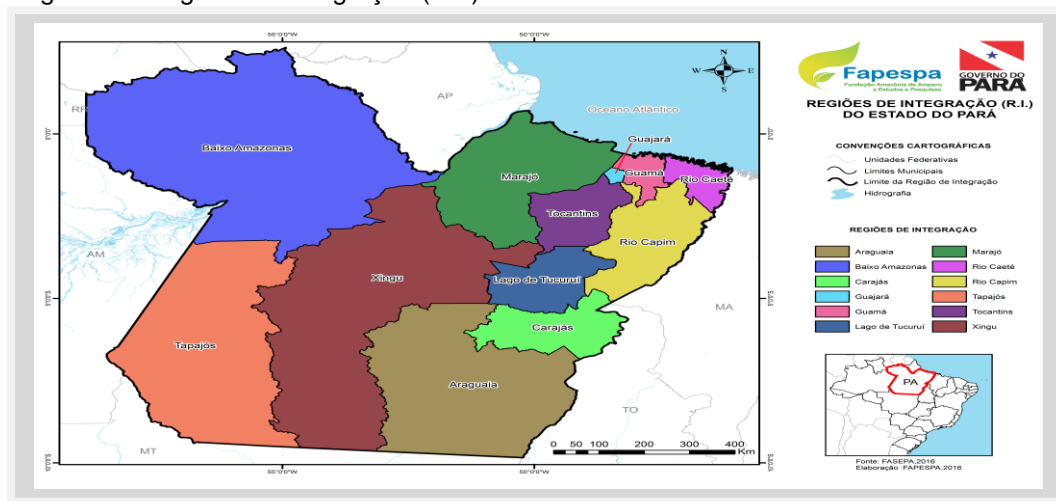
A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), instituição de ensino superior privada, está localizada no município de Belém, Estado do Pará. E apesar da sociedade, as economias e o Direito se internacionalizarem, não se pode deixar de lado as demandas locais, as especificidades regionais, mesmo diante de um processo de homogeneização que o modelo de globalização representa.

Logo, nota-se que maior atenção deve ser dada ao contexto regional no qual o curso se insere. Pois, a oferta do Curso de Direito Bacharelado se baseia na realidade socioeconômica e educacional do Estado do Pará, assim como da região metropolitana de Belém, para atender as demandas e atender a formação profissional de qualidade, conforme visto a seguir.

Dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o estado do Pará possui uma população estimada em 8.116.132 de pessoas, sendo uma das 27 unidades federativas do Brasil, representando 14% do território nacional com uma área de 1.245.870,707 km², garantindo ao estado um grande potencial de recursos naturais e de um amplo leque de oportunidades no campo industrial por propiciar o acesso a recursos sustentáveis e de qualidade em seus 144 municípios, destacando-se entre estes a capital do Estado: Belém. Faz limites com o Suriname e o Amapá, Oceano Atlântico, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Guiana e Roraima.

O município de Belém, em conjunto com os demais municípios de seu entorno, integra a Região Metropolitana de Belém (RMB) ou a Região de Integração (RI) Guajará, criada por Decreto Estadual, sendo um forte mercado consumidor de aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, segundo a figura 1, a seguir.

Figura 1 – Regiões de Integração (R.I.) do Estado do Pará.



Fonte: FAPESPA, 2016.

O estado do Pará por ter uma economia forte, diversificada e multisetorial, tem lugar de destaque no cenário nacional, ocupando as primeiras posições na esfera produtiva em diversas áreas. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Pará foi de R\$ 215,94 bilhões, representando um avanço de 0,4% em sua participação na economia nacional, e segundo a Agência Pará (2022, *on line*) alcançou 2,8%, passando a ocupar a 10ª posição entre as Unidades da Federação, em relação a 2019. Em relação ao PIB da região Norte (R\$ 478,173 bilhões), o Pará contribuiu com 45,2%, mantendo a 1ª colocação na região. Com esses resultados, o setor econômico de nosso Estado, se destaca como o maior mercado consumidor e a maior economia da Amazônia e da região norte do Brasil.

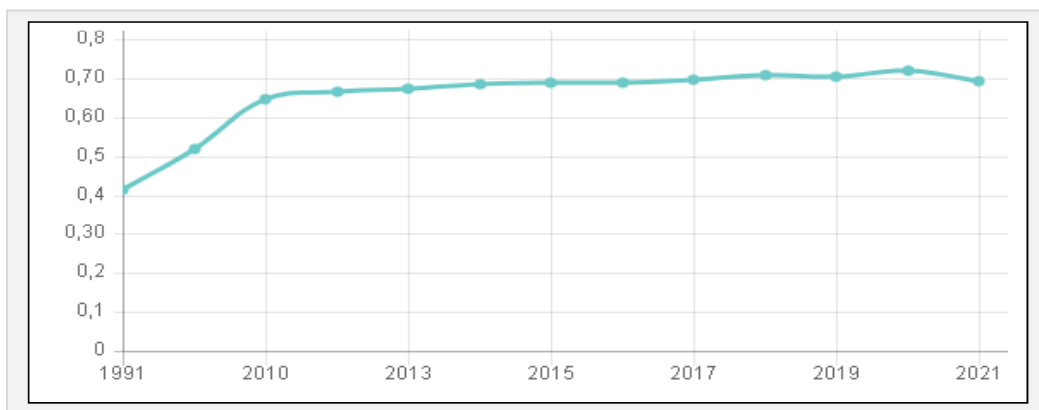
A economia paraense conta especialmente com atividades extrativistas mineral (extração do minério de ferro e do alumínio para exportação e a exploração de bauxita, manganês, ferro, ouro, caulim, estanho e calcário); e vegetal (castanha-do-pará, a borracha e a madeira); e além disso, com a indústria, a agricultura, a pecuária, o turismo, o comércio e serviços, têm grande representatividade na economia do estado. O Pará é o maior produtor de pimenta do reino no Brasil, com destaque também para a produção da banana e coco da Bahia. No campo da pecuária, além do rebanho de bubalinos, concentra um dos maiores rebanhos de bovinos do Brasil.

Em solo paraense os setores que mais criam empregos são os relacionados a serviços, respectivamente: criação de postos de trabalho, transporte e comunicação. O mercado no estado do Pará se encontra em expansão e diversificação econômica, pois mesmo em um ano pandêmico, onde a economia nacional não teve resultados tão expressivos, o estado continuou gerando empregos.

De acordo com o IBGE (2021), o estado do Pará galgou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,69, valor considerado médio, mostrando um pequeno declínio no ano de 2021, conforme gráfico 1, a seguir. Contudo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2022), informa que:

[...] a maior parte dos países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado não sofreu declínios no IDH em 2021, o mesmo não se verificou na maioria dos países com IDH baixo e médio alto.

Gráfico 1 – Projeção do IDB no estado do Pará – 1991 a 2021



Fonte: IBGE, 2022.

Em relação a outros Estados, o Pará é o 23º no ranking dos estados com melhores índices. Ainda segundo dados do IBGE (2021), a expectativa de vida total é de 73,0 e, especificamente, das paraenses é de 77,3 anos e dos homens é de 69,1.

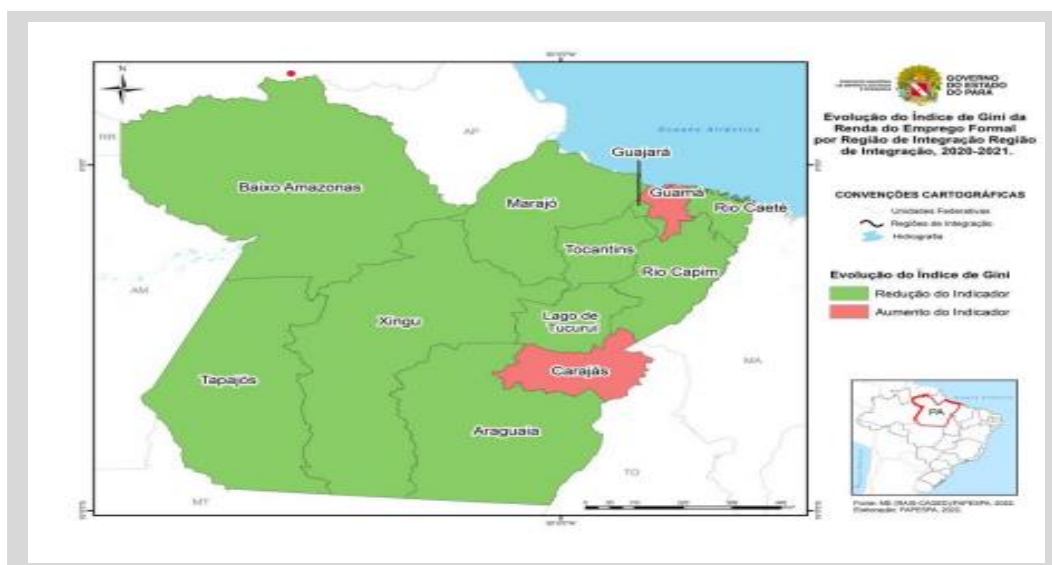
Ao analisar dados relativos à renda e desigualdade social no estado do Pará, o Mapa de Exclusão do Pará (2020) utiliza três variáveis para compreender a temática: Renda Média de todas fontes, Índice de Gini da Renda do emprego formal e Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Destaca-se que abordar sobre a renda há uma íntima relação com o Objetivo 1 dos chamados “Objetivos do desenvolvimento sustentável” (ODS 1), que tem como diretriz “acabar com todas as formas de pobreza, em todos os lugares do mundo”, sendo objeto de nossa análise por ir ao encontro as premissas ambientais no campo institucional.

Em âmbito geral, para o Mapa de Exclusão (2020), a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores paraenses, não são altas, segundo demonstrado no índice de Gini, ficando abaixo de 0,5. Dessa forma, a análise registra que não há tanta disparidade na concentração de renda dos rendimentos entre aqueles que estão empregados com o salário dos Trabalhadores. Situação esta que não condiz ao se realizar um comparativo como o mesmo índice e as Regiões Integradoras (RIs) nos dois últimos anos (2018 e 2019), havendo um declínio no Araguaia, Carajás, Marajó, Rio Capim e Tapajós, demonstrando que as outras regiões que as compõem, ocorreu um certo aumento na desigualdade. Nos anos de 2020 e 2021, a situação modificou.

A figura 2, a seguir mostra a evolução da Renda do Emprego Formal entre as Regiões de Integração no período de dois anos, ocorrendo um aumento no indicador em duas RIs: Guamá e Carajás.

Figura 2 - Evolução do Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração, 2020–2021.



Fonte: FAPESPA. Adaptado de MT/RAIS e FAPESPA, 2022.

E apesar da renda e do trabalho se apresentarem desta forma, de outro lado, de maneira redundante, observamos que no Estado do Pará, todas as RIs apresentaram aumento da taxa de pobreza entre os anos 2020 e 2021. As regiões com maior alta foram: Xingu (1,83 p.p.), Carajás (1,43 p.p.) e Guajará (1,37 p.p.), como visualizado na figura 3.

Figura 3 - Evolução da Proporção de Pessoas abaixo da Linha da Pobreza, por Região de Integração, 2020–2021.



Fonte: FAPESPA. Adaptado de CadÚnico/IBGE, 2022 *In*: Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, 2022.

Como vem ocorrendo globalmente, o estado do Pará vem passando por situações preocupantes no que se referem às mudanças climáticas, riscos ambientais e problemas de saúde decorrentes de inúmeros fatores, como desmatamento, indisponibilidade de água, além disso temos a agricultura e a energia em menor aspecto (O ECO, 2020). Para mitigar a problemática surge a Lei Ordinária nº 9.048, de 29 de abril de 2020 que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), e dá outras providências e o Decreto nº 1.942, de 21 de outubro de 2021 que regulamenta o § 5º do art. 9º.

No estado do Pará, observa-se um crescente desmatamento e a intensificação das queimadas provocando grandes problemas em diversos setores, e, principalmente, para a saúde pública dos povos amazônicos - a exemplo do que acontece em toda a região amazônica - o que acaba por gerar intensa repercussão mundial, verificada a importância que a Amazônia tem para o planeta, como vem sendo destacada ultimamente, onde o Brasil sediará a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP-30), em novembro de 2025, em Belém (PA), capital do estado do Pará, cidade portuária, desenhada por rios, igarapés e canais.

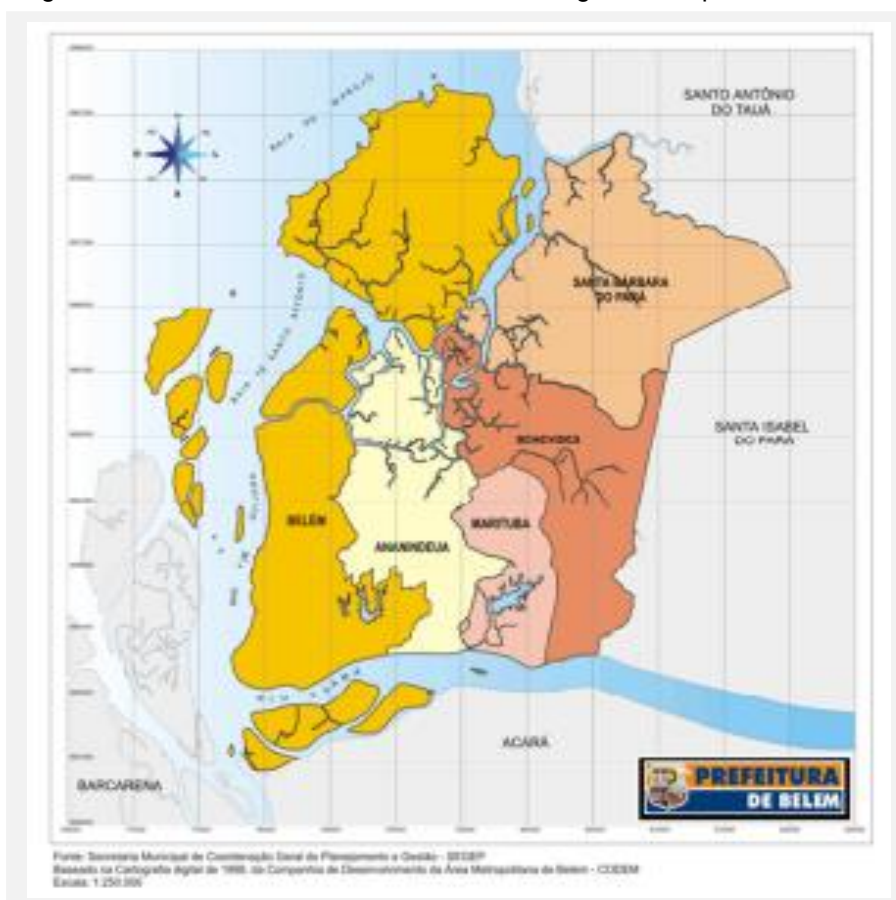
1.1.2 Perfil demográfico e social do município de Belém

O município de Belém, capital do estado do Pará, está localizado na região nordeste do estado, a uma distância de 120 km do mar e de 160 km da linha do Equador, sendo banhado pelos rios Guamá e Pará, e pela Baía do Guajará. Possui uma população estimada de 1.303.389 pessoas, com densidade demográfica aproximada de 1.230,23 hab./km² (IBGE, 2022).

Em relação as vias de acesso para entrar e sair do município, estes ocorrem por vias: fluvial e pela Rodovia BR-316. O município Integra a Região Metropolitana homônima e, segundo o IBGE (2022), possui uma área territorial de aproximadamente 1.059,458 km². Desta 147,35 km² são de área urbanizada (IBGE, 2019). Apresenta 67.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 22.3% de domicílios urbanos em vias públicas arborizados e 36.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, há bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2022).

Ainda sobre a caracterização territorial de Belém, as áreas limítrofes envolvem, ao norte: a Baía do Marajó. Ao nordeste: o Município de Santo Antônio do Tauá. A leste: o Município de Santa Bárbara do Pará. A sudeste: os municípios de Benevides e Ananindeua. Ao sul: o município de Acará. A sudoeste: o município de Barcarena; e a oeste: o Arquipélago do Marajó, como visualizado na figura 4, a seguir:

Figura 4 – Limites territoriais de Belém e da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém (2011, p. 3).

De acordo com a Lei 7.682, de 05 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, os espaços territoriais foram delimitados e denominados de distritos administrativos, onde estão distribuídos os 71 bairros de todo o território municipal.

Desta forma, Belém passou a ser subdividida geograficamente em 8 distritos: Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo do Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT) e Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC) (IBGE, 2023).

No setor econômico, Belém tem por base as atividades na área do comércio, serviços e turismo. Entretanto, desenvolve a atividade industrial no setor de estaleiros, metalurgia, pesqueiro e no beneficiamento do palmito, destacando-se principalmente, a indústria madeireira.

Em 2020, o PIB de Belém estava estimado em torno de 30,8 bilhões de reais, representando 14,26% do produto interno bruto paraense. No setor de serviços os atendimentos especializados em saúde e educação, e na indústria, a construção civil, os alimentos e bebidas, se sobressaem.

Relacionado a desocupação e desemprego ainda se apresenta como um grande problema para a capital paraense. Para o Dieese-PA (2020), no primeiro trimestre de 2020, Belém possuía, cerca de 100 mil pessoas desempregadas, dos quais aproximadamente 60 mil mulheres, o que representa uma taxa de desemprego de 16,2%. A população mais atingida é a jovem, com idade de 18 a 24 anos, onde 22% estavam desempregados. (PLANO PLURIANUAL 2022-2025, 2021, p.69)

Em complemento a isso, a maior pandemia sanitária mundial, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstrou que o Brasil ficou mais desigual. No estado do Pará e em Belém, não foi diferente. A pobreza e a desigualdade na capital do Pará fôra dimensionada pelo montante dos programas de transferências de renda que chegaram até a população durante este período, sendo capazes de proteger grande parte da população dos impactos imediatos causados pelo vírus SARS-Cov-2. “O auxílio emergencial como parte da estratégia de resposta à pandemia da Covid-19, transferiu, entre janeiro e julho de 2020, R\$ 1,07 bilhões que beneficiaram 545.935 pessoas.” (PLANO PLURIANUAL 2022-2025, 2021, p.69).

O Plano Plurianual 2022-2025 (2021, p.69), versa que segundo os dados do Ministério da Cidadania:

[...] uma parcela da população é dependente de políticas que são implementadas para o repasse de recursos, onde somente o Bolsa Família atende 118.121 mil famílias (até novembro de 2020) e o Benefício de Prestação Continuada, 55.040 pessoas (até junho de 2020). Estes dados nos levam a um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 0,746, que figura entre as piores das capitais brasileiras (22ª posição).

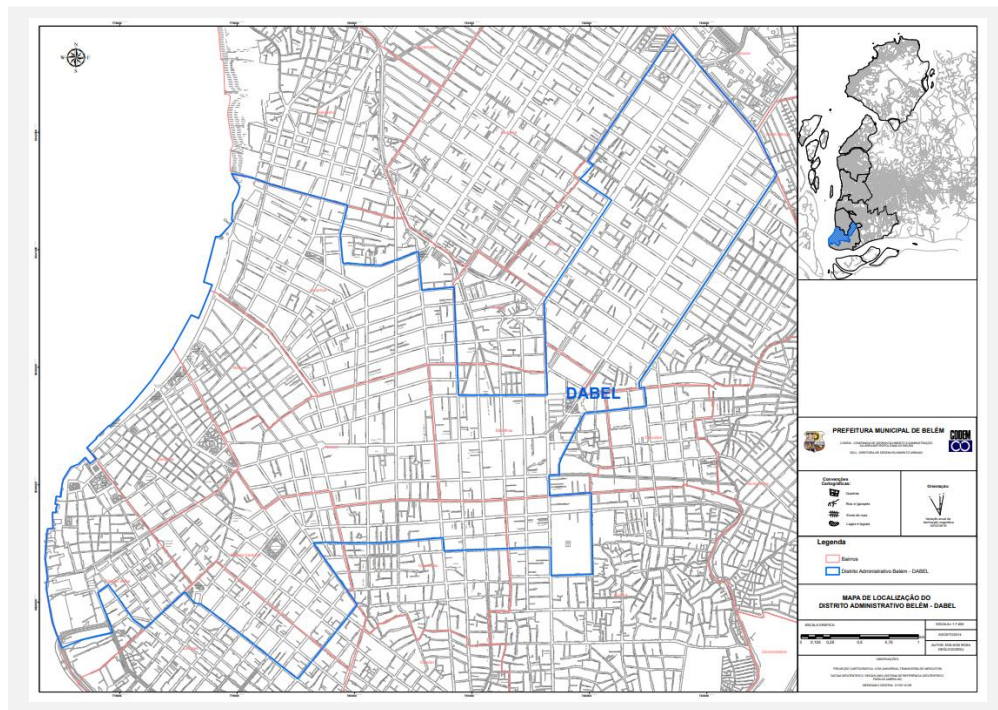
Por mais que o quadro econômico municipal apresente diversas dificuldades, mas a realidade local apresenta potencialidades que devem ser estimuladas e o poder público municipal estabelecer o planejamento local das principais atividades e seu desenvolvimento. Assim, Belém é uma

das cidades brasileiras com maior capilaridade de feiras fixas populares que têm papel relevante no abastecimento de toda a cidade. Belém dispõe atualmente de 20 Mercados Públicos Municipais, 39 Feiras e 4 Portos, que contam com cerca de aproximadamente 6.265 permissionários cadastrados.

As feiras livres em Belém devem ser entendidas como espaços de apropriação coletiva, cujo significado integrado envolve aspectos econômicos, culturais, sociais, tecnológicos e de organização da vida comunitária. (PLANO PLURIANUAL 2022-2025, 2021, p.69).

Nesse contexto geográfico, a Faculdade Conhecimento e Ciência localiza-se no bairro da Batista Campos que faz parte do Distrito Administrativo de Belém (DABEL), sendo formado por 8 bairros: Batista Campos, Campina, Cidade Velha, Nazaré, Reduto, São Brás, Umarizal e Marco. (PMB, 2019), conforme visualizado na Figura 5.

Figura 5 – Distrito Administrativo de Belém



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém (PMB, 2019, p.116).

Em relação ao perfil da população residente, por Sexo, no Município de Belém, observa-se que, de uma forma geral, o número de mulheres (798.456) em área urbana é maior que o de homens (701.185). Contudo, a análise da mesma população no caso específico do distrito DABEL, acompanha o quadro geral do município, mostrando um número maior de mulheres em relação aos homens, porém, não é identificada população rural nesse distrito, conforme visualizada nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - População Residente, por Sexo, do Município de Belém -1980/ 1991/ 2000/2010/2011/2020.

Tabela 8 - População Residente, por Sexo, do Município de Belém - 1980/ 1991/ 2000/2010 /2011 - 2020.

Anos	População por Sexo	
	Masculino	Feminino
1980	444.357	488.930
1991	590.351	654.338
1996	541.158	603.154
1997	548.663	611.518
1998	554.977	618.557
1999	561.311	625.615
2000	608.253	672.361
2001	619.510	684.804
2002	628.235	694.448
2003	637.505	704.697
2004	658.537	727.945
2005	667.746	738.125
2006	678.432	749.936
2007	687.596	721.251
2008	673.084	751.040
2009	678.850	758.754
2010	659.008	734.391
2011	675.821	735.651
2012	678.603	740.200
2013	681.253	744.669
2014	680.837	746.531
2015	683.241	750.740
2016	692.062	779.609
2017	694.371	784.230
2018	696.753	788.979
2019	699.027	793.718
2020	701.185	798.456

Fonte: Censo Demográfico 1980/1991/2000/2010.

2000 a 2013 - Estimativas preliminares efetuadas em estudo patrocinado pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa.

2014 e 2015 - Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE.

2016 a 2020 - DATASUS.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP, 2020, *on line*).

Tabela 2 - População residente por sexo no município de Belém

Distritos Administrativos	Urbana		Rural		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
DABEL	63.484	81.464	-	-	144.948
DABEN	136.661	148.009	-	-	284.670
DAENT	58.968	66.432	-	-	125.400
DAGUA	161.969	180.773	-	-	342.742
DAICO	81.409	85.626	-	-	167.035
DAMOS	15.664	15.730	968	870	33.232
DAOUT	14.292	14.353	5.180	4.906	38.731
DASAC	120.413	136.228	-	-	256.641
Total	652.860	728.615	6.148	5.776	1.393.399

Fonte: IBGE.

Nota: Censo Demográfico

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP, 2020, *on line*).

A população residente por grupos de idade, no Município de Belém segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento, apresenta oito grupos distribuídos por faixa etária. A população de 80 anos e mais apresenta um menor índice e a faixa de 30 a 39 anos o maior índice, seguido da faixa de 20 a 29, e da de 40 a 49 anos (SEGEP, 2020).

Tabela 3 - População residente por População Residente por Grupos de Idade, no Município de Belém 2011 a 2020 município de Belém

Faixa Etária	Ano									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0 a 4 anos	110.335	108.744	107.312	104.104	102.086	88.979	87.107	85.912	84.462	82.848
5 a 9 anos	114.480	113.681	112.655	110.014	108.521	105.067	101.402	97.647	94.538	92.309
10 a 14 anos	117.705	117.813	117.964	116.285	116.034	117.102	117.018	116.759	116.066	114.729
15 a 19 anos	124.778	123.205	121.851	123.362	123.255	125.129	124.343	123.302	122.279	121.284
20 a 29 anos	269.304	263.066	256.485	250.015	244.055	249.831	247.105	244.478	241.658	238.451
30 a 39 anos	236.991	240.752	244.219	244.969	246.258	256.168	256.398	255.988	255.060	253.682
40 a 49 anos	183.483	187.028	190.654	193.622	197.434	208.970	213.239	217.622	222.212	227.034
50 a 59 anos	130.081	134.440	138.610	142.148	146.348	152.920	156.937	161.154	165.562	170.154
60 a 69 anos	72.154	75.625	79.304	83.771	88.372	96.366	100.838	105.442	110.052	114.591
70 a 79 anos	36.799	38.364	40.013	41.403	43.082	48.880	51.078	53.346	55.758	58.381
80 anos e mais	15.362	16.085	16.855	17.675	18.536	22.259	23.136	24.082	25.098	26.178
Total	1.411.472	1.418.803	1.425.922	1.427.368	1.433.981	1.471.671	1.478.601	1.485.732	1.492.745	1.499.641

Fonte: 2000 a 2013 - Estimativas preliminares efetuadas em estado patrocinado pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa.
2014 e 2015 - Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGAE.
2016 a 2020 - DATASUS

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP, 2020, *on line*).

No DABEL a situação não se apresenta tão diferenciada do panorama geral do município, onde a população na faixa etária maior que 80 anos apresenta o menor quantitativo. E o maior índice da população se encontra entre 20 e 39 anos, seguidas das de 40 a 59 e das de 5 a 19 anos, onde ocorre a diferenciação (SEGEP, 2020), conforme exposto na tabela 4.

Tabela 4 - População residente por População Residente por Grupos de Idade, no Município de Belém 2011 a 2020 município de Belém.

Distritos Administrativos	Grupos de idade (em anos)							Total
	0 a 4 anos	5 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 79 anos	80 a 99 anos	100 ou mais	
DABEL	6.187	25.432	48.497	39.759	20.433	4.622	18	144.948
DABEN	23.062	78.707	106.875	58.105	15.937	1.957	27	284.670
DAENT	8.548	29.742	46.381	28.118	11.028	1.570	13	125.400
DAGUA	24.020	85.956	126.669	74.016	27.632	4.394	55	342.742
DAICO	13.717	47.931	61.327	33.343	9.469	1.222	26	167.035
DAMOS	2.915	10.042	10.743	6.428	2.734	362	8	33.232
DAOUT	3.612	11.711	12.889	7.520	2.678	313	8	38.731
DASAC	17.433	61.802	93.838	58.145	21.745	3.632	46	256.641
Total	99.494	351.323	507.219	305.434	111.656	18.072	201	1.393.399

Fonte: IBGE.
Nota: Censo Demográfico 2010.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP, 2020, *on line*).

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEp, 2020), o município de Belém apresentou no ano de 1970 o seu maior ápice, com 6,35 hab./unidades domiciliares, vindo a decair nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, 3,78 habitantes por unidades domiciliares, segundo a tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Habitantes por Unidades Domiciliares, no Município de Belém 1970/1980/1991/2000/2010.

Distritos Administrativos	Grupos de idade (em anos)							Total
	0 a 4 anos	5 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 79 anos	80 a 99 anos	100 ou mais	
DABEL	6.187	25.432	48.497	39.759	20.433	4.622	18	144.948
DABEN	23.062	78.707	106.875	58.105	15.937	1.957	27	284.670
DAENT	8.548	29.742	46.381	28.118	11.028	1.570	13	125.400
DAGUA	24.020	85.956	126.669	74.016	27.632	4.394	55	342.742
DAICO	13.717	47.931	61.327	33.343	9.469	1.222	26	167.035
DAMOS	2.915	10.042	10.743	6.428	2.734	362	8	33.232
DAOUT	3.612	11.711	12.889	7.520	2.678	313	8	38.731
DASAC	17.433	61.802	93.838	58.145	21.745	3.632	46	256.641
Total	99.494	351.323	507.219	305.434	111.656	18.072	201	1.393.399

Fonte: IBGE.
Nota: Censo Demográfico 2010.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEp, 2020, *on line*).

O município de Belém, enquanto Distrito Administrativo apresenta 33.184 domicílios particulares com rede geral de água, possuindo também diversas formas de abastecimento de água como os poços ou nascente na propriedade e fora dela, e em rios, açudes, lagos ou igarapés, segundo a tabela 6. (SEGEp, 2020, *on line*).

Tabela 6 - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água, segundo o Distrito Administrativo de Belém, 2010.

Distritos Administrativos	Tipo de Abastecimento de Água					Total
	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Rio, açude, lago ou igarapé	Outra	
DABEL	33.184	9.158	603	-	18	42.963
DABEN	40.676	27.781	6.973	7	509	75.946
DAENT	24.467	8.175	1.285	2	142	34.071
DAGUA	80.983	4.076	295	2	366	85.722
DAICO	28.414	13.926	2.058	10	206	44.614
DAMOS	4.350	3.991	399	6	20	8.766
DAOUT	5.895	3.538	578	407	202	10.620
DASAC	60.508	5.326	178	-	163	66.175
TOTAL	278.477	75.971	12.369	434	1.626	368.877

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEp, 2020, *on line*, com adaptação).

Em relação a coleta de lixo, grande parte da população do município de Belém tem cobertura, sendo que a coleta de lixo domiciliar obedece 108 roteiros, ocorrendo em dias alternados, nos períodos noturno e diurno, sendo feita de porta em porta.

Quanto à rede de esgoto, em Belém (68,40%) da população tem rede de esgoto e/ou fossa séptica, sendo que os três distritos com maior cobertura nessa

condição são: DABEL com (94,42%), DASAC com (83,04%) e DAGUA com (70,87). (IBGE/2010).

No campo da educação superior, tomando por base o Cadastro e-MEC (2023), estão presentes no município de Belém as instituições de ensino superior descritas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Instituições de ensino superior presentes em Belém, 2023

Código IES	Instituição	Sigla
2745	Centro Universitário da Amazônia	UNIESAMAZ
792	Centro Universitário do Estado do Pará	CESUPA
2426	Centro Universitário FIBRA	UNIFIBRA
13982	Centro Universitário Maurício de Nassau de Belém	-
4450	Centro Universitário Metropolitano da Amazônia	UNIFAMAZ
18148	Faculdade Conhecimento & Ciência	FCC
18077	Faculdade Cosmopolita	-
2859	Faculdade de Belém	FABEL
2459	Faculdade de Estudos Avançados do Pará	FEAPA
11902	Faculdade de Tecnologia e Desenvolvimento de Competências	FDC
1521	Faculdade Estácio de Belém - Estácio Belém	ESTÁCIO BELÉM
2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	ESTÁCIO FAP
21210	Faculdade Estratego	ESTRATEGO
1423	Faculdade Ideal Wyden	FACI WYDEN
21877	Faculdade Integrada da Amazônia	FINAMA
22239	Faculdade Integrada de Advocacia da Amazônia	FINAMA
20438	Faculdade Intercultural da Amazonia	FIAMA
2911	Faculdade Pan Amazônica	FAPAN
3783	Faculdade Paraense de Ensino	FAPEN
23894	Faculdade Pitágoras de Belém	-
2237	Faculdade Teológica Batista Equatorial	FATEBE
1813	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA
383	Universidade da Amazônia	UNAMA
38	Universidade do Estado do Pará	UEPA
569	Universidade Federal do Pará	UFPA
590	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA

Fonte: e-MEC (2023)

Dados do Cadastro e-MEC (2023) indicam que o Curso de Graduação de Direito é ministrado em Belém na modalidade presencial pelas seguintes Instituições de Ensino Superior:

Nº	Código	Instituição	Modalidade	Vagas
1	383	Universidade da Amazônia (UNAMA)	Presencial	918
2	569	Universidade Federal do Para (UFPA)	Presencial	200
3	792	Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)	Presencial	576
4	1423	Faculdade Ideal Wyden	Presencial	200
5	2036	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	Presencial	350
6	2426	Centro Universitário Fibra (UNIFIBRA)	Presencial	280
7	2459	Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA)	Presencial	150
8	2745	Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ)	Presencial	150
9	2859	Faculdade de Belém (FABEL)	Presencial	200
10	2911	Faculdade Pan Amazônica (FAPAN)	Presencial	100
11	3783	Faculdade Paraense de Ensino (FAPEN)	Presencial	100
12	4450	Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)	Presencial	300
13	13982	Faculdade Uninassau Belém (NASSAU-Belém)	Presencial	320
14	18077	Faculdade Cosmopolita	Presencial	100
15	18148	Faculdade Conhecimento & Ciência (FCC)	Presencial	100
16	22239	Faculdade Integrada de Advocacia da Amazônia (FINAMA)	Presencial	80
17	23894	Faculdade Pitágoras de Belém	Presencial	100

Fonte: e-MEC (2023), com adaptação.

Assim, as taxas de escolarização líquida e bruta calculadas para Belém demonstram a existência de deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região e a necessidade de ampliação da cobertura educacional para atender a este público.

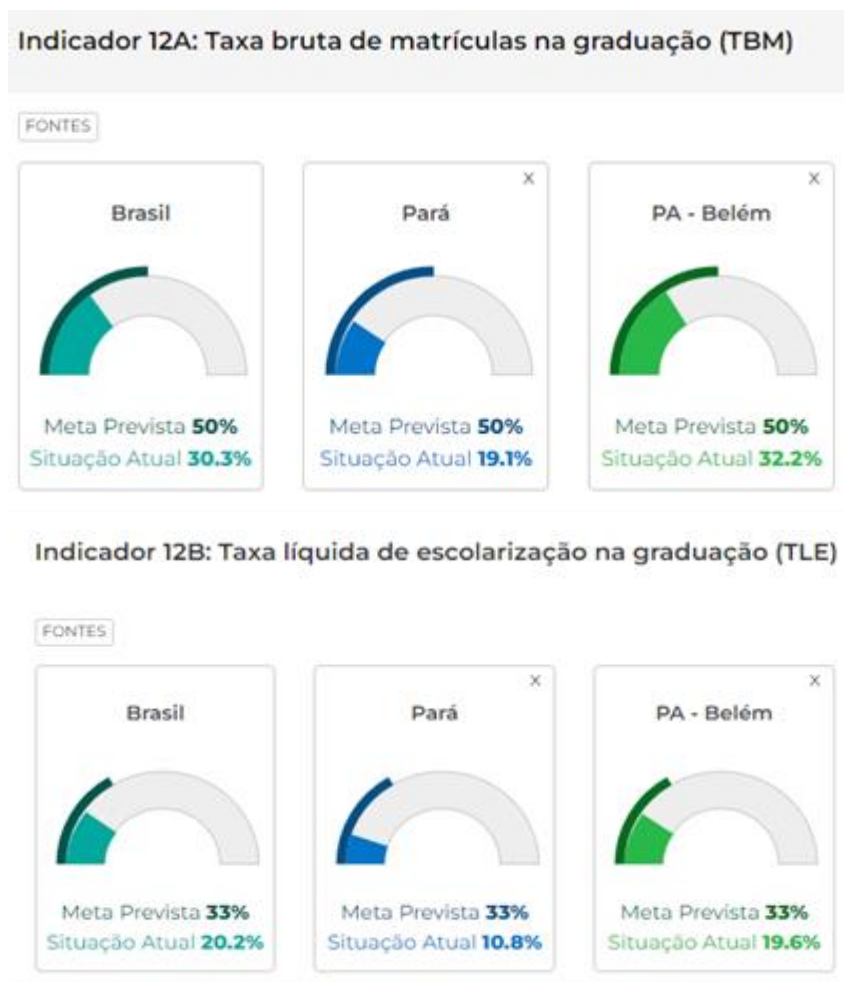
1.5. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior

O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina.

A Meta 12 do PNE é “Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta”. Expandir o acesso ao ensino superior é o grande desafio para aumentar a escolaridade média da população. Aumentar o número de vagas e manter mecanismos de inclusão de grupos historicamente desfavorecidos na educação (FIES e adoção de políticas afirmativas) são algumas medidas que devem ser desenvolvidas para que a meta seja atingida.

Conforme figuras que se seguem, a taxa bruta e a taxa líquida de matrícula na educação superior estão aquém das metas no Brasil, Pará e em Belém.

Figuras - Taxa Bruta e Líquida de Matrícula na Graduação / 2018



Fonte: SIMEC/MEC, 2021

Assim, as taxas de escolarização líquida e bruta calculadas para Belém demonstram claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região e a necessidade de ampliação da cobertura educacional.

1.6. Metas do Plano Nacional de Educação

A oferta de cursos superiores pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) está alinhada com os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no que tange aos seguintes aspectos:

- Aumentar a oferta de vagas no ensino superior em Belém, contribuindo para elevação da taxa bruta de matrículas nesse nível de ensino, que está distante da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE);
- Aumentar a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes em Belém, no Pará e na Região Norte, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino, que está distante da meta preconizada no PNE;
- Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior;
- Diversificar, regionalmente, o sistema superior de ensino, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região;
- Institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da iniciação científica, da extensão e da gestão acadêmica.

1.7. Demanda pelo Curso e Justificativa para a oferta do Curso

O Curso de Direito da Faculdade Conhecimento (FCC) foi autorizado no ano de 2018 com a convicção dos gestores da IES de que ele se faz permanentemente necessário para o desenvolvimento não apenas social e econômico, mas, por tratar-se de um profissional que se destaca no contexto social como um dos agentes de justificação e transformação da realidade.

Assim, a busca pela proteção de direitos e garantias individuais e sociais fundamentais da população da Região Norte do país, é conhecida nacionalmente pelos altos índices de exclusão social e de falta/ausência de acesso aos Direitos básicos e de constituição da cidadania plena.

Dessa forma, este Projeto Pedagógico do Curso de Direito pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, ambiental, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FCC, voltada à prestação de serviços educacionais de ordem privada, porém com norte no interesse coletivo com o fito de formar e capacitar cidadãos para atuar no mercado de trabalho nas mais diversas esferas da carreira jurídica.

O curso observa os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja proposta curricular atual do Curso está (inter) relacionada aos indicadores dos padrões de qualidade almejados pelo MEC e, ainda, aos propósitos da FCC em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Objetiva-se, através da mediação do seu corpo docente, a qualificação do profissional jurídico para interagir na sociedade, respaldada em padrões de ensino que permitam responder aos problemas centrais de uma sociedade em constante mudança e que necessita de defensores do Direito e da Cidadania para o seu desenvolvimento.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Direito em consonância com a missão Institucional. O Projeto Pedagógico do Curso de Direito articula suas ações através de um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso social.

Partindo-se do princípio que indica a educação como condição básica para o exercício da cidadania, justifica-se a oferta do Curso de Graduação em Direito pela FCC por ser ele capaz de difundir e discutir justificações; favorecer o conhecimento das leis, de seus motivos e dos procedimentos para assegurar sua efetividade; favorecer a inclusão social, a defesa do meio ambiente, da justiça socioambiental e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de uma região que apresenta sérios problemas de desigualdade e inclusão social, inclusive de baixo acesso à justiça, e hoje, é olhada sob a perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um “apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2023, *on line*).

No entanto, a justificativa do Curso de Direito para atender a região do Estado do Pará, sustenta-se não apenas em questões relacionadas às necessidades dos cidadãos, mas por singularidades que serão delineadas a seguir.

1.7.1 Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: perspectivas acerca do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE)

A iniciativa de ofertar um curso de graduação em Direito na região da FCC, advém, *a priori*, da perspectiva de dissonância quando em comparação com outras Regiões do Brasil como o Sul e Sudeste.

Apenas a título de exemplo deste cenário, no Norte e no Nordeste, diferente de regiões como o Sudeste, o número de matrículas na Educação Básica ainda é maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares, pois as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado. Logo, é imprescindível que se incentive cada vez mais a iniciativa privada a investir nas regiões Norte e Nordeste, inserindo o máximo de alunos nas universidades e dando oportunidade igual para todos.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do processo de expansão do Ensino Superior que vem crescendo na última década, estamos ainda bem longe da meta da entrada de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo Plano Nacional de Educação, pois é urgente que as IES, construa uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes, práticas e metodologias.

Tal dimensão torna-se ainda mais necessária se consideramos o atual contexto de desigualdade e exclusão social, mudanças ambientais e agravamento

da violência, que coloca em risco permanente a vigência dos ODS e dos direitos humanos, ficando a cargo das Instituições de Ensino Superior (IES) responder a esse panorama o qual vivenciamos, contribuindo não só com a sua capacidade crítica, mas com olhar democrático e emancipador que sirva de baliza norteadora para toda a sociedade.

Vale destacar que as regiões Norte e Nordeste tiveram um olhar mais criterioso do governo federal nas últimas décadas, com diversas formas de investimento e incentivos que fizeram inúmeras indústrias e investimentos nacionais e internacionais se estabelecerem nessas regiões.

O resultado disso é que ambas as regiões demonstraram um grande avanço socioeconômico, principalmente na última década; e a Região Norte foi a que mais se desenvolveu nesse espaço de tempo. Porém, esse avanço não foi suficiente para tornar as mazelas sociais e a desigualdade equiparadas aos outros estados do Brasil, pois o aumento do poder econômico, por vezes, acaba que tornando os problemas relacionados à saúde, educação, acesso à justiça e bem-estar social mais visíveis.

Nesse contexto, o curso de Direito da FCC vem ao encontro das demandas sociais relacionadas à área do Direito na região Norte e, mais precisamente, na Capital Belém.

Assim, pode-se afirmar que o Curso de Direito da FCC tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma da concentração de profissionais em Direito no Sul e Sudeste, mas viabilizar a oportunidade de acesso ao curso, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, partindo da perspectiva de reduzir as desigualdades de ofertas de cursos de Direito entre as diferentes regiões do país.

1.7.2 Demandas de natureza socioeconômica, cultural e ambiental: perspectivas profissionais

A partir do Cadastro Nacional de Profissionais mantido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do IBGE (2022), o Brasil é o país com a maior proporção de advogados por habitante do mundo (não inclusos estagiários e suplementares). Ao todo cerca de 1,3 milhão de advogados exercem regularmente a profissão. Por outro lado, segundo o levantamento de Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem mais de 100 milhões de processos judiciais.

Porém, configurando-se em um país de dimensões continentais como o Brasil, esse cenário passa a ter algumas peculiaridades bem marcantes, passa-se a perceber algumas distorções na distribuição geográfica desses profissionais, haja vista, grande parte está concentrado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e

Rio Grande do Sul, mas possuem apenas cerca de 40% da população brasileira. Isso revela uma disparidade na relação estados X população X nº advogados.

Essa divisão distorcida entre os estados brasileiros é facilmente explicada a partir do número de cursos de Direito em atividade no Brasil, os quais em sua maioria estão concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Ressalte-se que essas profundas oscilações de tempos processuais nas diferentes regiões brasileiras, comprometem a expressão de um Poder Judiciário nacional, em afronta ao direito à boa governança judicial, com transparência e responsividade.

No entanto, vale frisar que as disparidades judiciais aqui vislumbradas se estendem a outras expectativas sociais entre as regiões brasileiras, mesmo considerando o fato de que a última década é demarcada por um crescimento socioeconômico e configuração de políticas descentralizadas de combate à fome e à exclusão com foco no norte e nordeste brasileiro que, mesmo assim, continuam no topo dos índices da desigualdade.

Por fim, vale ressaltar também a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Direito: sediado em uma região de grande adensamento populacional da Grande Belém, esse curso está se consolidando não apenas como um meio de atender às demandas instituídas pelo contexto de mercado em que se insere, mas, e principalmente, dada a sua realidade de ingressantes de variadas classes sociais.

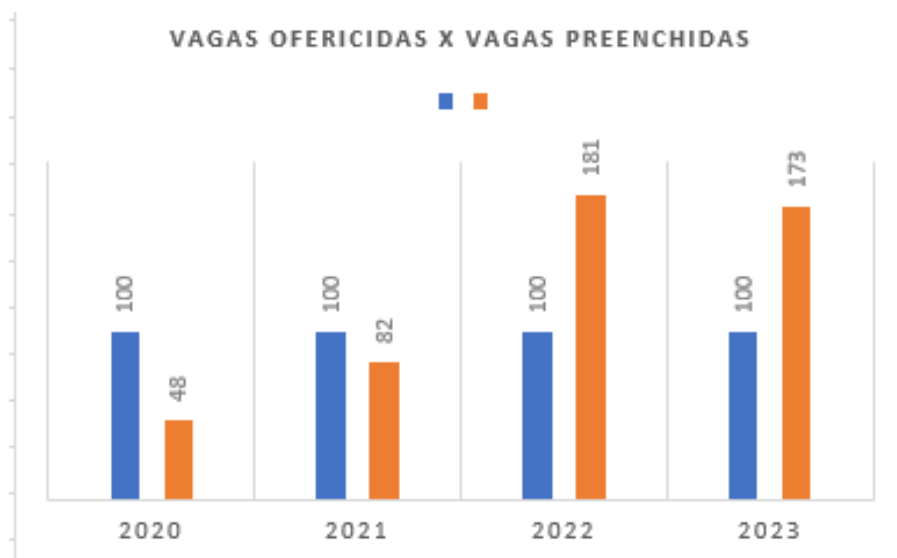
Esse projeto de curso não se constitui apenas como um instrumento para formar advogados ou profissionais do âmbito jurídico, mas como um meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos e justiça e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático e o acesso à educação superior e a todas as profissões e cargos, a que todo o cidadãos almejam e têm igual direito.

1.8. Estudos Periódicos sobre a Adequação do Número de Vagas

Considerando os dados quantitativos e qualitativos que refletem o cenário de inserção do curso, assim como a pesquisa junto à comunidade acadêmica, o curso foi autorizado e é ofertado com 100 vagas anuais.

CURSO DE DIREITO	Período	Nº de Vagas Anuais Ofertadas	Vagas Preenchidas
	2020	100	48
	2021	100	82
	2022	100	181
	2023	100	173

Fonte: Secretaria Acadêmica



Fonte: Secretaria Acadêmica

O número de vagas ofertado tem como premissa a preocupação com a qualidade da oferta, observando parâmetros essenciais para o seu desenvolvimento. Além disso, considera dados populacionais da região de inserção da FCC, no sentido de manter sua viabilidade econômica.

Tendo em vista a evolução da relação entre vagas oferecidas e vagas preenchidas, percebe-se que as 100 vagas estão adequadas as condições do curso, e as vagas ociosas que ficaram em decorrência de cancelamentos, transferência e Trancamentos, as vagas foram preenchidas, visando o planejamento de sustentabilidade financeira da IES.

2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1. POLÍTICAS DE ENSINO

A FCC, ao definir os termos da sua política de ensino de graduação, compreende que a educação superior se insere no contexto das revoluções cognitivas e tecnológica. O ensino é um processo formativo, interativo e intencional sistematizado com as práticas pedagógicas, com a função de fomentar o processo de ensino e aprendizagem contribuindo para o desenvolvimento do exercício da cidadania para um diferenciado posicionamento como sujeito de transformação social.

Neste contexto, a FCC tem como princípio pedagógico a **indissociabilidade do ensino-aprendizagem, da pesquisa (iniciação científica) e da extensão**. Há que se destacar que a vinculação dessas ações está diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infraestrutura necessária, o que a Faculdade disponibiliza à comunidade acadêmica e à sociedade.

Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos

problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, proporcionando o que se determina na missão Institucional, em cumprimento com o compromisso da Instituição, promovendo o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, da sociedade.

A política de ensino da FCC possui a visão holística tendo o aluno como centro do processo de aprendizado e as considerações de sinergia:

Metodologias e Práticas Inovadoras

Objetivando o processo formativo, a FCC utiliza conteúdos dinâmicos da realidade cotidiana, desenvolvendo trabalho interdisciplinar, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Assim, a metodologia faz uso dos instrumentos da revolução tecnológica disponíveis e que se apresentam em total consonância com a metodologia estabelecida pela FCC.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época.

Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, serão orientados metodologicamente seguindo seguintes princípios:

- **Momento motivacional, de provocação do desejo situacional:** abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história que podem ser pesquisados pelos alunos a partir de milhares de possibilidades em web produtos e/ou em visitas técnicas;
- **Momento de fundamentação teórica:** desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- **Momento da produção teoricamente fundamentada:** abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações criam os desafios cognitivos permanentes a serem utilizados no NPJ, e bases para seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, webnários nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de visitas técnicas a locais de interesse dos estudantes como os Tribunais de Justiça, escritórios de advocacia, ONG's relacionadas aos Direitos Humanos, Órgãos ligados à justiça e à defesa da cidadania.

Aliado a esse preceito, o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pela FCC, incentiva a interdisciplinaridade, transversalidade e a incorporação de avanços tecnológicos, mediante utilização de metodologias ativas.

Através das metodologias ativas de aprendizagem, o aluno deixa de ser passivo no desenvolvimento acadêmico e constrói um papel fundamental de participação pró-ativa nas aulas e demais cenários da estratégia pedagógica.

Entre as estratégias de ensino que são utilizadas, destacam-se:

- a) aulas teórico-práticas e práticas;
- b) projetos de iniciação científica, numa perspectiva interdisciplinar;
- c) práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios etc.;
- d) consultas supervisionadas em biblioteca para identificação crítica de fontes relevantes;
- e) aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos da área;
- f) visitas, documentadas através de relatórios, a pessoas jurídicas e conceitos históricos, o avanço da sociedade.
- g) projetos de extensão e eventos de divulgação do conhecimento;
- h) elaboração e avaliação de projetos para organizações;
- i) realização de atividades extracurriculares;
- j) estudo de casos;
- k) práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnico-jurídica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, em suas vertentes de cidadão e profissional.

2.1.1 Política de Educação Ambiental

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) reconhece que a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior é fundamental para a ampliação e disseminação do tema junto à sociedade.

A verdadeira educação holística desenvolvida pela FCC enseja um processo de formação de profissionais e cidadãos com perspectivas de futuro sustentável (Educação Ambiental) com harmonia entre o Homem e a Natureza.

A inserção de questões ambientais na FCC é desenvolvido pelo Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, em ações pautadas em iniciativas pró-ambientais de colaboradores, docentes, gestores, funcionários e alunos e ainda, em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de

25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do Curso de Direito, com modo transversal, contínuo e permanente.

Desse modo, serão ações sistemáticas na IES:

- a) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;
- b) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;
- c) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;
- d) Sistematização no site da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Nesse sentido, a IES tem a consciência de que não bastam apenas ações voltadas à sensibilização ou fomento à educação ambiental, mas ações concretas também no âmbito dos currículos implantados.

Desse modo, serão ações sistemáticas na IES:

- e) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;
- f) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;
- g) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;
- h) Sistematização no site da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino e ementas que possuem a curricularização de extensão, e componentes curriculares com conteúdo Regionais, abordando as expectativas socioambientais e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

2.1.2. Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

A FCC tem plena consciência de sua responsabilidade ética na implementação dos direitos humanos, liberdades fundamentais e igualdade social.

Nesse sentido, as políticas institucionais da FCC se coadunam com dispositivos, tais como: Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012); Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena(Lei nº 9.394/96, Lei nº

10.639/2003 e nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004).

Assim, subsidiada pelas perspectivas dessas diretrizes, o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade ou por meio da Coordenação do Curso de Direito e Colegiado da FCC, traçou ações e projetos que estão sendo implementados sistematicamente na IES visando o atendimento dessas normas legais, bem como a implementação de suas próprias expectativas concernentes aos temas.

Assim, há expectativas sistemáticas e pontuais que estão sendo efetivadas na IES, conforme previsto no PDI, a saber:

- Cursos e Palestras voltados à sensibilização acerca do espectro autista;
- Projetos sociais voltados à proteção e divulgação da cultura indígena e de quilombolas;
- Projetos voltados à defesa dos direitos da mulher;
- Cursos e Palestra que discutam as políticas públicas para crianças e adolescentes;
- Seminários voltados à história da África e da cultura afro-brasileira;
- Dentre outras.

A IES possui convênio com Centros Comunitários para realização do projeto “A FCC vai à comunidade” no qual visa o acesso à democratização da justiça aos grupos em situação de vulnerabilidade social e financeira, e demais projetos em conjunto com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) que tem como proposta a execução do NPJ Itinerante em prol de ações sociais oferecendo serviços jurídicos a comunidade externa.

2.1.3. Política de Educação em Direitos Humanos

A FCC tem plena consciência da responsabilidade na implementação dos direitos humanos e no fortalecimento das liberdades fundamentais em consonância com a diversidade étnica e suas relações na sociedade.

Nesse sentido, constituem-se políticas institucionais que baseiam-se fundamentalmente nas políticas de responsabilidade social da IES delineadas em seu PPI e em expectativas do Ministério da Educação: Educação em Direitos Humanos, (Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012); Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 9.394/96; Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004)

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social.

Como objetivos específicos, pretende-se promover a educação para a mudança e para a transformação social, nos termos da Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012, com base no que segue:

1) compreensão e possibilidade de atuar nas dificuldades, não somente no que diz respeito à profissão, mas particularmente em relação às questões de ordem pessoal, emocional, afetiva e espiritual;

2) possibilidade de criar condições para manter o encantamento entre a comunidade, visando a prevenção de problemas de saúde como: estresse, depressão, síndrome bipolar, fobias, síndrome do pânico, entre outros;

3) aprimoramento nos relacionamentos, inibindo atitudes agressivas, narcisistas e autoritárias;

4) uso da intencionalidade, do inconsciente e do invisível para o crescimento e educação do ser humano;

5) desenvolvimento da arte de se auto perceber, da visão abrangente de si mesmo, da construção do sentido de o próprio existir;

6) aprendizado sobre quem realmente se é, através de um caminho constante de autodescoberta, acolhimento e aceitação amorosa de si mesmo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que sintetiza e alerta para o planejamento geral da instituição. Portanto, este documento de PDI leva em todas as suas prerrogativas, o ajuste de suas ações perante as novas políticas públicas e em especial às ações afirmativas advindas da última década. Em âmbito operacional as disciplinas das matrizes curriculares e os conteúdos ministrados são selecionados tendo em vista o perfil do egresso e as competências e habilidades a serem desenvolvidas, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais.

4.2. POLÍTICAS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A FCC terá como missão a constituição de projetos de iniciação científica, privilegiando as investigações em termos de problemáticas relacionadas à área do Desenvolvimento Sustentável, Direito Ambiental e dos Direitos Humanos, áreas estas de grande impacto social na Região Norte.

Vale destacar que a IES possui revista científica com ISSN que abre desde antes da sua inauguração espaço para a discussão do Direito, pois se trata de um periódico em uma perspectiva multidisciplinar (VIDE SITE INSTITUCIONAL).

INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

Ao conceber e promover o processo formativo do seu Curso de Bacharelado em Direito, a FCC atende aos padrões de ensino cujo Projeto Pedagógico forma profissionais generalistas. Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, são preceitos dessa vertente.

Assim, como já apontamos, estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da FCC, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade paraense. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área de extensão;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com as atividades de ensino e iniciação científica;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As orientações gerais para apresentação de propostas de cursos e eventos de extensão.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares para o Curso de Direito estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: práticas jurídicas, simulados, oficinas, seminários temáticos, estágios, atividades complementares, etc.;
- b) Perspectiva dialógica plena entre o NPJ e a coordenação do curso;
- c) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará no âmbito jurídico;
- d) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- e) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- f) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- g) Respeito à ética profissional;
- h) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade jurídica e profissional e buscar alternativas para os problemas concretos da sociedade;

- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à operação do Direito;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Por sua vez a política de iniciação científica possui os seguintes objetivos:

- Priorizar os projetos voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade;
- Valorizar os projetos de iniciação científica interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de iniciação científica como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Estimular a disseminação de conhecimentos, organizando e publicando as produções intelectuais de professores e alunos, mediante trabalhos, compêndios, anais, monografias e livros;
- Promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes.

Os projetos de iniciação científica são implementados pelo coordenador específico desta área, designado pelo Diretor (a) Acadêmico, e envolvem atividades intercursos além de projetos dos cursos ativos na graduação, destacando:

- Os projetos de iniciação científica devem ser elaborados por professores vinculados à Instituição, cabendo ao Colegiado de Curso, a que estejam vinculados, manifestar-se a respeito;
- Aprovada pelo Colegiado de Curso, a proposta deve ser encaminhada à Diretoria para análise e, posteriormente ao Conselho Superior para deliberação final;
- A execução do projeto, se aprovado, cabe à Coordenação de Curso respectiva; quando o projeto envolver mais de um curso, caberá à Diretoria disciplinar a sua execução.

Cabe ao Conselho Superior (CONSUP) regulamentar as atividades de iniciação científica nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

Para financiamento de projetos, a seleção contempla, entre outros, os seguintes critérios gerais:

- a) relevância do tema proposto;
- b) concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes;
- c) cronograma de trabalho.

A divulgação no meio acadêmico e a transmissão dos resultados para a comunidade ocorre mediante a realização anual de evento específico de iniciação científica, no qual professores e alunos apresentaram as atividades desenvolvidas junto aos projetos aprovados e financiados. Desse evento, são produzidos anais e/ou periódicos com os resumos dos trabalhos.

No tocante à inovação tecnológica e ao desenvolvimento artístico e cultural, a FCC oferece o mesmo apoio dispensado para as atividades de iniciação científica.

A pesquisa é traduzida por temáticas que são afetas às áreas de concentração e às linhas de pesquisa existentes na IES, assim como pelos convênios e parcerias firmados com instituições e órgãos governamentais, cuja implantação ocorre partir do ano de 2023.

Em relação ao Projeto Interdisciplinar de Produção Científica em Direito, este se apresenta intimamente relacionado com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2017) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que versa em sua dimensão 1 sobre a organização didático-pedagógica, e seus diversos indicadores sobre as práticas comprovadamente inovadoras e exitosas voltadas para promoção de oportunidades de aprendizagem que estejam alinhadas com o perfil do egresso, a partir de políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o Projeto Interdisciplinar atende as especificidades das políticas de iniciação científica da FCC e também na dimensão internacional no âmbito dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme exposto: "A Meta 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes – diz respeito ao esforço mundial para a consolidação de sistemas judiciais acessíveis a todos". Nesse bojo, destaca-se que o documento da ONU é resultado do engajamento mundial de 193 países – incluso o Brasil – para, até o ano de 2030, conciliar: crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

A iniciação científica do Curso de Direito da FCC contempla o projeto Interdisciplinar de Iniciação Científica, sendo dividido em oito linhas/eixos, são eles:

a) EIXO 1: Livre participação de Docentes e Discentes aderindo ao projeto de Iniciação Científica Institucional (PIBIC) com escolhas de temas interdisciplinares - o estímulo a participação de oficinas, de elaboração de artigos científicos e seminários, podendo ser avaliativos, promovidos pelo Curso de Direito da FCC;

b) EIXO 2: Criação do Grupo de Pesquisa denominado "Direito, Organização Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades

Pesqueiras (ou Tradicionais) da Amazônia Brasileira com a finalidade de incentivar e proporcionar o estudo, a pesquisa e a produção científica.

As Linhas de Pesquisa deverão contemplar de forma isolada ou em conjunto as áreas de atuação/concentração, são elas:

- b.1) Multiculturalismo e transnacionalização do Direito
- b.2) Direito dos povos e comunidades tradicionais
- b.3) Sustentabilidade
- b.4) Constitucionalismo e concretização de direitos
- b.5) Direitos Humanos e garantias fundamentais
- b.6) Trabalho, inovação, tecnologia, sustentabilidade e dignidade humana
- b.7) Controle Social, segurança cidadã e justiça
- b.8) Direito privado e repersonalização do Direito Civil

c) EIXO 3: Produção de livro acadêmico Interdisciplinar contendo artigos científicos ou publicação na Revista Conhecimento e Ciência da FCC elaborados por discentes em conjunto com os Docentes do Curso de Direito da Instituição.

Por fim, é importante fazer referência que as atividades de pesquisa desenvolvidas são supervisionadas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão, a qual busca criar, estimular, orientar e fortalecer os projetos de pesquisa na IES. Ademais, existem disciplinas específicas, onde os alunos trabalham a pesquisa, como é o caso da disciplina de Metodologia e das disciplinas de Trabalho de Curso I e II. Ao lado disso, de forma transversal, os docentes em algumas disciplinas incentivam a pesquisa e a produção científica, sendo que o resultado destas, em alguns momentos, na realização dos trabalhos acadêmicos geram ou podem gerar produtos.

Desta forma, o Projeto Interdisciplinar de Produção Científica em Direito busca alcançar simultaneamente as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Direito e os indicadores do Instrumento de Avaliação do Curso SINAES (2017). Os professores dos componentes curriculares referentes ao semestre, participam diretamente do projeto, e devem, conjuntamente, orientar os alunos para o desenvolvimento das atividades, sob a coordenação dos orientadores metodológicos dos semestres letivos, com base no conceito de interdisciplinaridade.

A produção científica do Projeto Interdisciplinar é anual e agrega valor substancial à qualidade dos TCC's do curso de Direito e ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

2.2. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As políticas e ações acadêmico-administrativas de extensão possibilitam práticas inovadoras na medida em que estão voltadas para a melhoria das

condições sociais da comunidade externa. A curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da IES, está em conformidade com a estratégia 12.7, da Meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que orienta os cursos de graduação a assegurar 10% de seus créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, bem como da legislação mais recente que é a Resolução Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

A extensão está sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volta para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a iniciação científica, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

Assim sendo, são objetivos da política de extensão:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, geração de emprego e ampliação da renda;
- Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;
- Valorizar os programas de extensão interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e para a solidariedade nacional e internacional;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.

O planejamento de Projetos extensionistas podem ser desenvolvidos metodologicamente por meio dos seguintes formatos:

Modalidade de Atividade Extensionista:

I - programas / projetos;

II - cursos;

III - eventos;

IV - prestação de serviços.

Na elaboração, encaminhamento, aprovação e execução de projetos de extensão, são observados os procedimentos a seguir:

- Os projetos de extensão são elaborados por professores vinculados à Instituição, cabendo ao Colegiado de Curso, a que estejam vinculados, manifestar-se a respeito;
- Aprovada pelo Colegiado de Curso, a proposta é encaminhada à Diretoria para análise e, posteriormente ao Conselho Superior para deliberação final;
- A execução do projeto, se aprovado, cabe à Coordenação de Curso respectiva; quando o projeto envolver mais de um curso, cabe à Diretoria disciplinar a sua execução.

O financiamento das atividades de extensão inclui recursos próprios da Instituição ou de terceiros, captados junto a organizações da região, públicas e privadas. Para financiamento de projetos, a seleção contempla, entre outros, os seguintes critérios gerais:

- a) relevância do tema proposto;
- b) concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes;
- c) cronograma de trabalho.

Eventos são definidos como a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto artístico, cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

O Conselho Superior aprova as atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, funcionamento e financiamento. A divulgação no meio acadêmico ocorre mediante a realização anual de evento específico de extensão, no qual professores e alunos apresentam as atividades desenvolvidas junto aos projetos aprovados e financiados.

A elaboração das ementas com possuem a Curricularização de Extensão serão elaboradas pelo Colegiado do Curso de Direito, em consonância com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Na articulação de do Processo de ensino–aprendizagem, é desenvolvido algo exitoso e inovador que fortalece a missão das atividades extensionistas visando a valorização da missão Institucional, sendo assim, incluído o conteúdo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando as quatro principais dimensões do convívio humano – a social, a ambiental, a econômica e a institucional, constituídas por 17 objetivos que devem ser trabalhados por todos os países, esses objetivos tratam várias situações que requerem atenção especial para o devido desenvolvimento do ser humano, Assim, sendo desenvolvidos pelos órgãos públicos e pela iniciativa privada e, no caso da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), eles ajudarão a nortear as atividades extensionistas no Curso de Direito.

Além do que já foi descrito sobre os projetos extensionistas, todas as ações terão o auxílio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que junto com o curso de direito no eixo de ensino poderão criar ações e projetos inclusive de políticas públicas,

propôs projetos de leis tudo em prol da responsabilidade que nos assiste no âmbito do Curso de Direito em prol do desenvolvimento humano, social, e desenvolvimento sustentável.

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

Conforme citamos no contexto educacional e justificativa deste curso, o profissional almejado tem estreito laço com a realidade das necessidades jurídico-sociais da Região Norte em que se insere.

Dessa forma, antes de delinear os objetivos, perfil do egresso e outros elementos que compõem as expectativas do curso de Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), há que se destacar a gênese do curso: a inter-relação do curso com as expectativas institucionais e a sua inserção regional.

Como os outros cursos da FCC o curso de Direito advém das nuances que compõem o desenvolvimento institucional e a relação com a região em que se insere, estabelecendo um percurso formativo sempre em consonância com as necessidades regionais e as características inerentes a sua população.

Cabe lembrar então, que o curso serve, *a priori*, a sua população direta: a comunidade composta pelo Estado do Pará.

Da mesma forma, o curso se estabelece no afã da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, buscando diminuir as desigualdades educacionais entre as diferentes regiões do Brasil que não pode ser relegada unicamente à iniciativa pública, pois além de dever do Estado, é dever e responsabilidade de todos a busca pelo crescimento do país, o que só será possível pela oportunidade igualitária a todos os cidadãos indiferente à realidade em que se insere.

Desse modo, inicia sua concepção estrutural a partir das Diretrizes Curriculares para a graduação em Direito estabelecidas pelo MEC, mais especificamente a Resolução CNE/CES nº 09/2004 e as políticas instituídas no Projeto Pedagógico Institucional da IES.

Assim, o curso de Direito é também uma ferramenta de alcance de objetivos institucionais, a saber:

- Oportunizar à comunidade da Região Norte do Brasil as mesmas oportunidades de formação profissional, até este momento relegadas somente à grandes grupos educacionais e universidades públicas;
- Promover o ensino, a pesquisa e a extensão pelo cultivo do saber, nos domínios da ciência do direito e de suas técnicas, e sua aplicação a serviço do progresso da comunidade e da pessoa humana;

- Contribuir para a formação geral e técnica da comunidade, mediante o preparo de profissionais qualificados nos diferentes campos da carreira jurídica;
- Atuar no processo de desenvolvimento da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência;
- Colaborar no esforço de desenvolvimento do País articulando-se com poderes públicos e com a iniciativa privada para o estudo de problemas em âmbito regional e nacional;
- Formar profissionais de Direito com plena consciência de seus papéis frente à luta contra as desigualdades sociais, a defesa do meio ambiente e a melhoria de todos os setores de sua região de inserção;
- Participar, mediante a promoção de iniciativas culturais e a prestação de serviços assistenciais e técnicos, na solução de problemas da comunidade.

Assim, no processo de constituição do curso de Direito, mais precisamente no que concerne à sua identidade, estabeleceu-se que o mesmo teria como norte formativo a associação com a realidade regional, no que chamamos neste projeto de “Orientação para o Desenvolvimento Jurídico Socioambiental”.

Desta forma, além do norte estabelecido pelas DCN's que estabelecem os eixos de Formação Integral, Formação Profissional e Formação Prática, o curso buscará compor o Eixo de Formação da Responsabilidade Socioambiental e da Cidadania será instituído por um conjunto de componentes curriculares voltados à defesa do patrimônio ambiental que é a grande riqueza e diferencial da Região Norte e da busca pela consciência do egresso de sua responsabilidade sobre a comunidade em que se insere e a defesa dos direitos dos cidadãos, sempre com um olhar voltado à realidade local.

Em suma, conforme apontamos no início dessa seção, trata-se de buscar constantemente meios de garantir a ideia de um perfil profissiográfico contextualizado regionalmente. Nesse sentido, as expectativas norteadoras deste Projeto Pedagógico contribuem para a regionalização do Curso de Direito, na medida em que buscam articular conteúdos voltados para a realidade regional e desenvolver áreas do Direito, essenciais para a região onde o curso é oferecido.

Trata-se da operacionalização prática de um profissional que compreende o fenômeno jurídico como um meio de mudar positivamente a sociedade em que se insere, seja no âmbito de defender as políticas público-jurídicas que compõem a vida dos cidadãos e das reservas naturais de sua região, seja no âmbito de entender e defender o exercício pleno da cidadania e do Direito de todos.

Assim, cabe ao egresso do curso, decorridos os 05 (cinco) anos de sua formação na graduação, defender e exercitar a cidadania na exata dimensão do comando constitucional estabelecido desde 1988: a dignidade da pessoa humana. Para tal, esse profissional deve necessariamente agremiar, durante o período da graduação, bases sólidas de conhecimento humano, técnico e científico, de modo a fomentar no seio social a plenitude dos dogmas e conceitos de natureza jurídica,

alicerçando, com primazia, o estado democrático de direito com a devida responsabilidade socioambiental.

Logo, o a proposta identitária do curso de ser voltado ao “Desenvolvimento Jurídico Socioambiental” e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que busca conceber uma formação de profissionais do Direito com elevado nível de preparo intelectual e consciência socioambiental, qualificados para o exercício técnico e profissional do Direito; e que percebam o Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania. Ou seja, trata-se de um profissional em Direito que possui o instrumental necessário para compreender a realidade dentro da qual exercerá sua profissão, agindo sobre ela.

A Instituição se preocupa em proporcionar a “qualidade do ensino”, concordamos, assim se espera, que um “bom ensino” deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos estudantes nos exames oficiais de avaliação: ENADE, exames de qualificação profissional, concursos públicos etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem.

O que se almeja então é incentivar a percepção e a compreensão normativa da vida social no seu processo de mudança, ao invés de transmitir um conhecimento abstrato e, por ser dogmático, desvinculado de suas referências de realidade. Dessa forma, o domínio do conhecimento jurídico deve ultrapassar o aspecto meramente positivista, possibilitando que o aluno perceba o Direito não como um fim, mas, como já afirmamos, como um instrumento de transformação.

Sendo conquista do discente, a aprendizagem como metacognição depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Podemos mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra, inclusive extraclasse onde as horas de estudo são fundamentais para a apreensão do conhecimento pelo aluno. Nesta “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como nosso objetivo principal é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os estudantes.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) observados os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), foi concebido com base nas Resoluções da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Ressalta-se também que este PPC está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito atende a Resolução Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial.

Atende ainda ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Para isso, é ofertada pela IES, formação geral, sólida e integral, almejando a conquista de um profissional adaptável e com suficiente autonomia intelectual, capacitado para continuar a buscar conhecimentos após a graduação e comprometido com as transformações sociais, políticas e ambientais que eclodiram neste século.

O século XXI destacou-se por um grande avanço tecnológico que trouxe transformações significativas para a vida do homem e para a relação entre estes e o meio ambiente físico e social. Estes avanços provocaram mudanças radicais na vida cotidiana, na sociabilidade e no trabalho, alterando profundamente a relação entre emprego e formação profissional. Grandes mudanças sociais, exacerbadas pela covid-19, também se apresentam trazendo, subjacente ao seu movimento, reflexões profundas sobre o papel da educação e de cada um, enquanto cidadão e profissional, para a construção de uma nova cultura e sociedade, onde a hibridização entre a teoria e a prática; e, a utilização de ambientes, materiais e possibilidades diversificados (CARBONELL, 2016); se fazem presentes no processo de ensinagem.

As perspectivas para este novo momento estão em torno da valorização do conhecimento e do saber e da facilidade de acesso às informações disponibilizadas em redes, cada vez mais amplas e abrangentes, propiciando e exigindo do estudante inteligências múltiplas: emocional, funcional, acadêmica ou analítica, criativa e da inteligência prática (GARDNER apud TEIXEIRA; 2016). No entanto, já é notável que o domínio do conhecimento sem o desenvolvimento da dimensão humana e político-social gera uma sociedade desigual e caótica.

Se por um lado, o acúmulo histórico do conhecimento e as tecnologias avançadas exigem profissionais cada vez mais bem preparados e competitivos, capazes de responder à demanda crescente no mundo de economia e mercados globalizados; pelo outro, o desenvolvimento de outras competências é essencial para garantir um profissional que, com formação básica sólida e potencial de autoeducação e autogestão, possa propor e se adaptar a novas situações tão frequentes no mundo em transformação.

Com vistas à consecução de seu propósito principal, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito baseia-se primordialmente em 02 (duas) premissas:

- Nova abordagem do ensino que, baseada na integração de conhecimentos, torna mais eficaz o aprendizado;
- Abordagem ao ensino fundamentada na utilização de metodologias de ensino que flexibilizam as oportunidades de aprendizado, permitem a experimentação da realidade através de sua simulação, além de individualizarem o processo de apropriação e instrumentalização do conhecimento.

A filosofia de sustentação do programa de ensino-aprendizagem do Curso de Graduação em Direito baseia-se no desenvolvimento de mecanismos interdisciplinares eficazes que permitam a formação de profissionais adaptáveis e com autonomia intelectual suficiente, condição necessária para que o egresso consiga superar os desafios jurídicos. Novas condições de exercício profissional e produção de conhecimento.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito está pautado em novos paradigmas, numa visão multi referencial, baseado no crescimento pessoal e profissional constante.

A FCC aprofundará e estimulará propostas criativas, críticas e inovadoras e desenvolverá uma prática de novas relações com o mundo, a fim de preparar o profissional para tomar decisões e transformar a realidade onde atua.

O Curso de Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) busca, em sua organização didático-pedagógica, cumprir a concepção de educação superior com o princípio da indissociabilidade entre ensino, atividades investigativas e extensão, disposto no art. 207 da Constituição Brasileira, de 1988, e terá como parâmetro as Diretrizes Nacionais nos termos da Resolução CNE/CES 5/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 122. Republicada no Diário Oficial da União (DOU), Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 47 e 48. Alterada pela CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021. E demais legislações pertinentes:

- I. Projeto Político Institucional da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC);
- II. Plano de Desenvolvimento Institucional da FCC - PDI;
- III. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- IV. Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- V. Resolução CONAES Nº 1 de 17 de junho de 2010 (NDE): Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

- VI. Resolução CNE/CES Nº 02, de 18 de junho de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- VII. Resolução CNE/CES Nº 03, de 2 de julho de 2007: Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- VIII. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- IX. Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- X. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

A Missão, a Visão e os Valores Institucionais expressas no item – Perfil Institucional do PDI serão observados e tratados como metas macro a serem observadas no curso.

O Plano de Metas e Ações estabelecido nas 10 Dimensões da Avaliação Institucional orienta no âmbito do curso as ações que são tomadas de forma a garantir a execução da missão institucional dentro dos padrões de qualidade definido pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

As políticas educacionais estabelecidas no Projeto Político da Faculdade ou Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) orientam a construção dos procedimentos acadêmicos de ensino-aprendizagem descritos nos planos de ensino e os processos avaliação de desempenho dos docentes e dos discentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam de forma mais específica os objetivos do curso e o perfil do egresso a ser formado.

Para tanto a Faculdade estimula de forma incisiva a gestão colegiada amparada nas decisões do Conselho Superior e Colegiados de Curso, sustentada nos seus documentos formais e demais legislações do Ensino Superior.

O Projeto Institucional da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) está pautado na reflexão, discussão e na colaboração de todos os segmentos envolvidos, assumindo seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente em suas ações que ele “estabelece os princípios da identidade Institucional, expressos em seus balizadores estratégicos: valores, missão e a visão de longo prazo; que norteiam as práticas pedagógicas, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como a sua incidência social e regional”.

Tais aspectos da política institucional são expressos no Projeto Pedagógico do Curso, na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias. As Atividades Complementares favorecem a flexibilidade e a

interdisciplinaridade do Projeto, além de atualizar os temas da conjuntura sempre mutante.

No Projeto Pedagógico de Curso, observa-se a materialização das políticas definidas no PPI da Instituição:

- I. Política de Ensino centrada no aluno, tendo o professor como mediador e facilitador do processo de aprendizagem; valorizando as práticas de metodologias ativas.
- II. Política de Contratação de docente que orienta para a escolha de profissionais com formação e experiência profissional adequadas para atuar na orientação dos alunos, em todas as atividades do projeto de curso;
- III. Política de Estágios regulamentada com instrumentos claros de acompanhamento e avaliação;
- IV. Política de Atividades Complementares regulamentada com instrumentos claros de acompanhamento e avaliação e que privilegia a flexibilização na formação diferenciada dos alunos;
- V. Política de Apoio ao Estudante envolvendo: apoio psicopedagógico, nivelamento, monitoria, bolsa de iniciação científica, bolsa de estudo (apoio financeiro), apoio na participação em eventos e na publicação de trabalhos com reconhecido mérito acadêmico;
- VI. Política de Gestão participativa com representação de todo o corpo social.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo Geral

O Curso de Direito Bacharelado tem como objetivo capacitar profissionais para atuar nas mais variadas carreiras jurídicas, no âmbito público e privado, com consciência de sua responsabilidade para com a efetividade da justiça socioambiental e da cidadania.

Para atingir este objetivo, o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele as seguintes habilidades e competências:

- I. Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- II. Interpretação e aplicação do direito;
- III. Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;
- IV. Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- V. Correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito;
- VI. Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- VII. Julgamento e tomada de decisões;
- VIII. Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito; e,
- IX. Compreensão e inter-relacionamento dos fundamentos filosóficos e teóricos do direito com sua aplicação prática.

4.2. Objetivos Específicos

O Curso de Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) tem os seguintes objetivos específicos:

- I. Proporcionar aos estudantes visão e anseios de contribuir para as transformações da sociedade, com plena consciência dos direitos humanos e a expectativa socioambiental;
- II. Constituir egressos comprometidos e partícipes enquanto sujeitos políticos;
- III. Estabelecer a compreensão do Direito como uma ciência em permanente reelaboração e discussão, na qual o operador tem o papel fundamental de contribuir na tomada de novos rumos e na inauguração de novas interpretações e meios de aplicação;
- IV. Garantir uma formação geral das ciências jurídicas, em consonância com outras áreas do saber;
- V. Conceber o Direito como uma mediação para a formação de cidadãos e da inclusão social;
- VI. Constituir egressos que utilizem a ciência do Direito para a defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente em sua Região de Inserção;
- VII. Efetivar a plena defesa dos Direitos Humanos;
- VIII. Estabelecer de maneira integrada o saber técnico-jurídico e prático, a partir da indiciossabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- IX. Prestar serviços jurídicos à comunidade carente de forma a defender seus direitos.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A política da FCC é formar profissionais jurídico adaptáveis, com autonomia intelectual e suficiente para se adaptarem prontamente às necessidades emergentes, demonstrando raciocínio jurídico adequado, postura moral, senso de justiça e sólida formação humanística.

O Programa de Acompanhamento de Ex-alunos dispõe de banco de dados com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para facilitar o relacionamento contínuo entre a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC); e mecanismos para avaliar a adequação da formação profissional ao mercado de trabalho.

A política institucional a ser implementada no curso de Direito, em conformidade com o definido no PDI, será o Programa de Acompanhamento da Pós-Graduação, cujo objetivo se baseia nas necessidades de informação do mercado de trabalho. O PDI e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Direito ressalta que a Instituição de Ensino Superior (IES) manterá um programa de inovação e empregabilidade de acompanhamento ao acadêmico, de forma *online*, dedicado a alunos e ex-alunos com o objetivo de mantê-los vinculados à IES e ao mercado de trabalho.

A FCC fornecerá, em seu site, atualizações regulares sobre tendências do mercado de trabalho, artigos, boletins informativos, links de sites, bibliotecas de cursos e muito mais. Será mantida também a Avaliação Institucional sob a ótica do egresso como um dos instrumentos da Avaliação Institucional e que terá a finalidade de:

- I. Identificar as vantagens e desvantagens do currículo e fornecer subsídios para a reforma curricular;
- II. Determinar as necessidades de elegibilidade dos ex-alunos como subsídio para a realização de cursos de pós-graduação no âmbito do programa de educação continuada.

Além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) promove diversas ações no sentido de promover a atualização e aperfeiçoamento de seus egressos.

5.1. Perfil do Egresso

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) visa formar e qualificar profissionais em estreita articulação com os setores da sociedade, oferecendo também mecanismos para a educação continuada. O bacharel egresso do Curso de Direito da Instituição será um profissional orientado e consciente da finalidade do Direito como instrumento de transformação social, defesa do meio ambiente e construção da cidadania, com capacidade técnica para aplicar o Direito nos diferentes espaços da sociedade, no âmbito do Direito Público e Privado, para a atuação nos meios tradicionais e alternativos de administração de conflitos.

Perfil do Egresso
a) sólida educação geral e humanística e socioambiental
b) capacidade de análise e expressão de conceitos, princípios e argumentos através de uma atitude crítico-reflexiva, que privilegie a interpretação e avaliação dos fenômenos jurídico-sociais.
c) espírito de trabalho em equipe com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, técnico-jurídicos e sociopolíticos
d) a capacidade de reconhecer conhecimentos adquiridos e válidos para compreender a necessidade de conhecimento sistemático na ciência jurídica
e) seja capaz de aplicar conceitos em situações reais emergentes e seja capaz de analisar jurisprudência nas suas diversas áreas e sintetizar esse conhecimento no contexto de um caso específico.
f) avaliar a atividade consciente e avaliar o valor dos conhecimentos adquiridos no trabalho e na vida social, expressar os conhecimentos adquiridos na tradução como uma oportunidade de utilização e garantir a proteção dos direitos fundamentais.
g) uma visão interdisciplinar do direito, adaptando a sua formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e às diferentes realidades locais, regionais, nacionais e internacionais.
h) compreender o direito como um fenômeno sócio-político e ético multifacetado, e não apenas um conjunto de normas positivas;
i) compreender a eficácia das normas jurídicas com sentido de responsabilidade social e para a busca constante da libertação humana e da melhoria da sociedade

5.2. Competências e Habilidades

O Curso de Graduação em Direito da FCC possibilita a formação de profissional que revele as seguintes competências e habilidades:

- I. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir inovações na resolução de conflitos, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura na aplicação do direito;
- IV. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações pautado em direitos humanos presentes nas relações jurídicas e causais entre fenômenos sociais, judiciais e interpessoais, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos jurídicos;
- V. Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa,

vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da ética baseada em inovação no exercício profissional;

- VI. Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes áreas do direito, revelando-se profissional adaptável;
- VII. Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar petições, recursos e outros instrumentos processuais; e
- VIII. Desenvolver capacidade para orientação, consultoria e direção jurídica nas áreas do direito

Visando à educação continuada para os egressos de seus cursos de graduação.

Além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) promove diversas ações no sentido de promover a atualização e aperfeiçoamento de seus egressos. Nesse sentido, são realizados seminários e outros eventos congêneres de interesse dos egressos, bem como cursos de curta duração que são elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

No curso de Direito, os programas e eventos voltados para os alunos, já servem de referencial e base para o momento da chegada dos Egressos, e essas ações são:

1. Cursos e minicursos em áreas específicas ofertados periodicamente;
2. Acompanhamento e reuniões com grupos discentes já realizadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP);
3. Realização de pesquisa institucional (CPA) com formulário próprio destinado aos egressos, sendo enviado por e-mail para preenchimento e acompanhamento e base para melhorias futuras;
4. Oferta de palestras, “workshop’s”, “webnários” nacionais e internacionais, grupo de pesquisa, rodas de conversas e oficinas, congressos, Exposições, várias didáticos, Mine cursos, Seminários e dentre outras atividades conforme tabela abaixo, que contém tais eventos, justamente no período em que os impactos da pandemia afetaram diretamente o mercado de trabalho, exigindo novas competências.

5.3. Ampliação do Perfil do Egresso em Função de Novas Demandas Apresentadas pelo Mundo do Trabalho

O Curso de Direito da FCC, não possui graduados até o momento, mas oferece uma gama de programas de pós-graduação voltados para o mercado, principalmente em resposta à demanda decorrente do impacto da pandemia do COVID-19. Esta iniciativa visa abordar a evolução das condições de trabalho e as mudanças sociais provocadas pela pandemia.

Curso de Pós-Graduação
Povos Indígenas e Populações Tradicionais
Educação em Prisões: Direitos Humanos, Inclusão e Democracia
Segurança Pública e Direitos Penitenciário

Com base no que está determinado no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), as práticas exitosas e inovadoras, no âmbito do curso de Direito, são efetivadas através da promoção de encontros periódicos realizados pela Coordenação do Curso de Direito e Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), oferta de cursos livres, pós-graduação *lato sensu*, atualizações e eventos em parceria com outras instituições e escritórios jurídicos.

A Comissão Própria de avaliação (CPA) realiza pesquisa institucional direcionada aos egressos e alunos de pós-graduação para acompanhamento de necessidades e implantação de melhorias futuras.

6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

Conforme o PDI, são aplicados questionários para obter avaliações acerca do curso realizado, a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação.

Para formação do perfil profissional do Egresso, a organização didático-pedagógica do Curso de Direito desenvolve as seguintes habilidades:

- Capacidade de compreender o direito como fenômeno em construção, que a um só tempo influencia e sofre influências do contexto sociopolítico e econômico;
- Capacidade de interpretação e de aplicação do Direito, adequada significativamente ao contexto social da atuação profissional;
- Capacidade de inteligibilidade dos fenômenos jurídicos, como fenômenos sociais complexos, considerando as variáveis históricas e sociais de uma sociedade complexa e interdependente;
- Capacidade de pesquisa sobre as normas jurídicas, da dogmática e posição jurisprudencial;
- Capacidade de produção jurídica crítica e socialmente comprometida, que apresente domínio teórico e metodológico;
- Capacidade de atuação profissional, com sólido domínio teórico e prático informado por um acurado senso crítico;

- Capacidade de enfrentar profissionalmente questões jurídicas novas, através de práticas construtivas e criativas do direito existente e do direito insurgente;
- Capacidade de transmissão e reprodução crítica do saber jurídico;
- Desenvolvimento da ética pessoal e profissional, de forma a permitir uma atuação acadêmica e profissional comprometida com valores que respeitem a pluralidade, a dignidade da pessoa humana e os princípios inspiradores do Estado Democrático de Direito.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas/relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática e a oferta do componente curricular LIBRAS.

A estrutura curricular do curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. Desta forma, foram incluídas, além dos componentes curriculares específicos da área do curso, componentes curriculares de áreas afins e que podem contribuir para a compreensão da área do curso em sua integralidade.

O processo de Organização dos componentes curriculares do curso de Direito prever uma perspectiva interdisciplinar, garantindo a integração horizontal, vertical e transversal dos conteúdos na formação da cidadania e o exercício profissional.

Outras práticas interdisciplinares com o potencial de contribuir para a interação entre os conhecimentos são implantadas ao longo do curso, tais como:

- a) capacitações e reuniões de planejamento acadêmico dos docentes, visando a sincronização de atividades e programas e a coordenação comum das atividades pedagógicas;
- b) discussões coletivas sobre os problemas do curso;
- c) priorização da designação de docentes titulados, com experiência profissional e no exercício da docência superior (capacidade para abordagem interdisciplinar, apresentar exemplos contextualizados e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral);
- d) desenvolvimento de avaliações e de projetos interdisciplinares.

A carga horária total do curso é de 4.190 horas (em horas/relógio) distribuídas em 2.516,66 h/r em componentes curriculares, 306,68 h/r em atividades complementares: 483,33 h/r em estágio curricular, 250 h/r de práticas simuladas e

433,33 h/r em atividades extensionistas na conformidade das legislações que regem esse aspecto.

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, o curso de Direito implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória, obedecendo ao percentual mínimo de 10% da carga horária.

7.2. Conteúdos Curriculares

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), em consonância com o disposto nas Resoluções CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, articula conteúdos priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, e incluiu no PPC, conteúdos e atividades que atendem às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e (NR)

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação. (NR)

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito foi construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. O PPC busca a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a investigação científica e a extensão/assistência.

As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso estão em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotado pela Instituição.

7.2.1. Coerência do Currículo com os Objetivos do Curso

Conforme salientado anteriormente, o perfil do egresso foi elaborado com fundamento nas orientações da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), consubstanciadas no PDI e no PPI, bem como nas DCN do Curso de Direito e nas recomendações da OAB.

A capacidade de interpretação e aplicação da lei é desenvolvida na construção do conhecimento a partir das disciplinas do Eixo de Formação Fundamental e consolidada nas disciplinas do Eixo de Formação Específica e do Eixo de Formação Prática.

A atuação do professor em cada atividade é pautada na reflexão crítica, buscando envolver os alunos em uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos jurídicos e das mudanças sociais, ao mesmo tempo em que estão conscientes de suas próprias questões temporais e espaciais.

A atuação dos docentes, em cada atividade, pautada na crítica-reflexiva, busca contextualizar os alunos na compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais com consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Compete ao NDE e aos professores supervisores de avaliação a elaboração de questões dos diferentes temas de estudo que instiguem a compreensão e o inter-relacionamento dos fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.

7.2.2. Coerência do Currículo com as DCNs e demais legislações

O curso de Direito atende nas Resoluções CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- I. A carga horária do curso é de 5.028 h/a e 4.190 h/r
- II. Libras está sendo oferecida como disciplina optativa; (Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005)
- III. O tempo mínimo de integralização é de 5 anos;
- IV. Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido nos artigos 3º e 4º das DCN;
- V. Quanto as Práticas simuladas, a Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica ao protocolar as respostas às questões processuais que serão formuladas, deverá considerar a pertinência do assunto com a peça processual que está sendo realizada em sala de aula e no NPJ, considerando que a organização dos componentes curriculares do 7º ao 10º semestre, será:

➤ 7º semestre - Práticas Simuladas I - Empresarial

- 8º Semestre - Práticas Simuladas II – Penal
- 9º Semestre - Práticas Simuladas III – Trabalhista
- 10º Semestre - Práticas Simuladas IV – Previdenciário
- 10º Semestre - Práticas Simuladas V – Cível

Com as Práticas Simuladas procura-se desenvolver e estimular nos acadêmicos a habilidade de aplicar o direito a uma realidade (ainda que simulada) abordando discussão de processos judiciais reais, simulação de audiências, elaboração de peças processuais, julgamentos, visitas Técnicas aos órgãos competentes para identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. A Prática Simulada antecede a Prática Real para que o acadêmico já esteja seguro quando do atendimento de casos reais. No âmbito das disciplinas, portanto, somam a carga horária total de 300 horas Aulas e 250 horas relógios. As atividades realizadas estão em conformidade com a Lei nº 8.904/94, Portaria do Ministério da Educação nº 1.866/94, Resolução nº 09 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior de 29 de setembro de 2004 e Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Resolução CNE/CES 2 de abril de 2021.

- VI. O estágio supervisionado, com 433 h/r, atende ao estabelecido no Art 7º das DCN;
- VII. As atividades complementares atendem ao Art. 8º da DCN, com estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias, estágios; programas de extensão; estudos complementares; participação em cursos, seminários, conferências e congressos;
- VIII. O Trabalho de Curso atende ao Art. 10 das DCN, e será feito sob orientação docente;
- IX. Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado em Formação Geral I, Linguagem e Argumentação Jurídica (1º semestre) Será indicado aos professores que utilizem documentos que abordem temas relacionados às relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira. Antropologia Jurídica (1º semestre) A disciplina representa uma vertente direcionada ao estudo das normas em diversas etnias, onde por meio de seus métodos e técnicas de pesquisa, busca entender os saberes, as práticas, as crenças, o reconhecimento e história desses povos e a valorização de sua identidade, assim como as práticas jurídicas realizadas em diferentes culturas e sociedades, mas todos com os direitos e deveres, baseados em uma condição única: de Ser Humano. Sociologia Jurídica (1º semestre) Os professores serão orientados a abordar as mudanças das relações sociais a partir das expectativas de inclusão social e das relações étnico – raciais no cenário globalizado. Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais

(4º semestre). A disciplina parte da compreensão de que povos e comunidades tradicionais, são titulares de direitos e como forma de promover o seu desenvolvimento sustentável, ênfase maior deve ser dada a estes que precisam ser reconhecidos, protegidos e defendidos os seus direitos étnicos, territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Direitos Humanos (4º semestre) A disciplina traz em seu bojo de conteúdos e ementário as perspectivas acerca das relações sociais e, em especial, as relações étnico-raciais. Direito Indígena (Optativa), Seminários e eventos do curso e nas atividades de Estudos Dirigidos;

Obs.* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

- X. As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas em Formação Geral I, nas atividades de Estudos Dirigidos e em Direito Ambiental (7º semestre); O norte da disciplina não será apenas o ordenamento jurídico-ambiental, mas as perspectivas acerca da importância da sustentabilidade e da educação ambiental para o futuro da sociedade em consonância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), podendo-se junto ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) elaborar políticas públicas e projetos. E, Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (2º semestre) A disciplinas conta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo realizado um estudo científico de um determinado local/comunidade externa, para realizar atividades práticas, jurídicas e extensão, levando melhorias a sociedade, por meio de ações e projetos, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios dos conhecimentos do Direito, da educação ambiental e valorização do meio ambiente .

Obs.* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

- XI. Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em Formação Geral I, Direito das Humanos (4º Semestre) nas atividades de Estudos Dirigidos e na estruturação geral dos compromissos do curso.

Os conteúdos das Políticas de Educação Ambiental (Lei 9795/1999 e Dec. 4281/2002) estão contemplados nas disciplinas: Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia (2º semestre), Direito Ambiental (7º semestre). Além das disciplinas, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) junto ao Colegiado do Curso desenvolvem o planejamento de ações de ensino e extensão que visam abordar a

aplicação jurídica na Educação Ambiental, que podem ser articulados com outros Cursos da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

Os conteúdos das Políticas de Direitos Humanos (Res. CP/CNE 1/2012) estão contemplados na disciplinas de Direito Humanos (4º semestre) História do Direito e Introdução à Ciência do Direito (1º semestre) as disciplinas perpassa direta ou indiretamente os direitos fundamentais. Filosofia Direito (2º semestre) a disciplina aborda as questões dos direitos humanos sob o viés filosófico e social. Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica (1º semestre), Direito Internacional Público (5º semestre) e Direito Internacional Privado (6º semestre)

Os conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei 11.645/2008 e Res. CP/CNE 1/2004) estão contemplados nas disciplinas de Direito Humanos (4º semestre), Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica (1º semestre), Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (4º semestre), e Direito Indígenas (OPTATIVA)

A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, constitui também, disciplina optativa do Curso de Graduação em Direito.

7.2.3. Coerência do Currículo com Perfil Desejado do Egresso

Ao estabelecer a estrutura curricular, vislumbra-se que os componentes curriculares buscam gradativamente tanto fornece a capacidade técnica das ciências jurídicas, como formar profissionais cidadãos, afinal são elencados diversos componentes de formação fundamental, sociopolítica, técnica e prática do jurista, os quais garantirão a concepção plena do perfil do egresso aqui delineado.

7.3. Inter-relação das Unidades de Estudo

A Organização da inter-relação entre unidades de estudo é feita a partir do Eixo I de formação geral, as disciplinas propedêuticas, que apresentam as grandes categorias e conceitos jurídicos e visam capacitar para compreensão e domínio das disciplinas de cunho profissional e eminentemente jurídico.

As disciplinas do Eixo de formação geral foram distribuídas ao longo dos 2 primeiros períodos permitindo ao aluno além da construção do conhecimento básico a contextualização com os principais temas do Direito que já vão sendo apresentados nos seus conteúdos conceituais do 1º e 2º semestre.

As disciplinas do Eixo de técnico-jurídica foram incluídas, gradativamente, desde o 3º semestre, acompanham todo o processo de formação e constituem a sustentação para as disciplinas do Eixo de Formação Prática que também, gradativamente, vão sendo apresentadas desde o 7º período articulando componentes curriculares de Práticas Simuladas e Estágio Supervisionado.

Os três eixos de formação, previstos nas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito encontram-se representados e apresentados de forma a propiciar ao aluno a construção efetiva da sua formação em Direito.

As unidades de estudo se complementam, permitindo cada docente contextualizar suas atividades com as atividades dos outros docentes, dada a multidisciplinaridade do curso. Permite ainda acompanhar o cumprimento adequado das ementas de cada disciplina, evitando sobreposições e o “não cumprimento” de alguma atividade prevista no PPC.

7.4. Articulação da Teoria com a prática de extensão

O Curso de Direito busca fortalecer a articulação da teoria com a prática extensionista, valorizando a participação em atividades de extensão; diversas atividades extra muro, além dos estágios curriculares supervisionados e o incentivo aos estágios extracurriculares.

A relação dos componentes curriculares com atividades extensionistas está no quadro 1 abaixo:

Período	Componente Curricular	Carga Horária Extensionista
1º SEMESTRE	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	20
1º SEMESTRE	SOCIOLOGIA JURÍDICA	20
2º SEMESTRE	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	40
3º SEMESTRE	DIREITO ADMINISTRATIVO I	20
3º SEMESTRE	DIREITO CONSTITUCIONAL I	20
4º SEMESTRE	DIREITO ADMINISTRATIVO II	20
4º SEMESTRE	DIREITO CONSTITUCIONAL II	20
4º SEMESTRE	DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	20
4º SEMESTRE	DIREITOS HUMANOS	20
5º SEMESTRE	DIREITO EMPRESARIAL I	20
5º SEMESTRE	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	20
6º SEMESTRE	DIREITO DO TRABALHO I - INDIVIDUAL	60
6º SEMESTRE	DIREITO PENAL IV – CRIMES EM ESPÉCIE	20
7º SEMESTRE	DIREITO AMBIENTAL	20
7º SEMESTRE	DIREITO TRIBUTÁRIO	20
8º SEMESTRE	DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIAS	20
8º SEMESTRE	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	20
8º SEMESTRE	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40
8º SEMESTRE	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	20
9º SEMESTRE	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	40
10º SEMESTRE	DIREITO AGRÁRIO	20
TOTAL		520 h/a

Quadro 1 – Curricularização de Componentes Curriculares em extensão.

nivelamentoFonte: Elaboração própria, componentes curriculares que conter carga horária de extensão, conforme matriz curricular do Curso de Direito

As 520h/a equivalem a 433,33h/r que correspondem ao total de 10,34% da carga horária do curso de Direito em 4.190h/r

A articulação da extensão no âmbito do Curso de Direito, é o acesso à justiça de forma humanizada na sociedade, com ações envolvendo a interdisciplinaridades entre os componentes curriculares e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sendo desenvolvido atendimento jurídico as comunidades, principalmente com vulnerabilidade financeira, zona de carência, podendo ser colocado em prática pelos Docentes e Discentes do Curso, garantindo conhecimento e orientações as demandas de causas a serem executadas para soluções de conflitos.

7.5. Flexibilização Curricular

Em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), a organização curricular busca maior liberdade e flexibilidade nos processos pedagógicos dos cursos de graduação, e volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação ligados com os desafios do mundo contemporâneo.

São perspectivas de flexibilização dos currículos:

- I. AC's – São Atividades Complementares presentes em todos os cursos de graduação da Instituição de Ensino Superior (IES);
- II. Atividades de Extensão – São atividades em atendimento à Resolução CNE/CES 2018 e o PNE que tratam das atividades de extensão no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras;
- III. Prática como componente curricular (Práticas Interdisciplinares) – conteúdos que estão previstos para os cursos Tecnológicos e Bacharelados;
- IV. Práticas Pedagógicas
- V. Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que farão parte dos cursos de graduação para Formação de Professores;
- VI. Disciplinas Optativas que estão inseridas em todos os currículos;
- VII. Aproveitamento de Estudos na perspectiva da Lei 9.394/96, Art. 47 § 2º;
- VIII. Dessa forma, a flexibilização curricular se evidencia na construção de uma concepção e de estrutura curricular que exigirão a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Nessa perspectiva, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) mantém um processo constante de avaliação,

atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação a partir dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação implantados.

- IX. Cursos de extensão: têm a finalidade de proporcionar o enriquecimento da comunidade com o aproveitamento prático dos conteúdos teóricos assimilados.
- X. Projetos de responsabilidade social e ambiental: oportunizam ao acadêmico aquisição de competências e o desenvolvimento de habilidades específicas da futura profissão.
- XI. Projetos de Letramento Digital

7.6. Representação Gráfica de um Perfil de Formação

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º período
ANTROPOLOGIA JURÍDICA (80)	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA (80H)	DIREITO ADMINISTRATIVO I (80H)	DIREITO ADMINISTRATIVO II (80H)	DIREITO CIVIL III - CONTRATOS (60H)	DIREITO CIVIL IV - DIREITOS REAIS (60H)	DIREITO AMBIENTAL (80H)	DIREITO CIVIL VI - FAMILIAR (80H)	DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES (40H)	DIREITO AGRÁRIO (40H)
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO (40)	ECONOMIA POLÍTICA (40H)	DIREITO CML I - PARTE GERAL (60H)	DIREITO CIVIL II - OBRIGAÇÕES (60H)	DIREITO CONSTITUCIONAL III (60H)	DIREITO DO TRABALHO I - INDIVIDUAL (120H)	DIREITO CIVIL V - RESPONSABILIDADE CIVIL (80H)	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (60H)	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO (100H)	DIREITO ELEITORAL (40H)
HISTÓRIA DO DIREITO (40H)	ÉTICA E DEONTOLOGIA JURÍDICA (40H)	DIREITO CONSTITUCIONAL I (80H)	DIREITO CONSTITUCIONAL II (80H)	DIREITO EMPRESARIAL I (60H)	DIREITO EMPRESARIAL II (40H)	DIREITO DO TRABALHO II - COLETIVO (60H)	DIREITO DIGITAL (60H)	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II (40H)	DISCIPLINA OPTATIVA II (60H)
INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO (60H)	FILOSOFIA DO DIREITO (60H)	DIREITO PENAL I - TEORIA DO CRIME (60H)	DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (60H)	DIREITO FINANCEIRO (60H)	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (40H)	DIREITO PREVIDENCIÁRIO (80H)	DIREITO PREVIDENCIÁRIO (80H)	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II (40H)	PRÁTICAS SIMULADAS IV - PREVIDENCIÁRIO (60H)
LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA (40H)	HERMENÊUTICA JURÍDICA (60H)	EMPREENDEDORISMO JURÍDICO (60H)	DIREITO PENAL II - TEORIA DA PENA II (60H)	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (60H)	DIREITO PENAL IV - CRIMES EM ESPÉCIE (60H)	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I (60H)	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I (60H)	DISCIPLINA OPTATIVA (60H)	TRABALHO DE CURSO II - CONSTITUIÇÃO E DEFESA (40H)
METODOLOGIA CIENTÍFICA (60H)	PSICOLOGIA JURÍDICA (40H)	TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL (40H)	Teoria Geral do Processual Civil (60H)	DIREITO PENAL III - PARTE ESPECIAL (60H)	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (60H)	DIREITO TRIBUTÁRIO (80H)	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (60H)	TRABALHO DE CURSO I - O PROJETO (60H)	DISCIPLINA OPTATIVA (60H)
SOCIOLOGIA JURÍDICA (80)	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO (40H)		DIREITOS HUMANOS (60H)	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (60H)	DIREITO PROCESSUAL PENAL I (60H)				
									Atividades Compl. (306h/r)

DISCIPLINAS OPTATIVAS (60H)

- BIOÉTICA E BIODIREITO
- CRIMINOLOGIA
- DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL
- DIREITO DESPORTIVO
- DIREITO ECONÔMICO
- DIREITO IMOBILIÁRIO
- DIREITO INDÍGENA
- DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
- DIREITO MILITAR
- DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL
- DIREITO PENAL ECONÔMICO
- DIREITO PENAL INTERNACIONAL
- DIREITOS PORTUÁRIO
- DIREITO DA PESSOA MIGRANTE
- ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS
- INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
- LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE
- LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
- MEDICINA LEGAL
- ORATÓRIA FORENSE
- PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO
- TEORIAS DA CONSTITUIÇÃO
- TÓPICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
- TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I

PRÁTICAS SIMULADAS I - EMPRESARIAL (60H)

PRÁTICAS SIMULADAS II - PENAL (60H)

PRÁTICAS SIMULADAS III - TRABALHISTA (60H)

PRÁTICAS SIMULADAS V - CIVIL (60H)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - ASSISTÊNCIA JURÍDICA (150h/r)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PROCESSUAIS (150h/r)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS (140h/r)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - TRIBUNAIS (140h/r)

7.7. Elementos Comprovadamente Inovadores

O curso de Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) busca atualizar e inovar-se continuamente na curricularização, onde o Núcleo Estruturante Docente mantém-se em discussões acadêmicas frequentes sobre disciplinas e processo de ensino aprendizagem, e conseqüentemente na melhor forma de curricularizar os conteúdos atuais e legislações.

Desde 2018, as atualizações curriculares tendem a tornar as atividades de extensão parte obrigatória da carga horária dos cursos de graduação, considerando as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), através da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

Entretanto, diante da necessidade crescente de acompanhar as atualizações curriculares, A Instituição, através da Resolução nº 18, de abril de abril de 2022 do Conselho Superior (CONSUP) aprovou o processo de curricularização da Extensão, definindo a extensão como Atividade Acadêmica de caráter obrigatório, intensificando a integração da extensão à Matriz Curricular do Cursos de Graduação e à organização da iniciação científica.

Este processo de currículo ampliado é interdisciplinar, educação política, cultura, humanidades, ciência, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e tecnologia, permitindo que o currículo no Curso de Direito da FCC tome ações contínuas com o resto da sociedade através da produção e aplicação de conhecimentos teóricos e práticos. que ilumina permanentemente as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A matriz curricular do curso de graduação em Direito acompanha tendências de mercado e tendências acadêmicas. Está incluso componentes curriculares de Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, Direito Digital, Formas Consensuais de Solução de Conflitos, Empreendedorismo Jurídico, Direito Eleitoral, Direito Ambiental, Direito Financeiro, Direito Portuário como Disciplina Optativa.

A estruturação curricular contará com a disciplina Desenvolvimento Sustentável na Amazônia no 2º semestre, que envolverá conhecimentos importantes da região amazônica e desenvolvimento de sustentabilidade, em caráter de conteúdo Regional, Nacional e Internacional para ampliar horizontes jurídicos socioambientais em prol da qualidade de vida humana, flora e fauna em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo em vista a pesquisa científica e Projeto de Extensão.

Além disso, contempla na estrutura curricular a disciplina Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais no 4º semestre, como uma forma de fomentar a reflexão destes que possuem formas próprias de organização social que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, fazendo uso de saberes e práticas tradicionais que são transmitidos pela tradição, sendo titulares de Direitos em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo em vista a pesquisa científica e Projeto de Extensão.

Outra inovação curricular é a disciplina de Direito Digital no 8º semestre, que proporciona aos alunos uma maior consciência da importância da evolução do mundo

jurídico no contexto da tecnologia, visando regular as relações jurídicas em ambiente digital, mesmo com a Covid-19, entre o processo de evolução digital, o Direito Digital articula com as relações em ambientes virtuais na sociedade, análise de crimes cibernéticos e “Fake News”, responsabilidade Civil no Mercado Informático e aplicação do Letramento digital.

7.8. Diferenciação do Curso dentro da Área Profissional e Indução ao Contato com Conhecimento Recente e Inovador

O curso de Direito da FCC se tornasse inovador e aproxima o aluno do conteúdo atual da disciplina, trazendo simulações de processos judiciais internacionais, como o Julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Empreendedorismo Jurídico como forma de articular conceitos e meios tecnológicos na Gestão de Negócios, Criamos e distribuimos folhetos e guias jurídicos para a comunidade para o desenvolvimento futuro de advogados, seminários, Júri Simulado, Julgamento simulado do STF, além disso a coordenação do Curso criou o projeto com o tema Tribunal Superior da FCC, trazendo Simulações e práticas jurídicas de diferentes áreas para partes do currículo.

É articulado Projetos de Ensino, Iniciação Científica e Extensão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos nas ementas dos componentes curriculares ou Extracurriculares de atividades complementares, em conformidade com a Organização das Nações Unidas (ONU) considerando as quatro principais dimensões do convívio humano – a social, a ambiental, a econômica e a institucional – no qual definiu uma série de ações que devem ser implementadas para o desenvolvimento de caminho sustentável e transformador e que possa garantir o futuro do planeta, que se dispõem na divisão de 17 Objetivos.

A atividade quando elaborado, poderá seguir as ações em três eixos distintos

Eixo 1: Comunicação e Divulgação da ação.

O objetivo final das ações de extensão é a aproximação entre a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) e a sociedade, promovendo a difusão do conhecimento científico, e tecnológico, além da discussão de ideias, teorias, conceitos, pesquisas, promovendo impacto e transformação social. Estas ações podem ocorrer por meios digitais (live, webinários, videoconferências, videoaulas, podcasts, redes sociais etc.) ou através de encontros presenciais que permitam construir intenso debate público sobre os temas pertinentes a comunidade regional e realizar ações de melhorias a problemáticas observadas por meios de estudos.

Os objetivos deste eixo do projeto são:

- I. Criar condições para discussão sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, incentivando a discussão sobre temas como educação, cultura, saúde, meio ambiente, arte, esporte, cidadania, direitos humanos, entre outros;
- II. Articular em sala de aula a discussão crítica e consideração de aspectos aos impactos sociais, culturais, o processo econômico, ambiental e Político, para desenvolvimento de pesquisa e ações extensionistas nas comunidades de inserção regional;

- III. Publicar como forma de artigo científico Jurídico os dados apurados pela organização do Projeto, oportunizando ao acadêmico aprendiz, processo de desenvolvimento e carreira.
- IV. Oferecer aos alunos da FCC a oportunidade de praticar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o processo de ensino-aprendizagem e de construir relações de confiança e empatia com a comunidade regional.

As ações realizadas contarão com a participação de docentes, discentes, e membros da comunidade, mas devem ser caracterizadas pelo protagonismo do aluno no processo de criação, desenvolvimento e execução das ações.

Eixo 2: Parcerias para desenvolvimento do projeto

Uma parceria pode ser definida como uma reunião de pessoas no âmbito social que têm interesses comuns e que se unem para um propósito específico. Portanto, podem ocorrer entre pessoas físicas ou jurídicas. O interesse comum impulsiona a formação de parcerias para fomentar melhorias e qualidade de vida humana e beneficiar a comunidade regional em que for escolhida, no qual buscaram recursos financeiros, ações estratégicas, tentar parcerias com as autoridades do Estado do Pará, Além de tudo, transformar a educação, alavancar competências e trocar conhecimentos, como observou Demo (2001, p. 155) destaca que:

A universidade precisa, por constituição e vocação histórica, de estar inserida na problemática social, porque faz parte da usina do futuro de qualquer sociedade. A falta de compromisso social seria um escárnio. Mas precisa saber colocar o compromisso social dentro de seus mandamentos essenciais, que são reconstruir conhecimento e educar novas gerações.

Eixo 3: Regionalização

A regionalização permite a criação de pano de fundo para participação da comunidade acadêmica e comunidade externa, promovendo-os (as) o processo de construção das ações extensionistas, métodos de pesquisa no direito, interdisciplinares e multidisciplinares com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados aos conteúdos dos componentes curriculares da Estrutura Curricular do Curso de Direito. Este tipo de ação permite a formação de um pacto que se converte em um compromisso compartilhado e facilita o processo de implementação das atividades propostas pelos acadêmicos de Direito. Durante os encontros, as rodas de conversas, e outras atividades para esclarecimento e ideação das atividades é fundamental compreender contextos específicos da região, assim como buscar ações acordadas em um processo de decisão plural e participativa.

O quantitativo, a qualidade e a infraestrutura para à comunidade acadêmica do curso de Direito da Instituição são significativas no ensino e aprendizagem dos saberes pertinentes ao futuro Advogado, sobretudo no “saber fazer”. A realidade permite uma indução ao contato e conhecimento recente e inovador, através das práticas bem direcionadas pelo corpo docente.

7.9. MATRIZ CURRICULAR

7.9.1. Matriz Curricular 2022

A Matriz Curricular abaixo atende as Diretrizes Curriculares do curso de Direito como também a curricularização da extensão. As alterações surgiram através do acompanhamento e análise do NDE e foram aprovadas pelo Colegiado do curso.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO BACHARELADO Início 2022.1

1º SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
ANTROPOLOGIA JURÍDICA	60	20	80
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	40	-	40
HISTÓRIA DO DIREITO	40	-	40
INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO	60	-	60
LINGUAGEM ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E	40	-	40
METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	-	60
SOCIOLOGIA JURÍDICA	60	20	80
TOTAL	360	40	400H/A

2° SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	40	40	80
ECONOMIA POLÍTICA	40	-	40
ÉTICA E DEONTOLOGIA JURÍDICA	40	-	40
FILOSOFIA DO DIREITO	60	-	60
HERMENÊUTICA JURÍDICA	40	-	40
PSICOLOGIA JURÍDICA	40	-	40
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	40	-	40
TOTAL	300	40	340H/A

3° SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO ADMINISTRATIVO I	60	20	80
DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL	60	-	60
DIREITO CONSTITUCIONAL I	60	20	80
DIREITO PENAL I – TEORIA DO CRIME	60	-	60
EMPREENDEDORISMO JURÍDICO	40	-	40
TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL	40	-	40
TOTAL	320	40	360H/A

4° SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO ADMINISTRATIVO II	60	20	80
DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES	60	-	60
DIREITO CONSTITUCIONAL II	60	20	80
DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	40	20	60
DIREITO PENAL II – TEORIA DA PENA	60	-	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	-	60
DIREITOS HUMANOS	40	20	60
TOTAL	380	80	460H/A

5° SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO CIVIL III - CONTRATOS	60	-	60
DIREITO CONSTITUCIONAL III	60	-	60
DIREITO EMPRESARIAL I	40	20	60
DIREITO FINANCEIRO	60	-	60
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	40	20	60
DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL	60	-	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	-	60
TOTAL	380	40	420H/A

6° SEMESTRE			
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS	60	-	60
DIREITO DO TRABALHO I - INDIVIDUAL	60	60	120
DIREITO EMPRESARIAL II	40	-	40
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	40	-	40
DIREITO PENAL IV – CRIMES EM ESPÉCIE	40	20	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	-	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	-	60
TOTAL	360	80	440H/A

7º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO AMBIENTAL	60	-	20	80
DIREITO CIVIL V – RESPONSABILIDADE CIVIL	60	-	-	60
DIREITO DO TRABALHO II - COLETIVO	60	-	-	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60	-	-	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	-	-	60
DIREITO TRIBUTÁRIO	60	-	20	80
PRÁTICAS SIMULADAS I - EMPRESARIAL	-	60	-	60
Total	360	60	40	460H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ASSISTÊNCIA JURÍDICA	-	150	-	150H/R

8º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIAS	60	-	20	80
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40	-	20	60
DIREITO DIGITAL	60	-	-	60
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40	-	40	80
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I	60	-	-	60
FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	40	-	20	60
PRÁTICAS SIMULADAS II – PENAL	-	60	-	60
Total	300	60	100	460H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PROCESSUAIS	-	150	-	150H/R

9º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES	40	-	-	40
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	60	-	40	100
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II	40	-	-	40
DISCIPLINA OPTATIVA I	60	-	-	60
PRÁTICAS SIMULADAS III – TRABALHISTA	-	60	-	60
TRABALHO DE CURSO I – O PROJETO	40	20	-	60
Total	240	80	40	360H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	-	140		140H/R

10º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	TOTAL
DIREITO AGRÁRIO	40	-	20	60
DIREITO ELEITORAL	40	-	-	40
DISCIPLINA OPTATIVA II	60	-	-	60
PRÁTICAS SIMULADAS IV - PREVIDENCIÁRIO	-	60	-	60
PRÁTICAS SIMULADAS V – CÍVEL	-	60	-	60
TRABALHO DE CURSO II – CONSTITUIÇÃO E DEFESA	-	60	-	60
Total	140	180	20	340H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – TRIBUNAIS	-	140	-	140H/R

As ofertas das disciplinas optativas serão regulamentadas através de normatização própria e em momento oportuno, haja vista que a sua oferta depende de diversos fatores que somente no momento da integralização do componente curricular pode ser avaliado, cabendo ao NDE e ao Colegiado ponderar todos os mecanismos e proposições, primando sempre pela qualidade do ensino ora proposto.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL
BIOÉTICA E BIODIREITO	60
CRIMINOLOGIA	60
DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	60
DIREITO DESPORTIVO	60
DIREITO ECONÔMICO	60
DIREITO IMOBILIÁRIO	60
DIREITO INDÍGENA	60
DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	60
DIREITO MILITAR	60
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	60
DIREITO PENAL ECONÔMICO	60
DIREITO PENAL INTERNACIONAL	60
DIREITO PORTUÁRIO	60
DIREITOS DA PESSOA MIGRANTE	60
ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS	60
INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	60
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE	60
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
MEDICINA LEGAL	60
ORATÓRIA FORENSE	60
PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO	60
TEORIAS DA JUSTIÇA	60
TÓPICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	60
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I	60
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II	60

7.9.3. Ementário e Bibliografia

As ementas e os programas dos componentes curriculares estão adequados à concepção do curso e serão atualizados periodicamente.

A bibliografia indicada (básica e complementar) para os componentes curriculares do curso está plenamente adequada, atualizada e é relevante.

EMENTÁRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA MODULAR: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1 H/A	
1º SEMESTRE	

EMENTA

O surgimento da Antropologia. Conceitos fundamentais da Antropologia: campo, objeto e métodos. Teorias antropológicas e teorias jurídicas. Contribuições da Antropologia na análise do cotidiano das práticas jurídicas. Relação entre a Antropologia e o Direito nas reflexões sobre as categorias: gênero, crime, violência, sustentabilidade e questões étnico-raciais. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. *E-book*. (ISBN FÍSICO 9788553616596) (ISBN DIGITAL 9788553618095)

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 25. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626997) (ISBN DIGITAL 9786553627000)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958279)

BRUGGER, Winfried. **A cruz antropológica da decisão na política e no Direito**. (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788547209421) (ISBN DIGITAL 9788547209445)

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013. (ISBN FÍSICO 9788502175839) (ISBN DIGITAL 9788502175846)

METCALF, Peter. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Col. Homem, Cultura e Sociedade) (ISBN FÍSICO 9788502629776) (ISBN DIGITAL 9788502629790)

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN FÍSICO 9788502228351) (ISBN DIGITAL 9788502228375)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
1º SEMESTRE	

EMENTA:

Especificidade da política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Política e Teoria Geral do Estado. Gênese, finalidades, formas e organização do Estado. Formas e sistemas de governo. Conceito de separação de Poderes. Os Clássicos da Políticas: Teóricos do Estado Moderno e Estado de Direito: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Os “Federalistas”. Sufrágio, voto e eleição. Sistemas eleitorais. Partidos Políticos. Sociedade civil e sociedade política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Paulo Ferreira. **Teoria geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553601837) (ISBN DIGITAL 9788553601912)

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626201) (ISBN DIGITAL 9786553626171)

REIS, Friede. **Lições esquematizadas de ciência política e teoria geral do estado** – evolução das instituições e do pensamento político. 4. ed., 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPARDO, Murilo (orgs.). **Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547229917) (ISBN DIGITAL 9788553602247)

MARTINS, Flávio. **Direitos sociais em tempos de crise econômica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597271) (ISBN DIGITAL 9786555597288)

MONTESQUIEU, Charles. **O espírito das leis: as formas de governo, a Federação, a divisão dos Poderes**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. (ISBN FÍSICO 9788502066441) (ISBN DIGITAL 9788502105232)

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598803) (ISBN DIGITAL 9786555598810)

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria geral do Estado: ciência política**. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502617971) (ISBN DIGITAL 9788502617995)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO DIREITO	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
1º SEMESTRE	

EMENTA

Noções gerais sobre a história do Direito: gênese, conceituação, objeto e fontes. História do Direito no Mundo Oriental e Ocidental. O Direito na Grécia e em Roma. A origem das principais instituições jurídicas. O Direito na Idade Média. O Direito Germânico. O Direito Canônico. O Direito na Idade Moderna. História do Direito Luso-Brasileiro. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CICCO, Cláudio. **História do Direito e do pensamento jurídico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788553604722) (ISBN DIGITAL 9786553626300)

MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de história do Direito**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621367) (ISBN DIGITAL 9786553620315)

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621213) (ISBN DIGITAL 9786553620773)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria da ciência jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023 (ISBN FÍSICO 9786553625228) (ISBN DIGITAL 9786553624443)

LIEBS, Freiburg Detlef. **Perante os juízes romanos: processos célebres da Roma antiga**. (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547223960) (ISBN DIGITAL 9788547223977)

PALAIA, Nelson; SANTOS, Murilo Angeli. **Noções essenciais de Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571441019) (ISBN DIGITAL 9788571441026)

REALE, Miguel. **Horizontes do Direito e da história**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (ISBN FÍSICO 9788502151062) (ISBN DIGITAL 9788502152724)

REALE, Miguel. **Lições preliminares do Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN FÍSICO 9788502041264) (ISBN DIGITAL 9788502204188)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
1º SEMESTRE	

EMENTA:

Conceitos Fundamentais da Ciência Jurídica Contemporânea: Norma jurídica, Direito Objetivo, Direito Subjetivo, Sujeito de Direito, Dever e Responsabilidade. Fontes do Direito. Qualidades Normativas. Direito e Justiça na Idade Antiga: Platão e Aristóteles. Direito e Justiça na Idade Média: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Jusnaturalismo e Juspositivismo: Teorias do Contrato Social, Kant e Hegel, Kelsen e Bobbio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Introdução ao estudo do Direito:** humanismo, democracia e justiça. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655597110) (ISBN DIGITAL 978655597066)

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito.** 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627352) (ISBN DIGITAL 9786553627369)

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BETIOLI, Antônio Bento. **Introdução ao Direito:** lições de propedêutica jurídica tridimensional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627178) (ISBN DIGITAL 9786553627147)

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria da ciência jurídica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023

RAMOS, Flamarion; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara Caldeira (Coords). **Manual de Filosofia Política.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9788553614813) (ISBN DIGITAL 978655595673)

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN FÍSICO 9788502041479) (ISBN DIGITAL 9788502136557)

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Teoria geral do Direito.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604777) (ISBN DIGITAL 9788553611195)

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN FÍSICO 9788502625860) (ISBN DIGITAL 9788502625884)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
1º SEMESTRE	

EMENTA:

Lógica, argumentação e direito: as técnicas de argumentação na prática jurídica. Linguagem jurídica: subjetividade, objetividade, níveis, concepções, percurso histórico e teórico. Terminologia Jurídica. Características do texto jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica:** semiótica, discurso e direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621442) (ISBN DIGITAL 9786553620346)

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627444) (ISBN DIGITAL 9786553627451)

TERRA, Ernani. **Língua portuguesa:** desenvolvendo competências de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788571441460)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico universitário.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597318) (ISBN DIGITAL 9786555598636)

MOYSES, Carlos Alberto. **Língua portuguesa:** atividades de leitura e produção de textos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502634015) (ISBN DIGITAL 9788502634039)

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627444) (ISBN DIGITAL 9786553627451)

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de português jurídico.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627154) (ISBN DIGITAL 9786553627116)

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553131099) (ISBN DIGITAL 9788553131112)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
1º SEMESTRE	

EMENTA:

Noções básicas de ciência e conhecimento. Pesquisa científica e jurídica: fundamentos, modalidade e etapas. Ética na pesquisa. Métodos científicos e Técnicas de pesquisa. Projeto de pesquisa. Trabalhos acadêmicos: tipologia, elaboração e apresentação. Técnicas de apresentação de trabalhos acadêmicos-científico. Normas da ABNT: Resumo, Citação, Referência, Sumário e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os Cursos de Direito. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622463) (ISBN DIGITAL 9786553622470)

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia:** noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788502636538) (ISBN DIGITAL 9788502636552)

MEZZARROBA, Orides; SERVILHA, Cláudia. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627291) (ISBN DIGITAL 9786553627307)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos:** sem arroudeio e sem medo da ABNT. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440265) (ISBN DIGITAL 9788571440289)•

BARBOSA, Caroline Vargas. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553620827)

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na era digital.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547220310) (ISBN DIGITAL 9788547220334)•

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica:** técnicas para argumentar em textos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621107) (ISBN DIGITAL 978655599336)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords). **Metodologia da pesquisa em Direito:** técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628014) (ISBN DIGITAL 9786553627994)•

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
1º SEMESTRE	

EMENTA:

Introdução ao Estudo do Direito nas Ciências Sociais. As contribuições dos teóricos clássicos das Ciências Sociais: Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. as Ciências Sociais e o Direito, Panorama Geral das Tradições da Sociologia Jurídica. Autores contemporâneos da Sociologia Jurídica: Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jurgen Habermas, Boaventura de Souza Santos, Niklas Luhman, Axel Honneth. Sociologia Jurídica no Brasil. Debates atuais da Sociologia Jurídica. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: a era do Direito Cativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553608515) (ISBN DIGITAL 9788553611713)

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (coords). **Manual de sociologia jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. *E-book*. (ISBN FÍSICO 9786553621374) (ISBN DIGITAL 9786555599503)

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622081) (ISBN DIGITAL 9786553622098)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2013. (ISBN FÍSICO 9788502175839) (ISBN DIGITAL 9788502175846)

IDP Cursos e Projetos Ltda. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. (ISBN Digital: 9788547227746)

MENKE, Christoph. **Direito e violência: estudos críticos**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553612062) (ISBN DIGITAL 9788553612833)

ZIPPELIUS, Reinhold. **Sociologia do Direito e do Estado: noções fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502209633) (ISBN DIGITAL 9788502209640).

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 2H/A	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

A ideia de Amazônia e suas múltiplas definições: geográficas, naturais, políticas e econômicas. Fundamentos históricos da Amazônia: o processo de colonização e o seu lugar no cenário internacional. Desenvolvimento sustentável: conceituação, surgimento, evolução, objetivos e críticas. Desenvolvimento sustentável, sustentado e includente. Sustentabilidade fraca e forte - indicadores. Desenvolvimento sustentável e Direitos: fundamentos constitucionais de proteção e conservação do patrimônio amazônico. Estatuto jurídico do território e as unidades de conservação: avaliação de impactos ambientais no ambiente amazônico e seus instrumentos. Tutela jurídica de povos indígenas, territorialidade e conhecimentos tradicionais. Usos e costumes das populações tradicionais e suas implicações jurídico-ambientais. Mudanças climáticas e biodiversidade na Amazônia. Biopirataria e exploração de recursos naturais. Sustentabilidade ambiental, direitos humanos e políticas públicas. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES FILHO, A.; SOUZA JÚNIOR, J. A.; BEZERRA NETO, J. M. **Pontos de História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, Vol. 1 e 2. 3. ed., 2001.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621435) (ISBN DIGITAL 9786553620438)

WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: um direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN DIGITAL 9788553172528)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy Cardia. **ESG: Teoria e prática para a verdadeira sustentabilidade nos negócios**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786555599237)

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599404)

MATTOS NETO, Antônio José. Curso de Direito Agroambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547233228) (ISBN DIGITAL 9788553601929)

PEREIRA, Adriana Camargo.; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9788502151444)•

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **A Proteção Constitucional do Bioma da Mata Atlântica**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553622524)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

Identificação das principais correntes do pensamento econômico nas suas diferenças conceituais, metodológicas e ideológicas na análise da realidade, assim como nas suas origens intelectuais e as suas bases de sustentação teórica. Compreensão dos principais mecanismos e lógica do funcionamento da sociedade capitalista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Roberson; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440142) (ISBN DIGITAL 9788571440159)

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito financeiro e econômico esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625686) (ISBN DIGITAL 9786553624870)

VASCONCELLOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786587958095)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Luís Carlos Barnabé de. Introdução ao Direito Econômico, Direito da Economia, Economia do Direito, Law And Economics, Análise Econômica do Direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. (ISBN **Digital: 9788502138872**).

CALLEGARI; André; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília (Coords.). **Temas atuais de Direito Penal econômico**. (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597295) (ISBN DIGITAL 9786555597257)

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio; TONETO JÚNIOR, Rudinei (orgs). **Manual de economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547220280) (ISBN DIGITAL 9788547220297)

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs). **Economia brasileira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547231774) (ISBN DIGITAL 9788547231781)

SILVA, César Roberto leite; LUIZ, Sinclayr. **Economia e mercados: introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547227715) (ISBN DIGITAL 9788547227722)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ÉTICA E DEONTOLOGIA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

A questão ética: noções introdutórias. Da classificação da ética e a ética profissional nas diversas áreas. O objeto do saber ético e os fins da ação ética. As normas morais e o Direito. Justiça. Ética na modernidade. Ética e profissão jurídica. O Código de Ética da Magistratura. A ética profissional na atividade do advogado. O Estatuto da OAB, Código de Ética e Disciplina e o Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Análise prática de casos. O Exame da OAB.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Ética:** geral e profissional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599596) (ISBN DIGITAL 9786555599602)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627628) (ISBN DIGITAL 9786553627635)

ELLES JÚNIOR, Goffredo. **Ética:** do mundo da célula ao mundo dos valores. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN FÍSICO 9788502209145) (ISBN DIGITAL 9788502209169)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito:** uma crítica à verdade na Ética e na Ciência. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553609826) (ISBN DIGITAL 9788553609833)

RACHID, Alysson. **Dominando ética.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597233) (ISBN DIGITAL 9786555597240)

TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Ética:** do mundo da célula ao mundo dos valores. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN FÍSICO 9788502209145) (ISBN DIGITAL 9788502209169)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: FILOSOFIA DO DIREITO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

Problemas de Filosofia do Direito e da Teoria Geral do Direito. Jusnaturalismo (Füller e Finnis) e Juspositivismo (Bentham e Austin). Kelsen e Bobbio. Debate entre Positivismo e Pós-Positivismo: Hart e Dworkin. Robert Alexy e a Teoria dos Direitos Fundamentais. Problemas de Filosofia Política: Liberdade e Igualdade em John Rawls. Liberalismo. Conservadorismo. Marxismo. Comunitarismo. Republicanismo. Teorias Críticas do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito:** uma crítica à verdade na Ética e na Ciência. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553609826) (ISBN DIGITAL 9788553609833)

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia geral e jurídica.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625389)

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN FÍSICO 9788502036079) (ISBN DIGITAL 9788502135444)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva:** aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958279)

FERRARI, Sônia Campaner Miguel (Org.). **Filosofia política.** São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440180) (ISBN DIGITAL 9788571440197)

RAMOS, Flamarion; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara Caldeira (Coords). **Manual de filosofia política.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9788553614813) (ISBN DIGITAL 9786555595673)

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN FÍSICO 9788502041479) (ISBN DIGITAL 9788502136557)

ZIPPELIUS, R. **Filosofia do Direito.** São Paulo: Saraiva, 2012. (Série IDP). *E-book*. (ISBN Digital: 9788502181090).

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: HERMÊUTICA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

Hermenêutica: Origem como interpretação e conceituação. Pensamento epistêmico. Fenomenologia. Fenômeno hermenêutico. Pensamento literal, sistemático e holístico como processo hermenêutico. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Interpretação, contextualização e aplicação das normas. Texto, contexto e contextualização hermenêutica. Noções básicas e semiótica - o léxico. Giro hermenêutico e polissemia da linguagem. Hermenêutica e argumentação jurídica. Hermenêutica constitucional e ações constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IAMUNDO, Eduardo. **Hermenêutica e hermenêutica jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547213527) (ISBN DIGITAL 9788547218065)

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação constitucional e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9788553600281)•

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598780) (ISBN DIGITAL 9786555598797)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito: uma crítica à verdade na Ética e na Ciência**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553609826) (ISBN DIGITAL 9788553609833)

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621442) (ISBN DIGITAL 9786553620346)

STRECK, Lênio Luiz. **Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (ISBN FÍSICO 9788547221003) (ISBN DIGITAL 9788547215644)•

TERRA, Ernani. **Língua portuguesa: desenvolvendo competências de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788571441460) •

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN FÍSICO 9788502625860) (ISBN DIGITAL 9788502625884)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

Noções introdutórias em Psicologia e Direito: histórico, fundamentos epistemológicos e conceituais da psicologia aplicados à área jurídica. Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica, Direito Penal e os processos judiciais. Psicopatologia e processos jurídicos. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as questões da Infância e Juventude. Avaliação e perícia psicológica. Mediação de conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Direito à integridade físico-psíquica da pessoa humana:** novos desafios. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786553624368)

PAULO, Beatrice Marinho (coord.). **Psicologia na prática jurídica:** a criança em foco. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (ISBN FÍSICO 9788502175914) (ISBN DIGITAL 9788502175907)

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621114) (ISBN DIGITAL 9786553620728)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786587958026). •

BARBOSA, Rildo Pereira.; LACERDA, Francisco Rogério de Jesus. **Psicologia no trabalho.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786558110248)•

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958279)•

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Bem-estar e saúde mental.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958255)•

LEITE, Luciano S. **Psicologia comportamental.** São Paulo: Érica, 2020. (ISBN FÍSICO 9788536532998) (ISBN DIGITAL 9788536533001)•

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
2º SEMESTRE	

EMENTA:

Teoria da Constituição - Estatuto da Teoria da Constituição. Paradigmas constitucionais e conceito de Constituição. Tipologia constitucional. Ontologia das Constituições escritas. Ciclos e fases do constitucionalismo. Alterações das Tradições Teóricas do Constitucionalismo. Natureza e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte; A Constituição. Conceito. Tipologia. Fontes do Direito Constitucional. A aplicação da Constituição no tempo. O sistema constitucional. Teoria da Norma Constitucional; Interpretação da Constituição. Dinâmica Constitucional: recepção, mutação, bloco de constitucionalidade e desconstitucionalização. Supremacia da Constituição. Mudanças Constitucionais no Brasil. Fiscalização da Constitucionalidade das Leis. Neo-constitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625204) (ISBN DIGITAL 9786553624474)

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625822) (ISBN DIGITAL 9786553625792)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625266) (ISBN DIGITAL 9786553624788)

MONTESQUIEU, Charles. **O espírito das leis: as formas de governo, a Federação, a divisão dos Poderes**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. (ISBN FÍSICO 9788502066441) (ISBN DIGITAL 9788502105232)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419) (ISBN DIGITAL 9786553624610)

TELLES JUNIOR, Goffredo. **Carta aos brasileiros 1977: manifesto de repúdio da ditadura e de exaltação do "estado de direito já"**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502627789) (ISBN DIGITAL 9788502627796)

TEUBNER, Gunther. **Fragmentos constitucionais: constitucionalismo social na globalização**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553617531) (ISBN DIGITAL 9788553619733)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Fundamentos do Direito Administrativo. Personalidade e Atividades do Estado. Regime Jurídico Administrativo. Organização da Administração Pública. Poderes administrativos. Atos administrativos. Agentes Públicos. Controle da Administração Pública. Bens Públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Tendências Contemporâneas em Direito Administrativo. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACIEL, Igor Moura. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624221) (ISBN DIGITAL 9786553624184)

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627086) (ISBN DIGITAL 9786553627055)

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627123) (ISBN DIGITAL 9786553627130)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan. **Manual de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621121) (ISBN DIGITAL 9786553620421)

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621879) (ISBN DIGITAL 9786553620452)

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598254) (ISBN DIGITAL 9786555598223)

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. **Nova lei de licitações e contratos administrativos comentada**. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622425) (ISBN DIGITAL 9786553622593)

THAMAY, Rennan Faria Kruger; GARCIA JÚNIOR, Vanderlei; MACIEL, Igor Moura; PRADO, Jhonny. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: comentada e referenciada**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597639) (ISBN DIGITAL 9786555597646)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Leis de Introdução ao Direito Brasileiro. Direito civil: conceito, fontes, perspectiva histórica e codificação. A constitucionalização do Direito Civil. Pessoas: conceito, divisão e domicílio. Bens: conceito e classificação. Fatos jurídicos: conceito, classificação. Atos jurídicos: o ato jurídico "stricto sensu". O negócio jurídico e nulidades. Negócio jurídico: requisitos de validade, elementos constitutivos, classificação, modalidades, interpretação e defeitos. Prescrição e decadência. Tendências Contemporâneas em Direito Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** teoria geral do direito civil. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553628076) (ISBN DIGITAL 9786553628045)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil:** parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625273)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** Parte geral. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.v 1. (ISBN FÍSICO 9786553628472) (ISBN DIGITAL 9786553628465)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** parte geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553628342) (ISBN DIGITAL 9786553628311)

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico:** plano da eficácia (1ª parte). 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620902) (ISBN DIGITAL 9786553620292)

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico:** plano da existência. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620933) (ISBN DIGITAL 9786553620261)

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico:** plano da validade. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620940) (ISBN DIGITAL 9786553620308)

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597813) (ISBN DIGITAL 9786555597820)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Constitucionalismo. O Direito Constitucional: Conceito, Objeto, Fontes. Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte. A Supremacia da Constituição. Sistema Constitucional: Princípios e Regras Constitucionais. Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Formação constitucional no Brasil. A constituição de 1988. Princípios fundamentais. Teoria dos direitos e garantias fundamentais (direito e deveres individuais e coletivos). Eficácia e efetividade dos direitos fundamentais. Tendências contemporâneas em Direito Constitucional. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625266) (ISBN DIGITAL 9786553624788)

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625204) (ISBN DIGITAL 9786553624474)

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625822) (ISBN DIGITAL 9786553625792)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625570) (ISBN DIGITAL 9786553624818)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626003) (ISBN DIGITAL 9786553626010)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419) (ISBN DIGITAL 9786553624610)

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625587) (ISBN DIGITAL 9786553624771)

VASCONCELOS, Clever. **Curso de Direito Constitucional.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620889) (ISBN DIGITAL 9786555599978)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL I – TEORIA DO CRIME	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Direito penal: conceito, caracteres e evolução histórica. Fontes do direito penal. Lei penal: interpretação e aplicação. Crime: conceitos material, formal e analítico. Sujeitos e objetos do crime. Fato típico: conceito e elementos. Da conduta: teorias da conduta; formas de conduta. Do resultado: crimes consumados e não consumados, voluntária e involuntariamente. Nexo de causalidade: a equivalência dos antecedentes e a superveniência causal. Crimes dolosos: estrutura e espécies de dolo. Crimes culposos: estrutura e espécies de culpa. Crimes preterdolosos. Tipicidade: teoria do tipo; adequação típica; atipicidade. Antijuridicidade. Causas de exclusão: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal; exercício regular de direito. Culpabilidade: conceito, elementos e causas de exclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito penal**: parte geral. 9. Ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Salo. **Antimanual de criminologia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596670) (ISBN DIGITAL 9786555596687)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal**: parte geral (arts. 1º a 120). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625501) (ISBN DIGITAL 9786553624726)

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625884) (ISBN DIGITAL 9786553625891)

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625853) (ISBN DIGITAL 9786553625860)

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626812) (ISBN DIGITAL 9786553626829)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO JURÍDICO	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Noções básicas de Administração Contemporânea. Marketing em negócios advocatícios: Aspectos Éticos e as Perspectivas da OAB. Administração Estratégica de Negócios Jurídicos. A Gestão de Pessoas. Empreendedor na área Jurídica: Competências e Habilidades. Estruturação de planos de negócios, e gestão de pessoas contribuirá para que o “Empreendedor na área Jurídica” construa competências. A cooperação, a aprendizagem organizacional, a satisfação dos clientes, a melhoria dos procedimentos de trabalho e a alavancagem dos resultados financeiros e sociais. Estruturação de um Plano de Negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos; CAVALCANTI, Marly. (Orgs). **Empreendedorismo:** estratégias de sobrevivência para pequenas empresas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547231842) (ISBN DIGITAL 9788547231859)•

FEIGELSON, Bruno; MARQUES, Daniel; PERALTA, Maria Alice Lima.; SAMICO, Paulo; CARNEIRO, Tayná. (Coord.) **Departamento jurídico 4.0 e legal operations.** São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555599138) (ISBN DIGITAL 9786555599145)•

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo:** conceitos e práticas inovadoras. (Série Eixos). 2. ed. São Paulo: Érica, 2019. (ISBN FÍSICO 9788536531601)•

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRILLO, João; BOONSTRA, Jaap. **Liderança e cultura organizacional para inovação.** São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553131570) (ISBN DIGITAL 9788553131587)

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **Negócios de impacto social:** guia para os empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553131488) (ISBN DIGITAL 9788553131495)

PEREIRA, Maria Celia Bastos. **RH Essencial:** gestão estratégica de pessoas e competências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571440920) (ISBN DIGITAL 9788571440937)

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de Pessoas.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553131785) (ISBN DIGITAL 9788553131792)

YNAZE, Mitsuru Higuchi; ALMEIDA, Edga; YANAZE, Leandro Key Higuchi. **Marketing Digital:** conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786587958149)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
3º SEMESTRE	

EMENTA:

Direito processual, importância, autonomia do direito processual; Conflitos de interesses; Formas compositivas de lide; Transição da justiça privada para a justiça pública e a função jurisdicional do Estado. Vias alternativas de pacificação social; Princípios gerais do direito processual; Normas processuais; Jurisdição: Princípios jurisdicionais; Competência Poder Judiciário; Funções essenciais à justiça. Teoria Geral do Processo Eletrônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Teoria geral do processo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599534) (ISBN DIGITAL 9786555599541)

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao estudo do Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621459) (ISBN DIGITAL 9786553620599)

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan. **Teoria geral do processo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621336) (ISBN DIGITAL 9786553620759)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AVARES, André Ramos. **O juiz digital**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786555599954)

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil, parte geral do Código de Processo Civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625426) (ISBN DIGITAL 9786553624665)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553626478) (ISBN DIGITAL 9786553626485)

PINHO, Humberto Dalla Bernadina; PORTO, José Roberto. **Manual de tutela coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 978655590883) (ISBN DIGITAL 978655590890)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e processo eletrônico**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627505) (ISBN DIGITAL 9786553627482)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Direito Processual Administrativo: Conceito, Histórico, Possibilidades. Processos Administrativos em Espécie. Princípios da Administração Pública. Tendências Contemporâneas em Direito Administrativo. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621879) (ISBN DIGITAL 9786553620452)

MACIEL, Igor Moura. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624221)

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627086) (ISBN DIGITAL 9786553627055)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan. **Manual de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621121) (ISBN DIGITAL 9786553620421)

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598254) (ISBN DIGITAL 9786555598223)

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. **Nova lei de licitações e contratos administrativos comentada**. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622425) (ISBN DIGITAL 9786553622593)

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627123) (ISBN DIGITAL 9786553627130)

VICTALINO, Ana Carolina; LAMOUNIER, Daniel; OLIVEIRA, Marcos. **Prática administrativa**. (Coleção Prática Forense). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553623439) (ISBN DIGITAL 9786553623415)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II - OBRIGAÇÕES	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; astreintes; fiança; privilégios; penhor e hipoteca. Liquidação das obrigações. Concurso de credores. Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito. Responsabilidade por ato ou fato de outrem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** teoria geral das obrigações. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553628052) (ISBN DIGITAL 9786553628021)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil:** obrigações. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553626720) (ISBN DIGITAL 9786553626669)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** responsabilidade civil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553628403) (ISBN DIGITAL 9786553628410)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** teoria geral das obrigações. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553628441) (ISBN DIGITAL 9786553628458)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625235) (ISBN DIGITAL 9786553624450)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** obrigações, inclui responsabilidade civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553628328) (ISBN DIGITAL 9786553628298)

FARIAS, Cristiano Chaves; NETTO, Felipe Peixoto Braga; ROSENVALD, Nélon. **Novo tratado de responsabilidade civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553610693) (ISBN DIGITAL 9788553612079)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

A Constituição de 1988: Direito Fundamentais: Direitos Sociais, os Direitos à Nacionalidade, os Direitos Políticos, dos partidos políticos. Organização do Estado. Garantias dos Direitos Fundamentais. Perspectivas do Direito Constitucional. Tendências Contemporâneas em Direito Constitucional. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625266) (ISBN DIGITAL 9786553624788)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625822) (ISBN DIGITAL 9786553625792)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625570) (ISBN DIGITAL 9786553624818)

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626003) (ISBN DIGITAL 9786553626010)

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625204) (ISBN DIGITAL 9786553624474)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419) (ISBN DIGITAL 9786553624610)

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625587) (ISBN DIGITAL 9786553624771)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

O Poder Judiciário e os Direitos dos Povos Indígenas. Povos Indígenas e a antropologia. Política Indigenista. Direitos Políticos. O direito à consulta livre, prévia e informada. Direito à Terra. Tratados Internacionais. Juris prudência brasileira e das Cortes Internacionais. Proteção à cultura, ao território e ao conhecimento tradicional dos índios. Estudos de casos. OMC, CDB e Convenção 169 da OIT e Acordo TRIP'S. Princípios de soberania alimentar e precaução biotecnológica. O reconhecimento e a proteção dos povos originários e sua relação com a natureza. A memória biocultural desses povos vulneráveis dispõe de consciência social e ecológica apropriada às necessárias conversas entre o passado e o futuro e ao enfrentamento das adversidades do mundo atual. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUBILUT, Liliana L.; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo F.; MAGALHÃES, José Luiz Quadros D. **Direito à diferença:** aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. v.1. São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788502208858)

METCALF, Peter. **Cultura e Sociedade.** São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN 9788502629790)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN: 9788553618095)

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607846) (ISBN DIGITAL 9788553607884)

PIOVESAN, Flávia. SILVA, Silvio José Albuquerque E. **Combate ao racismo.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN 9786555597721)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622081) (ISBN DIGITAL 9786553622098)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL II – TEORIA DA PENA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

Teorias e Historicidade da Pena Criminal: no Mundo Ocidental e no Brasil. Sanção Penal: Pena Criminal e Medida de Segurança. Espécies de Pena Criminal: Pena Privativa de Liberdade, Penas Restritivas de Direitos e Pena de Multa. Aplicação da Pena Criminal. Efeitos da Condenação. Espécies de Medida de Segurança: Internação e Tratamento Ambulatorial. Substitutivos Penais: Suspensão Condicional da Pena e Livramento Condicional. Extinção da Punibilidade. Ação Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1. 26. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal:** parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito penal:** parte geral. 9. Ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDREUCCI, Ricardo. **Manual de Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598360) (ISBN DIGITAL 9786555598377)

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado:** parte geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627239) (ISBN DIGITAL 9786553627208)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal:** parte geral (arts. 1º a 120). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625501) (ISBN DIGITAL 9786553624726)

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal:** parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625853) (ISBN DIGITAL 9786553625860)

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schimitt. **Lições fundamentais de Direito Penal:** parte geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553602896) (ISBN DIGITAL 9788553608171)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Tutela Provisória. Procedimento Comum. Petição inicial. A Resposta Réu. Revelia. Provas. Audiência. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil:** teoria geral do direito processual civil, parte geral do Código de Processo Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625426) (ISBN DIGITAL 9786553624665)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil:** teoria geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553626478) (ISBN DIGITAL 9786553626485)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628083) (ISBN DIGITAL 9786553628090)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

PINHO, Humberto Dalla Bernadina; PORTO, José Roberto. **Manual de tutela coletiva.** São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9786555590883) (ISBN DIGITAL 9786555590890)

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626836) (ISBN DIGITAL 9786553626843)

VICTALINO, Ana Carolina; BARROSO, Darlan. **Processo Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555595093) (ISBN DIGITAL 9786555595048)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
4º SEMESTRE	

EMENTA:

Teoria Geral dos Direitos Humanos. Fundamentação dos Direitos Humanos. Processo de internacionalização. Sistema Global de Direitos Humanos (ONU). Sistemas regionais de Direitos Humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Mecanismos internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Os Tribunais internacionais. Os Direitos Humanos na ordem jurídicas brasileira e seus impactos. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628489)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625341)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604593) (ISBN DIGITAL 9788553610181)

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599657)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional dos refugiados**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597578)

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555599268) (ISBN DIGITAL 9786555599275)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III - CONTRATOS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Dos contratos em geral. Estudo da formação dos Contratos. Extinção dos Contratos. Visão estrutural dos Contratos. Princípios que regem os contratos. Função Social do Contrato. Classificação dos Contratos. Contrato inominado. Interpretação dos contratos. Vícios Redibitórios. Evicção. Breves noções da aplicabilidade do CDC no âmbito contratual. Dos contratos em espécie: Da compra e venda. Doação. Locação. Modalidades de Empréstimo. Depósito. Mandato. Seguro. Contrato de Fiança

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553628038) (ISBN DIGITAL 9786553628007)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil:** contratos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553626652) (ISBN DIGITAL 9786553626614)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** contratos e atos unilaterais. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553628427) (ISBN DIGITAL 9786553628434)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Contrato de doação:** análise crítica do atual sistema jurídico e os seus efeitos no direito de família e das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555591828) (ISBN DIGITAL 9786555591835)

GARCIA JÚNIOR, Vanderlei. **Manual prático de contratos.** São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553620803)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil 2 esquematizado:** contratos em espécie e direito das coisas. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599459) (ISBN DIGITAL 9786555599466)

LÔBO, Paulo. **Direito Civil:** contratos. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553628304) (ISBN DIGITAL 9786553628281)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Manual da compra e venda:** doutrina, jurisprudência e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553172337) (ISBN DIGITAL 9788553601851)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL III	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Inconstitucionalidade: conceito e espécies. Controle de Constitucionalidade: teoria geral, formas de controle no Brasil e as ações específicas. Ações Constitucionais: conceito, legitimidade ativa e passiva e procedimento. Temas Atuais em Direito Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625266) (ISBN DIGITAL 9786553624788)

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626003) (ISBN DIGITAL 9786553626010)

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625587) (ISBN DIGITAL 9786553624771)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625570) (ISBN DIGITAL 9786553624818)

FIGUEIREDO, Marcelo. **Identidade constitucional: um diálogo entre cultura e a inclusão das diferenças.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597714)

PEIXOTO, Paulo Henrique Lêdo. **A mutação constitucional e o Supremo Tribunal Federal: interpretação e aplicação das normas constitucionais.** São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597936) (ISBN DIGITAL 9786555597882)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419) (ISBN DIGITAL 9786553624610)

VOBKUHLE, Andreas. **Defesa do Estado Constitucional Democrático em tempo de populismo.** São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9786555592221) (ISBN DIGITAL 9786555592245)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Evolução Histórica do direito comercial. Conceito e Princípios introdutórios. Teoria Geral do Direito Empresarial. Empresário e Empresa. Registro Público. Estabelecimento Empresarial. Atividade Empresarial e Publicidade. Escrituração Contábil. Contratos de Sociedade. Sociedades Empresariais em Espécie. Cooperativas. Fusão. Incorporação. Transformação e Cisão. Dissolução das Sociedades Empresariais. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Tendências Contemporâneas de Direito Empresarial. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial:** direito de empresa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627604) (ISBN DIGITAL 9786553627611)

CHAGAS, Edílson Enedino. **Direito Empresarial esquematizado.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627314) (ISBN DIGITAL 9786553627321)

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa:** teoria geral da empresa e direito societário. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553628144)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** direito de empresa. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. V. 8. (ISBN FÍSICO 9786555597349) (ISBN DIGITAL 9786555598667)

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626287) (ISBN DIGITAL 9786553626256)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial sistematizado:** doutrina, jurisprudência e prática. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626362) (ISBN DIGITAL 9786553626379)

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial:** teoria geral e direito societário. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553627376) (ISBN DIGITAL 9786553627383)

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626508) (ISBN DIGITAL 9786553626461)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Direito Financeiro como ordenamento e como ciência. Direito Financeiro e Direito Tributário. Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal. obrigações tributárias. Reflexão sobre o Sistema Tributário Nacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614004) (ISBN DIGITAL 9788553615865)

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553613663) (ISBN DIGITAL 9786555591460)

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito Financeiro e Econômico esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625686) (ISBN DIGITAL 9786553624870)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628106)

BRITO, Osias Santana. **Mercado Financeiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571440234) (ISBN DIGITAL 9788571440241)

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788571441422) (ISBN DIGITAL 9788571441439)

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604838) (ISBN DIGITAL 9788553608942)

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Direito Tributário**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625976) (ISBN DIGITAL 9786553625983)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Introdução e História do Direito Internacional Público. Fontes de Direito Internacional Público. Normas Internacionais. Tratados Internacionais. Formas extraconvencionais de expressão do Direito Internacional. Instrumentos de Interpretação e Compensação. Personalidade Internacional. Domínio Público Internacional. Direito Internacional do Mar. Direito Internacional do Ar. Organizações Internacionais. Conflitos Internacionais e Meios de Solução: Meios Diplomáticos, Meios Políticos e Meios Jurisdicionais. Guerra. Proteção Internacional da Pessoa Humana: Direitos Humanos. Tendências Contemporâneas em Direito Internacional Público. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625341)

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627949) (ISBN DIGITAL 9786553627918)

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625303) (ISBN DIGITAL 9786553624511)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá, Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. 2. ed. São Paulo: Benvirá, 2018. (ISBN FÍSICO 9788557172074) (ISBN DIGITAL 9788557172210)

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596618) (ISBN DIGITAL 9786555596625)

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596397) (ISBN DIGITAL 9786555596403)

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604876) (ISBN DIGITAL 9788553609031)

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553612642)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Parte Especial do Código Penal: dos crimes contra a vida, lesões corporais, periclitação da vida e da saúde, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual, crimes contra o patrimônio, crimes contra os costumes, crimes contra a assistência familiar, crimes de perigo comum, crimes contra a saúde pública, moeda falsa, falsidade documental, crimes contra a Administração Pública. Leis especiais do Código Penal. Lei de Tóxicos. Crimes previstos na Lei de Imprensa. Crimes de prefeitos. Crimes eleitorais, Crimes contra a criança e o adolescente. Crimes Hediondos. Crimes contra a Ordem Tributária. Crimes Falimentares. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes contra o Meio Ambiente. Lei das Contravenções Penais. Crimes de Preconceito de Raça e Cor. Crimes contra a Seguridade Social. Crime de Tortura. Crime de Porte de Arma e Crimes do Código de Trânsito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra a pessoa (arts.121 a 154-B). 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553627062) (ISBN DIGITAL 9786553627031)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 155 a 212). 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553627192) (ISBN DIGITAL 9786553627161)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal:** parte especial (arts. 184 a 359-R). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553625471) (ISBN DIGITAL 9786553624696)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDREUCCI, Ricardo. **Manual de Direito Penal.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598360) (ISBN DIGITAL 9786555598377)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal comentado.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607396) (ISBN DIGITAL 9788553615698)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra a pessoa (arts.121 a 154-B). 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553627062) (ISBN DIGITAL 9786553627031)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 155 a 212). 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553627192) (ISBN DIGITAL 9786553627161)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado: parte especial.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627338) (ISBN DIGITAL 9786553627345)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
5º SEMESTRE	

EMENTA:

Sentença. Os processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais. Da ação rescisória. Ordem dos processos nos tribunais. Do incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de constitucionalidade. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Da reclamação. Dos recursos. Duplo Grau de Jurisdição. Princípios Aplicáveis aos Recursos. Efeitos dos Recursos. Recursos em Espécie: Apelação, Recurso Adesivo, Agravo de Instrumento, Agravo interno. Embargos de Declaração, Recurso Ordinário Constitucional, Recurso Especial. Recurso Extraordinário, Embargos nos Tribunais Superiores. Uniformização de Jurisprudência. Preclusão. Coisa julgada. Tendências contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil:** procedimento comum, processos nos Tribunais e recursos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553625433) (ISBN DIGITAL 9786553624627)

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil:** processo de conhecimento e procedimentos especiais. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN DIGITAL 9786553626430) (ISBN FÍSICO 9786553626454)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628083) (ISBN DIGITAL 9786553628090)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito Processual Civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553608294) (ISBN DIGITAL 9788553611409)

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

LUNARDI, Fabrício Castagna. **Curso de Direito Processual Civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553612284) (ISBN DIGITAL 9788553610990)

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626836) (ISBN DIGITAL 9786553626843)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Direitos Reais. Distinção entre Direitos Reais e Obrigacionais. Características. Classificação. Situações jurídicas híbridas. Direito das Coisas. Direito real e direito pessoal. Generalidades sobre a posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Propriedade em geral. Aquisição da propriedade imóvel. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Usucapião. Direito autoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** direito das coisas. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553627963) (ISBN DIGITAL 9786553627932)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** direitos reais. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553625990) (ISBN DIGITAL 9786553625952)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** direito das coisas. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553628397) (ISBN DIGITAL 9786553628373)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Manual de Direito Civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597356) (ISBN DIGITAL 9786555598612)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625242) (ISBN DIGITAL 9786553624559)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** coisas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553628267) (ISBN DIGITAL 9786553628274)

NETTO, José Carlos Costa. **Direito autoral no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625396) (ISBN DIGITAL 9786553624634)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I - INDIVIDUAL	
CARGA HORÁRIA: 120H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 2H/A	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Evolução Histórica, denominações, conceitos, posição no direito positivo, fontes, hierarquia e princípios. Direito individual do trabalho, contrato de trabalho, decorrendo deste a relação jurídica de emprego e de trabalho, Sujeitos da relação de emprego, o contrato de trabalho, sua classificação, os contratos afins, tipos especiais de empregados, a alteração, a suspensão, a interrupção e a extinção, aviso-prévio, a duração do trabalho: Jornada de trabalho – duração e horários, turno ininterrupto de revezamento, trabalho extraordinário, banco de horas, repousos, horas *in itinere* e trabalho noturno; e Prescrição e decadência. Efeitos da reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626959) (ISBN DIGITAL 9786553626966)

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625938) (ISBN DIGITAL 9786553625945)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627468) (ISBN DIGITAL 9786553627475)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625334) (ISBN DIGITAL 9786553624566)

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625150)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho** (Série IDP). 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598735) (ISBN DIGITAL 9786555598742)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** (Col. Prática Forense). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho esquematizado**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625679)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL II	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Títulos de Crédito: Teoria Geral e Títulos em Espécie. Contratos Mercantis. Locação Mercantil. Shopping Centers. Penhor e Fiança mercantil. Representação Comercial. Leasing. Factoring. Franchising. Aspectos Destacados de Falência e Recuperação de Empresas. Tendências Contemporâneas de Direito Empresarial: Globalização e Política Criminal Contemporânea. Teoria Geral do Delito Empresarial. Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Capitais. Cooperação Jurídica Internacional. A Crise dos Paradigmas e os Problemas Contemporâneos na Política e sua relação com o Direito Empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Crimes contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621299)

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa:** títulos de crédito e contratos empresariais. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553627567)

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial:** títulos de crédito. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553625525) (ISBN DIGITAL 9786553624757)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial:** Falência e recuperação de empresa. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627598) (ISBN DIGITAL 9786553627574)

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** direito de empresa. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 8. (ISBN FÍSICO 9786553627734) (ISBN DIGITAL 9786553627741)

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626287) (ISBN DIGITAL 9786553626256)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial sistematizado:** doutrina, jurisprudência e prática. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626362) (ISBN DIGITAL 9786553626379)

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626508) (ISBN DIGITAL 9786553626461)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Introdução e História do Direito Internacional Privado. Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) (Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro - Antiga LICC) - Implicações Internacionais. Aplicabilidade de Sentenças Estrangeiras em Território Brasileiro. Procedimento de Homologação de Sentenças Estrangeiras. Cartas Rogatórias. Território, Domicílio e Nacionalidade. Direito do Estrangeiro. Asilo. Conflito de Leis e Aplicação do Direito Estrangeiro. Conflito de Jurisdição e Solução de Controvérsias em Âmbito Internacional. Contratos Internacionais. Aspectos Destacados de Mediação e Arbitragem Internacional. Tendências Contemporâneas em Direito Internacional Privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional Privado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625495) (ISBN DIGITAL 9786553624719)

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553623248) (ISBN DIGITAL 9786553623217)

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625303) (ISBN DIGITAL 9786553624511)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596618) (ISBN DIGITAL 9786555596625)

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627949) (ISBN DIGITAL 9786553627918)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604593) (ISBN DIGITAL 9788553610181)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional dos refugiados**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597578)

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à lei de introdução às normas do direito brasileiro - LINDB**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597813) (ISBN DIGITAL 9786555597820)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV – CRIMES EM ESPÉCIE	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Tipologia dos Crimes em Espécie: Parte Especial do Código Penal e Legislação Penal Extravagante. Classificação de Crimes. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra o Estado Democrático de Direito. Lei de Crimes Hediondos. Lei de Terrorismo. Lei de Tortura. Lei de Drogas. Lei de Abuso de Autoridade. Estatuto do Desarmamento. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública (arts. 213 a 311-A). 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553626737) (ISBN DIGITAL 9786553626706)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado: parte especial.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627338) (ISBN DIGITAL 9786553627345)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra a administração pública, crimes praticados por particular contra a Administração em geral, crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira e crimes contra a administração da Justiça (arts. 312 a 337-D e arts. 338 a 359). 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553626713) (ISBN DIGITAL 9786553626683)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes contra a administração pública, crimes praticados por particular contra a Administração em geral, crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira e crimes contra a administração da Justiça (arts. 312 a 337-D e arts. 338 a 359). 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553626713) (ISBN DIGITAL 9786553626683)

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte especial (arts. 121 a 212). 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553626119) (ISBN DIGITAL 9786553626126)

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte especial (arts. 213 a 359-H). 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553625440) (ISBN DIGITAL 9786553624702)

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625365)

ESTEFAM, André. **Direito Penal:** parte especial (arts. 121 a 234-B). 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553626911) (ISBN DIGITAL 9786553626928)

ESTEFAM, André. **Direito Penal:** parte especial (arts. 235 a 359-H). 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553626898) (ISBN DIGITAL 9786553626904)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial esquematizado.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625648)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Requisitos do Processo de Execução. Partes, Terceiros na Execução e Responsabilização Patrimonial. Princípios do Processo de Execução. Classificação das Espécies de Execução. Execução por Quantia Certa em face de Devedor Solvente. Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer. Execução para Entrega de Coisa. Embargos do Devedor. Embargos de Terceiro. Execução em face de Devedor Insolvente. Execução em face da Fazenda Pública. Execução de alimentos. Execução Fiscal. Cumprimento de Sentença. Impugnação. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil:** tutela jurisdicional executiva. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553625006) (ISBN DIGITAL 9786553625013)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil:** execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN 9786553626447) (ISBN DIGITAL 9786553626416)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628083) (ISBN DIGITAL 9786553628090)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual do Poder Público em juízo.** São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596755) (ISBN DIGITAL 9786555596762)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621152) (ISBN DIGITAL 9786553620568)

STOLZE, Pablo; VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível.** São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553610709) (ISBN DIGITAL 9788553611737)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
6º SEMESTRE	

EMENTA:

Princípios Constitucionais Processuais Penais. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Investigações preliminares (inquérito e termo circunstanciado). Ações Penais Públicas e Privadas. Jurisdição e Competência. Meios de provas. Procedimentos penais comuns e especiais. Juizado Especial Criminal. Prisões Provisórias e Liberdade Provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo penal**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626348) (ISBN DIGITAL 9786553626355)
- MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621220) (ISBN DIGITAL 9786555598872)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DELMANTO JÚNIOR, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal: as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN 9788553612949) (ISBN DIGITAL 9788553612956)
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal: introdução crítica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625549) (ISBN DIGITAL 9786553625051)
- LOPES JÚNIOR, Aury. **Prisões cautelares**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620155) (ISBN DIGITAL 9786553620117)
- MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625464) (ISBN DIGITAL 9786553624658)
- REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626621) (ISBN DIGITAL 9786553626638)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Conceito, Fontes e Princípios do Direito Ambiental. A Crise Ambiental. Ecologia e Meio ambiente. O Movimento Ecológico. Eco Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Direito e Recursos ambientais. Direito Ambiental Brasileiro. Direito Ambiental Comparado. Tratados e Convenções Internacionais e Princípios Legais Supranacionais para a Proteção Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Perspectivas Jurídicas acerca dos recursos ambientais da Amazônia. Urbanismo. Estatuto da Cidade. Tendências Contemporâneas em Direito Ambiental e Urbanístico. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599404)

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625709)

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de Direito Ambiental**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626850) (ISBN DIGITAL 9786553626867)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788571441446)

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. **Crimes ambientais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547219710) (ISBN DIGITAL 9788547221591)

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. **Licenciamento ambiental**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607464) (ISBN DIGITAL 9788553607471)

PEREIRA, Adriana Camargo.; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9788502151444)

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547216122) (ISBN DIGITAL 9788547218607)

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621435) (ISBN DIGITAL 9786553620438)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V – RESPONSABILIDADE CIVIL	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Conceito e Princípios da Responsabilidade Civil. Responsabilidade Subjetiva e Objetiva. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas e seus Administradores. Responsabilidade Civil do Estado e seus Agentes. Tendências Contemporâneas em Responsabilidade Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: responsabilidade civil.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553628403) (ISBN DIGITAL 9786553628410)

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: responsabilidade civil.** 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 7. (ISBN FÍSICO 9786553627758) (ISBN DIGITAL 9786553627765)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil: responsabilidade civil.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553626676) (ISBN DIGITAL 9786553626645)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625235)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: obrigações, inclui responsabilidade civil.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN FÍSICO 9786553628328) (ISBN DIGITAL 9786553628298)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625242) (ISBN DIGITAL 9786553624559)

FARIAS, Cristiano Chaves; NETTO, Felipe Peixoto Braga; ROSENVALD, Néilson. **Novo tratado de responsabilidade civil.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553610693) (ISBN DIGITAL 9788553612079)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO II - COLETIVO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Remuneração e salário: conceito, formas, modos de pagamentos, 13º salário, saláriomínimo e salário profissional, salário-família, adicionais, proteção legal do salário, equiparação e participação nos lucros e resultados. Trabalho da mulher e do menor: proteção, duração, trabalho noturno, repouso obrigatórios, proteção à maternidade e ao trabalho do menor. Direito administrativo do trabalho: inspeção do trabalho, identificação profissional, medicina e segurança do trabalho, nacionalização do trabalho, infrações e penalidades. Direito coletivo do trabalho: o seu conceito, a organização sindical, o registro sindical, a administração do sindicato, a negociação coletiva e contrato coletivo, a greve. Solução dos conflitos trabalhista, pela via administrativa. Efeitos da reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626959) (ISBN DIGITAL 9786553626966)

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625938) (ISBN DIGITAL 9786553625945)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho** (Série IDP). 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598735) (ISBN DIGITAL 9786555598742)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625334) (ISBN DIGITAL 9786553624566)

LIMA, Adriane; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena (coord.). **LGPD no Direito do Trabalho**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553621954)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627468) (ISBN DIGITAL 9786553627475)

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624375)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Col. Prática Forense) (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

SARAIVA. **Segurança e medicina do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626560)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Procedimentos Especiais: Ação Monitória, Ação de Consignação em Pagamento, Ação de exigir de Contas, Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação. Ação de dissolução parcial de sociedade. Embargos de terceiro. Oposição. Ações de família. Da Habilitação. Homologação do Penhor Legal. Regulação de avaria grossa. Restauração do automóvel. Procedimentos de jurisdição voluntária. Inventário e Partilha. Testamento. Juizados Especiais Cíveis: Estaduais e Federais. Juizado da Fazenda Pública. Procedimentos especiais da Legislação extravagante: Ação de despejo e Ação Renovatória da Lei do inquilinato. Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil: tutela jurisdicional executiva**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN FÍSICO 9786553625006) (ISBN DIGITAL 9786553625013)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil: execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 3. (ISBN 9786553626447) (ISBN DIGITAL 9786553626416)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628083) (ISBN DIGITAL 9786553628090)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual do Poder Público em juízo**. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655596755) (ISBN DIGITAL 978655596762)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

RANGEL, Rafael Calmon. **Partilha de bens: na separação, no divórcio e na dissolução da união estável**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625877) (ISBN DIGITAL 9786553625839)

VICTALINO, Ana Carolina; BARROSO, Darlan. **Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 978655595093) (ISBN DIGITAL 978655595048)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Jurisdição e competência penais. Os critérios de determinação da competência penal. Os sistemas probatórios. Os meios de prova previstos no código do processo penal. Teoria do processo e do procedimento. As principais formas procedimentais. Sentença e demais atos jurisdicionais procedimentais penais. Coisa julgada penal. Nulidades processuais. Teoria dos Recursos. Apelação. Protesto por Novo Juri. Embargos Especial, Extraordinário e Ordinário Constitucional. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado De Segurança. Correição Parcial. Lei De Execução Penal: objeto, aplicação; do condenado e do internado; trabalho do recluso; órgãos da execução penal; dos estabelecimentos penais; execução da pena privativa de liberdade; da multa, da pena restritiva de direitos; da suspensão condicional da pena; dos incidentes de execução; do Procedimento judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo penal**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626102)

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625464) (ISBN DIGITAL 9786553624658)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Alexis Couto. **Execução penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625372) (ISBN DIGITAL 9786553624573)

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621220) (ISBN DIGITAL 9786555598872)

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626621) (ISBN DIGITAL 9786553626638)

DELMANTO JÚNIOR, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal: as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN 9788553612949) (ISBN DIGITAL 9788553612956)

LOPES JÚNIOR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal: introdução crítica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625549) (ISBN DIGITAL 9786553625051)

LOPES JÚNIOR, Aury. **Prisões cautelares**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553620155) (ISBN DIGITAL 9786553620117)

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547221041) (ISBN DIGITAL 9788547214678)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTARIO	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: : 1H/A	
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Sistema Constitucional Tributário: Princípios Constitucionais Tributários; Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar; Competências Tributárias; Repartição das Receitas Tributárias. Sistema Tributário Nacional: Fontes do Direito Tributário; Tributo: Conceito, Espécies, Classificações, Natureza Jurídica. Legislação Tributária. Obrigação Tributária Principal e Acessória, Hipótese de Incidência e Fato Gerador, Características, Sujeitos, Responsabilidade Tributária. Tendências Contemporâneas em Direito Tributário. Crédito Tributário: Lançamento, Efeitos, Classificação, Legislação Aplicável. Exclusão, Suspensão e Extinção do Crédito Tributário. Administração Tributária, Privilégios e Prerrogativas do Crédito Tributário. Tributos em Espécie: Federais, Estaduais e Municipais. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Tendências Contemporâneas em Direito Tributário. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário:** Constituição e Código Tributário Nacional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627529) (ISBN DIGITAL 9786553627499)

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Direito Tributário.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625976) (ISBN DIGITAL 9786553625983)

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário:** completo. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627215) (ISBN DIGITAL 9786553627185)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário brasileiro.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628106)

CAPARROZ, Roberto. **Direito Tributário esquematizado.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627246) (ISBN DIGITAL 9786553627222)

CARNEIRO, Claudio. **Impostos federais, estaduais e municipais.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604708) (ISBN DIGITAL 9788553612116)

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário:** teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9788571441422) (ISBN DIGITAL 9788571441439)

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627277)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PRÁTICAS SIMULADAS I - EMPRESARIAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 3H/A
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Aspectos introdutórios do direito processual empresarial: processo; procedimento. Elaboração de petição inicial; legitimidade; litisconsórcio; competência; prazos processuais; despesas processuais. Órgãos registrários: importância e funcionamento; elaboração de contratos e estatutos sociais. Ações perante os órgãos registrários: anulação de registro; mandado de segurança. Estabelecimento empresarial: contrato de trespasse. Ações previstas na lei 8.245/91: ação renovatória; Direito societário: reflexos da lei 13.874/2019 no direito societário brasileiro; dissolução parcial de sociedade Ltda (exclusão e retirada de sócio) c/c apuração de haveres; dissolução total de sociedade c/c liquidação. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie: apelação; agravo; recurso especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPINHO, Sérgio; PINTO, Mariana. **A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624290)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial sistematizado**: doutrina, jurisprudência e prática. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626362) (ISBN DIGITAL 9786553626379)

VIDO, Elisabete. **Prática jurídica empresarial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625754) (ISBN DIGITAL 9786553625761)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das sociedades comerciais**: direito de empresa. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547233358) (ISBN DIGITAL 9788553601592)

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir petição inicial**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN DIGITAL 9788553607617)

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial**: sociedade anônima. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627581) (ISBN DIGITAL 9786553627550)

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**: teoria geral da empresa e direito societário. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553628144)

RICHTER, Bianca. **Petição inicial**: dicas e técnicas. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 978655598766)

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627710) (ISBN DIGITAL 9786553627727)

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**: eficácia e sustentabilidade. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604517) (ISBN DIGITAL 9788553611515)

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**: teoria geral e direito societário. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553627376) (ISBN DIGITAL 9786553627383)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ASSISTÊNCIA JURÍDICA	
CARGA HORÁRIA: 150H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 7,5H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 7,5H/A
7º SEMESTRE	

EMENTA:

Jurisdição e Competência; Organização do Judiciário; sujeitos processuais; O papel dos operadores do Direito e a lei do exercício profissional; Análise e comentários sobre diversos tipos de procedimentos; Mandato judicial; Atos, Termos e Prazos Processuais; Peças jurídicas cíveis. Peças jurídicas penais. Peças jurídicas trabalhistas.: fase postulatória (petições iniciais e defesas), fase instrutória; fase recursal. Audiências sumuladas; Pesquisa Jurisprudencial e doutrinária; Estudo de autos findos; Visitas Orientadas. Letramento Jurídico Digital: Processo Judicial eletrônico (PJE), ferramentas auxiliares de peticionamento (permissões de arquivos, especificações técnicas de pertinência, tamanho, formatos e ajustes); certidões eletrônicas e juízo 100% digital (Resolução 345/2020). Conciliação, Negociação, Mediação e Arbitragem. Os alunos também deverão assistir audiências nas áreas cível, penal e trabalhista, a partir de órgãos conveniados com a IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626225) (ISBN DIGITAL 9786553626195)

ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio.; BARROSO, Darlan.; VICTALINO, Ana Carolina.; PIMENTA, Enki.; GARCIA JUNIOR, Vanderlei.; ROSA, Conrado Paulino da. **Prática civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655362339) (ISBN DIGITAL 9786553623408)

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626249) (ISBN DIGITAL 9786553626218)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621152) (ISBN DIGITAL 9786553620568)

MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; ANDRADE, Priscila Souto. **Prática penal**. (Coleção Prática Forense). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625624) (ISBN DIGITAL 9786553624825)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598070) (ISBN DIGITAL 9786555598087)

RICHTER, Bianca. **Petição inicial: dicas e técnicas**. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786555598766)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI - FAMÍLIAS	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Conceito e Princípios do Direito de Família. Relações de Parentesco. Casamento e União estável. Regime de Bens entre os Cônjuges e Conviventes. Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores. Alimentos. Tutela e Curatela. Tendências Contemporâneas em Direito Civil. Reconhecimento de filho, adoção, poder familiar, tutela e curatela. Lei de Combate a Violência Doméstica. Previdência e Família. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Dimas Messias. **Direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626386) (ISBN DIGITAL 9786553626393)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil: direito de família**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553625280) (ISBN DIGITAL 9786553624481)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: direito de família**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553628380) (ISBN DIGITAL 9786553628359)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: direito de família**. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553627796) (ISBN DIGITAL 9786553627802)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **O divórcio na atualidade**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553600434) (ISBN DIGITAL 9788553604050)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: famílias**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553628243) (ISBN DIGITAL 9786553628250)

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598292) (ISBN DIGITAL 9786555598308)

RANGEL, Rafael Calmon. **Manual de Direito Processual Civil das Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626263)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Realidade contemporânea da situação de vida dos jovens; O Estatuto da Criança e do Adolescente: desenvolvimento histórico; Estrutura da Lei nº 8.069/90; Fontes; Dos Direitos fundamentais; Da prevenção, Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Da Prática de ato infracional; Do Conselho Tutelar; Medidas pertinentes aos pais; Acesso à justiça; dos crimes em espécie; Das infrações administrativas. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACIEL, Kátia Ferreira Lobo Andrade (Coord). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 15. ed. São Paulo, Saraiva: 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627826)

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** comentado artigo por artigo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9786555590807) (ISBN DIGITAL 9786555590814)

ZAPATER, Maíra Cardoso. **Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625402)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIANCHINI, Alice; MARQUES, Ivan Luís; GOMES, Luiz Flavio (Coords.). **Pedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: Saraiva, 2013. (ISBN FÍSICO 9788502193772) (ISBN DIGITAL 9788502193789)

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547215637) (ISBN DIGITAL 9788547217068)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502208520) (ISBN DIGITAL 9788502208537)

PAULO, Beatrice Marinho (Coord.). **Psicologia na prática jurídica: a criança em foco**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (ISBN FÍSICO 9788502175914) (ISBN DIGITAL 9788502175907)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DIGITAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Direito e a Nova Tecnologia de Informação: Informação Eletrônica como Bem Jurídico. Natureza Jurídica do Hardware, Software e Sistema Informativo: Proteção Jurídica no Direito Internacional. Relações de Consumo nos Meios Eletrônicos. Legislação Brasileira sobre Negócios Eletrônicos. Legislação sobre Internet e Direito do Autor. O Marco Civil da Internet. Diplomas Legislativos sobre Comércio Eletrônico e Serviços na Internet. Legislação Comparada da Proteção Jurídica no Sistema Informático. Delitos e Responsabilidade na Rede de Internet. Responsabilidade Civil na Internet. Internet e Privacidade: a Prova Informática no Direito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555594782) (ISBN DIGITAL 9786555598438)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de dados pessoais: comentários à lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621350) (ISBN DIGITAL 9786555599480)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e processo eletrônico**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627505) (ISBN DIGITAL 9786553627482)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, Ana Catarina. **Inteligência artificial, ética e Direito: guia prático para entender o novo mundo**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553620339)

FIORILLO, Celso Antônio P. **O Marco civil da internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação** - Comentários à Lei n. 12.965/2014. São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN DIGITAL 9788502627741)

LIGUORI, Carlos. **Direito e criptografia**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786553623460) (ISBN DIGITAL 9786553623446)

NETTO, José Carlos Costa. **Direito autoral no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625396) (ISBN DIGITAL 9786553624634)

TEIXEIRA, Tarcísio. **LGPD e o e-commerce**. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598148) (ISBN DIGITAL 9786555598155)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Seguridade social. Conceitos e Princípios da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social (LOAS). Previdência Social: Histórico da Previdência Social, A Previdência Social no Brasil. Regime Geral da Previdência. Custeio. Beneficiários. Benefícios Previdenciários. Benefícios Acidentários. Regimes próprios. Previdência privada. Processo administrativo previdenciário. Processo judicial previdenciário. Tendências Contemporâneas em Direito Previdenciário. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, Marisa Ferreira. **Direito Previdenciário esquematizado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626522) (ISBN DIGITAL 9786553626492)

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Previdenciário: seguridade social**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625488)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626140) (ISBN DIGITAL 9786553626157)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios Previdenciários: regime geral de previdência social**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627697) (ISBN DIGITAL 9786553627666)

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito Previdenciário para concursos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553608287) (ISBN DIGITAL 9788553611393)

MARTINEZ, Luciano. **Reforma da previdência: entenda o que mudou**. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553616794) (ISBN DIGITAL 9788553616800)

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624375) (ISBN DIGITAL 9786553624320)

SANTOS, Marisa Ferreira. **Previdência social**. São Paulo: Expressa 2021. (ISBN DIGITAL 9786555598407)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Introdução ao Direito Processual do Trabalho: Conceitos, Histórico, Características e Princípios. Organização Judiciária: Composição e Competência. Ações Trabalhistas: Conceito, Elementos, Classificação e Garantias Constitucionais. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo: Histórico, Conceito e Princípios. Processos e Procedimentos especiais. Jurisprudência e Direito Sumular da Justiça do Trabalho. Audiência Trabalhista. Sentença Trabalhista. Consignação em Pagamento. Provas no processo do trabalho. Petição Inicial Trabalhista. Efeitos da reforma trabalhista Lei nº 13.467/2017.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625358) (ISBN DIGITAL 9786553624689)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Série IDP) (ISBN FÍSICO 978655598735) (ISBN DIGITAL 978655598742)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626874) (ISBN DIGITAL 9786553626881)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625457)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553613274) (ISBN DIGITAL 9788553616213)

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614844) (ISBN DIGITAL 9788553618262)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Col. Prática Forense). (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Litígio, lide e disputa. Nova cultura ou paradigma: a negociação. Formas alternativas de solução de conflitos no tempo e no espaço. Espécies. Arbitragem. Mediação. ADRs. Tratados internacionais. Órgãos e instituições internacionais de solução de litígios. Tribunais internacionais. O Brasil e a lei 9.307/96. A sentença arbitral. Execução de sentenças estrangeiras. Solução de litígios no Mercosul. A empresa e os meios de Solução de Conflitos. Jurisdição e jurisconstrução, conciliação e transação. Papel e ética do mediador. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621152) (ISBN DIGITAL 9786553620568)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598070) (ISBN DIGITAL 9786555598087)

S. NETO, Pedro. **Direito do Conflito**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555595529)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Francisco José; RODOVALHO, Thiago; FREIRE, Alexandre. (ORG.) **Arbitragem**: estudos sobre a lei n. 13.129, de 26-5-2015. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN DIGITAL 9788502625303)

LAGRASTA, Valeria F. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553621992)

MATOS, Francisco Gomes. **Negociação e conflito**. São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788502220188) (ISBN FÍSICO 9788502220171)

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de conflitos**. São Paulo: Expressa, 2020. (ISBN 9786558110477)

STOLZE, Pablo; VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553610709) (ISBN DIGITAL 9788553611737)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PRÁTICAS SIMULADAS II - PENAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 3H/A
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Elaboração de Peças Penais na Fase Pré-Processual. Recursos Penais. Ações Autônomas de Impugnação em Matéria Penal. Peças Penais na Fase de Execução. Laboratório de Prática Jurídica: Trabalhos simulados orientados de Direito Penal, análise de autos findos; noções sobre exercício profissional dos diversos operadores na área penal. Simulações no âmbito de julgamentos e processos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626348) (ISBN DIGITAL 9786553626355)

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625464) (ISBN DIGITAL 9786553624658)

MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; ANDRADE, Priscila Souto. **Prática penal**. (Coleção Prática Forense). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625624) (ISBN DIGITAL 9786553624825)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONFIM, Edilson Mougenot. **No tribunal do júri: crimes emblemáticos, grandes julgamentos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553172603) (ISBN DIGITAL 9788553601615)

BRITO, Alexis Couto. **Execução penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625372) (ISBN DIGITAL 9786553624573)

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus. Casos passionais e feminicídio: de Pontes Visgheiro a Elize Matsunaga**. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. (ISBN DIGITAL 9786555591323)

ESTEFAM, André (Coord.). **Direito Penal contemporâneo: temáticas em homenagem ao Professor Damásio de Jesus**. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597479) (ISBN DIGITAL 9786555597486)

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para o exame da OAB**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625327)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PROCESSUAIS	
CARGA HORÁRIA: 150H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 7,5H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 7,5H/A
8º SEMESTRE	

EMENTA:

Redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragens e conciliação. Audiências sumuladas; Pesquisa Jurisprudencial e doutrinária; Estudo de autos findos; Visitas Orientadas. Letramento Jurídico Digital: Processo Judicial eletrônico (PJE), ferramentas auxiliares de peticionamento (permissões de arquivos, especificações técnicas de pertinência, tamanho, formatos e ajustes); certidões eletrônicas e juízo 100% digital (Resolução 345/2020); Shoodo e PJE Office; PJE-Calc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** (Col. Prática Forense). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e processo eletrônico**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627505) (ISBN DIGITAL 9786553627482)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626225) (ISBN DIGITAL 9786553626195)

ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio.; BARROSO, Darlan.; VICTALINO, Ana Carolina.; PIMENTA, Enki.; GARCIA JUNIOR, Vanderlei.; ROSA, Conrado Paulino da. **Prática civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655362339) (ISBN DIGITAL 9786553623408)

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626249) (ISBN DIGITAL 9786553626218)

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621152) (ISBN DIGITAL 9786553620568)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598070) (ISBN DIGITAL 9786555598087)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Conceito e Princípios do Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha. Tendências Contemporâneas em Direito das Sucessões. Das formas ordinárias de testamento. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias em geral. Dos legados. Dos efeitos do legado e do seu pagamento. Da caducidade dos legados. Do direito de crescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da deserdação. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação do testamento. Do rompimento do testamento. Do inventário e da partilha. Do inventário. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas. Da colação. Da garantia dos quinhões hereditários. Direitos fundamentais da criança e do adolescente; menoridade e responsabilidade civil e criminal; política de atendimento; atos infracionais; medidas sócio-educativas; Justiça da infância e da juventude; atuação do Ministério Público; procedimentos e prevenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Dimas Messias. **Direito das sucessões:** inventário e partilha. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625907)

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil:** direito das sucessões. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 7. (ISBN FÍSICO 9786553625969) (ISBN DIGITAL 9786553625921)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: direito das sucessões. 17. ed.** São Paulo: Saraiva, 2023. V. 7. (ISBN FÍSICO 9786553628366) (ISBN DIGITAL 9786553628335)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro:** direito das sucessões. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553627789) (ISBN DIGITAL 9786553627772)

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Contrato de doação:** análise crítica do atual sistema jurídico e os seus efeitos no direito de família e das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555591828) (ISBN DIGITAL 9786555591835)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** sucessões. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553628236) (ISBN DIGITAL 9786553628212)

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Calvo do Rego Dabus. **Curso de direito das sucessões.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598131) (ISBN DIGITAL 9786555598094)

OLIVEIRA, Euclides; AMORIM, Sebastião. **Inventário e partilha:** teoria e prática. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555595963) (ISBN FÍSICO 9786555595956)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	
CARGA HORÁRIA: 100H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 2H/A	
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Evolução e história da proteção ao consumidor; o direito comparado; constitucionalização do direito do consumidor. Relação jurídica de consumo: política nacional das relações de consumo; sujeitos da relação de consumo; objeto da relação de consumo; princípios gerais e direitos básicos do consumidor; responsabilidade civil de consumo: teoria do risco; responsabilidade civil objetiva; decadência e prescrição; desconconsideração da personalidade jurídica; das práticas comerciais: oferta; publicidade; consequências civis, penais e administrativas da publicidade ilícita; práticas abusivas; da proteção contratual: cláusulas abusivas; contratos de massa e de adesão; da defesa do consumidor em juízo: o acesso à justiça e a efetividade do processo; a iniciativa do ministério público; facilitação da defesa e inversão do ônus da prova; a antecipação da tutela; ações coletivas para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; coisa julgada. Das infrações administrativas: a administração pública e a defesa do consumidor; sanções administrativas e devido processo legal; crimes contra o consumidor: função do direito penal na repressão aos crimes contra as relações de consumo; tipologia dos crimes contra as relações de consumo: CDC e lei n. 8.137/90. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan. **Direito do Consumidor esquematizado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626546) (ISBN DIGITAL 9786553626515)

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555593518) (ISBN DIGITAL 9786555593525)

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Princípios básicos do Direito do Consumidor brasileiro: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786553624429)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR E REGULAMENTOS. São Paulo: SARAIVA EDUCAÇÃO / Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597660)

DIAS, Lucia Ancona Lopez de Magalhães. **Publicidade e Direito: enganosa, abusiva, infantil, digital e comparativa**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547220686) (ISBN DIGITAL 9788547228194)

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. Comportamento do consumidor brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547215095 (ISBN DIGITAL 9788547215101)

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juízo**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553618675) (ISBN DIGITAL 9786555592436)

MARCÃO, Renato. Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo: comentários e interpretação jurisprudencial da Lei nº 8.137, de 27-12-1990. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547230500)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II	
CARGA HORÁRIA: 40H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Recurso em espécies, Execução e Procedimento Especial, Conceito e finalidade dos recursos. Princípios peculiares no processo do trabalho. Recursos em espécies no processo do trabalho. Pressupostos recursais. Execução trabalhista – conceito e finalidade. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Embargos à execução e embargos de terceiros. Fases finais da execução – Arrematação, Adjudicação e Remição. Inquérito para apuração de cometimento de falta grave. Dissídio Coletivo. Mandado de Segurança no Processo do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625457)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho** (Série IDP). 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598735) (ISBN DIGITAL 9786555598742)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626874) (ISBN DIGITAL 9786553626881)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614042) (ISBN DIGITAL 9788553619450)

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625358) (ISBN DIGITAL 9786553624689)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** (Col. Prática Forense). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621527) (ISBN DIGITAL 9786553621534)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PRÁTICAS SIMULADAS III - TRABALHISTA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: : 3H/A
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Realização de trabalhos simulados e orientados da prática jurídica trabalhista. Elaboração de peças processuais postulatorias de defesa e recursais a partir de casos hipotéticos. Análise em autos findos. Acompanhamento, na qualidade de ouvinte, de audiências no fórum trabalhista. Simulação de audiências com instrução e razões finais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HINZ, Henrique Macedo. **Audiência trabalhista na prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547223878) (ISBN DIGITAL 9788553172702)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Col. Prática Forense). (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614042) (ISBN DIGITAL 9788553619450)

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625457)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho** (Série IDP). 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598735) (ISBN DIGITAL 9786555598742)

PEREIRA, Leone. **Prática jurídica trabalhista**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555595703) (ISBN DIGITAL 9786555598384)

REDINZ, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555594034) (ISBN DIGITAL 9786555594041)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TRABALHO DE CURSO I – O PROJETO	
CARGA HORÁRIA: 80H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: : 4H/A
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Regimento e Normas do TCC. Fases da pesquisa científica. Diferença e normalização entre teses, dissertações, monografias e artigos científicos. Métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa. Aspectos metodológicos de pesquisa necessários a elaboração de projeto de pesquisa. Regras de apresentação gráfica de projetos de pesquisa, monografias e artigos científicos. Fontes de pesquisa acadêmico-científica. Formação de citação. Referências bibliográficas. Projeto de pesquisa: construção, normalização integralizando os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica. Construção da Monografia ou Artigo. Acompanhamento da elaboração dos Projetos. Apresentação e defesa dos Projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords). **Metodologia da pesquisa em Direito:** técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628014) (ISBN DIGITAL 9786553627994)

MEZZAROBA, Orides; SERVILHA, Cláudia. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627291) (ISBN DIGITAL 9786553627307)

NOVA; Sílvia Pereira de Castro Casa; NOGUEIRA, Daniel Ramos; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José (Orgs.). **Trabalho de Curso de curso (TCC):** uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571440685) (ISBN DIGITAL 9788571440708)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos:** sem arroudeio e sem medo da ABNT. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440265) (ISBN DIGITAL 9788571440289)

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os Cursos de Direito. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622463) (ISBN DIGITAL 9786553622470)

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia:** noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788502636538) (ISBN DIGITAL 9788502636552)

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Isabel N. G. **TCC:** Trabalho de Curso de curso utilizando Office 365 ou Word 2016. São Paulo: Érica, 2017. (ISBN FÍSICO 9788536523712) (ISBN DIGITAL 9788536524917)

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era digital.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547220310) (ISBN DIGITAL 9788547220334)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	
CARGA HORÁRIA: 140H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 7H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 7H/A
9º SEMESTRE	

EMENTA:

Atendimento à população carente e identificação de soluções jurídicas para o caso concreto; **realização de recursos intermediários; elaboração de cautelares e procedimentos especiais;** Elaboração de peças processuais na área cível, penal e trabalhista; Distribuição da petição inicial; Protocolo de petições nos tribunais; Acompanhamento de audiências; Acompanhamento dos processos dos assistidos; Pesquisa jurisprudencial e doutrinária; Letramento Jurídico Digital: Processo Judicial eletrônico (PJE), ferramentas auxiliares de peticionamento (permissões de arquivos, especificações técnicas de pertinência, tamanho, formatos e ajustes); certidões eletrônicas e juízo 100% digital (Resolução 345/2020); Shoodo e PJE Office; PJE-Calc; sistemas para a obtenção de informações administrativas e parcelamentos (Secretaria de Estado e Fazenda do DF, Receita Federal – e-cac, Meu INSS, portal do FGTS e PGFN). Conciliação, Negociação, Mediação e Arbitragem

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 2. (ISBN DIGITAL 9786553626430) (ISBN FÍSICO 9786553626454)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555594782) (ISBN DIGITAL 9786555598438)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e processo eletrônico.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627505) (ISBN DIGITAL 9786553627482)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, Ana Catarina. **Inteligência artificial, ética e Direito:** guia prático para entender o novo mundo. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553620339)

ARAUJO JUNIOR, Marco Antônio.; BARROSO, Darlan.; VICTALINO, Ana Carolina.; PIMENTA, Enki.; GARCIA JUNIOR, Vanderlei.; ROSA, Conrado Paulino da. **Prática civil.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655362339) (ISBN DIGITAL 9786553623408)

AVARES, André Ramos. **O juiz digital.** São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786555599954)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** (Col. Prática Forense). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

RICHTER, Bianca. **Petição inicial:** dicas e técnicas. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786555598766)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: 1H/A	
10º SEMESTRE	

EMENTA:

O Direito Agrário. Definição. Conceitos e história. O Estatuto da Terra. Política agrária e Política agrícola. A Reforma Agrária. Função social da propriedade. Imposto sobre a propriedade territorial rural. Usucapião especial rural. O crédito rural. As varas agrárias no Estado do Pará. Competência. As ações possessórias sobre imóveis rurais. A questão fundiária no Brasil e no Pará. Justiça e processo agrários. Direito comparado. Direito Agrário Internacional. Problemas atuais da terra no Brasil. Espécies de contratos agrários. Desenvolvimento de atividades de extensão, alinhados segundo os ODS e projeto extensionista da disciplina e/ou do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599404)

MATTOS NETO, Antônio José. **Curso de Direito Agroambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547233228) (ISBN DIGITAL 9788553601929)

OPITZ, Sílvia Carlinda Barbosa; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de Direito Agrário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547213879) (ISBN DIGITAL 9788547217044)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy Cardia. **ESG: Teoria e prática para a verdadeira sustentabilidade nos negócios**. São Paulo: Expressa, 2022. E-book. ISBN 9786555599237.

BURANELLO, Renato. **Manual do Direito do Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547233327) (ISBN DIGITAL 9788553600120)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: direito das coisas**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553628397) (ISBN DIGITAL 9786553628373)

PEREIRA, Adriana Camargo.; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9788502151444)

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de Direito Ambiental**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626850) (ISBN DIGITAL 9786553626867)

WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: um direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN DIGITAL 9788553172528)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	
10º SEMESTRE	

EMENTA:

Direito Eleitoral: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Princípios Constitucionais. A Justiça Eleitoral. Condições de Elegibilidade. Causas de Inelegibilidade. Sistemas Eleitorais adotados no Brasil. Legislação Brasileira Específica. Partidos Políticos. Processo Eleitoral. Registro de Candidaturas. Propaganda Eleitoral. Recurso em Matéria Eleitoral. Ações em Matéria Eleitoral. Tendências Contemporâneas em Direito Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CHIMENTI, Ricardo Cunha. **O exercício da soberania popular e a minirreforma eleitoral de 2021**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786553622906)
- VASCONCELOS, Clever Rodolfo; SILVA, Marco Antônio. **Direito Eleitoral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621688) (ISBN DIGITAL 9786553620063)
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598803) (ISBN DIGITAL 9786555598810)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Investigação e processo dos crimes eleitorais e conexos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555599893) (ISBN 9786555599909)
- MARTINS, Flávio. **Direitos sociais em tempos de crise econômica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597271) (ISBN DIGITAL 9786555597288)
- VASCONCELOS, Clever. **CPI**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597615)
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva.; AGRA, Walber de Moura. **Direito Eleitoral: propaganda eleitoral**. São Paulo: Expressa, 2020. (ISBN DIGITAL 9786555593235)
- VELLOSO, Carlos Mario da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Direito Eleitoral: crimes eleitorais**. São Paulo: Expressa, 2020. (ISBN DIGITAL 9786555593228)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PRÁTICAS SIMULADAS IV - PREVIDENCIÁRIO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 3H/A
10º SEMESTRE	

EMENTA:

Realização de trabalhos simulados. Processo Administrativo Previdenciário. Da necessidade do processo administrativo. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre processo prévio administrativo. Instrução processual e o sigilo de dados do requerente diante da LGPD. O requerimento administrativo diante do aplicativo “meu INSS”. Justificativa administrativa. 1.1 Recursos no processo administrativo. Regras gerais aos recursos no âmbito do CRPS. Prazo e Intimações na esfera do processo administrativo. 1.2 Incidentes processuais. Embargos de declaração. Correção material. Revisão de ofício. Reclamação em virtude de não cumprimento de decisão. 2 Processo Judicial. Postulação em juízo em conformidade com o benefício pleiteado. Regras processuais. Juizados Especiais Federais. Prévio requerimento na via administrativa. Execução de sentença e pagamento de valores devidos pelo INSS. 3. Concessão de Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente – LOAS. Elaboração de peças processuais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios Previdenciários:** regime geral de previdência social. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627697) (ISBN DIGITAL 9786553627666)

LIMA, Adriana; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. (coords.). **LGPD no Direito do Trabalho.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786553621954)

SANTOS, Marisa Ferreira. **Direito Previdenciário esquematizado.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626522) (ISBN DIGITAL 9786553626492).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621060) (ISBN DIGITAL 9786555599886)

LEITÃO, André Studart; LIMA, Alexandre César Diniz Moraes; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Direito Previdenciário.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022 (ISBN FÍSICO 9786553620148) (ISBN DIGITAL 9786555599961)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social.** 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626140) (ISBN DIGITAL 9786553626157)

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho esquematizado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621527) (ISBN DIGITAL 9786553621534)

SANTOS, Marisa Ferreira. **Previdência social.** São Paulo: Expressa 2021. (ISBN DIGITAL 9786555598407)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PRÁTICAS SIMULADAS V - CÍVEL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: : 3H/A
10º SEMESTRE	

EMENTA:

Realização de Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil (forense e não forense); análise de autos findos; noções sobre exercício profissional dos diversos operadores na área cível. Elaboração de Peças Processuais. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Participação em audiências reais. Impugnação. Recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626225) (ISBN DIGITAL 9786553626195)

ARAUJO JUNIOR, Marco Antônio.; BARROSO, Darlan.; VICTALINO, Ana Carolina.; PIMENTA, Enki.; GARCIA JUNIOR, Vanderlei.; ROSA, Conrado Paulino da. **Prática civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655362339) (ISBN DIGITAL 9786553623408)

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626249) (ISBN DIGITAL 9786553626218)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. **Prática no processo civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553611126) (ISBN DIGITAL 9788553611935)

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar; FONSECA, João Francisco Naves. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625556)

RICHTER, Bianca. **Petição inicial: dicas e técnicas**. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786555598766)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TRABALHO DE CURSO II – CONSTITUIÇÃO E DEFESA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: 3H/A
10º SEMESTRE	

EMENTA:

A disciplina de TC II, do Curso de Direito efetiva-se com a realização da pesquisa anteriormente planejada pelos alunos na disciplina de TC I. Este será o momento de realização da práxis, em que o aluno demonstrará todas as habilidades e capacidades apreendidas em todas as demais disciplinas do curso, embasando-se principalmente nos conhecimentos da disciplina de Metodologia da Pesquisa e de Trabalho de Curso I, pois este será o momento de demonstrar suas habilidades em executar uma pesquisa através da coleta de dados, a análise, interpretação e redação dos resultados da pesquisa com qualidade no conteúdo em defesa pública do TC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica:** técnicas para argumentar em textos jurídicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621107) (ISBN DIGITAL 9786555599336)

NOVA; Sílvia Pereira de Castro Casa; NOGUEIRA, Daniel Ramos; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José (orgs.). **Trabalho de Curso de curso (TCC):** uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571440685) (ISBN DIGITAL 9788571440708)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coords). **Metodologia da pesquisa em Direito:** técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628014) (ISBN DIGITAL 9786553627994)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos:** sem arroudeio e sem medo da ABNT. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440265) (ISBN DIGITAL 9788571440289)

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para os Cursos de Direito. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553622463) (ISBN DIGITAL 9786553622470)

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia:** noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788502636538) (ISBN DIGITAL 9788502636552)

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Isabel N. G. **TCC:** Trabalho de Curso de curso utilizando Office 365 ou Word 2016. São Paulo: Érica, 2017. (ISBN FÍSICO 9788536523712) (ISBN DIGITAL 9788536524917)

MEZZARROBA, Orides; SERVILHA, Cláudia. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627291) (ISBN DIGITAL 9786553627307)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - TRIBUNAIS	
CARGA HORÁRIA: 140H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 7H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	CARGA HORÁRIA PRÁTICA: : 7H/A
10º SEMESTRE	

EMENTA:

Atendimento à população carente e identificação de soluções jurídicas para o caso concreto; Identificação dos documentos necessários para cada tipo de ação; Elaboração de peças processuais na área cível, penal e trabalhista; Distribuição da petição inicial; Protocolo de petições nos tribunais; Acompanhamento de audiências; Acompanhamento dos processos dos assistidos; Pesquisa jurisprudencial e doutrinária; Letramento Jurídico Digital: Processo Judicial Eletrônico (PJE), ferramentas auxiliares de peticionamento (permissões de arquivos, especificações técnicas de pertinência, tamanho, formatos e ajustes); certidões eletrônicas e juízo 100% digital (Resolução 345/2020); Shoodo e PJE Office; PJE-Calc; sistemas para a obtenção de informações administrativas e parcelamentos (Secretaria de Estado e Fazenda do DF, Receita federal – e-cac, Meu INSS, portal do FGTS e PGFN). Conciliação, Negociação, Mediação e Arbitragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir petição inicial**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN DIGITAL 9788553607617)

RICHTER, Bianca. **Petição inicial: dicas e técnicas**. São Paulo: Expressa, 2023. (ISBN DIGITAL 9786555598766)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e processo eletrônico**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627505) (ISBN DIGITAL 9786553627482)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans. **Prática civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626225) (ISBN DIGITAL 9786553626195)

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626249) (ISBN DIGITAL 9786553626218)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555594782) (ISBN DIGITAL 9786555598438)

RALIN, Paulo; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática trabalhista** (Col. Prática Forense). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625631) (ISBN DIGITAL 9786553624832)

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: Direito Bacharelado

DISCIPLINA: BIOÉTICA E BIODIREITO

CARGA HORÁRIA: 60H

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A

CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -

EMENTA:

Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Os aspectos referentes ao microbiodireito e macrobiodireito. O respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, delimitando questões ético-jurídicas. Implantes e transplantes de órgãos e tecidos. Aborto, Tanatologia. Eutanásia e Pena de Morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e barriga de aluguel. Inseminação e fertilização in vitro. Procriação assistida. Doação voluntária e compulsória de órgãos. Transgênicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9786555598551)

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson R. **Bioética e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012. (ISBN DIGITAL 9788502163126)

HOGEMANN, Edna Raquel. **Conflitos bioéticos: clonagem humana**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (ISBN DIGITAL 9788502183377)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Ética: geral e profissional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599596) (ISBN DIGITAL 9786555599602)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Manual de Direito Civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. *E-book*. (ISBN Digital: 9786553624559)

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Contrato de doação: análise crítica do atual sistema jurídico e os seus efeitos no direito de família e das sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555591828) (ISBN DIGITAL 9786555591835)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: sucessões**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553628236) (ISBN DIGITAL 9786553628212)

VOBKUHLE, Andreas. **Defesa do Estado Constitucional Democrático em Tempos de Populismo**. Série IDP - Linha Direito Comparado. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN DIGITAL 9786555592245)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO ECONÔMICO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Direito Constitucional Econômico; A Ordem Econômica e o Sistema Financeiro Nacional; Finanças Públicas; Direito Financeiro; Orçamento; Tribunais de Contas; Ordem Econômica Internacional; Intervenção do Estado no Domínio Econômico; Agências Reguladoras; O novo papel do Estado; Banco Central do Brasil; Planejamento Econômico; As Leis Anti-Dumping, A Lei Antitruste. Histórico das leis antidumping, de subsídios e medidas compensatórias no âmbito internacional. O MERCOSUL e um possível "direito econômico latino americano

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATHAYDE, Amanda. **Curso de defesa comercial e interesse público no Brasil:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627970) (ISBN DIGITAL 9786553627987)

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553613663) (ISBN DIGITAL 9786555591460)

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito Financeiro e Econômico esquematizado.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625686) (ISBN DIGITAL 9786553624870)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Osias Santana. **Mercado Financeiro.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788571440234) (ISBN DIGITAL 9788571440241)

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614004) (ISBN DIGITAL 9788553615865)

MARTINS, Flávio. **Direitos sociais em tempos de crise econômica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597271) (ISBN DIGITAL 9786555597288)

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia esquematizado.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553623224) (ISBN DIGITAL 9786553623194)

SAMPAIO, Luiza. **Microeconomia esquematizado.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625655) (ISBN DIGITAL 9786553624849)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Os fundamentos básicos da criminologia: objeto, método e funções da Criminologia. Histórico do Pensamento Criminológico, com as principais teorias criminológicas: da Escola Clássica às Criminologias Crítica e Contemporânea. O Criminoso, o crime e a criminalidade sob o ponto de vista Físico, Psicológico e Social. A recepção dos discursos criminológicos no Brasil. Pesquisa Criminológica Aplicada, as Políticas Criminais, a Vitimologia e o Controle Social. Tendências Contemporâneas em Criminologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Salo. **Antimanual de criminologia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596670) (ISBN DIGITAL 9786555596687)

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625884) (ISBN DIGITAL 9786553625891)

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626812) (ISBN DIGITAL 9786553626829)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal comentado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607396) (ISBN DIGITAL 9788553615698)

BONFIM, Edilson Mougenot. **No tribunal do júri: crimes emblemáticos, grandes julgamentos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553172603) (ISBN DIGITAL 9788553601615)

CARVALHO, Salo; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547214661) (ISBN DIGITAL 9788547219628)

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus. Casos passionais e feminicídio: de Pontes Visgheiro a Elize Matsunaga**. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. (ISBN DIGITAL 9786555591323)

MARTINELLI, João Paulo Orsini; BEM, Leonardo Schimitt. **Lições fundamentais de Direito Penal: parte geral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553602896) (ISBN DIGITAL 9788553608171)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO INDÍGENA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Histórico da proteção Jurídica aos povos indígenas. A proteção jurídica aos índios do Brasil: sistema atual e perspectivas futuras. Proteção à cultura, ao território e ao conhecimento tradicional dos índios. O Direito dos índios na Região Norte e no Estado do Pará. Estudos de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUBILUT, Liliana L.; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo F.; MAGALHÃES, José Luiz Quadros D. **Direito à diferença:** aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. v.1. São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788502208858)

METCALF, Peter. **Cultura e Sociedade.** São Paulo: Saraiva, 2015. (ISBN 9788502629790)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva:** aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958279)

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607846) (ISBN DIGITAL 9788553607884)

PIOVESAN, Flávia. SILVA, Silvio José Albuquerque E. **Combate ao racismo.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN 9786555597721)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

SALTO, Felipe; VILLAVARDE, João; KARPUSKA, Laura. **Reconstrução:** o Brasil nos anos 20. Série IDP. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553623064)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Noções Preliminares sobre o Instituto Geral de Perícias (IGP) e sua Estrutura. Introdução sobre Medicina Legal – Perícias e Perito e Documentos médico-legais. Identificação Médico-Legal. Tanatologia Forense. Traumatologia forense. Asfixiologia. Sexologia Forense. Psicopatologia Forense. Toxicologia. Estudo dos Laudos de: exame de lesão corporal; exame cadavérico; exame de conjunção carnal; aborto; exame psiquiátrico; exame de embriaguez alcoólica; exame toxicológico; exame de investigação de paternidade; insalubridade; acidente de trabalho; indenização; responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil. Tendências Contemporâneas em Medicina Legal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CROCE, D. **Manual de Medicina Legal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. (ISBN Digital: 9788502149540)

FRANCELIN, A. E. **Medicina Legal e o Positivismo Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*. (ISBN Digital: 9788502210707).

GREGO, Rogério. **Medicina legal à luz do direito penal e processual penal**. Niterói: Ímpetus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Hermes. **Perícia médica legal**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Medicina legal**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. **Medicina Legal**. São Paulo. Santos, 2008.

KRYMCHANTOWSKI, Abouch Valenty. **Medicina legal teoria e prática à luz do direito penal e processual penal**. Niterói: Ímpetus, 2009.

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Noções e aprendizado da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS aplicada em contextos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, MEC/SEESP. **Educação Especial** - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997. FENEIS. Revista da FENEIS Nº 06 e 07 (2000) e N.º 10 (2001), Rio de Janeiro/RJ. 2001.

FERREIRA-BRITO, L. Por **uma gramática das línguas de sinais**. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995

MACHADO, F. M. A. **Conceitos Abstratos: escolhas interpretativas de Português para Libras**. 2 ed. Ed. Appris. Curitiba/PR. 2017.

MACHADO, F. M. A. A comunicação está em suas mãos – Libras. Guia de bolso. Ed. Educ. Caxias do Sul/RS. 2019

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Criação intelectual. Direitos autorais (do autor e a ele conexos). Propriedade Industrial (invenções, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais). Propriedade Intelectual nas novas tecnologias da informação (software, base de dados e Internet). Introdução à Gestão da Propriedade Intelectual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAZZONETTO, Nathalia. **Arbitragem e propriedade intelectual:** aspectos estratégicos e polêmicos. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547216702) (ISBN DIGITAL 9788547219420)

NETTO, José Carlos Costa. **Direito autoral no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625396) (ISBN DIGITAL 9786553624634)

SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro; ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Autoral.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN 9786555591521)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo:** os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625266) (ISBN DIGITAL 9786553624788)

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap. Noções Gerais de Direitos Autorais. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1848/1/M%C3%B3dulo_3_DIREITOS_AUTORAIS.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Manual de Direito Civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. *E-book*. (ISBN Digital: 9786553624559)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO DESPORTIVO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Evolução do Direito Desportivo. Principais organismos nacionais e internacionais do desporto. Direito Desportivo e sua interação com as demais áreas do Direito. O vínculo desportivo e suas particularidades. As implicações empresariais e o impacto econômico do Direito Desportivo. A justiça desportiva e o funcionamento dos respectivos tribunais desportivos. Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé). Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Lei nº 10.264/2001 (Lei Piva). Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Estatuto do torcedor. Relações jurídicas que envolvem o desporto profissional. As relações de trabalho e o contrato de formação de atletas. Contratos relacionados à atividade desportiva: nascimento, execução e extinção e os efeitos decorrentes do descumprimento das obrigações. Processo Disciplinar Desportivo. Direito Penal Desportivo. Direito Desportivo Internacional. Legislação de Patrocínio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FACHADA, Rafael Terreiro. **Direito Desportivo:** uma disciplina autônoma. Rio de Janeiro: Ed. Autografia, 2021.

MELO FILHO, Álvaro. Direito do Futebol. Porto Alegre: Quartier Latin, 2019.

RAMOS, Rafael Teixeira. Curso de Direito do Trabalho Desportivo: as relações especiais de trabalho do esporte. Salvador, Ed. JusPodivm, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AFFONSO, Ricardo Georges Miguel. **O enquadramento jurídico do esporte eletrônico.** São Paulo, Quartier Latin, 2019.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604838) (ISBN DIGITAL 9788553608942)

JUCÁ, Marcelo. **Justiça Desportiva e suas Decisões:** estudo de Casos., São Paulo: Quartier Latin, 2018.

MANSSUR, José Francisco C. CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de. **Futebol, Mercado e Estado.** São Paulo, Quartier Latin, 2016.

RAMOS, Carlos Henrique. **Direito Processual Desportivo:** o uso da arbitragem para resolução de conflitos no futebol., Curitiba: Ed. CRV, 2019.

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Tutela individual x coletiva x de massa. Princípios do direito processual coletivo. Institutos fundamentais do direito processual coletivo, ênfase Ação civil pública. Técnicas de coletivização de demandas. Processos Estruturais. A coisa julgada coletiva. Liquidação e cumprimento da sentença em sede de ações coletivas. Espécies de Ações coletivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625457)

MARTINS FILHO, Ives Gandra. **Manual de Direito e Processo do Trabalho** (Série IDP). 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555598735) (ISBN DIGITAL 9786555598742)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626874) (ISBN DIGITAL 9786553626881)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553614042) (ISBN DIGITAL 9788553619450)

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625457)

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625358) (ISBN DIGITAL 9786553624689)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624337)

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553613274) (ISBN DIGITAL 9788553616213)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Introdução as políticas públicas. Governo, desenvolvimento e políticas públicas. Políticas públicas: “tecnologia jurídica governamental” para a democracia. O governo nos vários planos de aproximação: macro, micro e meso institucional. Plano macro-institucional: governo. Política (polity) x políticas públicas (policies). Governo como motor da política e sua progressiva juridificação. Paradoxo governo e Estado: mudança e permanência no exercício do poder político. Plano micro-institucional: ação governamental como núcleo de sentido das políticas públicas. A categoria processo e a perspectiva subjetiva do governo. Ação governamental processualmente estruturada. Os vários processos, juridicamente disciplinados, que concretizam a ação governamental. Plano meso-institucional: arranjos institucionais como organização sistemática da política pública. A categoria instituição e a perspectiva objetiva do governo. Instituições e institucionalismo jurídico. Formação jurídica dos arranjos institucionais, na lógica de um regime de efeitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555595802) (ISBN DIGITAL 9786555595758)

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597455) (ISBN DIGITAL 9786555597417)

MENDES, Gilmar Ferreira; PAIVA, Paulo (Orgs). **Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547218508) (ISBN DIGITAL 9788547218515)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASHLEY, Patrícia Almeida (Org). **Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade nos Negócios: (des)construindo limites e possibilidades**. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553131815) (ISBN DIGITAL 9788553131822)

FERRARI, Sônia Campaner Miguel (Org.). **Filosofia Política**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440180) (ISBN DIGITAL 9788571440197)

JACKSON, Nigel; TANSEY, Stephen D. **Política**. (Col. Homem, Cultura e Sociedade). São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502638341) (ISBN DIGITAL 9788502638365)

LUNARDI, Fabrício Castagna. **O STF na política e a política no STF**. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9788553616619) (ISBN DIGITAL 9788553618330)

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN DIGITAL 9788571441354).

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Desenvolvimento de programas e projetos sociais - teoria e método, formulação de projetos, cálculo da relação custo-impacto, identificação de problema, monitoramento e avaliação. Apresentação de metodologias de elaboração e gestão de Projetos Sociais, suas etapas e custos. Conceitos Básicos: Programas e Projetos Sociais, planejamento estratégico, diagnóstico, avaliação e monitoramento, Aspectos administrativos e legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. **Política Nacional de Saúde** - Contextualização, Programas e Estratégias Públicas Sociais. São Paulo: Érica, 2015. (ISBN DIGITAL 9788536521220)

PADOVEZE, Clóvis Luís.; FRANCISCHETTI, Carlos Eduardo. **Planejamento econômico e orçamento:** ontabilometria integrando estratégia e planejamento orçamentário. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN DIGITAL 9788547221232)

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Desenvolvimento de Projetos Educacionais** - Mídias e Tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788536522203)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASHLEY, Patrícia Almeida (Org). **Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade nos Negócios:** (des)construindo limites e possibilidades. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788553131815) (ISBN DIGITAL 9788553131822)

ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy Cardia. **ESG:** Teoria e prática para a verdadeira sustentabilidade nos negócios. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786555599237)

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos.** São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN DIGITAL 9788553131891)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

OLER, Fabrício; PALERMO, Caroline. **ESG** (ambiental, social e governança): da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN DIGITAL 9786553624276)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: ORATÓRIA FORENSE	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Oratória; Técnicas de Comunicação; Prática Forense; Retórica; Eloquência; Persuasão; Expressão Verbal e Corporal; Glossofobia; Enfrentamento do Medo e da Ansiedade; Gestão Das Emoções; Inteligência Socioemocional; Neurolinguística Forense; Realização de Audiências E Sustentações Oraís; Atuação No Tribunal Do Júri; Comunicação Por Videoconferência. espiração. Voz. Comunicação. Vocabulário. Pronomes e formas de tratamento. Argumentação. Planejamento da apresentação. Controle do tempo. Improviso. Leitura em público. O uso da oratória como instrumento de persuasão e convencimento. Justificação da decisão jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

POLITO, Reinaldo. **Oratória para advogados e estudantes de direito**. 2. ed. São Paulo: Benvirá, 2020. (ISBN FÍSICO 9786558100249) (ISBN DIGITAL 9786558100256)

TERRA, Ernani. **Práticas de leitura e escrita**. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788571440050) (ISBN DIGITAL 9788571440074)

TERRA, Ernani. **Linguagem, Língua e Fala**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICA 9788553131099) (ISBN DIGITAL 9788553131105)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621442) (ISBN DIGITAL 9786553620346)

CHACON, Luís Fernando Rabelo; SODERO, Luiza Helena Lellis Andrade de Sá. **Prática Forense para estagiários**. São Paulo: Saraiva, 2012. (ISBN DIGITAL 9788502146457)

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico universitário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597318) (ISBN DIGITAL 9786555598636)

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN DIGITAL 9788557170667)

POLITO, Reinaldo. **Vença o medo de falar em público**. São Paulo: Benvirá, 2005. (ISBN FÍSICO 9788557172579)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO IMOBILIÁRIO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Conceito e bases da incorporação imobiliária e loteamento. Direito Imobiliário. Princípios e Sistemas registrais. Retificação de Registro Imobiliário. Dúvida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário. Negócios Jurídicos Imobiliários. Contratos. Empreendimentos Imobiliários. Realidade Regional. Crescimento x Desenvolvimento Regional. Locação de imóveis: garantias; benfeitorias e acessões; solidariedade; cessão, sublocação e empréstimo do imóvel; sucessão e sub-rogação; direito de preferência; locação em shopping center.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORTONE, Rafael. **Transações imobiliárias:** aspectos fundamentais para gestão de negócios. São Paulo: Érica, 2017. (ISBN FÍSICO 9788536526096) (ISBN DIGITAL 9788536528144)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Manual da Compra e Venda** - Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN DIGITAL 9788553601851)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; MARQUES, Renata Marques. **Estatuto da cidade comentado:** Lei nº 10.257/2001 (Lei do meio ambiente artificial). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553612574) (ISBN DIGITAL 9788553613069)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** direito das coisas. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 5. (ISBN FÍSICO 9786553628397) (ISBN DIGITAL 9786553628373)

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil:** coisas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 4. (ISBN FÍSICO 9786553628267) (ISBN DIGITAL 9786553628274)

MUKAI, Toshio. **O Estatuto da cidade:** anotações à Lei nº 10.257/2001. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553602278) (ISBN DIGITAL 9788553613113)

SCHWARTZ, Rosely Benevides de Oliveira. **Revolucionando o condomínio.** 16. ed. São Paulo: Benvirá, 2022. (ISBN FÍSICO 9786558100522) (ISBN DIGITAL 9786558100539)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Noções sobre os tipos de Notariado. Princípios. Fé Pública. Função notarial. Reconhecimento de Firma. Autenticação de Documentos. Outorga uxória. Regime de bens. Capacidade Civil e Emancipação. Alvará Judicial. Escrituras Públicas. Traslados. Registros Públicos. Averbação. Suscitação de Dúvida. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos. Doutrínárias e jurisprudenciais do Direito Notarial e Registral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RANGEL, Rafael Calmon. **Partilha de bens:** na separação, no divórcio e na dissolução da união estável. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625877) (ISBN DIGITAL 9786553625839)

SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro. **Noções fundamentais de Direito Registral e Notarial.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621077) (ISBN DIGITAL 9786553620087)

TEIXEIRA, Tarcísio; STINGHEN, João Rodrigo; LIMA, Adrienne Correia; KARAM, Marcelo Monte; JABUR, Mirian Aparecida Esquárchio (Coords.). **LGPD e cartórios:** implementação e questões práticas. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 978655598018) (ISBN DIGITAL 978655597967)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625242) (ISBN DIGITAL 9786553624559)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625235)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil contemporâneo.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626317) (ISBN DIGITAL 9786553626270)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Manual da Compra e Venda** - Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN DIGITAL 9788553601851)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Teoria do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Mecanismos de acesso e procedimentos internacionais. A estrutura normativa do sistema global de proteção internacional dos direitos humanos. A estrutura normativa do sistema regional de proteção dos direitos humanos. O sistema interamericano. Os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Processo de formação. Hierarquia e incorporação. Consequências no plano interno. Declarações e convenções na ordem internacional. Organizações internacionais e defesa de direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553604593) (ISBN DIGITAL 9788553610181)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625303) (ISBN DIGITAL 9786553624511)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607846) (ISBN DIGITAL 9788553607884)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419)

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599657)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional dos refugiados.** São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555597578)

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos Direitos Humanos na ordem internacional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553612642)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PORTUÁRIO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Direito portuário. Portos e comércio exterior. Legislação portuária. Exploração de portos organizados e instalações portuárias: concessão, arrendamento e autorização. A administração do porto organizado. Estudo dos Terminais de Uso Privado (TUPs). Porto de Belém (PA). Operação portuária. Trabalho portuário. Aspectos atinentes à atividade de dragagem. Licenciamento ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555596618) (ISBN DIGITAL 9786555596625).

LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Manual de comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547218461) (ISBN DIGITAL 9788547218478).

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625303) (ISBN DIGITAL 9786553624511).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação**. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

COLLYER, M.A. **Dicionário de Comércio Marítimo**. 3. E. Rio de Janeiro: Lutécia, 2002.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. Licenciamento ambiental. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (ISBN FÍSICO 9788553607464) (ISBN DIGITAL 9788553607471).

PASOLD, César Luiz. **Lições preliminares de direito portuário**. Florianópolis: Imprensa: Florianópolis, Conceito Editorial, 2007.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Forum, 2019. .

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO PENAL E EXTRAVAGANTE	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Introdução ao estudo da Legislação Penal extravagante. Antinomias entre as regras do Código Penal e os preceitos da legislação especial. Leis penais especiais em vigor. Lei penal ambiental (Lei n.9.605/98). Execução penal (Lei n.7.2101/84). Leis antitóxicos (Lei n.11.343/06). Crimes hediondos (Lei n.8.072/90). Crime de tortura (Lei n. 9.455/97). Crime de racismo (Lei n. 7.716/89). Corrupção de menores (Lei n.2.252/54). Porte de arma (Lei n. 9.437/97). Contravenções penais - geral e especial (Lei n.3.688/41). Abuso de autoridade (Lei n.4.898/65). Crimes do Estatuto do idoso (Lei n. 10.741/03). Crimes de Violência doméstica (Lei n. 11.340/06). Consultas de Jurisprudências nos sites dos Tribunais Superiores, Artigos, Leituras Paralelas e Estudos de Casos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Alexis Couto. **Execução penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625372) (ISBN DIGITAL 9786553624573)

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625365)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado: parte especial**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627338) (ISBN DIGITAL 9786553627345)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial esquematizado**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625648)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Alexis Couto. **Execução penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625372) (ISBN DIGITAL 9786553624573)

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JÚNIOR, Roberto; DELMANTO, Fábio M. de Almeida. **Código Penal comentado**. 10. edição. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555593907) (ISBN DIGITAL 9786555593914)

LOPES JR., Aury; PINHO, Ana Claudia Bastos de; ROSA, Alexandre Morais da. **Pacote Anticrime: um ano depois**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9788553618453)

MARCÃO, Renato. **Estatuto do Desarmamento**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN DIGITAL ISBN 9786555598209)

MARCÃO, Renato. **Lei de Drogas**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555598179)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL INTERNACIONAL	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Direito Internacional Penal. Conceito. Distinção entre Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional. O caso Lótus. Convenções da Haia e Genebra. Tribunais de Nuremberg e Haia. O Caso Eichmann. Tribunais Internacionais da ex-Iugoslávia e Ruanda. O Caso Pinochet e jurisprudência espanhola. O Estatuto de Roma e o TPI. Jurisdição universal. Os princípios de Princeton. Princípios elementares já reconhecidos. Fontes. Tratados. Costumes. Estatutos dos Tribunais Internacionais. Crimes Internacionais. Identificação. Classificação. Os crimes internacionais em sentido amplo e em sentido estrito. Crimes internacionais em sentido amplo. Terrorismo. Pirataria. Escravidão e tráfico de pessoas. Tortura. Crimes internacionais em sentido estrito. Crimes contra a paz. Agressão. Genocídio. Crimes contra a humanidade. Crimes de Guerra. O Direito Internacional Humanitário. Relação com o Direito Internacional Penal. Princípios. O Tribunal Penal Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547215606) (ISBN DIGITAL 9788547219680)

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013. (ISBN DIGITAL 9788502201286)

PAULSEN, Leandro. **Crimes federais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547228118) (ISBN DIGITAL 9788553600137)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Crimes contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621299)

CALLEGARI, André; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília (Coords.). **Temas atuais de Direito Penal econômico**. (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786555597295) (ISBN DIGITAL 9786555597257)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625419)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625303) (ISBN DIGITAL 9786553624511)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL ECONÔMICO	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e a ordem tributária. Lavagem de Dinheiro. Habeas Corpus. A teoria geral do delito e da teoria da pena, conceito de forma sistemática, as normas penais incriminadoras e para imputar ao sujeito a prática de um crime. Proteção de bens jurídicos coletivos, a antecipação da tutela ao momento do perigo, o concurso de agentes, a relevância da omissão, os elementos de remissão nos tipos penais."

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALLEGARI; André; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília (Coords.). **Temas atuais de Direito Penal econômico.** (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655597295) (ISBN DIGITAL 978655597257)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Crimes contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553621299)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** crimes em licitações e contratos administrativos (Lei n. 14.133/2021), crimes contra as finanças públicas, crimes praticados por prefeitos (Lei n. 10.028/2000) e crimes contra o Estado Democrático de Direito (Lei n. 14.197/2021) (arts. 337-E a 337-P e arts. 359-A a 359-R). São Paulo: Saraiva, 2023. V. 6. (ISBN FÍSICO 9786553627703) (ISBN DIGITAL 9786553627680)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Crimes federais.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547215606) (ISBN DIGITAL 9788547219680)

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Víctor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado:** parte geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627239) (ISBN DIGITAL 9786553627208)

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de Direito Penal:** parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625853) (ISBN DIGITAL 9786553625860)

MARCÃO, Renato. Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo: comentários e interpretação jurisprudencial da Lei nº 8.137, de 27-12-1990. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547230500)

PAULSEN, Leandro. **Crimes federais.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (ISBN FÍSICO 9788547228118) (ISBN DIGITAL 9788553600137)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TÓPICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Tópicos de Segurança Pública: questão Racial, Violência doméstica, e Crime Organizado. Inteligência Jurimetria e Segurança Pública na sociedade democrática. Atribuições das instituições de segurança pública. Abordagem sistêmica da segurança pública. Controle interno e externo das instituições de segurança pública. Conceitos de circunscrição, região e área de abrangência de outras instituições. Políticas públicas e ações de segurança pública. Planos de Segurança Pública - Cenários e perspectivas da segurança global e social. Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal e o sistema penitenciário. História da Segurança Pública no Brasil; Paradigmas segurança; Constituição Federal e a Segurança Pública; Sistemas de Defesa Social no Brasil. O desenvolvimento de conhecimento diversificado sobre os novos direitos introduzido no ordenamento jurídico e suas relações com a realidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Salo; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547214661) (ISBN DIGITAL 9788547219628)

FERREIRA, Carolina Costa. **Macrocriminalidade e sistema de justiça criminal: debates criminológicos e doutrinários**. (Série IDP - linha pesquisa acadêmica). São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN DIGITAL 9786555597165)

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786555599657)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Sílvia dos Santos de Almeida; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação**. Belém: UFPA, 2016/ Praia: Edições Uni-CV, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, s.a.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786587958279)

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625365)

PIOVESAN, Flávia. SILVA, Sílvia José Albuquerque E. **Combate ao racismo**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN 9786555597721)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TEORIAS DA JUSTIÇA	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Teorias da Justiça. Bem-estar. Liberdade. Igualdade. Virtude. Pluralismo. Utilitarismo clássico e contemporâneo. O Moderno Debate sobre o Conceito de Justiça. Equidade e Justiça. Sistemas Normativos e Ordem Social Justa. Problemas na Conceituação de Norma. A Jurisdição como Instrumento da Ordem Legal. Justiça e Jurisdição. Controle dos Aparelhos Jurídicos. Estado e Poder. Estrutura de Poderes na Sociedade Moderna. Direito e Democracia. Conceito de Cidadania. Comunitarista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, Ricardo. **Liberdade:** fundamento dos Direitos Humanos. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786553623071)

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. **Critérios de justiça.** São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788502216372)

PIOVESAN, Flávia; HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro. **Democracia:** proteção constitucional e internacional. São Paulo: Expressa, 2022. (ISBN DIGITAL 9786553628137)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia geral e jurídica.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625389)

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625716) (ISBN DIGITAL 9786553624900)

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado.** 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626201) (ISBN DIGITAL 9786553626171)

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. **Critérios de justiça.** São Paulo: Saraiva, 2014. (ISBN DIGITAL 9788502216372)

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (ISBN FÍSICO 9788502041479) (ISBN DIGITAL 9788502136557)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Noções Gerais dos Sujeitos de Direito e especificamente das pessoas jurídicas de direito público, a Administração Pública, Atos e Poderes Administrativos. Licitação. Contratos Administrativos. Servidor Público. Serviço Público. Controle da Administração Pública. Lei Anticorrupção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACIEL, Igor Moura. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553624221) (ISBN DIGITAL 9786553624184)

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627086) (ISBN DIGITAL 9786553627055)

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627123) (ISBN DIGITAL 9786553627130)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan. **Manual de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621121) (ISBN DIGITAL 9786553620421)

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 9786553621879) (ISBN DIGITAL 9786553620452)

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555598254) (ISBN DIGITAL 9786555598223)

RODRIGUES, Rodrigo Bordalo. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 9786555598230)

THAMAY, Rennan Faria Kruger; GARCIA JÚNIOR, Vanderlei; MACIEL, Igor Moura; PRADO, Jhonny. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: comentada e referenciada**. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555597639) (ISBN DIGITAL 9786555597646)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Tópicos especiais de Direito Processual Civil. Estudo de temas relevantes da ciência processual civil que não são abordados (ou são tratados de forma breve) em outras disciplinas de Direito Processual Civil. Noções das Uniões e Famílias homossexuais (definição e origem; homo afetividade, união e adoção; aspecto jurídico da família homossexual e a jurisprudência); Tutela (origem, conceito e as fontes da tutela; tipos ou fontes de tutela; os tutores; garantia da tutela; os órfãos; prestação de contas e cessação da tutela); Curatela (conceito; os incapazes de proteção; processo e sentença de interdição cessação da curatela).

Tendências Contemporâneas em Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627642) (ISBN DIGITAL 9786553627659)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553628083) (ISBN DIGITAL 9786553628090)

RANGEL, Rafael Calmon. **Manual de Direito Processual Civil das Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626263)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil, parte geral do Código de Processo Civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. V. 1. (ISBN FÍSICO 9786553625426) (ISBN DIGITAL 9786553624665)

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625167) (ISBN DIGITAL 9786553624528)

PINHO, Humberto Dalla Bernadina; PORTO, José Roberto. **Manual de tutela coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2020. (ISBN FÍSICO 9786555590883) (ISBN DIGITAL 9786555590890)

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626836) (ISBN DIGITAL 9786553626843)

VICTALINO, Ana Carolina; BARROSO, Darlan. **Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (ISBN FÍSICO 9786555595093) (ISBN DIGITAL 9786555595048)

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITO MILITAR	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Noções dos Aspectos constitucionais relativos à competência para apuração do crime militar. O reconhecimento do crime militar e a orientação jurisprudencial. Aplicação da Lei Penal Militar. Crime militar. Dolo e culpa. Coação Irresistível e obediência hierárquica. Culpabilidade. Agentes inimputáveis. Concurso de agentes. Medidas de segurança. Ação Penal. Extinção da punibilidade. Autoridade de Polícia Judiciária Militar. Inquérito Policial Militar e sua prática. Auto de Prisão em flagrante delito e sua prática. Noções do Direito Administrativo Militar: conceito; fontes; princípios específicos e poderes específicos da administração pública milita. Hierarquia militar e disciplina militar; cargos militares, funções militares, comandos e subordinação. Ato administrativo militar; Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Lei nº 6.880/80): Ingresso nas Forças Armadas; Militar da ativa, militar da reserva e militar reformado. Obrigações e deveres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Vol. 1. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito processual penal militar**. [S.L.: s.n.].

OLIVEIRA, Juarez . **Código penal militar**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BADARÓ, Ramagem. **Comentários ao código penal militar de 1969**. São Paulo: JURISCREDI.

BOSCHI, José Antonio Paganella. **Das Penas e seus Critérios de Aplicação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

CALLEGARI, André Luís. **Teoria geral do Delito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais

CURSO: Direito Bacharelado	
DISCIPLINA: DIREITOS DA PESSOA MIGRANTE	
CARGA HORÁRIA: 60H	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3H/A
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO: -	

EMENTA:

Noções introdutórias sobre a migração: definição, características, processos migratórios. Os migrantes no contexto internacional. Nacionalidade, estrangeiro e o migrante. Admissão e retirada compulsória do migrante. Extradicação. Direitos e garantias fundamentais. Direitos humanos: universalidade e internacionalização dos direitos humanos. O Direito Internacional Humanitário: as Convenções de Genebra. Enfrentamento a xenofobia, ao racismo e a qualquer tipo de discriminação - não criminalizando a migração. As políticas públicas e os planos de ação do Estado brasileiro com relação as práticas migratórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direito Internacional dos refugiados**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 978655597578)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553626423) (ISBN DIGITAL 9786553626409)

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (ISBN FÍSICO 978655599268) (ISBN DIGITAL 978655599275)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Salo; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017. (ISBN FÍSICO 9788547214661) (ISBN DIGITAL 9788547219628)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (ISBN FÍSICO 9788502208520) (ISBN DIGITAL 9788502208537)

FIGUEIREDO, Marcelo. **Identidade constitucional: um diálogo entre cultura e a inclusão das diferenças**. São Paulo: Expressa, 2021. (ISBN DIGITAL 978655597714)

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553627949) (ISBN DIGITAL 9786553627918)

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (ISBN FÍSICO 9786553625822) (ISBN DIGITAL 9786553625792)

7.10. Atividades Curriculares de Extensão

Em cumprimento ao Plano Nacional de Educação e a Resolução CNE/CES nº 07/2018, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) implantou as atividades de extensão como atividade obrigatória dos cursos, totalizando um percentual mínimo de 10% da carga horária de cada curso.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018, a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Com base nos termos da Resolução CES 7/2018, em especial os termos dos artigos 5º, que orienta quanto à concepção e a prática das “Diretrizes da Extensão da Educação Superior”, e o artigo 6º que orientam quanto à concepção e prática dos “Princípios da Extensão na Educação Superior”, a IES definiu para sua política de extensão.

Na elaboração, encaminhamento, aprovação e execução de projetos de extensão, são observados os procedimentos a seguir:

- Os projetos de extensão devem ser elaborados por professores vinculados à Instituição, cabendo ao Colegiado de Curso, a que estejam vinculados, manifestar-se a respeito;

- Aprovada pelo Colegiado de Curso, a proposta deve ser encaminhada à Diretoria para análise e, posteriormente ao Conselho Superior para deliberação final;

- A execução do projeto cabe à Coordenação de Curso respectiva; quando o projeto envolver mais de um curso, cabe à Diretoria disciplinar a sua execução.

O financiamento das atividades de extensão inclui recursos próprios da Instituição ou de terceiros, captados junto a organizações da região, públicas e privadas.

Para financiamento de projetos, a seleção contempla, entre outros, os seguintes critérios gerais:

a) relevância do tema proposto;

b) concordância entre a proposta apresentada e os recursos orçamentários existentes;

c) cronograma de trabalho.

Eventos são definidos como a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto artístico, cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela FCC.

A extensão é desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã (Direitos Humanos, Inclusão, Relações

Étnico-Raciais e Indígenas e Meio Ambiente e Sustentabilidade com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As atividades de extensão propostas devem prever o envolvimento docente e discente; estes últimos nas modalidades “discente voluntário” e “discente bolsista”.

Sempre que possível, a proposta deverá possuir caráter interdisciplinar e/ou envolver mais de um curso superior ofertado pela Instituição.

Compete ao Conselho Superior (CONSUP) aprovar as atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, funcionamento e financiamento.

A divulgação no meio acadêmico ocorre mediante a realização anual de evento específico de extensão, no qual professores e alunos apresentam as atividades desenvolvidas junto aos projetos aprovados e financiados. Desse evento, são produzidos anais e/ou periódicos com os resumos dos trabalhos.

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão da FCC.

7.11. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º A finalidade desta Resolução Normativa é balizar a Extensão nas atividades Acadêmicas, com a carga horária na Matriz Curricular dos Cursos de Graduação, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 no Art. 2º para a estruturação das Atividades Acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

Parágrafo único. É consideradas Atividades Acadêmicas de extensão todas as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas com à Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), as que estejam diretamente vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução Normativa e conforme critérios estabelecidos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) da Graduação.

Art. 2º Esta Resolução Normativa regulamenta as Atividades Acadêmicas de Extensão concentradas em componentes curriculares dos Cursos de Graduação, em consonância aos aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, de acordo com o perfil do egresso estabelecido em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e nos demais documentos normativos próprios.

CAPÍTULO II – DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 3º Este Regulamento tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades de extensão na IES e atender ao disposto na Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regulamenta o disposto em Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que assegura, no mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, previstas no PPC sob a forma de componentes curriculares, os quais devem ser codificados de forma compatível com sua natureza, organizados no Plano Individual de Trabalho do docente e registrados no histórico curricular dos estudantes, como forma de seu reconhecimento formativo.

§1º. A extensão será desenvolvida nas áreas dos cursos superiores ofertados e em temáticas transversais e de formação cidadã (direitos humanos, inclusão, relações étnico-raciais e indígenas e meio ambiente e sustentabilidade), enquadradas nas áreas de:

- a) Comunicação;
- b) Cultura;
- c) Direitos Humanos e Justiça;
- d) Educação;
- e) Meio Ambiente;
- f) Saúde;
- g) Tecnologia e Produção;
- h) Trabalho.

§ 2º O cumprimento da carga horária destinada às Atividades Acadêmicas de Extensão, previstas no Projeto Pedagógico de Curso, é obrigatório a todos os estudantes de Graduação da FCC.

§ 3º A exigência descrita no *caput* deve constar no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, explicitados os componentes curriculares que, ao longo da Matriz Curricular, articulam as atividades acadêmicas de extensão com o perfil do egresso, bem como, sua concepção e organização geral, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho docente, as metodologias, os instrumentos avaliativos e os conhecimentos gerados.

§4º. As linhas de extensão serão orientadas pelas áreas temáticas, não devendo estar, necessariamente, ligadas a uma área específica apenas, podendo estar relacionadas, e deverão ter caráter interdisciplinar, contando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Art. 4º O PPC deve definir as Atividades Acadêmicas de Extensão para fins de creditação curricular, concentrada em Componentes Curriculares de Extensão (módulo ou disciplina) que serão planejados e executados em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da

Educação (CNE/MEC), podendo ser desenvolvidos metodologicamente por meio dos seguintes formatos:

a) Modalidade de Atividade Extensionista:

- I – Programas;
- II – Projetos;
- III – Cursos;
- IV – Eventos;
- V – Prestação de Serviços.

b) Disciplina Curricular, cuja carga horária seja destinada integralmente ou parcialmente à área e ao conteúdo da extensão universitária, em consonância com o Art. 5º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação.

§ 1º As modalidades de Atividades Acadêmicas de Extensão, previstas nos incisos I a V da alínea “a”, podem incluir, além das ações institucionais, as ações de natureza governamental e não governamental que atendem às políticas públicas municipais, estaduais e nacionais.

§ 2º A exigência descrita no *caput* deste artigo não poderá ser cumprida exclusivamente por meio de Atividades Acadêmicas de Extensão nas modalidades Curso e evento, considerando a totalidade do percurso acadêmico discente.

§ 3º É vedada a integralização da carga horária em Atividades Acadêmicas de Extensão por meio da participação do estudante em cursos e eventos, exclusivamente, como ouvinte e espectador.

CAPÍTULO II - DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO E DA AVALIAÇÃO

Art. 5º Conforme a Resolução CNE/CES 7/2018, as Atividades Acadêmicas de Extensão são componentes formativos que compõem o PPC sob a forma de Componentes Curriculares de Extensão, especificando as características das ações de Extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos nas Diretrizes Nacionais.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das atividades de extensão:

I – A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI – O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII – A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VIII – A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX – O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

X – O apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

XI – A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

§ 1º As Atividades Acadêmicas de Extensão devem apresentar Ementa específica que explicita sua natureza e tópicos de conteúdos práticos que serão trabalhados.

§ 2º As Atividades Acadêmicas de Extensão, que sejam caracterizadas como módulo, devem explicitar sua natureza e tópicos de conteúdos práticos que serão trabalhados nos Planos de Curso.

Art. 7º As Atividades Acadêmicas de Extensão que serão realizadas para o cumprimento da carga horária curricular dos alunos, devem ser planejadas e aprovadas na instância colegiada da Subunidade Acadêmica (Conselho da Faculdade) para a sua oferta.

Art. 8º As Atividades Acadêmicas de Extensão realizadas nas modalidades de Programas e Projetos de Extensão exigem que estejam vinculados ao Projeto Pedagógico do Curso e que estejam registrados no sistema de registro de atividades de extensão da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

Art. 9º O PPC deve detalhar a ementa, metodologia e a forma de avaliação dos Componentes Curriculares de Extensão e discriminar a carga horária correspondente.

Art. 10º A avaliação das Atividades Acadêmicas de Extensão, em formato de disciplina ou módulo, será realizada pelo(s) docente(s) responsável (is) pelo Componente Curricular de extensão previsto no Desenho Curricular do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

CAPÍTULO III – DA EXTENSÃO COMO COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS DE EXTENSÃO

Art. 11º Trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, que serão inseridos na estrutura curricular do curso e cuja carga horária precisa ser integralizada pelos estudantes, quando assim definido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo Único. O componente curricular específico de Extensão será denominado conforme sugerido pelo Núcleo Docente Estruturante, com carga horária mínima individual de 60 horas.

Art. 12º Por se tratar de um componente curricular específico ofertado na matriz/estrutura curricular do curso, o sistema para a aprovação do discente será o mesmo determinado no Regimento da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO IV – DA EXTENSÃO COMO PARTE DE COMPONENTES CURRICULARES NÃO ESPECÍFICOS DE EXTENSÃO

Art. 13º A extensão como parte de componente curricular não específico trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão em outros componentes curriculares existentes no PPC.

§1º. A indicação da carga horária de extensão dar-se-á na matriz/estrutura curricular e nas respectivas ementas dos componentes que constam no PPC.

§2º. A descrição das atividades de extensão a serem desenvolvidas serão detalhadas no plano de ensino do respectivo componente curricular.

§3º. As atividades de extensão inseridas dentro dos componentes curriculares não específicos para a aprovação dos estudantes deverão seguir o mesmo sistema determinado no Regimento da IES, vigente para qualquer componente curricular ofertado.

CAPÍTULO VI – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO

Art. 13º A carga horária mínima de extensão não poderá ser cumprida em forma de um único componente específico de extensão.

Art. 14º A integralização curricular das atividades de extensão deve ser cumprida por meio de atividades individuais ou coletivas entre os estudantes, cujos registros devem ser realizados por meio de plataformas digitais.

Parágrafo Único. Caso a IES ofereça cursos de graduação na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente junto à comunidade externa, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Art. 15º A carga horária do componente curricular deverá ser integralizada no semestre de sua oferta cumprindo-se a ementa prevista no PPC.

Art. 16º As atividades aqui previstas podem ser disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares, conforme planejamentos dos professores dos respectivos componentes e as previsões de conteúdos e estratégias do PPC.

Art. 17º Todas as atividades direcionadas a execução de programas e projetos relacionados a Curricularização da Extensão deverão ser cadastradas no setor específico de acompanhamento e registro das atividades de extensão, publicadas e/ou divulgadas pela IES em Edital Específico da Curricularização (murais da IES, internet, redes sociais etc.).

§1º. O cadastro dos projetos de extensão no setor deverá ser feito pelo docente do componente curricular, sendo este o coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades.

§2º. Recomenda-se que as atividades de extensão já estejam estruturadas, recomendadas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado de Curso antes de cada semestre de sua oferta, para agilizar o processo de cadastro, validação e homologação no respectivo semestre de sua oferta.

Art. 18º Os registros das atividades relacionadas a cursos, prestação de serviços e eventos deverão ser cadastradas pelo docente responsável pela Extensão.

CAPÍTULO V - DO PRAZO

Art. 19º As Subunidades Acadêmicas que ofertam Cursos de Graduação devem adequar o PPC e normatizar ou promover as adaptações necessárias em suas normas e seus procedimentos internos, visando à aplicação do disposto na presente Resolução até o dia 31 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 20º Caberá à Diretoria Geral:

I – Designar o responsável pela Extensão;

II – Garantir a previsão de recursos financeiros para viabilizar as ações previstas na Curricularização da Extensão;

III – supervisionar, com o apoio da Coordenação de Curso e da Secretaria, o fluxo de registro e o funcionamento do sistema que será utilizado para registro, acompanhamento e certificação das atividades referentes a Curricularização da Extensão;

IV – Fomentar o processo contínuo de formação dos docentes e dos técnico-administrativos, com a inclusão das questões extensionistas.

Art. 21º Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I – Conduzir o processo de implantação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II – Acompanhar registro das atividades da Curricularização da Extensão e posterior comprovação de carga horária no histórico acadêmico do discente;

III – avaliar semestralmente as atividades desenvolvidas e propor melhorias, a serem aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 22º Caberá ao responsável pela Extensão orientar, coordenar e supervisionar, pedagogicamente e administrativamente, as atividades de extensão, auxiliando a Coordenação de Curso e Diretoria Geral, e:

I – Apoiar o Coordenador do Curso na análise e seleção das atividades da Curricularização de Extensão apresentadas;

II – Monitorar e homologar as atividades das propostas cadastradas quanto às atividades de Curricularização da Extensão, durante toda a execução destas;

III - auxiliar na elaboração do plano de atividades do projeto junto ao professor responsável pela atividade;

IV – Acompanhar as atividades que o discente desenvolverá durante o projeto;

V – Promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;

VI - Fornece as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;

VII – apresentar relatório semestral das atividades de extensão desenvolvidas pela IES;

VIII – promover o cumprimento deste regulamento e garantir a efetiva integralização da carga horária de extensão.

Art. 23º Caberá à Coordenação do Curso:

I – Promover reuniões com os docentes responsáveis pelas ações de extensão e com docentes que ministram disciplinas com carga horária de extensão;

II – Fornece as orientações necessárias para a realização das ações de extensão durante o curso;

III – promover o cumprimento deste regulamento e a efetiva integralização da carga horária de Extensão;

IV – Garantir adequação orçamentária dos projetos de extensão ao orçamento disponível para o curso;

V – Enviar relatório, semestralmente ou quando solicitado, à Diretoria Geral, contendo informações do cadastro das atividades da curricularização da Extensão realizadas;

VI – Coordenar a emissão de certificados físicos e/ou eletrônicos das atividades de extensão quando assim for necessário;

VII – executar outras funções afins que lhe sejam atribuídas pela Diretoria Geral.

Art. 24º Caberá aos docentes responsáveis pela execução das atividades de extensão:

I – Propor e executar as atividades;

II – Cadastrar os projetos de extensão no setor responsável;

III – cadastrar os cursos, prestação de serviços e eventos;

IV – Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos discentes durante a execução das atividades de curricularização;

V – Realizar o registro de notas, frequências e cumprimento das atividades dos componentes específicos e não específicos da extensão no sistema acadêmico;

VI – Apresentar relatório final de execução das atividades de extensão.

Art. 25º Caberá aos discentes:

I – Realizar a matrícula no componente curricular específico de extensão, quando ofertada;

II – Assinar Termo de Compromisso, quando for necessário e em função da atividade a ser realizada;

III – cumprir a carga horária dedicada à execução das atividades de curricularização previstas no PPC;

IV – Apresentar relatório das atividades desenvolvidas, conforme solicitado pelo coordenador da atividade (professor) e previsto no plano de ensino;

V – Seguir a orientação e a supervisão do coordenador da atividade de extensão;

VI – Executar as atividades conforme o cronograma proposto na atividade de extensão;

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º As Atividades Acadêmicas de Extensão para fins de creditação especificadas nos currículos dos Cursos devem ser orientadas por docentes, tendo os discentes como protagonistas da ação.

Art. 22º As atividades de extensão deverão ser avaliadas regularmente quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

§1º. A autoavaliação das atividades de extensão servirá como base para construção de indicadores de alcance e efetividade orientados pela Diretoria Geral e Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o processo de autoavaliação adotado pela IES.

§2º. A autoavaliação crítica da extensão se voltará para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a iniciação científica, a formação

do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

§3º. A autoavaliação da extensão, prevista neste artigo, deve incluir:

I – A identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II – A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III – A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com os docentes fazer ampla divulgação das atividades que estão sendo ofertadas e das exigências para conclusão do curso previstas neste artigo.

Art. 23º As atividades de extensão que forem realizadas para o cumprimento da Curricularização da Extensão obrigatória prevista no PPC, não poderão ser contabilizadas para carga horária de Atividades Complementares.

Art. 24º O fomento para o desenvolvimento das ações extensionistas previstas no PPC poderá ser oriundo da participação de organizações parceiras e/ou demandantes, públicas ou privadas.

Parágrafo Único. As parcerias deverão ser formalizadas pela mantenedora, de acordo com termo de cooperação/convênio específico.

Art. 25º O histórico escolar do estudante, deverá constar a carga horária em atividades de extensão que integralizou em seu curso.

Art. 26º A carga horária das Atividades Acadêmicas de Extensão será computada como carga horária efetiva para o docente responsável pelo componente curricular.

Art. 27º Casos omissos serão dirimidos pela coordenação de Extensão.

Art. 28º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se às disposições em contrário.

7.12. Oferta dos Componentes Curriculares Optativos

A seguir é apresentado o Regulamento da Oferta dos Componentes Curriculares Optativos.

7.13. REGULAMENTO DA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre a oferta dos componentes curriculares optativos do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC).

CAPÍTULO II – DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Art. 2º Os componentes curriculares optativos são de livre escolha pelo acadêmico, dentro de uma lista previamente estipulada pela FCC, e se voltam à flexibilização da matriz curricular do Curso de Graduação em Direito.

Art. 3º Os componentes curriculares optativos do Curso de Graduação em Direito são os relacionados no quadro a seguir.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL
BIOÉTICA E BIODIREITO	60
DIREITO ECONÔMICO	60
DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	60
DIREITO DESPORTIVO	60
CRIMINOLOGIA	60
DIREITO IMOBILIÁRIO	60
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	60
DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	60
DIREITOS DA PESSOA MIGRANTE	60
DIREITO PENAL INTERNACIONAL	60
DIREITO PENAL ECONÔMICO	60
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE	60
TÓPICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	60
DIREITO MILITAR	60
DIREITO INDÍGENA	60
DIREITO PORTUÁRIO	60
INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	60
ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS	60
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
MEDICINA LEGAL	60
ORATÓRIA FORENSE	60
PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO	60
TEORIAS DA JUSTIÇA	60
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I	60
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II	60

Art. 4º A lista de componentes curriculares optativos poderá, ser ampliada ou modificada, tendo sempre por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso.

Parágrafo Único. A disciplina “Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)” será oferecida entre as disciplinas optativas do curso, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005, não podendo ser retirada da lista de disciplinas optativas oferecidas.

Art. 5º Os componentes curriculares optativos serão oferecidos na modalidade a presencial.

CAPÍTULO III – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 6º Os alunos do Curso de Graduação em Direito devem integralizar, ao total, 60 (sessenta) horas-aula em componentes curriculares optativos.

Parágrafo Único. A carga horária será integralizada no 10º semestre do curso.

Art. 7º No 9º semestre do Curso de Bacharelado em Direito o aluno deverá matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares optativos que serão oferecidos, integralizando 60 (sessenta) horas no semestre.

Art. 8º No 10º semestre do Curso de Bacharelado em Direito o aluno deverá matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares optativos que serão oferecidos, integralizando 60 (sessenta) horas no semestre.

CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS OPTATIVOS			
SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES DA MATRIZ CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	
		SEMANAL	SEMESTRAL
9º	OPTATIVA I	3	60
10º	OPTATIVA II	3	60

CAPÍTULO IV – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E MATRÍCULA NOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Art. 9º O Componente Optativo de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), poderá ser cursado em qualquer período do Curso, e poderá ser aproveitado como Atividade Complementar.

Art. 10º Para o 10º semestre do curso, previamente ao início do período de matrícula, o Colegiado de Curso selecionará 01 (um) componente curricular optativo, entre aqueles da lista apresentada no art. 3º deste Regulamento, a serem disponibilizados para matrícula dos alunos do curso, devendo cada aluno matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares oferecidos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pelo Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 12º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso De Bacharelado em Direito da Conhecimento e Ciência (FCC)

7.12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares no Curso de Direito são estabelecidas para flexibilizar o currículo do curso e oportunizar ao aluno uma formação mais autônoma, afinal, a partir do roll de atividades possíveis delineadas no regulamento das AC's (Atividades Complementares), e são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as Ações dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ligados a extensão junto à comunidade.

Em complemento ao conteúdo temático das disciplinas que compõem a matriz curricular, tem-se a previsão de Atividades de Complementação Curricular nas modalidades de Monitoria, Extensão, Pesquisa e Ensino.

Cada uma dessas atividades é prevista no Regulamento das AC's, existindo um coordenador específico para controle e desenvolvimento dessas atividades de forma integrada e interligada, tanto à coordenação de curso, quanto ao Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) e ao Núcleo de Extensão e Pesquisa.

O aluno deverá cumprir o total de atividades complementares prevista na matriz curricular do Curso de Direito, sejam aquelas ofertadas pela própria Instituição (IES) ou por outros órgãos e instituições categorias que delineamos acima.

O curso dispõe de um Regulamento Geral das Atividades Complementares onde são previstas de forma detalhada as atividades e a carga horária máxima de aproveitamento em cada uma pois incentiva-se o aluno a não desenvolver uma única modalidade.

Obs.: As atividades de nivelamento não podem ser validadas como Atividade Complementares.

As atividades complementares visam proporcionar aos alunos a oportunidade de se qualificar, em prolongamento às demais atividades da matriz curricular, de realizarem parte de sua trajetória de forma autônoma e específica, com conteúdo diferenciados que lhes permitirão enriquecer os conhecimentos ministrados pelo Curso de graduação em Direito.

Entende-se por atividades complementares toda e qualquer atividade, exceto aquelas previstas no desenvolvimento regular dos componentes do curso (obrigatório ou eletivo), desde que seja suficiente para atender às necessidades acadêmicas formativas e pessoais e avanço futuro profissional do operador de Direito.

7.14.1 Previsão e Carga Horária das Atividades Complementares

No Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), as Atividades Complementares estão previstas na matriz curricular, com carga horária de 306 (Trezentos e Seis) horas a serem integralizadas pelos alunos no decorrer dos semestres letivos do curso.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias acadêmicas, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso, que são prioritárias.

7.14.2. Diversidade das Atividades Complementares

Em conformidade com Art. 4º do Regulamento de Atividades Complementares Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios ou eletivos, da matriz curricular do curso de graduação, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro profissional.

Art. 5º São consideradas para efeito de Atividade Complementar:

GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO:

- a) Disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;
- b) Monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA:

- a) Iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) Pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) Publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) Assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO:

- a) Atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) Atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

GRUPO IV - ATIVIDADES VINCULADAS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL:

- a) Participação efetiva em cargo de representação estudantil, em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e ainda nos órgãos colegiados da FCC.

Parágrafo Único. Os critérios para validação das atividades complementares encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 6º O cumprimento da carga horária de Atividades Complementares dar-se-á conforme o quadro abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	Carga Horária Mínima Por Período	Carga horária máxima por período
PESQUISA		
Iniciação Científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	0	20
Estágio Extracurricular	0	20
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	0	20
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	0	20
Eventos	0	20
ATIVIDADES VINCULADAS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL		
Participação efetiva em cargo de representação Estudantil	0	20

7.14.3. Formas de Aproveitamento das Atividades Complementares

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela Instituição

O detalhamento das atividades, passíveis de aproveitamento como Atividades Complementares encontram-se no APÊNDICE II do Regulamento das Atividades Complementares, com a respectiva descrição, carga horária aproveitada, as formas de comprovação, e percentuais máximos de horas para cada grupo.

Eventuais atividades que não constem do Regulamento poderão, segundo análise do Colegiado do Curso de Direito, para que possam ser aproveitadas e mensuradas.

Independentemente de participar de ações e eventos que forem promovidos ou oferecidos pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), compete ao aluno desenvolver esforços para buscar eventos na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados

e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização da carga horária de Atividades Complementares.

7.14.4. Aderência à Formação Geral e Específica do Discente

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação da Coordenação de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do curso de graduação.

A validação das Atividades Complementares deve ser requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nas ações e eventos extracurriculares. São consideradas válidas, independente de justificção do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela Instituição, ou por ele referendada, a comprovação e validação das Atividades Complementares fica registrado na Coordenação de Curso.

7.14.5. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento

As Atividades Complementares contam com mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. Nesse sentido, o sistema de controle acadêmica utilizado pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) permite todo o controle das Atividades Complementares.

O aluno poderá requerer a solicitação de validação de atividades complementares no portal do aluno *online* ou presencialmente na Secretária Acadêmica, com os anexos dos certificados de atividades complementares, posteriormente o Coordenador (a) do Curso de Direito, deferindo ou indeferindo o lançamento da atividade, Após validar as informações, será destinado o protocolo a Secretaria Acadêmica para lançamento das horas complementares no sistema Acadêmico e registro do Histórico Acadêmico.

7.14.6. Regulamento das Atividades Complementares

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Complementares da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC)

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades Complementares que compõem o currículo dos cursos de graduação da FCC. Em sua sede e demais unidades acadêmicas, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos módulos que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

Parágrafo único. As atividades complementares serão integradas por atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º As Atividades Complementares são componentes curriculares de caráter extracurricular, enriquecedores e implementadores do perfil do egresso, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, multidisciplinares, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 3º As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades da matriz curricular, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdo diverso que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

Art. 4º Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios ou eletivos, da matriz curricular do curso de graduação, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro profissional.

Art. 5º São consideradas para efeito de Atividade Complementar:

I - Atividades de Pesquisa:

- e) Iniciação científica sob tutoria de docentes;
- f) Pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- g) Publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- h) Assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II - Atividades de Extensão:

- c) Atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- d) Atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III - Atividades de Ensino:

- c) Disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;
- d) Monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

IV - Atividades vinculadas à representação estudantil:

- b) Participação efetiva em cargo de representação estudantil, em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e ainda nos órgãos colegiados da FCC.

Parágrafo Único. Os critérios para validação das atividades complementares encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 6º O cumprimento da carga horária de Atividades Complementares dar-se-á conforme o quadro abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	Carga Horária Mínima Por Período	Carga horária máxima por período
PESQUISA		
Iniciação Científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	0	20
Estágio Extracurricular	0	20
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	0	20
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	0	20
Eventos	0	20
ATIVIDADES VINCULADAS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL		
Participação efetiva em cargo de representação Estudantil	0	20
OUTRAS ATIVIDADES		
	0	20

Fonte: e

CAPITULO III - DOS CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO

Art. 7º O aluno deverá protocolar na Secretaria Acadêmica ou pelo Portal do aluno **Online** o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária, data de início e fim do evento e data de registro, para análise da Coordenação de Curso, e serão registradas em formulário próprio (Validação de atividades complementares) em anexo a baixo. Os comprovantes das atividades deverão ser entregues no formato PDF e protocolados na secretaria nos prazos estabelecidos no calendário escolar.

Art. 8º Não haverá abono de faltas aos alunos que vierem a assistir palestras, participar de seminários, congressos ou realização de qualquer Atividade Complementar nos horários de aulas;

Parágrafo Único. A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir o parecer de validação de atividades complementares e indexar

na plataforma da Secretaria Digital, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

CAPÍTULO IV - DOS OBJETIVOS

Art. 9º Os objetivos gerais das atividades complementares são:

- I. Flexibilizar o currículo pleno dos cursos de graduação (Bacharelados, Tecnológicos) na modalidade presencial;
- II. Propiciar aos seus alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, articulando os conteúdos teóricos e a prática;
- III. Possibilitar o reconhecimento, por avaliação das Coordenações de Curso, das habilidades e conhecimentos do aluno, inclusive adquiridas fora do âmbito da IES.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso de graduação.

Art. 11º A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

Art. 12º As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias acadêmicas, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no curso, que são prioritárias.

Art. 13º A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

Art. 14º Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela **FCC**.

Art. 15º Não será aproveitada, para os fins dispostos nesta Resolução, à carga horária que ultrapassar o respectivo limite fixado para a carga total de atividades complementares no projeto pedagógico de cada curso

Art. 16º O aluno que ingressar por meio de transferência fica sujeito ao cumprimento da carga horária de Atividades Complementares, podendo solicitar o aproveitamento da respectiva carga horária atribuída ao curso da Instituição de origem.

Art. 17º A atividade complementar não pode ser aproveitada para a concessão de dispensa de disciplinas integrantes do currículo do curso;

Art. 18º A validação da carga horária das Atividades Complementares obedece ao exposto na Tabela ao final do presente regulamento.

Art. 19º Não são consideradas atividades complementares:

- a) As atividades desenvolvidas antes do ingresso no curso;
- b) As atividades profissionais desenvolvidas pelos alunos não relacionadas com o curso;
- c) O estágio curricular, quando obrigatório, por integrar a matriz curricular do curso.

Art. 20º O detalhamento das atividades, passíveis de aproveitamento como Atividades Complementares encontram-se no **anexo único** deste Regulamento, com a respectiva descrição, carga horária aproveitada, as formas de comprovação, e percentuais máximos de horas para cada grupo.

CAPÍTULO VI - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 21º Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Fazer a divulgação e orientação geral dos alunos do curso quanto ao cumprimento da carga horária relativa às Atividades Complementares;
- II. Supervisionar as atividades complementares, no âmbito do próprio curso;
- III. Encaminhar à Secretaria Acadêmica as informações necessárias sobre o cumprimento das atividades complementares, para fins de registro no Histórico Escolar de cada aluno.
- IV. Analisar e determinar, a partir de critérios pré-estabelecidos, o número de horas a serem atribuídas às atividades externas realizadas de acordo com a tabela de atribuições de horas das atividades complementares desenvolvidas (anexo).

Art. 22º Ao aluno compete:

- I. Informar-se acerca das Atividades Complementares oferecidas dentro ou fora da Instituição;
- II. Inscrever-se nos programas e participar efetivamente deles;
- III. Providenciar a documentação que comprove a sua participação;
- IV. Apresentar à Instituição, nos prazos estabelecidos, cópia da documentação comprobatória das atividades realizadas;
- V. Acumular carga horária de acordo com as normas estabelecidas na presente Resolução.

§ 1º. O aluno poderá se inscrever em uma ou mais atividades, desde que não haja conflito de horários.

§ 2º. O aluno poderá sugerir, junto à Coordenação do Curso, a oferta de Atividades Complementares.

§ 3º. O aluno poderá solicitar à Secretaria Acadêmica, em qualquer tempo, um breve histórico das atividades complementares já realizadas por ele.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23º A tabela das Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Colegiado de Curso.

Art. 24º As Atividades Complementares não computadas em um determinado período letivo podem ser computadas no período letivo seguinte.

Art. 25º Cabe ao Colegiado de Curso fazer eventuais adaptações das Atividades Complementares às peculiaridades de cada curso.

Art. 26º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 24º Este conjunto de normas integra o currículo pleno dos cursos de graduação da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) assim como o anexo, e entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Art. 25º Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação e revogam-se as disposições sem contrário.

Critérios para Validação das Atividades Complementares:

ATIVIDADES DE ENSINO

Disciplinas não previstas na Matriz Curricular

Cursadas na FCC:

- I. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.
- II. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita à aprovação da Coordenação do Curso, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.
- III. O aluno inscrito na disciplina como Atividade Complementar será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.
- IV. O documento comprobatório para o registro da Atividade Complementar é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.
- V. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividade Complementar obedece ao anexo deste Regulamento.

Cursadas fora da FCC:

Considera-se como Atividade Complementar do tipo 'disciplina não prevista', e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.

- I. Os documentos comprobatórios para o registro da Atividade Complementar são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.
- II. O registro da Atividade Complementar está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno se encontra matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.

ATIVIDADES DE PESQUISA

Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

- a) Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FCC.

- b) A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são:
- I. responsabilidade exclusiva do referido Núcleo, cabendo às Coordenações dos Cursos prestar suporte sempre que solicitada.
 - II. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.
 - III. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como Atividade Complementar obedece ao anexo II deste Regulamento.

PESQUISA REALIZADA SOB ORIENTAÇÃO DE DOCENTES

- a) Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.
- b) Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da FCC.
- c) O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da FCC.
- d) Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:
 - I. Identificação completa do professor e do aluno orientado.
 - II. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).
 - III. Cópia da pesquisa.
 - IV. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como Atividade Complementar obedece ao anexo II deste regulamento

PUBLICAÇÃO DE RESENHAS OU RESUMOS DE ARTIGOS QUE RESULTEM EM PESQUISA

- a) São consideradas para efeito de Atividade Complementar as publicações:
 - I. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.
 - II. Registradas no ISBN no caso de livros.
 - III. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área do Curso ou afins.

- b) Somente serão aceitos como Atividade Complementar os trabalhos publicados no período em que o aluno se encontrar regularmente matriculado na FCC e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.
- c) As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
- d) O registro da carga horária atribuída à Publicação como Atividade Complementar obedece ao anexo II desta Resolução.

ASSISTÊNCIA A DEFESA DE MONOGRAFIAS OU PROJETOS DE FINAIS DE CURSO

- a) São considerados assistentes, para efeito de Atividades Complementares, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da FCC, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.
- b) Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:
 - I. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
 - II. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
 - III. Cópia do trabalho.
- c) O registro da carga horária atribuída à Assistência como Atividade Complementar obedece ao anexo II deste Regulamento.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Disseminação de Conhecimentos as atividades extensionistas de conhecimentos validadas como Atividades Complementares, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro em anexo II desta Resolução.

ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA OU CONSULTORIA TÉCNICA

- I. São consideradas para efeito de Atividade Complementar as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da FCC.
- II. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

III. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, relatório contendo:

- Identificação completa do aluno.
- Cargo que ocupa no Núcleo.
- Descrição sumária das atividades realizadas.
- Data, carimbo e assinatura do (s) professor (es) orientador (es).

IV. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo II.

a) Atividades de Monitoria:

- I. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de acordo com as necessidades apontadas pelos respectivos Coordenadores de Curso.
- II. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação de Curso.
- III. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.
- IV. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como Atividade Complementar obedece ao constante no anexo II deste Regulamento.

Extensão Comunitária

- I. São consideradas como Atividades Complementares de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pela FCC.
- II. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:
 - Identificação completa do aluno.
 - Identificação completa da instituição de saúde e da Instituição mantenedora.
 - Relatório de atividades realizadas.
 - Período em que o aluno esteve engajado no projeto.

- Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.

III. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como Atividade Complementar obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES VINCULADAS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

É considerada atividade vinculada à REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL, no GRUPO 4 no ANEXO, a participação efetiva em cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e ainda nos órgãos colegiados da FCC, por período não inferior a 06 (seis) meses, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado na Instituição.

ANEXO II

Quadro 1 – Atividades relacionadas ao Ensino

Grupo 1	Nº	Descrição da atividade	Frequência	Pontuação (horas)	Limite (horas)
1 – Ensino	1	Estágio não obrigatório.	por semestre	Até 30	60
	2	Participação (Apresentação) de trabalhos em Seminários, Congressos, Painéis, Palestras, Mesas Redondas e Equivalentes.	por projeto	Até 30	60
	3	Monitoria	Por componente curricular	40	60
	4	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	Por componente curricular	60	80
	5	Cursos e Mini-Cursos programados pela IES ou por outras instituições.	por evento	10	20
	6	Grupo de estudos da IES.	por evento	10	20

Quadro 2 – Atividades relacionadas ao Pesquisa

Grupo 2	Nº	Descrição da atividade	Frequência	Pontuação (horas)	Limite (horas)
2 – Pesquisa	1	Participação em projetos e programas de pesquisa.	por semestre	Até 30	60
	2	Publicação de <i>resumo em anais</i> de eventos de áreas relacionadas aos Cursos de Graduação da FCC.	por projeto	Até 30	60
	3	Publicação de <i>artigo completo em anais</i> de eventos de áreas relacionadas aos Cursos de Graduação da FCC.	por publicação	20	60
	4	Publicação de livro, capítulo de livro, ou, artigo e resenhas em revistas indexadas.	por publicação	20	60
	5	Publicação em jornais e revistas especializadas de divulgação.	por publicação	30	60
	6	Presença em defesas de monografia jurídica, dissertações e teses com temas relativos ao curso de Direito.	por publicação	5	20

Quadro 3 – Atividades relacionadas à Extensão científica, cultural e comunitária e atividades relacionadas à prática esportiva.

Grupo 3	Nº	Descrição da atividade	Frequência	Pontuação (horas)	Limite (horas)
3 – Extensão Científica, cultural e comunitária; prática esportiva	1	Cursos e oficinas diversas de formação humanística, técnico - científica, aperfeiçoamento e/ou atualização, inclusive línguas.	por curso, por semestre ou nível	Até 20	80
	2	Participação em projetos e programas de extensão (não curricularizada).	por projeto	Até 30	60
	3	Participação como ouvinte em eventos diversos da área jurídica como seminários, palestras, simpósios, fóruns, jornadas, semanas jurídicas, congressos e conferências.	por evento	Até 30	150
	4	Visita técnica relacionada com os objetivos dos Cursos de Graduação da FCC.	por hora visitada	Até 10	10

Quadro 3 – Atividades relacionadas à Extensão científica, cultural e comunitária e atividades relacionadas à prática esportiva (continuação).

Grupo 3	Nº	Descrição da atividade	Frequência	Pontuação (horas)	Limite (horas)
3 – Extensão Científica, cultural e comunitária; prática esportiva	5	Participação como organizador e/ou palestrante em eventos científicos diversos da área jurídica, como seminários, palestras, simpósios, fóruns, jornadas, semanas jurídicas, congressos e conferências.	por evento	Até 20	150
	6	Apresentação/exposição de trabalho em mostra de trabalhos acadêmicos relacionada com os objetivos do curso.	por exposição	Até 10	20
	7	Premiação de interesse acadêmico e relacionado com os objetivos dos Cursos de Graduação da FCC.	por prêmio	10	20
	8	Ministrante de curso de extensão, relacionado com os objetivos do curso.	por curso	Até 10	20
	9	Participação em eventos técnico-científicos diversos em outras áreas conexas com a jurídica ou Educação Física.	por evento	Até 10	80
	10	Participação em atividade de cunho cultura, artístico, comunitário e desportivo.	por evento	Até 15	60
	11	Atividades relacionadas ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) Etinerante	por semestre	Até 30	60
	12	Mesário em eleições convocadas pela Justiça Eleitoral.	por turno	10	20
	11	Visitas a sessões de julgamento; audiências de Tribunais Judiciários; Cortes Arbitrais e sessões de mediação e conciliação	por turno	10	20
	12	Participação em Grêmios Estudantil	por evento	10	20

Quadro 4 – Atividades relacionadas à representação estudantil.

Grupo 4	Nº	Descrição da atividade	Frequência	Pontuação (horas)	Limite (horas)
4 – Representação estudantil	1	Representante de turma ou membro de comissão de formatura	por mandato	5	5
	2	Membro de diretoria do Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudante, Atlético Acadêmico, Empresa Júnior e Liga Acadêmica	por mandato	20	40
	3	Representação em Conselhos Diretivos e Universitários da FCC	por mandato	20	40
	4	Representação em comissão designada pelo Conselho Diretor da FCC	por comissão	3	9

APÊNDICE III

VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aluno (a):			
Matrícula:	Turma:	Turno:	Nº de Protocolo:
Coordenadora do Curso:			

Grupo 1	Nº	Descrição da atividade	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CH. EFETIVA	CH. VALIDADA
1 – Ensino	1	Estágio não obrigatório.			
	2	Participação (Apresentação) de trabalhos em Seminários, Congressos, Painéis, Palestras, Mesas Redondas e Equivalentes.			
	3	Monitoria			
	4	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso			
	5	Cursos e Mini-Cursos programados pela IES ou por outras instituições.			
	6	Grupo de estudos da IES.			

SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO: _____

Grupo 2	Nº	Descrição da atividade	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CH. EFETIVA	CH. VALIDADA
2 – Pesquisa	1	Participação em projetos e programas de pesquisa.			
	2	Publicação de <i>resumo em anais</i> de eventos de áreas relacionadas aos Cursos de Graduação da FCC.			
	3	Publicação de <i>artigo completo em anais</i> de eventos de áreas relacionadas aos Cursos de Graduação da FCC.			
	4	Publicação de livro, capítulo de livro, ou, artigo e resenhas em revistas indexadas.			
	5	Publicação em jornais e revistas especializadas de divulgação.			
	6	Presença em defesas de monografia jurídica, dissertações e teses com temas relativos ao curso de Direito.			

SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PESQUISA: _____

Grupo 3	Nº	Descrição da atividade	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CH. EFETIVA	CH. VALIDADA
3 – Extensão Científica, cultural e comunitária; prática esportiva	1	Cursos e oficinas diversas de formação humanística, técnico - científica, aperfeiçoamento e/ou atualização, inclusive línguas.			
	2	Participação em projetos e programas de extensão (não curricularizada).			
	3	Participação como ouvinte em eventos diversos da área jurídica como seminários, palestras, simpósios, fóruns, jornadas, semanas jurídicas, congressos e conferências.			
	4	Visita técnica relacionada com os objetivos dos Cursos de Graduação da FCC.			

Grupo 3	Nº	Descrição da atividade	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CH. EFETIVA	CH. VALIDADA
3 – Extensão Científica, cultural e comunitária; prática esportiva	5	Participação como organizador e/ou palestrante em eventos científicos diversos da área jurídica, como seminários, palestras, simpósios, fóruns, jornadas, semanas jurídicas, congressos e conferências.			
	6	Apresentação/exposição de trabalho em mostra de trabalhos acadêmicos relacionada com os objetivos do curso.			
	7	Premiação de interesse acadêmico e relacionado com os objetivos dos Cursos de Graduação da FCC.			
	8	Ministrante de curso de extensão, relacionado com os objetivos do curso.			
	9	Participação em eventos técnico-científicos diversos em outras áreas conexas com a jurídica ou Educação Física.			
	10	Participação em atividade de cunho cultura, artístico, comunitário e desportivo.			
	11	Atividades relacionadas ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) Etinerante			
	12	Mesário em eleições convocadas pela Justiça Eleitoral.			
	11	Visitas a sessões de julgamento; audiências de Tribunais Judiciários; Cortes Arbitrais e sessões de mediação e conciliação			
	12	Participação em Grêmios Estudantil			

SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE EXTENSÃO: _____

Grupo 4	Nº	Descrição da atividade	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CH. EFETIVA	CH. VALIDADA
4 – Representação estudantil	1	Representante de turma ou membro de comissão de formatura			
	2	Membro de diretoria do Centro Acadêmico, Diretório Central de Estudante, Atlético Acadêmica, Empresa Júnior e Liga Acadêmica			
	3	Representação em Conselhos Diretivos e Universitários da FCC			
	4	Representação em comissão designada pelo Conselho Diretor da FCC			

SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL: _____

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DEPOSITADA PELO ALUNO	
TOTAL DE CARGA EXIGIDA	
PARECER FINAL DA COORDENADORA DO CURSO: (X) APROVADO () NÃO APROVADO	

Belém (PA), XX de novembro de XXXX.

Observações: Uso exclusivo do (a) Coordenador (a) do Curso:

Discente

Assinatura do Coordenador (a)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

INSTRUÇÕES: Preencher o quadro com TODAS as Atividades Complementares desenvolvidas desde o início do Curso. Preencher a coluna de Carga Horária (CH) e anexar os comprovantes autenticados, na ordem apresentada neste relatório.

Nº	INSTITUIÇÃO/EMPRESA	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	DATA INICIAL	DATA FINAL	DATA DE REGISTRO	CH
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						

7.13. Estágio Curricular Supervisionado

Em consonância com o Art. 6º da Resolução CNE/CES 5/2018 do Curso de Direito. “A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização”. O Estágio Supervisionado do Curso de Direito da FCC atende à Legislação Educacional pertinente, e possui essencialmente o que é preconizado pela **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004** e, especialmente, pela **Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017** e a **Lei 11.788/2008**.

Desta forma, no § 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), contém em suas dependências da Infraestrutura do Prédio o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), em conformidade com o § 2º da Resolução CNE/CES 5/2018. “As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente”;

§ 3º A Prática Jurídica de que trata esse artigo deverá ser coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior:

I - Em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;

II - Nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;

III - em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

§ 4º. As atividades de Prática Jurídica poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, até que se possa considerar - ló concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

§ 5º As práticas jurídicas podem incluir atividades simuladas e reais e estágios supervisionados, nos termos definidos pelo PPC.

§ 6º A regulamentação e o planejamento das atividades de prática jurídica incluirão práticas de resolução consensual de conflitos e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

Em virtude do Art. 13 da Resolução CNE/CES 5/2018. A matriz curricular do curso de Direito contempla os 20% de atividades de sua carga horária total do Curso destinadas as Atividades Complementares e Estágio Supervisionado de Prática Jurídica. Sendo assim, é obrigatório que os alunos devem integralizar a carga horária de 580 h/a e 483,33 h/r do Estágio supervisionado, e somente poderá ser considerado aprovado o aluno que obtiver parecer favorável do orientador e frequência mínima de 75% a integral no estágio supervisionado. Ao final do estágio ou de cada uma de suas etapas, o aluno entregará ao orientador e/ou supervisor uma cópia de relatório circunstanciado, produzido conforme as normas definidas no regulamento de estágio do curso.

O alunado irá cursar os Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado, e faz-se necessário apontar que na FCC não relega as práticas jurídicas apenas para o momento final do curso no âmbito dessa disciplina. Os alunos já se aproximam do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) a partir dos componentes curriculares de Práticas Simuladas, conforme com conteúdo previstos nas ementas na ementa na área Empresarial, Civil, Penal, Trabalhista, Previdenciário com a finalidade de alinhar a teoria com a Prática Jurídica.

Em cumprimento ao Eixo III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais

perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação e (NR). Foi delineado pelo Colegiado do Curso de Direito e Núcleo Docente Estruturante (NDE) a divisão dos componentes Curriculares de Práticas Simuladas. E o Estágio Supervisionado, que contempla nas ementas o conteúdo de Letramento digital.

Com base de apoio acadêmico e burocrático-administrativo para professores e alunos envolvidos com as disciplinas práticas simuladas do Curso de Direito e o estágio supervisionado, da-se a organização conforme 2 Quadros abaixo:

SEMESTRE	MPONENTES CURRICULARES DE PRÁTICAS SIMULADAS	CARGA HORÁRIA	
		SEMANAL	SEMESTRAL
7º	PRÁTICAS SIMULADAS I – EMPRESARIAL	3	60
8º	PRÁTICAS SIMULADAS II – PENAL	3	60
9º	PRÁTICAS SIMULADAS III – TRABALHISTA	3	60
10º	PRÁTICAS SIMULADAS IV – PREVIDENCIÁRIO	3	60
10º	PRÁTICAS SIMULADAS V – CÍVEL	3	60

Fonte: Elaboração Própria, componentes curriculares de Práticas Simuladas da matriz curricular, tendo a carga horária total de 300 h/a e 250 h/r.

SEMESTRE	MPONENTES CURRICULARES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	CARGA HORÁRIA	
		SEMANAL	SEMESTRAL
7º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ASSISTÊNCIA JURÍDICA	5	150
8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PROCESSUAIS	5	150
9º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	5	140
10º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV – TRIBUNAIS	5	140

Fonte: Elaboração Própria, componentes curriculares de Estágio Supervisionado Jurídico da matriz curricular, tendo a carga horária de 580 h/a e 483,33 h/r.

As atividades de caráter prático-profissional e a ênfase na resolução de problemas está presente no PPC de modo transversal, em todas as três perspectivas forma realização do estágio supervisionado permite a formação de futuros profissionais capacitados e com a educação pautada não apenas na dimensão científica, com a constante atualização e busca por conhecimentos técnicos modernos, mas também na dimensão social, compreendendo o papel e a responsabilidade que terão perante a sociedade, considerando todo o impacto de suas decisões e pareceres sobre a vida de seus pacientes.

O objetivo dos relatórios será oferecer ao estudante, à Faculdade e à instituição cedente, uma avaliação da atividade de estágio, comparando os resultados alcançados com os esperados. Serão critérios de avaliação dos estágios:

- Elaboração de relatórios;
- Domínio de conteúdos conceituais;
- Conduta e postura no decorrer do estágio, isto é, ética, entrosamento no local de trabalho, frequência e pontualidade;
- Cumprimento das normas de estágio;
- Conduta técnica;
- Responsabilidade frente ao trabalho e aos compromissos assumidos para a concretização do planejamento proposto;
- Avaliação do supervisor;
- Segurança ao emitir laudos ou pareceres técnicos;
- Interesse, dedicação e dinamismo.

Os estágios supervisionados do Curso de Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) estão distribuídos nos semestres finais do curso. Para o desenvolvimento dos estágios, os alunos contam com instituições parceiras da instituição, podendo ser públicas ou privadas, em diferentes níveis de atenção e complexidade.

Os alunos são avaliados cumulativamente e diariamente pelos profissionais locais e orientação geral do docente responsável pela supervisão de estágio. Caso sejam identificadas dificuldades e carências no aprendizado e desenvolvimento das atividades de estágio, uma estratégia de ação deverá ser elaborada pelo supervisor de estágio após análise e aprovação pelo NDE.

As demais orientações encontram-se no Regulamento do Estágio Supervisionado.

7.13.1. Regulamento do Estágio Supervisionado

REGULAMENTO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA FACULDADE CONHECIMENTO E CIÊNCIA (FCC) ESTÁ NO ANEXOS DO PPC

7.14. Trabalho de Curso (TC)

A conclusão do curso de graduação em Direito está condicionada à obrigatória apresentação, defesa oral e aprovação de monografia jurídica ou artigo, perante Banca Examinadora, com tema e professor orientador escolhido pelo aluno.

A monografia como Trabalho de Curso de curso tem como objetivo incentivar o conhecimento criativo e a capacidade dissertativa do aluno, além de contribuir para a prática da pesquisa científica, fundamental nos centros de referência de produção jurídica.

A programação dessa atividade está articulada através da oferta formal das disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico, TC I e TC II.

Na disciplina de Metodologia Científica, objetiva-se introduzir o aluno na pesquisa científica jurídica e na redação de textos acadêmicos jurídicos, além de aferir, através de

processo específico, o grau de amadurecimento intelectual e científico do aluno, apurando a apreensão e compreensão dos conteúdos teóricos e das habilidades de atividades práticas ministradas ao longo do curso.

Nas disciplinas de TCC I e TCC II o aluno terá encontros presenciais com um professor que irá orientá-lo na elaboração de seu Projeto de TC, Trabalho de Curso (Monografia) ou (artigo) e submetê-lo, ao final, à Banca Examinadora.

O curso dispõe de um Regulamento TC, no qual são previstas as atribuições e competências para execução dessa atividade.

O Trabalho de Curso, componente curricular obrigatório com carga horária de 60H, será realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como síntese e integração do conhecimento e consolidação das técnicas de investigação.

O TC tem como principais objetivos:

- Promover a pesquisa no âmbito da Faculdade;
- Oportunizar ao aluno aprofundamento científico no campo do saber próprio do curso de Direito, o aprimoramento do conhecimento bibliográfico e a capacidade crítica de interpretação do objeto estudado;
- Estimular o aluno à investigação e à produção do conhecimento científico; e,
- Proporcionar meios para o desenvolvimento da autonomia intelectual do formando.

Em atendimento ao Art. 11 da Resolução CNE/CES 5/2018. O TC é desenvolvido individualmente e obedece à regulamentação própria aprovada por Colegiado de Curso e Conselho Superior (CONSUP), contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

A aprovação no TC dependerá do parecer de banca examinadora, especialmente convidada, sendo um dos examinadores o professor orientador do Trabalho de Curso de curso.

Será considerado aprovado no TC o acadêmico que na média final da Banca Examinadora lograr resultado igual ou maior que 7,0(sete) pontos.

7.14.1. Regulamento do Trabalho de Curso

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Curso do Curso de Direito da FCC.

Art. 2º O Trabalho de Curso - TC será realizado individualmente, por acadêmico devidamente matriculado na disciplina em questão podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes do Curso de Graduação em Direito e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA JURÍDICA OU ARTIGO.

Art. 3º O Trabalho de Curso (TC) deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos e/ou discutir cientificamente temas atuais e importantes da área jurídica.

CAPÍTULO II – DO TRABALHO DE CURSO – TC

Art. 4º O processo do Trabalho de Curso (TC) compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Único: no curso de Bacharelado em Direito da FCC, o Trabalho de Curso (TC) se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Curso II (elaboração e defesa do TC);

Art. 5º O Trabalho de Curso (TC) deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Curso (TC) somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO III – DOS ALUNOS E PROFESSORES-ORIENTADORES

Art. 7º Os alunos do Curso de Bacharelado em Direito serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
- V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores Bacharéis em Direito, devidamente vinculados ao Curso de Direito da FCC podem ser indicados como professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da FCC ou do NPJ.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10° Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Curso (TC), sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Curso (TC);
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da FCC ou no NPJ) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TC, para análise do processo do Trabalho de Curso de Curso, assim como da avaliação dos alunos;
- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Curso de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Curso de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

CAPÍTULO IV – DA DEFESA E ENTREGA FINAL DO TC

Art. 11° A entrega do TC será feita à secretaria acadêmica, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas o autor do TC deverá fazer explanação.

Parágrafo Único: Deverá ocorrer fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora e tem por objetivo auxiliar na constituição da nota do acadêmico-autor, bem como a autenticidade/concretude do TC.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TC, o aluno terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da FCC direcionado a Coordenação a versão definitiva em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor vermelho, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, e em PDF para ser encaminhado a Biblioteca, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14° Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Curso de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO DO TC

Art. 17° A avaliação do TC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela FCC.

Art. 18° A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19º As segundas e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a defesa do Trabalho de Curso do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Art. 20º Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. Média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. Média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado
- III. Média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. Sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21º O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22º Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TC e coordenador de TC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23º No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24º A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25º É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TC.

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TC e o professor orientador do TC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da FCC.

Art. 27° É vedada orientação de TC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da FCC.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção da IES.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção da IES.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR (A) ORIENTADOR (A)

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Curso (TC), substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

Belém - PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a aluno/a

APÊNDICE C

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

A estrutura do TC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a IES possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Curso de Direito, matrícula na disciplina TRABALHO DE CURSO I – O PROJETO.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

Belém - PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura do aluno

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do (a): Professor (a) Orientador (a)

Para: COORDENAÇÃO DE TC

Eu, _____ Professor _____ (a)

_____, em comum acordo com o (a) aluno (a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____
2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são _____.

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do (a) aluno (a), referente aos trabalhos intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor (a) Orientador (a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
____/____/____

APÊNDICE F
AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO		
Nome:		
Título do Trabalho:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Aluno	NOTA
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
Subtotal		
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
Subtotal		
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Subtotal		
Total: soma total das notas		

Belém - PA, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** deve expressar o conjunto de idéias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.
- III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.

- I. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TC

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av1 Orientador	Av2 Membro da banca	Av3 Membro da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			

8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia, constante do PPC, está acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito, atende ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente. Coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Compete à Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) a busca da excelência na formação de profissionais comprometidos com a vida e com a transformação social. Essa meta reflete o exposto no Projeto Institucional e orienta a organização curricular do PPC de Direito.

Essa visão consiste na ampliação e/ou substituição dos espaços das aulas expositivas por estratégias diversificadas. Nesse sentido, a problematização dos conteúdos representa um primeiro passo no processo de construção do conhecimento.

Os conteúdos são apresentados partindo-se de uma postura problematizadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilita ao professor a implementação de ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas. Por outro lado, este procedimento evitará que o aluno assuma uma postura de mero espectador, participando ativamente da aula. Isso significa uma metodologia de ensino dinâmica, que privilegia o debate ao invés das aulas puramente expositivas.

Assim, a metodologia de ensino desenvolvida no Curso está profundamente baseada na interação entre reflexão teórica e vivência profissional, que visa a levar o aluno a desenvolver as habilidades de compreensão, análise, comparação e síntese das informações, gerando autonomia para propor soluções baseadas em análises críticas.

Estes aspectos estão em consonância com a concepção do Curso, que se pauta na construção do conhecimento, enfatizando-se o “aprender a aprender”, onde o discente deixa de ser um mero “consumidor” passivo de conhecimentos e informações transmitidas pelos docentes e passa a ser o construtor de seu conhecimento, de forma crítica e reflexiva, tendo o docente como um mediador e incentivador desse processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as estratégias de ensino são cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- Viabilizem posicionamentos críticos;
- Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;
- Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;
- Provoquem a necessidade de busca de informação;
- Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;
- Otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista;
- Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;

- Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas;
- Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentar sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

Serão adotadas as seguintes práticas didático-pedagógicas, dentre outras:

- Aulas teóricas com exposições dialogadas problematizadas e contextualizadas;
- Apresentação de seminários, mesas redondas, discussão de artigos e debates;
- Conferências e Palestras;
- Exercícios em Laboratório;
- Trabalhos individuais, em grupos e seminários que levem o aluno a ser sujeito do processo de ensino-aprendizagem, tendo o professor como o facilitador desse processo, favorecendo a discussão coletiva, as relações interpessoais e a necessidade de exercer o trabalho em equipe;
- Visitas técnicas;
- Elaboração e participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- Realização de pesquisas bibliográficas e empíricas com cunho científico;
- Programa de monitoria;
- Desenvolvimento do estágio curricular supervisionado;
- Participação em eventos científicos promovidos pela FCC;
- Participação em atividades solicitadas pela sociedade e em atividades desenvolvidas na comunidade;
- Trabalho de Curso de curso;
- Atividades Complementares.

A opção, inicialmente apresentada para o curso, é pela utilização, nos componentes curriculares teóricos, como regra geral, da técnica de aula expositiva nas suas formas participativa e dialógica, sendo, entretanto, livre a utilização, por parte do professor, de todas as demais técnicas.

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As tecnologias de informação e comunicação adotadas para o processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional e promovem a interatividade entre docentes e discentes. Além disso, asseguraram o acesso a materiais e/ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A tecnologia tem se tornado uma grande aliada no processo educacional, ao aumentar as possibilidades de aprendizagem. Com vistas a estimular nos alunos do

curso de Direito as competências advindas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos de aprendizagem, será utilizado ferramental adequado, perpassando todas as disciplinas previstas na matriz curricular, tanto na parte informacional, como também naquelas associadas ao campo profissional.

Sendo assim, para além da internet, outras possibilidades das TICs serão trabalhadas, de maneira a preparar o aluno para sua atuação no contexto atual. Encontram-se previstos o uso de softwares interativos, a disponibilização de conteúdos on-line e outros recursos que contribuam para a promoção de interação, conectando a atenção do aluno e tornando a aula mais dinâmica e produtiva, estimulando-o ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao aluno do curso, bem como aos professores e à coordenação do curso, serão disponibilizados além da comunicação presencial, outras formas de comunicação virtual, por meio de plataforma acadêmica como o TEAMS e do site da faculdade, quais sejam:

- Oficinas que podem ocorrer no Laboratório de Informática; (um Laboratório com 25 máquinas)
- Criação de página do curso no site da IES e/ou em redes sociais, visando discutir questões didático-pedagógicas cotidianas do curso;
- Utilização de recursos audiovisuais e multimídia em aulas teóricas e/ou práticas;
- Informações sobre a vida acadêmica, tais como: controle de presença e faltas; notas; plano de ensino; PDI, PPC, material de apoio às aulas disponibilizadas pelos professores.
- Utilização de pesquisa de diagnóstico online;
- Análises estatísticas e tabulação dos dados;
- Apoio à realização das atividades práticas simuladas e reais, inclusive com atendimento à comunidade com Núcleo de Prática Jurídica (NPJ);
- Inteligência competitiva.

Devido a introdução dos avanços tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) garante a acessibilidade comunicacional no meio digital.

A acessibilidade comunicacional é caracterizada pela ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital).

A acessibilidade digital é caracterizada pela ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Para tanto, são disponibilizados teclados em Braille; e se houver algum aluno, microcomputador; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a um microcomputador; entre outros recursos necessários para garantir a acessibilidade digital.

A IES também conta com a acessibilidade do Windows 10, em todos os seus microcomputadores, onde os discentes poderão utilizar recursos como:

- Narrador: Usado para que uma voz leia o conteúdo da tela. É possível usar uma voz masculina ou feminina, personalizar a velocidade e até que tipo de conteúdo ela vai narrar.
- Lupa: Permite usar uma função de aumentar o zoom em cima de algum conteúdo na tela. O usuário pode definir o tamanho dela e ir clicando onde quer aplicá-la.
- Alto contraste: Facilita a visualização de conteúdo para quem tem problemas de visão. Ele tem vários temas diferentes de alto contraste.

o Site da FCC possui o programa VLIBRAS que possibilita o uso da linguagem de sinais (LIBRAS) e, ainda, ferramentas de acessibilidade que facilitam a inclusão digital.

A FCC tem instalado nos computadores ados setores de atendimento na IES a ferramenta DOSVOZ, e no laboratório de informática e Biblioteca.

10. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

Podemos dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando mais ao período de duração das aulas. O docente é o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência.

Uma consequência positiva dos três momentos de aprendizagem citados é o desenvolvimento de uma cultura de que devemos avaliar os alunos não apenas por aquilo que acontece na sala de aula, mas por tudo aquilo que foi previsto e elaborado na preparação das aulas. Os alunos precisam aprender que poderão ser cobrados pela aprendizagem das atividades e conteúdos programados no interior de cada disciplina, mesmo que não dados em sala de aula.

Uma avaliação ou prova deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino-aprendizagem, servindo assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Portanto, a avaliação deve medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas aulas, não apenas o que foi trabalhado em sala de aula.

Para criarmos uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, devemos adotar, pelo menos, os seguintes princípios:

- A aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente;
- Todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes;

- A aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- Esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os seguintes mecanismos:

As disciplinas de formação geral específicas do curso terão seu conteúdo avaliado pelo Professor responsável pela mesma, que observará as diretrizes expostas anteriormente (mecanismos e princípios), portanto, serão os principais responsáveis pelo processo “ensino-aprendizagem”.

Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes e apresentadas aos alunos, com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar.

Em todas as disciplinas, os docentes fornecerão horas de atividades para os alunos realizarem fora de sala de aula, com orientação e acompanhamento regular.

Para auxiliar os alunos na elaboração das atividades programadas nas disciplinas poderá ser desenvolvida a atividade de monitoria, mediante regulamentação.

- A avaliação dos alunos em cada disciplina deve abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e as atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas.
- A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada por meio da avaliação do docente da disciplina – que deverá desenvolver metodologia de composição da nota por meio de atividades diversas, porém, obrigatoriamente deverá contemplar pelo menos uma prova escrita avaliativa do conhecimento absorvido pelo acadêmico referente ao conteúdo ministrado.
- Também poderá compor essa avaliação a frequência em sala de aula e a participação do aluno.
- Deverá ser contemplado um mecanismo de participação obrigatória em simulados preparatórios ao ENADE, o que deverá ficar a cargo do NDE decidir e criar.

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento.

A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta.

O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso.

A participação do acadêmico na avaliação se dá pela autoavaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores.

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- I. Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- II. Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- III. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- IV. Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- V. Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar far-se-á por meio de elementos que comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas.

As avaliações da aprendizagem serão elaboradas e realizadas por disciplina, sobre cada uma das quais incide a verificação da frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados. A frequência às aulas, a participação nas demais atividades acadêmicas e respectivas avaliações são direitos dos discentes regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços.

Quaisquer que sejam os demais resultados obtidos serão considerados reprovados na disciplina os discentes que não obtiveram frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, após as avaliações regulares ou processo de recuperação definido nos termos desta ou de outras normas aprovadas pelo Conselho de Superior da IES.

Será dado tratamento excepcional para discentes amparados por legislação específica ou gestação, sendo-lhes atribuídos nesses casos, mediante requerimento com documentação comprobatória, como compensação das ausências às aulas, exercícios domiciliares supervisionados ou plano especial de estudos, com acompanhamento docente, segundo normas específicas estabelecidas nos processos de compensação de ausência às aulas e abono de faltas.

Discentes regularmente matriculados, que se mostrarem proficientes em alguma disciplina ou conteúdo, por estudos anteriores, conhecimentos práticos ou experiência profissional, mediante comprovação documental, podem realizar o Exame de Proficiência por Notório Saber, conforme normas aprovadas pelo Conselho Superior da IES.

Discentes regularmente matriculados, que demonstrem alta qualificação e queiram antecipar seus estudos, podem realizar o Exame de Proficiência por Excepcional Desempenho, conforme normas aprovadas pelo Conselho Superior.

O aproveitamento escolar dos discentes será avaliado continuamente pelos resultados obtidos nos trabalhos ou provas escritas de avaliação de aprendizagem. Compete ao docente da disciplina ou, em sua ausência, ao coordenador de curso, elaborar os exercícios escolares ou trabalhos de avaliação, e, sempre que disponível, deve contar com os recursos de um banco de questões institucional.

Portanto os procedimentos de avaliação previstos utilizados nos processos ensino-aprendizagem contemplam adequadamente as competências e habilidades do perfil profissional, a adequação dos instrumentos à metodologia proposta, à concepção de avaliação definida no PPC.

A aprendizagem é avaliada continuamente, mediante verificações durante o período letivo, expressando-se o resultado em notas de zero a dez, nos termos do Regimento e demais normas expedidas pelo CONSUP.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, mediante justificativa e no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina ou unidade curricular, de acordo com o calendário escolar, sujeitando-se ao pagamento das taxas respectivas.

Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado, com o pagamento da taxa respectiva.

O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, sucessivamente, à Coordenação de Curso, ao Colegiado do Curso e, em instância final, ao CONSUP.

São atividades curriculares as preleções, iniciação científica, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais, conforme previsão contida nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovado pela Coordenação de Curso.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina ou unidade curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre ou módulo letivo.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, obedecido o projeto pedagógico do curso, devendo o Diretor Acadêmico fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado quando obtiver resultado não inferior a sete, correspondente à somatória das avaliações parciais realizadas durante o período letivo, incluindo o exame final, obrigatório.

As médias são expressas em números inteiros. É considerado reprovado o aluno que:

I - Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina ou unidade curricular;

II - Não obtiver, na disciplina ou unidade curricular, resultado final igual ou superior a sete.

O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina ou unidade curricular, no período letivo seguinte ou em período letivo especial, aprovado pela Diretoria.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas ou unidades curriculares do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência, na forma regulamentada pelo CONSUP.

Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina ou unidade curricular, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

A) QUANTO À AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS

A avaliação da aprendizagem do aluno, nas disciplinas e no curso como um todo, será realizada por meio de dois principais procedimentos de avaliação, chamados de Avaliação 1 (AV1) e Avaliação 2 (AV2), ambas aplicadas pelo Docente da disciplina.

As avaliações da aprendizagem deverão medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas atividades de ensino- aprendizagem, que devem ser diversificadas e contemplarem a participação efetiva do acadêmico em sala de aula.

A somatória das avaliações AV1 E AV2 resultarão na média do aluno que precisará do conceito 7.0 (sete) e 3.0 (três) atividades, além de frequência mínima de 75% às atividades programadas em cada disciplina para obter a aprovação na disciplina correspondente.

Caso o discente não alcance a nota mínima, deverá realizar a AV3 (RECUPERAÇÃO) e terá que ter, no total, 15 pontos para ser aprovado.

Exemplo:

$$AV1+ AV2+AV3= \text{Total da soma}/3 = \text{Grau Final}$$

Ou seja:

$$AV1 5,0 +AV2 5,0 + AV3 5,0 \text{ se faz:}$$

$$5,0+5,0+5,0= 15/3 = 5,0 \text{ Grau Final (APROVADO)}$$

Será ainda disponibilizado aos que não obtiverem a média acima definida uma terceira avaliação, chamada de Exame final com função igualmente de possibilitar o alcance da média para aprovação mediante nova avaliação.

A disciplina Estudos Dirigidos, que tem como característica principal dar ênfase nas questões de relevância social e regional, aprimorando o conhecimento técnico adquirido durante o curso, deverá ter avaliação que contemple essa característica, especialmente aplicando mecanismos de aprendizado prático, igualmente voltados para as provas de formação e profissionalização, a exemplo do ENADE, da OAB e dos mais variados concursos públicos da área jurídica.

B) QUANTO À AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

A avaliação do Estágio Supervisionado visará verificar se os objetivos propostos na elaboração do Plano de Estágio foram atingidos pelo acadêmico estagiário. Para

tal, serão propostos os protocolos de avaliação específicos. O estágio curricular do curso funcionará a partir de regulamento específico.

Ao final do estágio ou de cada uma de suas etapas, o aluno entregará ao orientador e/ou supervisor uma cópia de relatório circunstanciado, produzido conforme as normas definidas no regulamento de estágio do curso.

O objetivo dos relatórios será oferecer ao estudante, à Faculdade e à instituição cedente, uma avaliação da atividade de estágio, comparando os resultados alcançados com os esperados.

Serão critérios de avaliação dos estágios:

- Domínio de conteúdos conceituais;
- Elaboração de relatórios ou estudo de casos;
- Conduta e postura no decorrer do estágio (ética, entrosamento no local de trabalho, frequência e pontualidade);
- Cumprimento das normas de estágio;
- Conduta técnica (iniciativa, atenção, capacidade de síntese, argumentação, habilidade, criatividade, comprometimento e desempenho);
- Responsabilidade frente ao trabalho e aos compromissos assumidos para a concretização do planejamento proposto;
- Avaliação do supervisor ou preceptor;
- Segurança ao ler e ao escrever;
- Interesse e dedicação; e,
- Dinâmica/criatividade.

Somente poderá ser considerado aprovado o aluno que obtiver parecer favorável do orientador e frequência integral no estágio supervisionado.

C) QUANTO À AVALIAÇÃO DO TC

O TC é atividade obrigatória no Curso de Direito sendo um dos pré-requisitos para obtenção do diploma, devendo ser elaborado sob orientação direta de um docente.

As orientações relativas à realização e à avaliação do TC estão devidamente descritas em normas específicas do curso.

A pesquisa deverá estar pautada em atividade de iniciação científica, relacionada com a área de formação do aluno, isso é, atividade centrada em área teórico-prática do curso e/ou atividade de formação profissional relacionada com o curso.

A apresentação pública do artigo científico elaborado pelo aluno será obrigatória e a avaliação deverá ser feita por banca composta por três avaliadores. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

D) QUANTO À AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

Os acadêmicos requeiram a validação de atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão na ferramenta “Atividades Complementares” no mecanismo de aprendizagem a ser disponibilizado pela da Instituição.

Uma vez registrada e anexados os devidos comprovantes, as atividades precisarão ser validadas pela coordenação do Curso de Direito, para que as cargas horárias correspondentes possam ser atribuídas aos acadêmicos no sistema de gestão acadêmica e Histórico acadêmico.

“DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM”

Conforme regimento Geral da FCC no Art. 111º - A avaliação de desempenho escolar é feita por disciplina incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 112º - A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitidas apenas aos alunos matriculados, são obrigatórias, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei.

§ 1º - Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não tenha obtido frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, salvo os casos decididos a partir de colegiados e conselhos.

§ 2º - A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

Art. 113º - Respeitando-se o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- I. Assimilação progressiva de conhecimento;
- II. Trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimento;
- III. Desempenho determinado a partir de pesquisas e seminários em grupos que importem habilidade nas atividades coletivas;
- IV. Atividades de iniciação científica e atividades que contemplem a práxis de cada área;
- V. Percepção Holística do docente;
- VI. Desempenho no que diz respeito aos conhecimentos Inter, multi e transdisciplinares.

Art. 114º - A sistemática de avaliação da FCC é padronizada e consiste preferencialmente de diversas avaliações aplicadas durante o período letivo. A contemplação de todas as avaliações levará a uma média que para aprovação do discente, deverá ser de no mínimo 7 (sete) pontos.

Art. 115º - A avaliação será expressa mediante a atribuição das notas parciais (AVs) e nota de exame final (Prova Final).

§ 1º - Os instrumentos de avaliação aplicados nas disciplinas deverão estar devidamente definidos e formalizados nos Planos de Ensino.

§ 2º - As notas parciais (NP) são atribuídas, uma vez por bimestre, e constarão do seguinte:

I – No primeiro bimestre, a NP, denominada AV1, será estabelecida a partir da soma da prova bimestral (60%) mais a média (40%) constituída pelas arguições, seminários, holismo e trabalhos realizados pelo aluno na respectiva disciplina;

II – No segundo semestre, a NP, denominada então AV2, será estabelecida por uma única prova, denominada PROVA COLEGIADA, que versará sobre o conteúdo de todo o semestre, a partir de um banco de questões, sob a guarda das coordenações de curso, constituído em conjunto por todos os docentes que ministram o mesmo componente curricular/disciplina.

§ 6º - A nota do exame final resultará de PROVA COLEGIADA, após o encerramento do semestre, e versará sobre todo o programa da disciplina.

§ 7º - Componentes Curriculares/Disciplinas que se instituem a partir de práticas de apreensão diferenciadas de conhecimentos, como os Projetos Integradores, Projetos Interdisciplinares, Estágios Supervisionados e TCs, poderão ter práticas diferenciadas de avaliação, bem como uma única avaliação no semestre que terá a nota atribuída, repetida em ambas as AVs.

§ 8º - Componente Curriculares/Disciplinas como os Projetos Integradores, Projetos Interdisciplinares, Estágios Supervisionados e TCs, não serão passíveis de Exame Final ou qualquer outra forma de recuperação, devendo o aluno se matricular novamente no mesmo componente curricular no semestre posterior ou em outro em que a disciplina/componente curricular seja ofertada.

Art. 116º - Às diversas modalidades da verificação de rendimento acadêmico são atribuídas notas de zero a dez, admitindo-se a decimal 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Único - Em qualquer disciplina, para efeito de aprovação, as médias são apuradas até a primeira decimal, sem arredondamento.

Art. 117º - É considerado aprovado, em qualquer disciplina, o aluno que tenha frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento), quando:

I. Conseguir o mínimo de sete pontos, na média aritmética das notas parciais (NP), ficando dispensado de prestar exame final (AV1 + AV2 /2);

Art. 118º - Será considerado reprovado, na disciplina, o aluno que faltar a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades curriculares, e não obtiver, após o Exame Final, a média ponderada mínima de 5 (cinco) pontos.

§ 1º - Após participar das avaliações AV1 e AV2, caso obtenha média entre 4.0 e 6.9, com frequência igual ou superior a 75%, o aluno deverá se submeter à Exame Final (Prova Final) em data estipulada pela coordenação do curso.

§ 2º - Caso obtenha média inferior a 4.0 (3.9 ou menos) ou frequência inferior a 75%, o aluno estará automaticamente reprovado no componente curricular, sem direito a participar do Exame Final (Prova Final).

Art. 119º - A segunda chamada de provas e exames finais pode ser concedida, mediante requerimento, dirigido aos Coordenadores de Curso, ficando o deferimento condicionado à gravidade e relevância da causa que motivou a perda da prova no período normal, com a respectiva comprovação de tal fato.

Parágrafo Único - Cabe ao aluno o direito de solicitar prestação de provas e exames finais a que tenha faltado, devendo requerê-la dentro do prazo de três dias úteis de sua realização, pagando a taxa correspondente e sujeitando-se a data e local estipulados pela coordenação de curso para aplicação da avaliação de segunda chamada. Caso volte a ocorrer nova falta, será atribuída automaticamente à avaliação a nota zero.

Art. 120º - Poderá ser concedida revisão de nota, a qualquer verificação da aprendizagem, quando requerida, no prazo de três dias, contados de sua publicação. Tal revisão será constituída por uma banca de professores da área da disciplina em questão.

Art. 121º - Podem ser ministradas aulas de disciplinas em regime especial e/ou de adaptação, em horário especial, a critério da Coordenação de Curso e Diretoria Acadêmica que emitirá portaria apontando as normas e especificidades desse regime de estudos.

Art. 122º - Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento de estudos demonstrado por meio de instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora constituída para esse fim, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, validando componentes curriculares relativos aos conhecimentos prévios adquiridos em contextos extraescolares.

Parágrafo Único - Para concessão dos benefícios previstos no caput deste artigo, observar-se-á, rigorosamente as normas estabelecidas pelo Órgão Federal competente e serão emitidas normas específicas pelo CONSUP.

11. NÚMERO DE VAGAS

As 100 (cem) vagas autorizadas para o Curso de Bacharelado em Direito estão fundamentadas em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica.

A oferta de vagas é compatível com a dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura física e tecnológica disponíveis para o curso.

12. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

12.1 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação de uma instituição começa pela percepção de que todo o processo advém de um acordo consensual entre os atores envolvidos: gestores, professores, funcionários e alunos, estabelecendo-se uma cultura de avaliação, é, em suma, um processo de melhoria de qualidade que depende de uma política coordenada e sistêmica, engajada e democrática, com planejamento e o estabelecimento de metas e prioridades.

Nesta perspectiva, Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) desenvolve ferramentas de avaliação para acompanhamento da realização das metas estabelecidas promovendo a melhoria da qualidade do aprendizado refletindo resultados satisfatórios nos processos de avaliações internas e externas.

Conforme determina as orientações do órgão federal competente, o curso terá o seu projeto pedagógico revisto e avaliado continuamente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem, especificamente, esta função de acompanhamento e avaliação.

Além do NDE, o curso de Graduação em Direito da Instituição possui o Colegiado de Curso que estará constantemente em cada semestre reavaliando o Projeto de Curso e buscando a melhoria em termos de ensino-aprendizagem, incentivos a pesquisas, discussão e viabilização dos projetos desenvolvidos.

O Colegiado de Curso, por seu turno, é formado pelo Coordenador (a) do Curso, três representantes docentes e um representante discente que são responsáveis pelo planejamento e pela coordenação didática do Curso de Graduação. O Colegiado de Curso, de função eminentemente acadêmica, é um Órgão Deliberativo do Curso em matéria que compreenda a qualidade do ensino e seu desenvolvimento, incluindo currículos e programas (Monitoria, Tutoria, Pesquisa e Extensão) e a solução dos problemas de ordem acadêmica, que envolvam os discentes.

Em atendimento ao inciso VIII do art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a explicitação do projeto de autoavaliação do curso consolida um sistema de avaliação regular, que permite o aproveitamento dos seus resultados para o aperfeiçoamento do curso.

A autoavaliação é entendida como parte do processo de aprendizagem, uma forma contínua de acompanhamento de todas as atividades que envolvem o Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), viabilizando o conhecimento das fragilidades e deficiências que porventura possam existir, e a possibilidade de adotar as providências necessárias para saná-las.

Dentro desse princípio, a autoavaliação abarca todos os agentes envolvidos nos diferentes serviços e funções que dão suporte ao processo de formação profissional, sendo elemento central da Instituição.

A autoavaliação do Curso de Graduação em Direito tem como objetivo geral rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), promovendo a permanente melhoria das atividades relacionadas ao ensino, à investigação científica e à extensão.

A autoavaliação a ser empreendida é focada, sobretudo, em 04 (quatro) itens: a garantia da infraestrutura necessária para o desempenho das atividades; a aplicabilidade e eficiência do Projeto Pedagógico de Curso (PPC); a adequação dos materiais didáticos elaborados e a atuação dos docentes.

As questões relativas ao conjunto dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) (e dos demais processos pedagógicos que compõem as atividades acadêmicas) serão analisadas tendo-se em conta a percepção do aluno e do professor sobre o seu lugar no processo de ensino-aprendizagem. Na autoavaliação é importante considerar como os alunos e professores percebem o curso como um todo e, também, a sua inserção nesse processo.

Assim, a autoavaliação do curso leva em conta a multidimensionalidade do processo educacional que supera o limite da teoria, promovendo o diagnóstico constante para avaliação da efetividade do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e compreensão do processo de construção/apropriação do conhecimento/desenvolvimento de competências dos alunos através das suas produções, vivências e ações na sua trajetória de formação profissional.

A autoavaliação é realizada no curso:

Por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre o desempenho destes;

Em seminários sobre o processo de ensino-aprendizagem e materiais didáticos, realizados no início dos semestres, com a participação de alunos e de professores, para a discussão de formas e critérios;

Por meio de pesquisas para levantamento do perfil do aluno, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao curso e à profissão;

Por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre a infraestrutura disponível sobre o curso.

A autoavaliação é contínua e sistemática de forma a contribuir para o fortalecimento do curso e seu constante aperfeiçoamento.

É feita a avaliação das disciplinas ministradas em cada período com a participação de alunos, professores e funcionários técnicos administrativos envolvidos. Nestas oportunidades, é solicitado aos alunos que respondam também um instrumento de avaliação de desempenho dos professores e técnicos administrativos. Os instrumentos de avaliação do curso são elaborados pelo Colegiado e apresentados para apreciação e aprovação do CONSUP em acordo com regulamento Institucional.

São considerados relevantes os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), do Conceito Preliminar de Curso (CPC), do Projeto Autoavaliação da Instituição e das atividades de investigação científica e extensão. Os resultados da avaliação externa, quando estiverem disponíveis, serão incorporados aos resultados da autoavaliação do curso em tela, com o objetivo de melhor avaliar os pontos fortes e os pontos fracos do curso.

Todo o processo de autoavaliação do projeto do curso é monitorado pelo respectivo Colegiado de Curso e implantado de acordo com as seguintes diretrizes:

A autoavaliação deve estar em sintonia com Projeto de Autoavaliação da FCC;

A autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular;

O processo de autoavaliação deve envolver a participação dos professores e dos alunos do curso;

Cabe ao Coordenador de Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, com a produção de relatórios conclusivos.

A análise dos relatórios conclusivos de autoavaliação é realizada pelo Coordenador de Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e encaminhado para o Colegiado de Curso para fins de adoção das medidas indicadas. Os resultados das análises do processo são levados ao conhecimento dos alunos e professores envolvidos, por meio de comunicação oral ou escrita.

Soma-se a autoavaliação do curso, a avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme orientações do Ministério da Educação. A autoavaliação do curso se articula com a avaliação institucional, uma vez que ambas visam à consecução de objetivos comuns, relacionados à qualidade do curso e do crescimento institucional com vistas a ajustes e correções imediatas, viabilizando a implementação de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo ensino-aprendizagem.

Em atendimento ao disposto no art.11. da Lei nº 10.861/2004 que constitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) tem constituído a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável por desenvolver e executar as atividades de autoavaliação institucional no âmbito da Instituição.

A CPA é, portanto, o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da autoavaliação da FCC, e possui autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes na Instituição.

Na sua composição, a CPA conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (Docente, Discente e Técnico-Administrativo) e, também, da Sociedade Civil Organizada. Nos termos do inciso I, §2º do artigo 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004 é vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. A composição da CPA é paritária, ou seja, é constituída pelo mesmo número de representantes de cada segmento com exceção dos representantes discentes, sendo 2 representantes, tendo a composição: representação do corpo docente; representação do corpo discente; representação do corpo técnico-administrativo e representação da Sociedade Civil Organizada.

As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização da CPA são objeto de regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP).

Os representantes são escolhidos entre pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, no processo de escolha dos seus membros são consultados os agentes participantes do processo.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito após a reflexão da análise dos relatórios da CPA enfocará dois aspectos: a análise e interpretação dos indicadores quantitativos e de qualidade e proporá ações de procedimentos de melhorias ao programa do curso.

Cabe à Diretoria Acadêmica e Direção Geral da Faculdade analisar os relatórios e as sugestões contidas no relatório da CPA e adotar as ações necessárias para o saneamento de deficiências identificadas e o fortalecimento de outras ações para consolidar cursos e programas com pontos fortes.

13. APOIO AO DISCENTE

13.1. Centro de Apoio ao Estudante (CAE)

O Centro de Apoio ao Estudante (CAE) tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC). Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FCC, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;
- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.

13.2. Ouvidoria

A Ouvidoria da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site da FCC.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

13.3. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP)

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) conta com um Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP), coordenado por um profissional em Psicologia ou Pedagogo. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, e em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na Instituição. Além do próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE).

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da IES, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da IES sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (Temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da auto realização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP) da FCC se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo ou Pedagogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo ou Pedagogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar

questões à Coordenação de Curso ou Direção Pedagógica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgados semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Pedagógica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

13.4. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedores dessa problemática e cientes da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE) estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES que pode ficar em responsabilidade do Psicopedagogo em apoio com a Coordenação de Curso. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FCC, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula,

até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação das Práticas Interdisciplinares.
- Apresentação da estrutura e trabalho do NPJ.
- Apresentação do site da IES.
- Atividades Complementares.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) proporciona o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da Instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de possibilitar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Este Núcleo também será o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento irá fornecer dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

13.5. Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório, as atividades são realizadas pelo Pedagogo.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o início do processo de credenciamento, a FCC tem buscado convênios com os mais variados órgãos e empresas de Belém (PA), dessa forma serão muitas as vagas disponibilizadas para estágios em órgãos, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade

de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

13.6. Núcleo de Apoio Financeiro Monitoria FCC.

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos, está sendo realizada pelo Pedagogo.

Dentre os vários programas utilizados pela FCC podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FCC.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorrerá após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores poderão retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exercerá suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria poderão ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FCC no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FCC.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deverá assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FCC nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de atividades complementares;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional da FCC, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho FCC

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágio e Carreira da IES.
 - Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FCC podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
 - O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deverá assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
 - A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista será de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
 - O aluno terá direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
 - O contrato poderá ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
 - O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

13.7. Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, o responsável pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento é responsável por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão desenvolve estudos, análises e compõe diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FCC, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

13.8. Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Entendendo a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; e que a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais; o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade, apoiado pelo corpo docente, pelos Coordenadores de Curso e pela Diretoria da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), deve garantir:

I – O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na instituição, serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que elimina as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas;

II – A acessibilidade digital da comunidade acadêmica, ou a condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos.

Os Coordenadores de Curso, assessorados pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade, devem desenvolver ações, que contemplem o princípio da inclusão educacional, voltadas para o atendimento às demandas acadêmicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Para implementação de metodologias e recursos para atendimento educacional especializado, a FCC conta com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade.

A Instituição assegura as Pessoas com Deficiência o acesso a recursos extraordinários, como tempo ampliado para realização de exercícios e atividades especiais, a contratação de leitor de textos, recebimento de material didático adaptado em braile e contratação de tradutor-intérprete em Libras, em cumprimento da Lei Nº 4.317, de 09 de abril de 2009.

Além disso, no que diz respeito à promoção de acessibilidade e ao atendimento prioritário, com respeito a alunos portadores de deficiência física, as instalações físicas da IES atenderão aos seguintes requisitos:

I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;

II. Elevador com acessibilidade

III. Rampas facilitando a circulação de cadeira de rodas;

IV. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

V. Banheiro adaptado com barras de apoio;

VI. Instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Especificamente no que se refere a alunos portadores de deficiência visual, a IES assume o compromisso formal, caso venha ter um aluno com esse tipo de deficiência, de:

I. Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a um computador;

II. Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático.

III. Quanto aos estudantes portadores de deficiência auditiva, especificamente, a IES assume o compromisso formal, caso venha ter um aluno com esse tipo de deficiência, de:

IV. Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais;

V. Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

O Curso de Direito da FCC oferece ainda a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como optativa no qual sua oferta não seja obrigatória.

13.9. Nivelamento

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdo, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- a) Matemática e Raciocínio Lógico;
- b) Língua Portuguesa;
- c) Informática Básica.

A FCC procura lidar com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- I. Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- II. possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- III. revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso, bem como pelo exame vestibular.

O Programa de Nivelamento será instituído em dois momentos, semestralmente:

- **Nivelamento Básico:** destinado a atenuar as deficiências do ensino médio possibilitando ao aluno qualidade na transição entre o ensino médio e o ensino superior;

- **Nivelamento Avançado:** destinado a atenuar deficiências oriundas do ensino superior desde o segundo semestre dos cursos de graduação, até o último semestre

Os cursos de nivelamento serão compatíveis com as prioridades dos cursos que são oferecidos, conforme necessidades identificadas pelas Coordenações de Curso. Dessa forma, todo o conhecimento que for necessário para que o acadêmico assimile adequadamente o conteúdo a nível superior, poderá ser apresentado durante o nivelamento para os alunos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- I. condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- II. elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- III. esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- IV. verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

13.10. Iniciação Científica

A iniciação científica caracteriza-se como uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno.

Promove a participação efetiva do aluno em projetos investigativos que agucem sua curiosidade e o levem a estudar situações reais com rigor científico.

Proposta pelo Programa de Iniciação Científica (PIC), esta política incentiva o estudante à participação efetiva em projetos investigativos, sob a supervisão de um professor orientador. A Iniciação Científica é um Programa de inserção do aluno de graduação em atividades de pesquisa científica, visando à construção de interações com o ambiente científico, por meio do desenvolvimento de projeto de pesquisa e sob a orientação de um professor orientador com titulação *stricto sensu* e, quando necessário, de um professor orientador.

13.11. Monitoria

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), através do Programa de Monitoria, institui monitores, admitindo aluno (a) regularmente matriculado (a) na Instituição, selecionados pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) em articulação com as Coordenações de Curso, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como, aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

A monitoria não implica em vínculo empregatício e são exercidas sob a orientação de um professor e/ou de um profissional credenciado pela Instituição, vedada a utilização de monitor e/ou bolsista para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular, mediante processo seletivo com critérios definidos em editais.

A função de monitoria visará despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira da docência, além de oportunizar meios de interação do corpo docente com o discente.

Será compromisso do aluno - monitor elaborar um plano de atividades, em conjunto com o Professor Orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e dos trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.

A atividade de Monitoria ocorrerá através de Processo de Seleção promovido pela Coordenação de Curso e Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) aos alunos que estejam regularmente matriculados e que tenham tido aprovação na disciplina para a qual se candidataram.

A participação na atividade de Monitoria será considerada como de mérito acadêmico e será considerada como Atividade Complementar relevante.

- Auxiliar os acadêmicos no processo de aprendizagem da disciplina;
- Propiciar aos acadêmicos em regime de dependência, condições para as realizações das verificações da aprendizagem, de acordo com a orientação do professor da disciplina;
- Planejar e programar as atividades desenvolvidas, visando à obtenção de subsídios para a elaboração do relatório final da monitoria; e,
- Auxiliar professores e alunos no desenvolvimento de atividades teóricas e/ou práticas, de acordo com o seu nível de conhecimento e experiência na disciplina.

13.12. CREDI FCC

A FCC já possui o seu programa de financiamento próprio que possui vantagens maiores do que o FIES para todos os alunos da instituição.

O financiamento é feito de acordo com o curso e é financiado até 70% de todas as mensalidades, promovendo assim a permanência do aluno na instituição e garantindo-lhe a formação desejada.

As normas do CREDI FCC podem ser vislumbradas no site da IES e nos documentos institucionais

13.13. FIES

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) é habilitada ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) que é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A única forma de ingressar no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www3.caixa.gov.br/fies), de modo a garantir a democratização de acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação (MEC). Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

13.14. Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados

O estágio é uma oportunidade de ganhar experiência profissional e se inserir no mercado de trabalho, enquanto que as organizações buscam estudantes para trazer novas ideias e contribuir para a inovação do empreendimento. Um contrato de estágio pode trazer benefícios para ambas as partes.

Os estágios realizados pelos estudantes da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), externamente, são regidos pelo Núcleo de Estágio e Carreira, composto por um Pedagogo vinculado a Centro de Apoio ao Estudante (CAE) que realizará o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades referentes a todos os estágios do respectivo curso, bem como pela interlocução com potenciais unidades contratantes e representação junto ao colegiado e à coordenação do curso nos assuntos relativos aos estágios, oportunizando bolsas remuneradas (bolsa-auxílio ou bolsa-estágio).

Esta intermediação se faz importante por propiciar o acesso à vivência, ao cotidiano dos estudantes por meio de práticas advocatícias realizadas em escritórios, instituições e órgãos afins com o intuito de possibilitar um acompanhamento mais próximo e efetivo dos advogados-gestores e melhores oportunidades de crescimento e desempenho de suas funções relacionadas à futura profissão.

13.15. Participação em Centros Acadêmicos

De acordo, com o Art. 22º do Regimento Geral - O Colegiado de Curso, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

III. 01 (um) representante do corpo discente do curso, escolhido por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período e estando devidamente matriculado e frequentando o curso;

Art. 23º - O Colegiado de Curso reúne-se bimestralmente ou extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, ou a requerimento de 03 (três) de seus membros.

Dessa forma, o corpo discente será representado nos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES com direito a voz e voto. Os representantes estudantis, nos Órgãos Colegiados Acadêmicos, terão mandato de um ano, permitida a recondução. Os suplentes só poderão participar dos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES, em caso de impedimento do representante efetivo.

É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um Órgão Colegiado da Faculdade. Os representantes juntos aos Órgãos Colegiados Acadêmicos da Instituição, deverão ser alunos regularmente matriculados e estar cursando pelo menos quatro disciplinas no período letivo. O não preenchimento de qualquer destes requisitos em qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

Os alunos matriculados na faculdade pertencerão aos Diretórios Acadêmicos, dos seus respectivos Cursos, cujo regimento, elaborado e aprovado de conformidade com a legislação pertinente, disporá sobre sua constituição, finalidade, elegibilidade, direitos e deveres de seus membros. Compete ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), vedada a acumulação.

Os Diretórios Acadêmicos terão por objetivo a representação estudantil, a promoção, a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição e terão o apoio da Instituição em eventos culturais e esportivos. A faculdade estimulará as eleições e as assembleias e, ainda, oferecerá espaço físico com mobiliário e equipamentos para seu funcionamento.

13.16. Portal do Aluno

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) disponibiliza aos seus alunos um sistema *online* exclusivo para portal do aluno, no qual é possível ter acesso à Carteira Estudantil, horário e frequência de aulas, além de informes da instituição, Financeiro e Mensalidades, ABA para solicitação de Protocolo, acesso à biblioteca online com livros virtuais disponíveis para acesso, acesso ao Teams de aulas e materiais suplementares disponibilizados pelos professores e dentre outros.

13.17. Ações Inovadoras

a) Atendimento Extraclasse

Entre as ações exitosas está o atendimento extraclasse aos alunos, que é realizado pelo Coordenador de Curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Essa orientação é realizada de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada estudante pode, sem

prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

b) Apoio para participação em eventos

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) oferece apoio para a participação de alunos em eventos como congressos, encontros, seminários, Julgamentos Simulados e etc. para tanto, divulga agenda de eventos relacionados às áreas dos cursos oferecidos e oferece certificados de atividades complementares para os participantes. A FCC realiza regularmente atividades dessa natureza envolvendo toda a comunidade interna e membros da comunidade externa. Além disso, apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

CORPO DOCENTE

1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

1.1. Constituição

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, em colaboração com o Colegiado de Curso.

1.2. Composição

O NDE é um órgão composto por, pelo menos, 06 (seis) professores do curso, incluindo o Coordenador de Curso, com comprovada experiência, titulação e qualificação, contratados em regime de trabalho integral ou parcial, responsável pela formulação do Projeto Pedagógico de Curso, sua implementação e consolidação, cujo funcionamento está disciplinado por regulamento próprio.

Em sua composição, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Direito conta com o Coordenador de Curso e com 05 (cinco) professores, totalizando 06 (seis) membros.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal dos professores que compõem o NDE, seguida da área da titulação máxima e do regime de trabalho.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO		
PROFESSOR	TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO
Adriana de Aviz (*)	Mestra	Integral
Ivan Guilherme de La Rocque Pinho	Doutor	Parcial
Jomar Nascimento Neves	Mestre	Parcial
Lucas Morgado dos Santos	Mestre	Parcial
Marcia Valeria de Melo e Silva Rolo	Mestra	Parcial
Paulo Víctor Azevedo Carvalho	Mestre	Parcial

(*) Coordenadora de Curso.

Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a

organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Conforme pode ser observado no quadro apresentado, 90% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela CAPES ou revalidada por universidades brasileiras com atribuição legal para essa revalidação.

Todos os professores do Núcleo Docente Estruturante estão contratados em regime de tempo integral ou parcial.

1.3. Competências

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- I. construir e acompanhar o projeto pedagógico do curso;
- II. contribuir para a consolidação e aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso;
- III. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, analisando sua adequação considerando as diretrizes curriculares editadas pelo Poder Público e as novas demandas do mundo do trabalho;
- IV. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;
- V. revisar ementas e conteúdos programáticos;
- VI. acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem do projeto pedagógico de curso;
- VII. verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos;
- VIII. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área do curso;
- IX. indicar cursos a serem ofertados como forma de nivelar o aluno ingressante ou reforçar o aprendizado;
- X. propor ações em prol de melhores resultados no ENADE e no CPC;
- XI. planejar procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte;
- XII. Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES;
- XIII. Organizar as atividades a serem constituídas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ).

Conforme se verifica pelas competências do NDE, este atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o curso de bacharelado em Direito.

Ademais, o NDE planeja procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte. De acordo com o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante, o processo de recondução dos membros do NDE, deve ser observado a exigência de manutenção de, pelo menos, 50% dos seus membros a cada finalização de mandato.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) investiu na composição de um Núcleo Docente Estruturante (NDE) com professores que possuam uma dedicação preferencial, cujo resultado é a construção de uma carreira assentada em valores acadêmicos, ou seja, titulação e produção científica. Isso, com certeza, contribuirá para a estabilidade docente e o estímulo à permanência dos integrantes do NDE até, pelo menos, o próximo ato regulatório do curso. Neste sentido, a FCC compromete-se a estabelecer uma relação duradoura e perene entre si e o corpo docente, sem as altas taxas de rotatividade que dificultam a elaboração, com efetiva participação docente, de uma identidade institucional.

1.4. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso

A seguir é apresentado o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs dos Cursos de Graduação da FCC;

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE é composto por um grupo de trabalho, constituído em cada um dos cursos de graduação, que tem como meta construir, revisar, avaliar e atualizar o Projeto Pedagógico do curso oferecendo subsídios para a implementação do mesmo observando a qualidade da formação.

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Elaborar e atualizar o Projeto Pedagógico do curso subsidiando a formulação de concepções, fundamentos e metodologia de implementação do curso e da formação;
- b) definir e atualizar o perfil profissional do egresso;
- c) atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- d) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso e no Conselho Superior da FCC;

e) supervisionar as formas de avaliação do curso subsidiando o Colegiado do Curso e a CPA – Comissão Própria de Avaliação;

f) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

g) propor alternativas de integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído, em cada um dos cursos de graduação, pelo:

a) Coordenador do Curso, como seu presidente;

b) 4 (quatro) professores do corpo docente do curso, com experiência na área de formação e com titulação de mestre e/ou doutor e contratados em regime integral.

Art.5º. A indicação dos representantes docentes será feita pela Coordenação de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Art.6º. Compete ao Presidente do Núcleo: a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade; b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição; c) encaminhar as deliberações do Núcleo; d) coordenar a integração com os demais colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES

Art.7º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por auto-convocação ou por convocação do Presidente.

Art. 8º. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 9º reunido os membros do NDE será designado um relator para secretariar e lavrar as atas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior – CONSUP da FCC.

Art. 11º O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior da FCC.

2. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Nesse sentido, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- I. Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso.
- II. Professores com, pelo menos, 5 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;
- III. Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- IV. Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- V. Professores integrados à comunidade local, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- VI. Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- VII. Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- VIII. Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.
- IX. Para o Curso de Bacharelado em Direito são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- I. O Coordenador do Curso exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- II. Negocia com as dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- III. Motivar estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- I. Supervisiona a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- II. Conhece e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- III. Formula fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- I. Contribui para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- II. Integra os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- III. Lidera o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- IV. Estimula os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das PIs – Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- I. Contribui para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- II. Encontra meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- III. Firma contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- IV. Procura ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a FCC tem na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

2.1. Titulação Acadêmica

A coordenadora do Curso de Direito é a Prof.^a. Ma. Adriana, de Aviz. cursando os módulos preparatórios ao Doutorado em Direito (UBA, 2015). Mestre em Sociologia Geral (UFPA, 2002). Graduação em Ciências Sociais, ênfase em Antropologia (UFPA, 1998) e Direito Bacharelado (FABEL, 2012).

2.2. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O Coordenador (a) de Curso está contratado em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, com carga horária para coordenação, gestão e condução do curso.

A carga horária estabelecida possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, e a representatividade nos colegiados superiores. Além disso, a carga horária proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

Foi elaborado um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores de desempenho da Coordenação de Curso, reproduzido na íntegra no PPC.

2.3. Atuação do Coordenador de Curso

O coordenador do curso desempenha um papel relevante frente à gestão dos cursos, atuando como articulador e organizador na implantação do projeto pedagógico, de forma planejada com a equipe docente, buscando a integração do conhecimento das diversas áreas. Cabe à coordenação a gestão didático-pedagógica, juntamente com o NDE e o Colegiado de curso.

O trabalho do Coordenador visa traduzir o processo pedagógico em curso na sociedade, promover necessárias articulações para construir alternativas que colocam a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas, oferecendo um curso com qualidade, no intuito de formar cidadãos autônomos, críticos e democráticos.

Os objetivos envolvem:

- Elaborar o plano de ação.
- Prestar assistência técnico-pedagógica de forma direta ao corpo docente e, indiretamente, ao corpo discente.
- Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre professores e entre áreas de conhecimento.
- Orientar e acompanhar o preenchimento dos planos de ensino e aprendizagem.
- Identificar constantemente as prioridades das turmas e dos professores para prestar-lhes um melhor atendimento.
- Visitar as salas de aula para detectar problemas existentes e procurar solucioná-los.
- Acolher os sujeitos do processo educativo, possibilitando a interação com os espaços institucionais de apoio, como o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade;
- Detectar constantemente as fragilidades e deficiências no processo de ensino e de aprendizagem.
- Acompanhar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, fomentando a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e as práticas extensionistas.
- Acompanhar e avaliar a execução dos planos de ensino e aprendizagem.
- Quanto a relação coordenação e docentes:
- Apresentar aos docentes o Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando a sua importância como instrumento norteador das ações desenvolvidas.
- Coordenar, acompanhar e orientar as atividades didático-pedagógicas, mantendo diálogo constante com todos os docentes de modo a mantê-los informados e engajados com a Proposta Institucional, inovações e demandas do Curso.
- Planejar e realizar reuniões com os docentes do curso para discutir o desempenho acadêmico dos discentes e indicar estratégias que visem à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
- Estabelecer prazo para a entrega do Plano de ensino e aprendizagem pelos docentes e valia-los via Sistema Integrado da IES.

- Orientar os professores quanto ao cumprimento dos prazos para disponibilização do resultado das avaliações de acordo com o calendário da IES.
- Acompanhar o processo de registro das notas no Sistema Integrado da IES.
- Quanto a relação coordenação e discentes:
- Acolher, ambientar e acompanhar os discentes ingressantes no início do semestre letivo e durante a sua permanência no curso, prestando as orientações necessárias para o seu desenvolvimento integral no curso.
- Planejar e realizar reuniões com os discentes do curso, para discussão do desempenho acadêmico e identificação de pontos fortes e frágeis no desenvolvimento das aprendizagens nos componentes curriculares.
- Orientar os discentes quanto aos aspectos da vida acadêmica, das exigências, dos núcleos de apoio e suporte.
- Apresentar o Projeto Pedagógico do Curso aos discentes.
- Receber e acompanhar os discentes com necessidades educacionais especiais, juntamente ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), assegurando o atendimento necessário humanizado e responsável.
- As atividades da coordenação envolvem:
- Elaboração do planejamento semestral/anual.
- Participação nas reuniões administrativas.
- Participação nas reuniões para elaboração dos planos de ensino e aprendizagem.
- Orientação individual e coletiva.
- Orientação e suporte nos processos de avaliação.
- Acompanhamento e avaliação dos planos de ensino e aprendizagem.
- Orientação e acompanhamento no preenchimento dos planos de ensino e aprendizagem.
- Orientação, acompanhamento e auxílio aos discentes.
- Organização de reuniões pedagógicas.
- Colaboração no processo de Formação Continuada docente.
- Assistência à direção em assuntos pedagógicos e em atividades cívicas e sociais.
- Observação e assistência contínua.
- Diálogos individuais.
- Conversas informais.
- Estudos, pesquisas e seleção de conteúdo.
- Identificação das prioridades de cada turma/ grupo.
- Planejamento e organização de semanas acadêmicas.
- Viabilização e encorajamento de projetos interdisciplinares.

- Organização de visitas técnicas, cursos de nivelamento, cursos de extensão universitária, responsabilidade social, monitorias.
- Viabilização e encorajamento de Projetos de iniciação científica.
- Avaliação do questionário da CPA (comissão Própria de Avaliação) de seu curso.
- Acompanhamento do desenvolvimento acadêmico, observando se está em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
- Participação no CONSUP (Conselho Superior) da FCC.
- Acompanhamento das atividades complementares dos discentes.
- Orientações acerca do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).

2.4. Plano de Ação da Coordenação de Curso

A seguir é apresentado o Plano de Ação da Coordenação de Curso, que dispõe de indicadores de desempenho da Coordenação de Curso disponibilizados publicamente, e a administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

1. OBJETIVO

Permitir o acompanhamento do desenvolvimento das funções da Coordenação do Curso, de forma a garantir o atendimento à demanda existente e a sua plena atuação, considerando a gestão do curso, que inclui a:

- I. Presidência do Colegiado de Curso;
- II. Presidência do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- III. Relação com os docentes;
- IV. Relação com os discentes;
- V. Representatividade no Conselho Superior.

2. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O Coordenador de Curso dedicará regime de trabalho integral ao curso, compreendendo a prestação de 40 horas semanais de trabalho na Instituição, nele reservado o tempo para a Coordenação do Curso.

3. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do Curso de Direito é planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do curso.

Durante a gestão do curso, temos uma integração efetiva entre suas diversas instâncias da administração acadêmica, com a participação ativa de discentes e docentes.

Essas instâncias serão ilustradas pelo Coordenador de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), ambas trabalhando em conjunto para converter suas ações e decisões no âmbito do Colegiado de Curso. Esse processo de cooperação permitirá uma gestão mais eficiente e colaborativa, visando ao aprimoramento contínuo da qualidade educacional e ao desenvolvimento do corpo discente e docente.

O NDE do curso é o responsável pelo processo de concepção e atuará na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). É composto por 05 (cinco) docentes, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* (observado o limite estabelecido na Resolução CONAES nº 01/2010). Dentre os membros do NDE, há o Coordenador de Curso. O NDE orientará e dará suporte na implantação do PPC como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colaborará com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considerará permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliará os Coordenadores de Curso na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participarão da avaliação. Nas análises dos resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e da avaliação interna, a CPA contará com o apoio do Coordenador de Curso e do NDE. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorporará ao seu relatório, proporá ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoiará a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

O processo avaliativo será democrático e garantirá a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes serão organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso possibilitará um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela IES no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do PPC traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implantação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do PPC resultarão principalmente de interações entre áreas de conhecimento, órgão colegiado do curso, NDE e dirigentes da IES e de avaliações

continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

O processo de autoavaliação do PPC observará as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação serão levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da Coordenação de Curso.

4. FUNÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

De acordo com o Art. 20º do Regimento Geral da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), são atribuições do Coordenador de Curso:

A coordenação de curso é o órgão responsável pela execução e administração dos cursos de graduação, é exercida pelo coordenador de curso, designado pelo Diretor Geral, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 1º - O coordenador de curso deverá ter qualificação profissional na área do curso que coordena e pertencer ao quadro docente da instituição. Apenas em casos de total ausência de professor compatível com a necessidade das atividades de coordenação, será procedido processo seletivo externo;

§ 2º - Em suas faltas e impedimentos o coordenador será substituído por um professor do curso, escolhido pelo Diretor Acadêmico;

§ 3º - A coordenação do curso será exercida cumulativamente com pelo menos e no máximo, 25% de atividades de ensino (aulas).

Art. 21º - Compete ao coordenador de curso:

I. Coordenar, avaliar e supervisionar o curso de graduação, fazendo cumprir o regime acadêmico, o calendário acadêmico, os programas e as cargas horárias das disciplinas;

II. Executar os processos de aproveitamento de disciplinas de alunos transferidos de outras IES;

III. Constituir, quando necessário, bancas de avaliação para exames de suficiência em Língua Estrangeira ou conhecimentos prévios que podem validar disciplinas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996;

IV. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do curso, de professores, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais órgãos sob sua coordenação, quando necessário, na forma da legislação vigente;

V. Adotar, *ad referendum*, em caso de urgência, providências indispensáveis no âmbito do curso;

VI. Inscrever os seus alunos no ENADE, quando convocado pelo MEC - Ministério da Educação para participar dessa avaliação que se trata de componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação;

VII. Fazer cumprir as exigências necessárias para integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de histórico escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;

VIII. Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;

IX. Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem, em consonância com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso;

X. Promover gestão participativa através de decisões colegiadas;

XI. Em diálogo com a CPA, constituir a avaliação interna no âmbito do seu curso.

Entre orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso e as demais atribuições da Coordenação do Curso inclui-se:

1. Apoiar o NDE na realização de ESTUDOS PERIÓDICOS (SEMESTRAIS) e ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, que:

✓ Considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstre e justifique a relação entre a titulação do corpo docente e seu desempenho em sala de aula;

✓ Demonstre que a experiência profissional do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem;

✓ Demonstre e justifique a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos das unidades curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida;

✓ Demonstre adequação das bibliografias básicas e complementares das unidades curriculares do curso.

2. Colaborar no preenchimento anual do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP;

3. Controlar a frequência discente: apesar do controle diário da frequência dos alunos ser responsabilidade dos professores, cabe ao Coordenador de Curso atuar nos casos de ausências sistemáticas para atuar de forma a evitar a evasão escolar;

4. Controlar a frequência docente: acompanhar e garantir que os professores estejam cumprindo a carga horária de trabalho;

5. Criar/planejar com as docentes oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação;

6. Divulgar os diferenciais do curso;
7. Estimular a extensão e a iniciação científica;
8. Fomentar a utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino aprendizagem e de recursos inovadores;
9. Indicar a necessidade de aquisição de livros, assinatura de periódicos e compra de materiais especiais, de acordo com os conteúdos ministrados e as particularidades do curso, a partir programa ou plano de ensino aprovado para cada;
10. Orientar a inscrição de estudantes habilitados ao ENADE, no ano de avaliação do curso;
11. Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o determinado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).
12. Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional;
13. Auxiliar na incorporação dos resultados da avaliação externa (ENADE, avaliações *in loco* do INEP etc.) no relatório de autoavaliação do curso;
14. Realizar orientação acadêmica dos estudantes;
15. Supervisionar instalações físicas, laboratórios e equipamentos utilizados no curso.

5. INTEGRAÇÃO COM A CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) fornecerá dados da autoavaliação institucional e das avaliações externas, que serão utilizados pela Coordenação de Curso, NDE e Colegiado de Curso no planejamento das atividades e gestão do curso. Auxiliará, ainda, a elaboração de planos de melhorias e dos relatórios de autoavaliação do curso.

6. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Semestral.

FUNÇÕES	AÇÕES	ÓRGÃO DE APOIO E/OU RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA SEMESTRAL OU PERIODICIDADE							
			MÊS						PERIODICIDADE	
			1	2	3	4	5	6		
Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, com direito a voz e voto de qualidade.	Estabelecer a pauta das reuniões. Realizar as convocações. Presidir as reuniões. Registrar as decisões em atas. Acompanhar e execução das decisões.	Colegiado de Curso NDE Secretaria		X				X		Periodicidade regimental e dos regulamentos específicos
Representar o curso perante as autoridades e órgãos da IES.	Participar da reunião do Conselho Superior.	Secretaria		X				X		Periodicidade regimental
Orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso.	Coordenar e gerir estudos e discussões para redimensionar os alicerces da construção do PPC, considerando a(o): realidade socioeconômica e profissional da região de oferta do curso e as demandas da sociedade; DCN e imposições legais vigentes; resultado da autoavaliação do curso; âmbito institucional / PDI da Instituição.	NDE	X	X	X	X	X	X	X	Semestral
	Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino superior, tais como supervisionar atividades pedagógicas e	Secretaria		X	X	X	X			Permanente

FUNÇÕES	AÇÕES	ÓRGÃO DE APOIO E/OU RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA SEMESTRAL OU PERIODICIDADE							
			MÊS						PERIODICIDADE	
			1	2	3	4	5	6		
	curriculares, organização, conservação e incentivo do uso de materiais didáticos, equipamentos, TICs, laboratório de informática; e registro de frequência e notas.									
	Acompanhar o processo de ingresso dos discentes no curso, seja pelo sistema regular de acesso, pelo modo de transferência interna e/ou externa ou ainda para unidades curriculares específicas. Pronunciar-se sobre matrícula, quando necessário, e acompanhar o estudo do processo de transferência de aluno, inclusive no que se refere ao aproveitamento de estudos e à dispensa de unidade curricular, para deliberação superior.	Secretaria Corpo Docente Colegiado de Curso	X	X				X	Durante o processo seletivo e período de matrícula	
Fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos no âmbito do curso.	Cobrar e organizar a confecção de planos de ensino pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares. Verificar a consonância dos planos de ensino e da programação das atividades das unidades curriculares com o PPC e as DCNs.	Corpo Docente NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo	
	Supervisionar os trabalhos dos professores/tutores, a execução da programação prevista, as aulas teóricas, práticas e seus registros. Verificar se estão sendo colocadas em prática as atividades previstas no planejamento e a consonância com os registros individuais de atividade docente. Utilizar os registros individuais de atividade docente no planejamento e gestão para melhoria contínua.	Secretaria SAA Diretoria		X	X	X	X			Ao longo do período letivo
	Verificar a qualidade das aulas com os discentes.	Secretaria SAA		X	X	X	X			Ao longo do período letivo
Acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso.	Acompanhar o desenvolvimento das atividades nos estágios supervisionados, mesmo que não obrigatório / analisar os relatórios periódicos de frequência de alunos, atividades desempenhadas, orientação por docente da IES e supervisão. Envolver instituições que concedem o estágio na autoavaliação do curso - adequação da formação às demandas atuais e propostas de melhorias.	NDE SAA Responsável pelos Estágios Diretoria		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo	
Acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e dos trabalhos de conclusão de curso, quando aplicável de conclusão de curso.	Divulgar as atividades organizadas no curso ou pela Instituição, e/ou por outras instituições/ organizações (projetos de iniciação científica, monitoria, projetos de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, estágio supervisionado extracurricular etc.).	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente	
	Incentivar o engajamento dos docentes, colaboradores e discentes na organização de projetos na área do curso e/ou em temáticas transversais.	NDE Secretaria Corpo Docente Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente	
	Organizar eventos e convidar palestrantes.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente	
	Incentivar o envolvimento discente nas atividades extracurriculares disponibilizadas pela IES ao aluno do curso.	Coordenação Diretoria		X	X	X	X		Ao longo do período letivo	
	Acompanhar o relatório periódico das atividades complementares, junto ao responsável pelas atividades complementares.	Responsável pelas Atividades Complementares.		X	X	X	X		Ao longo do período letivo	

FUNÇÕES	AÇÕES	ÓRGÃO DE APOIO E/OU RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA SEMESTRAL OU PERIODICIDADE							
			MÊS						PERIODICIDADE	
			1	2	3	4	5	6		
Sugerir à Diretoria a contratação, promoção, afastamento ou dispensa do corpo docente/tutor.	Verificar a necessidade de novas contratações docentes. Coordenar a seleção dos docentes do curso, bem como o acompanhamento de suas atividades. Indicar necessidade de desligamento docente.	Colegiado de Curso NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo	
	Organizar a planilha docente e enviar as informações ao setor de recursos humanos (horas de trabalho e detalhamento).	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Controle mensal	
Elaborar a programação do curso e fornecer subsídios para a organização do Calendário Acadêmico.	Elaborar proposta de atividades dos diferentes períodos. Planejar e apresentar a grade semanal, a cada semestre. Definir e redefinir os grupos e turmas para diferentes atuações acadêmicas. Organizar e rever o planejamento do próximo semestre.	Secretaria Corpo Docente Diretoria						X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo	
	Fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico Institucional (definição de atividades, eventos etc.).	Secretaria Diretoria						X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo	
Apoiar o NDE na realização de ESTUDOS PERIÓDICOS (SEMESTRAIS) e ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS.	RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE: perfil do egresso, titulação do corpo docente; experiência profissional do corpo docente; experiência no exercício da docência superior do corpo docente; experiência no exercício da docência superior do corpo docente / formação dos tutores; experiência em educação a distância; experiência no exercício da tutoria na educação a distância. ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	NDE Secretaria Bibliotecária Diretoria						X	Semestral	
Colaborar no preenchimento anual do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP.	Acompanhar com a Secretaria e monitorar o preenchimento dos dados relacionados a curso.	Secretaria							De acordo com o calendário INEP/MEC	
Controlar a frequência discente: apesar do controle diário da frequência dos alunos ser responsabilidade dos professores, cabe ao Coordenador de Curso atuar nos casos de ausências sistemáticas para atuar de forma a evitar a evasão escolar. Controlar a frequência docente: acompanhar e garantir que os professores/tutores estejam cumprindo a carga horária de trabalho.	Planejar o acolhimento e docente e discente (recepção dos membros da comunidade acadêmica) e ações de permanência e combate à evasão.	Secretaria SAA Diretoria	X						Ao longo do período letivo	
	Acolher discentes e docentes/tutores.	Secretaria Diretoria		X					Ao longo do período letivo	
	Dar suporte aos professores, alunos para o bom cumprimento de seus papéis específicos. Atuar junto ao Setor de Apoio Psicopedagógico e encaminhar para atendimento pelo órgão, quando necessário, professores/tutores e alunos.	SAA Diretoria		X	X	X	X	X		Ao longo do período letivo
	Atender professores e alunos em situações não previstas ocorridas no cotidiano. Ouvir, resolver e encaminhar demandas de alunos para os respectivos setores.	Ouvidoria SAA Diretoria	X	X	X	X	X	X		Permanente
	Organizar, juntamente com a Secretaria, a confecção do Manual do Aluno.	Secretaria Diretoria	X					X		Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo
	Estimular e supervisionar frequência docente e o cumprimento do horário das aulas.	Secretaria SAA		X	X	X	X			Acompanhamento diário
	Acompanhar o registro de frequência discente (diários de classe) e a assiduidade discente a aulas e demais atividades. Detectar precocemente alunos faltantes.	Secretaria SAA		X	X	X	X			Acompanhamento diário

FUNÇÕES	AÇÕES	ÓRGÃO DE APOIO E/OU RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA SEMESTRAL OU PERIODICIDADE						
			MÊS						PERIODICIDADE
			1	2	3	4	5	6	
Criar/planejar com as docentes oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.	Com apoio do Setor de Apoio Psicopedagógico, identificar causas da infrequência e definir estratégia de resolução do problema, combatendo a evasão no curso.	Secretaria SAA		X	X	X	X		Acompanhamento diário
Divulgar os diferenciais do curso.	Divulgar o curso, sendo profundo conhecedor de seus diferenciais. Incentivar e animar alunos e professores, inclusive exaltando a IES fora dos seus domínios. Ser referência na área e proferir palestras e cursos, ministrar oficinas e participar em bancas, divulgando o curso e contribuindo para a consolidação da excelente imagem institucional.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente
Estimular a extensão e a iniciação científica.	Acompanhar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e extensão, com relatórios periódicos de atividades exercidas.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente
Fomentar a utilização de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino aprendizagem e de recursos inovadores.	Desenvolver reflexões que garantam aprendizagens significativas. Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre professores. Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas. Coordenar, juntamente com Diretoria e o Setor de Apoio Psicopedagógico, o uso adequado de TICs. Pode, inclusive, assistir a algumas aulas durante o curso. Visitar as salas de aula para detectar problemas existentes e procurar solucioná-los. Acompanhar a implementação e o uso de softwares no curso. Propor e coordenar atividades de formação contínua e de qualificação dos professores, visando o aprimoramento profissional em novas metodologias, acessibilidade pedagógica, estratégias e técnicas pedagógicas, a oportunidade de troca de experiências e a cooperação entre os docentes.	NDE SAA Diretoria		X		X	X		Ao longo do período letivo
Indicar a necessidade de aquisição de livros, assinatura de periódicos e compra de materiais especiais, de acordo com os conteúdos ministrados e as particularidades do curso, a partir programa ou plano de ensino aprovado para cada.	Cobrar relatórios de acesso do acervo da biblioteca por alunos e docentes, a fim de incentivar sua utilização.	Bibliotecária	X	X	X	X	X	X	Mensal
	Supervisionar a elaboração do Relatório de Adequação da Bibliografia.	Biblioteca NDE	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo
Orientar a inscrição de estudantes habilitados ao ENADE, no ano de avaliação do curso.	Indicar estudantes ingressantes e concluintes habilitados ao ENADE (vinculado ao curso, independente da sua situação de matrícula - com matrícula trancada ou afastado). Identificar todos os estudantes em situação irregular junto ao ENADE. Adotar os procedimentos necessários para a regularização. Acompanhar com a Diretoria e monitorar o desempenho dos alunos no ENADE. Observar o que se programa para melhorar o desempenho discente.	Secretaria Diretoria CPA							De acordo com o ciclo avaliativo do SINAES, do calendário INEP/MEC
Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o	Colaborar na divulgação e aplicação dos instrumentos de avaliação. Analisar os resultados da avaliação docente, comunicar ao interessado o	SAA NDE CPA Diretoria				X	X		De acordo com o calendário da CPA

FUNÇÕES	AÇÕES	ÓRGÃO DE APOIO E/OU RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA SEMESTRAL OU PERIODICIDADE						
			MÊS						PERIODICIDADE
			1	2	3	4	5	6	
determinado pela CPA.	resultado individualizado, e propor ações de melhorias para serem incorporadas ao relatório de autoavaliação. Implantar medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.								
Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional.	Corresponsabilizar-se pela permanente sensibilização, estimulando a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional. Apoiar a divulgação dos resultados. Contribuir para a apropriação dos resultados pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.	CPA Corpo Docente Corpo Técnico-Administrativo	X	X	X	X	X	X	Permanente
Auxiliar na incorporação dos resultados da avaliação externa (ENADE, avaliações <i>in loco</i> do INEP etc.) no relatório de autoavaliação do curso.	Atuar na incorporação dos resultados das avaliações externas no relatório de autoavaliação do curso e institucional. Participar das análises dos resultados obtidos, da definição das ações de melhorias e de suas implementações.	CPA Corpo Docente Corpo Técnico-Administrativo	X	X	X	X	X	X	De acordo com o calendário da CPA
Realizar orientação acadêmica dos estudantes.	Atender alunos a respeito da vida acadêmica.	Corpo Docente		X	X	X	X		Ao longo do período letivo
Supervisionar instalações físicas, laboratórios e equipamentos utilizados no curso.	Definir adequadas condições de infraestrutura das salas de aula.	Corpo Docente Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo
	Sugerir equipamentos e materiais/software para as aulas práticas.	NDE Corpo Docente	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo
	Providenciar as demandas necessárias para a manutenção de condições de bom funcionamento da sala dos professores.	Diretoria Setor de Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo
	Acompanhar a utilização do laboratório específico nas atividades práticas do curso.	Diretoria Setor de Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo
	Cobrar relatórios de manutenção.	Setor de Informática							Semanal

Registra-se que todas as atividades previstas neste plano de ação destinam-se ao planejamento da gestão do curso e do corpo docente, visando a facilitar a integração e a melhoria contínua da qualidade do curso.

8. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O acompanhamento será por meio de RELATÓRIO PARCIAL (no meio do semestre letivo) e RELATÓRIO FINAL (no final do semestre letivo).

Cada RELATÓRIO deverá apresentar, por ação:

1º) Situação da Ação, sendo opções:

- Prevista: significa que a ação não iniciou, mas ainda pode ser executada no prazo;
- Iniciada: significa que a ação está dentro do prazo, mas ainda não foi executada;
- Concluída: significa que a ação foi executada e concluída dentro do prazo;
- Cancelada: significa que a ação não será mais executada (seria excluída dos planos);
- Atrasada: significa que a ação será executada, mas o prazo não será cumprido.

2º) Justificativas/Observações

Deve ser incluída justificativa para atrasos e cancelamentos e observações que forem necessárias. Sugere-se realizar uma explicação breve e informativa.

Por meio da análise deste Plano de Ação e dos relatórios produzidos, será possível verificar se os objetivos foram alcançados, a necessidade da definição de ações corretivas ou providências para que os desvios significativos sejam minimizados ou eliminados.

O RELATÓRIO FINAL subsidiará a confecção do RELATÓRIO DE GESTÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO, com os INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO.

9. DOCUMENTOS E INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO (A SEREM DIVULGADOS)

- Relatório de Gestão da Coordenação de Curso
- Projeto Pedagógico do Curso
- Matriz Curricular
- Plano de Ensino ou Programas das Unidades Curriculares (semestral)
- Pautas/Diários de Controle Acadêmico (Frequência, Notas – pode ser utilizado sistema)
- Calendário Acadêmico
- Relatório de Estudos do Perfil do Corpo Docente (NDE)
- Relatório da Bibliografia Básica e Complementar do Curso (NDE)
- Atas das Reuniões dos Órgãos (NDE e Colegiado de Curso)
- Titulação do Coordenador de Curso
- Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

Indicadores:

- Número de Alunos Regularmente Matriculados
- Número de Alunos no Limite do Excesso de Faltas
- Número de Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
- Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
- Número de Alunos com Desistências Recorrentes
- Número de Convênios do Curso
- Pontualidade Docente
- Perfil Docente – Formação Acadêmica, Titulação e Regime de Trabalho (inclui IQCD)

- Protocolos em Aberto (Solicitações dos Discentes)
- Satisfação Discente por Unidade Curricular
- Satisfação Discente com a Coordenação de Curso
- Número de Assinaturas da Bibliografia Básica e Complementar Disponibilizados na Biblioteca
- Média de Alunos por Unidade Curricular
- Ocupação de Laboratórios por Aulas
- Ocupação de Laboratórios por Discentes
- Número de Atividades de Extensão e Iniciação Científica no Curso (inclui eventos)
- Número de Participantes em Atividades de: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, Inovação, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Combate ao Preconceito
- Número de Participantes em Atividades Extracurriculares no Curso

3. COLEGIADO DE CURSO

3.1. Institucionalização

O Colegiado de Curso está institucionalizado, uma vez que há previsão no Estatuto e no Regimento da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), e ele está efetivamente implantado no Curso de Graduação em Direito.

É o órgão de deliberação coletiva do curso, responsável pela coordenação didática de cada curso.

3.2. Representatividade dos Segmentos

O Colegiado de Curso é constituído:

- I. Pelo Coordenador do Curso, seu Presidente;
- II. Por todos os docentes que ministram ou atuam nas disciplinas do currículo do curso;
- III. Por 01 (um) representante do corpo discente, eleito por seus pares.

3.3. Competências

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas, depois de ouvida determinações do Núcleo Docente Estruturante - NDE;

- II. elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, depois de ouvida determinações do Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- III. promover a avaliação do curso em cooperação contínua com a Comissão Própria de Avaliação;
- IV. decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- V. colaborar com os demais órgãos da Faculdade no âmbito de sua atuação;
- VI. exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da Faculdade.

3.4. Periodicidade das Reuniões

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente 02 (duas) vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

3.5. Registro de Decisões

As decisões do Colegiado de Curso são registradas em atas e encaminhadas de acordo com o fluxo estabelecido para as temáticas tratadas.

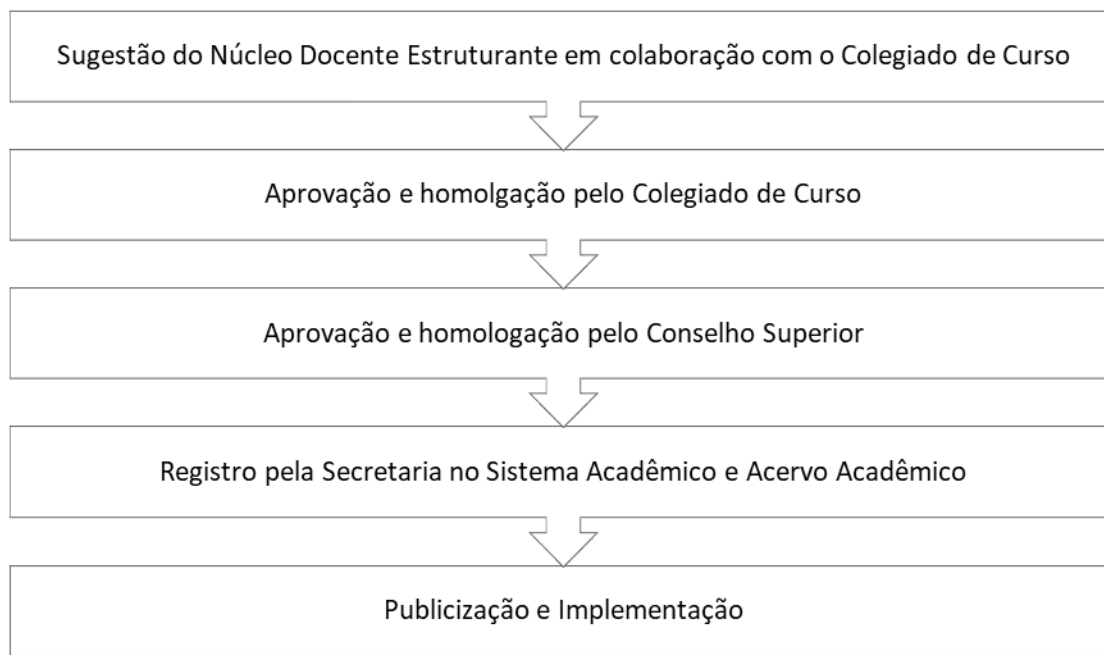
3.6. Fluxo para Encaminhamento das Decisões

O fluxo decisório nas reuniões do Colegiado de Curso tem como base as seguintes orientações:

- a) A pauta da reunião deverá ser informada em até 48 horas antes da mesma pelo presidente do Colegiado de Curso, sendo que as sugestões de temas a serem discutidos podem ser feitas pelo presidente ou qualquer outro membro do órgão;
- b) Exposto os temas da pauta, cada item deve ser descrito especificamente, refletido, arguido pelos membros presentes e decidido ou demandar ação complementar;
- c) A elaboração de documentos, realização de estudos, preparação de materiais, acompanhamento das ações decorrentes as decisões e/ou execução de tarefas terá a designação de um responsável pela atividade e estabelecido um prazo de entrega;
- d) Na reunião posterior, os assuntos pendentes ou que precisavam de complementação serão retomados na discussão para finalização;
- e) O Colegiado de Curso analisará os resultados das decisões tomadas e avaliará necessidades de mudança, caso necessário.

Para o encaminhamento das decisões são estabelecidos fluxos específicos a partir das competências do Colegiado de Curso que se traduzem nos esquemas apresentados a seguir.

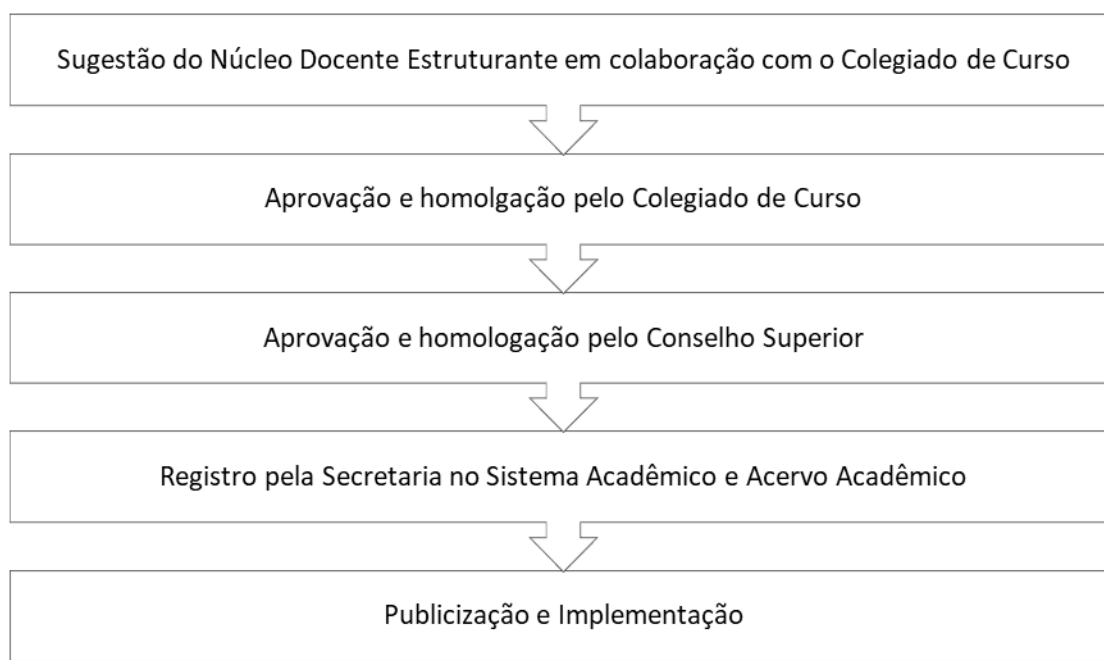
I – FIXAR O PERFIL DO CURSO E AS DIRETRIZES GERAIS DAS DISCIPLINAS, COM SUAS EMENTAS E RESPECTIVOS PLANOS DE ENSINO;



Periodicidade:

- ✓ O perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso.
- ✓ Os planos de ensino são aprovados semestralmente, a partir do encaminhamento dos professores responsáveis ao Núcleo Docente Estruturante que analisa e encaminha ao Colegiado de Curso.

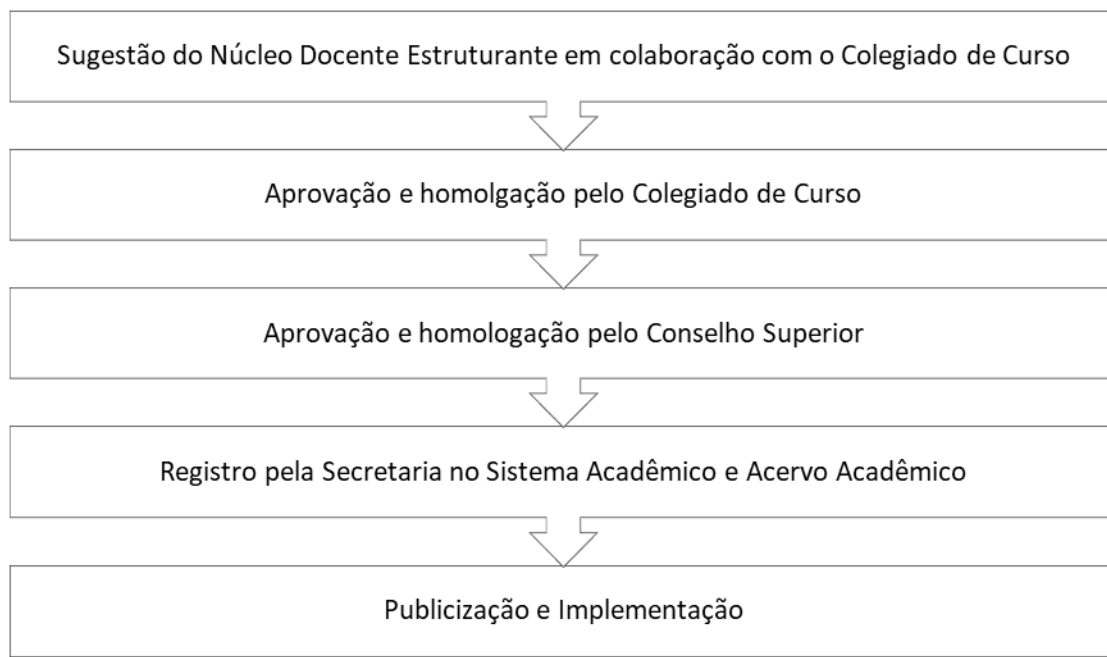
II – DELIBERAR SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO E SUAS ALTERAÇÕES COM A INDICAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVA CARGA HORÁRIA, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES EMANADAS DO PODER PÚBLICO, E CONFORME SUGESTÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE;



Periodicidade:

- ✓ A matriz curricular do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

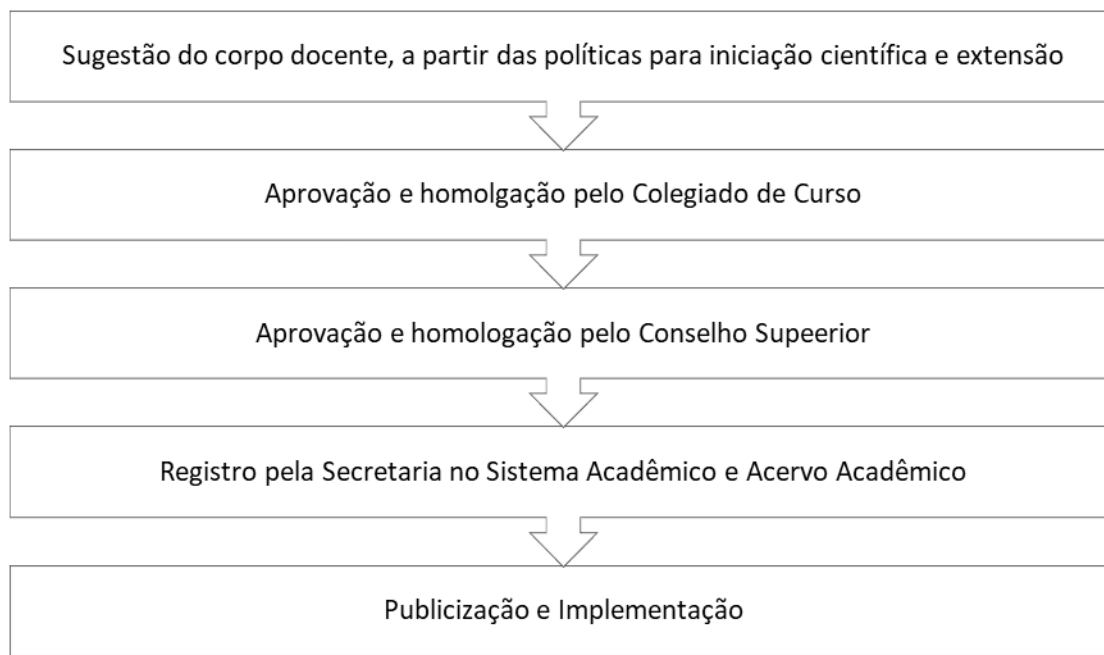
III – APROVAR DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E TRABALHO DE CURSO DE CURSO;



Periodicidade:

- ✓ As diretrizes para o desenvolvimento de estágios supervisionados, atividades complementares e Trabalho de Curso de curso são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

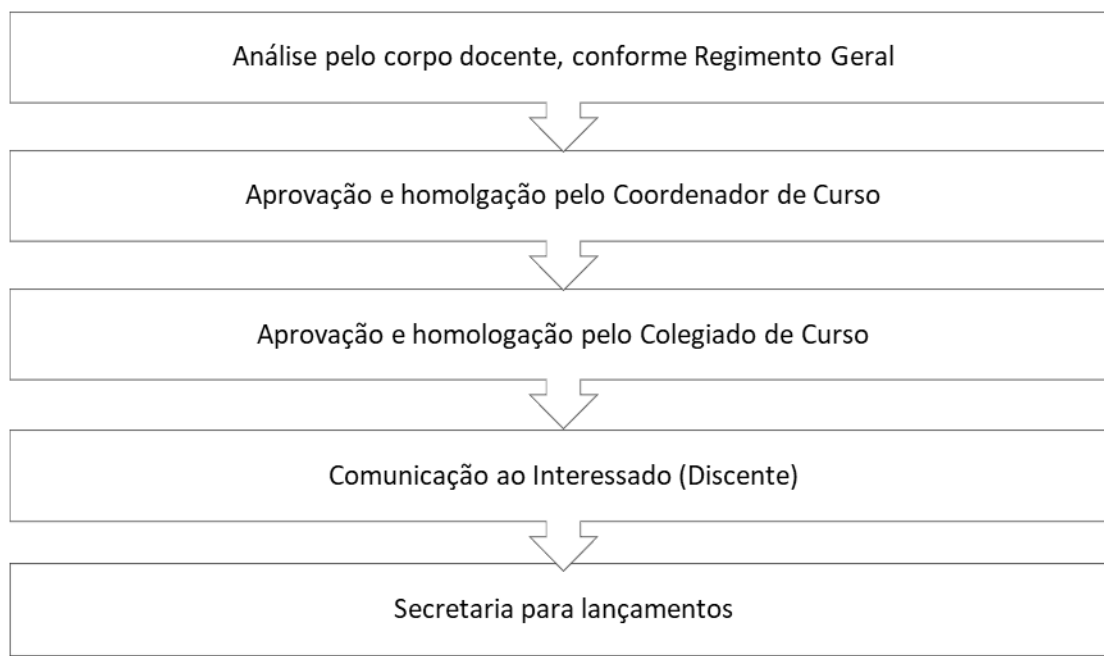
IV – APROVAR OS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO CURSO;



Periodicidade:

- ✓ Os projetos são aprovados a partir das demandas geradas pela instituição para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão.

V – DECIDIR SOBRE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE ADAPTAÇÕES, MEDIANTE REQUERIMENTO DOS INTERESSADOS;



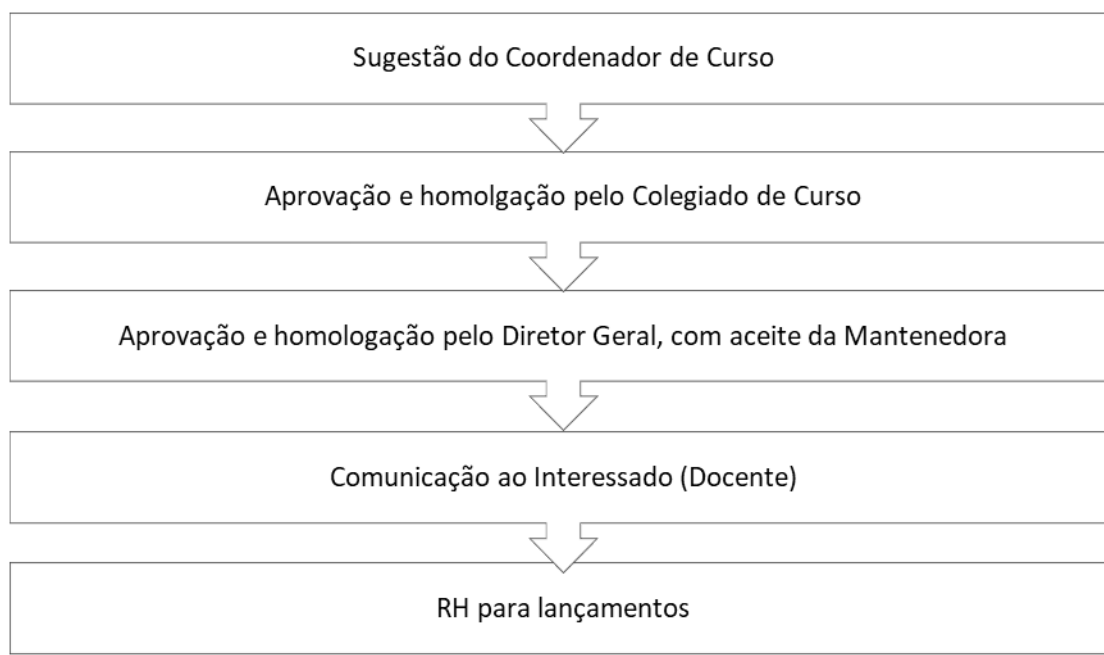
Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda encaminhada a partir da matrícula de alunos.

Observação:

- ✓ O órgão recursal das decisões do Colegiado de Curso é o Conselho Superior.

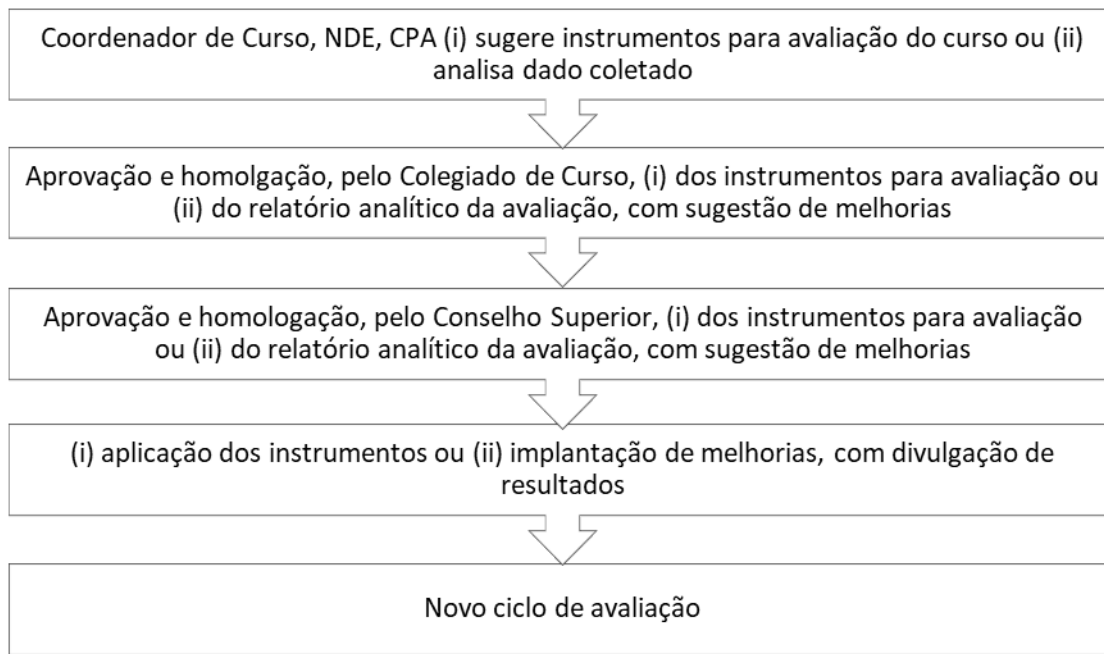
VI – OPINAR SOBRE A CONTRATAÇÃO, PROMOÇÃO, AFASTAMENTO OU DISPENSA DO PESSOAL DOCENTE;



Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda identificada.

VII - PROMOVER A AVALIAÇÃO DO CURSO E COLABORAR COM A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



Periodicidade:

- ✓ Conforme calendário de autoavaliação institucional ou sempre detectada a necessidade de uma avaliação do curso.

VIII – COLABORAR COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DA FCC NO ÂMBITO DE SUA ATUAÇÃO;

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento e normas complementares aprovadas pelo Conselho Superior.

IX – EXERCER AS DEMAIS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ESTATUTO, NO REGIMENTO GERAL OU QUE LHE FOREM DELEGADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS DA FCC

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento e normas complementares aprovadas pelo Conselho Superior.

3.7. Avaliação Periódica sobre seu Desempenho, para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso é realizada semestralmente, por seus integrantes, com o objetivo de implementar ou ajustar práticas de gestão.

São objeto de avaliação, em relação ao desempenho do Colegiado de Curso, os seguintes aspectos:

- a) cumprimento do calendário de reuniões ordinárias;
- b) frequência dos membros do órgão;
- c) dinâmica funcionamento das reuniões;
- d) média de prazo para decidir;
- e) cumprimento das atribuições regimentais.

Cabe ao Coordenador de Curso produzir relatório semestral sobre o desempenho do Colegiado de Curso, considerando os aspectos acima apontados.

Em reunião, o relatório é apresentado ao Colegiado de Curso para discussão e providências. A partir dos resultados obtidos, podem ser adotados ajustes nas práticas de gestão, considerando os pontos críticos verificados na avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso.

Os dados finais são encaminhados para a Diretoria Geral para validação e, se necessária, providências de ajustes demandas.

3.9. Regulamento do Colegiado de Curso

A seguir é apresentando o Regulamento dos Colegiados de Curso.

REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADES

Art.1º. O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes dos Cursos de Graduação da FCC, que será constituído em cada um dos cursos para exercer as atribuições previstas neste Regulamento.

§1º Cada curso constituirá um Colegiado de Curso que deverá se estabelecer conforme as definições deste Regulamento.

§2º O Colegiado de Curso está diretamente subordinado à Coordenação de Curso e à Direção Acadêmica de Unidade/Campus.

§3º Compete ao Colegiado de Curso a condução dos assuntos acadêmicos, o acompanhamento dos processos de autoavaliação institucional, a análise e regulamentação das sugestões do Núcleo de Docente Estruturante (NDE), bem como, quando necessário, do atendimento aos docentes e discentes do curso.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 2º O Colegiado de Curso é constituído:

- I. pelo Coordenador do Curso, como Presidente;
- II. por, no mínimo, 04 (quatro) professores, em exercício efetivo, do corpo docente do curso;
- III. por 01 (um) representante do corpo discente do curso.

Art. 3º Os representantes docentes terão mandato de 02 (dois) anos e serão eleitos por seus pares, sendo permitida a recondução.

Art. 4º O representante discente será eleito por seus pares para mandato de 01 (um) ano, exceto formando.

Art. 5º O Coordenador do Curso será o Presidente nato do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO III - DAS ELEIÇÕES PARA O COLEGIADO DE CURSO

Art. 6º No prazo máximo de 30 (trinta) dias depois de homologado pelo CONSUP, do vencimento de 02 (dois) anos de mandato, para docentes e do vencimento de 01 (um) ano de mandato, deverão ser realizadas as eleições para preenchimento das vagas para titulares e vagas para suplentes que comporão o Colegiado de Curso.

§1º Caberá ao Coordenador de Curso sugerir, no mínimo, três (03) nomes de docentes para compor a comissão interna que realizará as eleições solicitando a emissão de portaria para este fim.

§2º Serão eleitos membros titulares os docentes, 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo e 01 (um) discente mais votado na eleição e suplentes os 02 (dois) subsequentes de cada grupo representado.

§3º Os membros suplentes poderão participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, inclusive com direito a voz, mas não terão direito a voto na tomada das decisões.

§4º Em caso de destituição ou renúncia de algum dos membros titulares eleitos, será convocado o suplente com maior número de votos e, em caso de impedimento deste, o próximo mais votado e assim sucessivamente.

Art. 7º Serão elegíveis para representação docente no Colegiado de Curso todos os docentes lotados no curso, em exercício efetivo, em regime de trabalho de Tempo Parcial (com mínimo de 12 horas) ou integral (40 horas).

Parágrafo Único - Caso o docente se desligar da FCC perderá sua função de membro do Colegiado, sendo substituído pelo suplente.

Art. 8º Poderão votar nas eleições do Colegiado de Curso, para representação docente, todos os professores que estejam lotados no curso, independente do regime de trabalho ou tempo de atividade.

Art. 9º Serão elegíveis para representação discente no Colegiado de Curso todos os estudantes regularmente matriculados no curso, com exceção dos alunos formandos.

Parágrafo único - Caso o discente eleito se desligue do curso durante seu mandato automaticamente perderá sua função de membro do Colegiado sendo substituído pelo seu suplente.

Art. 10º Poderão votar nas eleições do Colegiado de Curso, para representação discente, todos os estudantes que estejam regularmente matriculados.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 11º São atribuições do Colegiado de Curso:

definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito de cada curso em conformidade com o PDI da IES.

- I. propor expansão e modificação do curso;
- II. avaliar e aprovar as proposições de atualização do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, encaminhadas pelo NDE;
- III. analisar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa e extensão para cada curso de acordo com as políticas da IES e do PPC;
- IV. analisar e aprovar os Planos de Ensino das unidades curriculares, propondo alterações, quando necessário;
- V. propor ao Núcleo de Estágio e Carreira e ao Núcleo de Extensão e Pesquisa e/ou Direção Acadêmica de Unidade/Campus o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com empresas, órgãos públicos ou privados e/ou instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
- VI. apresentar propostas de atividades extracurriculares necessárias para o bom funcionamento do curso;
- VII. apresentar lista das unidades curriculares ofertadas por semestre;
- VIII. avaliar a produção acadêmica dos docentes;
- IX. avaliar semestralmente, em reunião específica, a execução dos Planos de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão propostos pela Coordenação de Curso e Direção Acadêmica de Unidade/Campus;
- X. propor alterações nos currículos dos cursos, quando for o caso;

- XI. examinar e responder quando possível as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, cuja solução transcenda as suas atribuições.

. CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO COLEGIADO

- I. convocar e presidir as reuniões;
- II. representar o Colegiado junto aos demais órgãos da FCC;
- III. designar relator ou comissão para estudo de assunto a ser apreciado pelo Colegiado, quando for o caso, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- IV. promover a integração com os Colegiados dos demais cursos;
- V. dar voto de qualidade, nos casos de empate, nas decisões do Colegiado;

Parágrafo Único - na ausência do Coordenador de Curso, a presidência do Colegiado será exercida por um docente indicado por ele.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior (CONSUP) da FCC.

Art. 13º O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior da FCC.

ANEXO ÚNICO

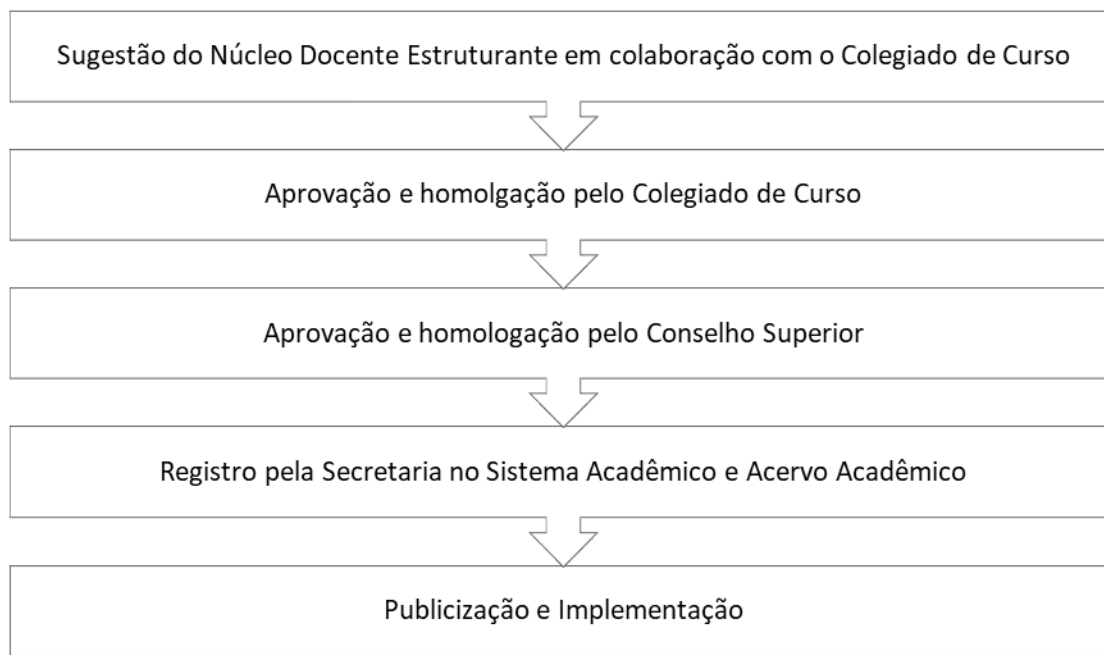
FLUXOS PARA O ENCAMINHAMENTO DAS DECISÕES

O fluxo decisório nas reuniões do Colegiado de Curso terá como base as seguintes orientações:

- a) A pauta da reunião deverá ser informada em até 48 horas antes da mesma pelo presidente do Colegiado de Curso, sendo que as sugestões de temas a serem discutidos podem ser feitas pelo presidente ou qualquer outro membro do órgão;
- b) Exposto os temas da pauta, cada item deve ser descrito especificamente, refletido, arguido pelos membros presentes e decidido ou demandar ação complementar;
- c) A elaboração de documentos, realização de estudos, preparação de materiais, acompanhamento das ações decorrentes as decisões e/ou execução de tarefas terá a designação de um responsável pela atividade e estabelecido um prazo de entrega;
- d) Na reunião posterior, os assuntos pendentes ou que precisavam de complementação serão retomados na discussão para finalização;
- e) O Colegiado de Curso analisará os resultados das decisões tomadas e avaliará necessidades de mudança, caso necessário.

Para o encaminhamento das decisões são estabelecidos fluxos específicos a partir das competências do Colegiado de Curso que se traduzem nos esquemas apresentados a seguir.

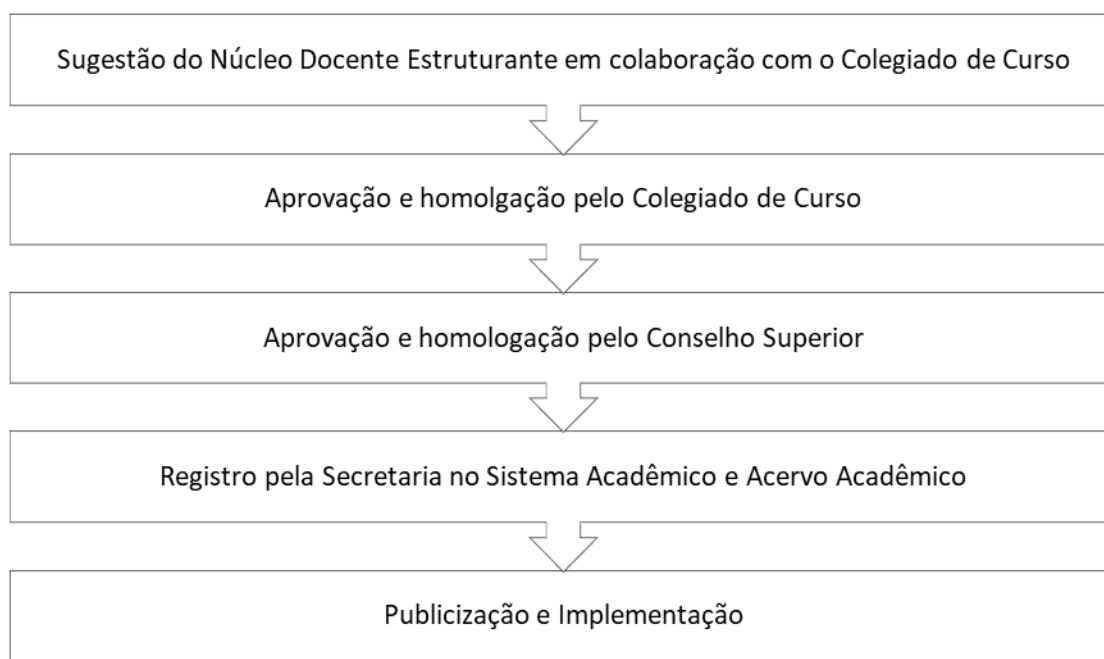
I – FIXAR O PERFIL DO CURSO E AS DIRETRIZES GERAIS DAS DISCIPLINAS, COM SUAS EMENTAS E RESPECTIVOS PLANOS DE ENSINO;



Periodicidade:

- ✓ O perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso.
- ✓ Os planos de ensino são aprovados semestralmente, a partir do encaminhamento dos professores responsáveis ao Núcleo Docente Estruturante que analisa e encaminha ao Colegiado de Curso.

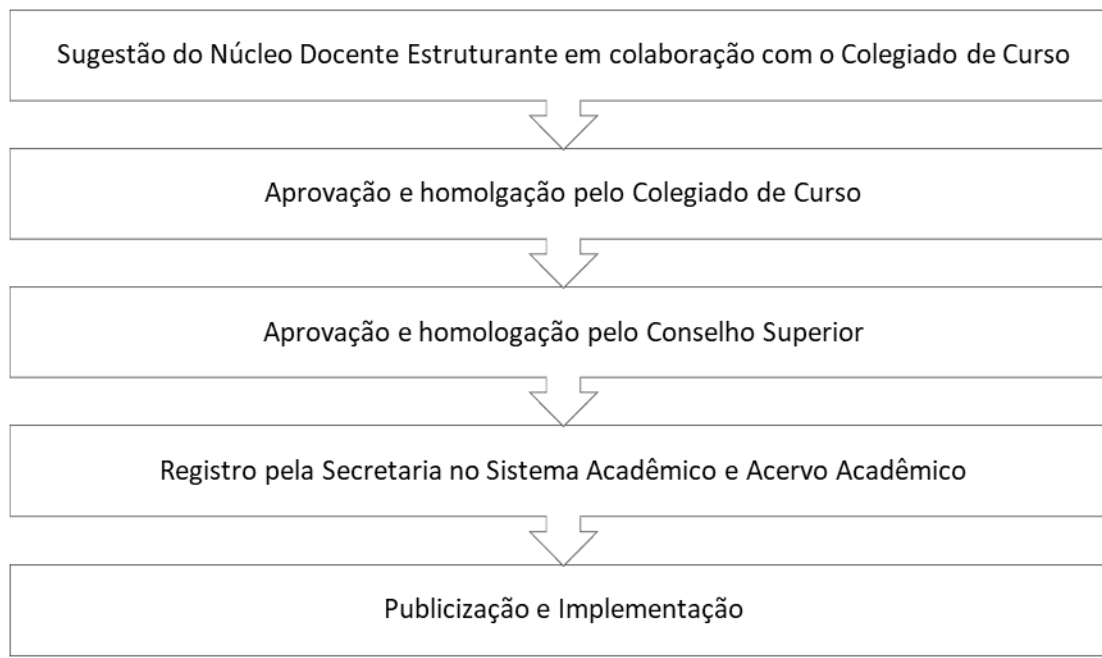
II – DELIBERAR SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO E SUAS ALTERAÇÕES COM A INDICAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVA CARGA HORÁRIA, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES EMANADAS DO PODER PÚBLICO, E CONFORME SUGESTÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE;



Periodicidade:

- ✓ A matriz curricular do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

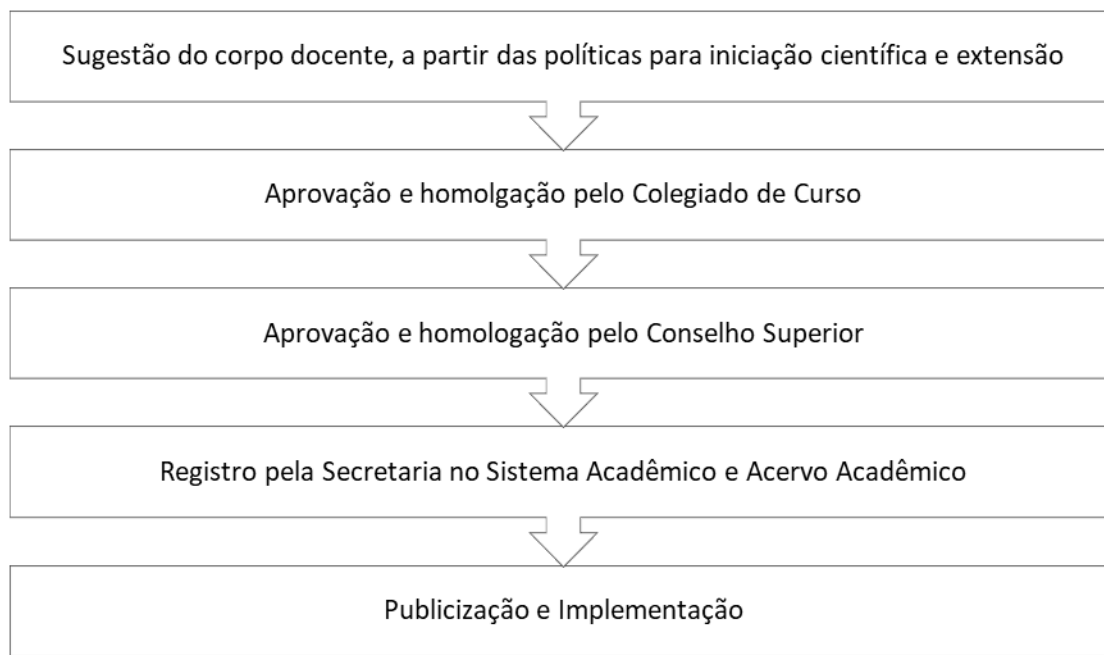
III – APROVAR DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E TRABALHO DE CURSO DE CURSO;



Periodicidade:

- ✓ As diretrizes para o desenvolvimento de estágios supervisionados, atividades complementares e Trabalho de Curso de curso são aprovadas conforme mudança na orientação do Projeto Pedagógico do Curso, decorrente de alteração nas diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, resultados de avaliações externas do curso que exijam a sua readequação, identificação por parte do NDE de atendimento a demandas não contempladas inicialmente na matriz vigente.

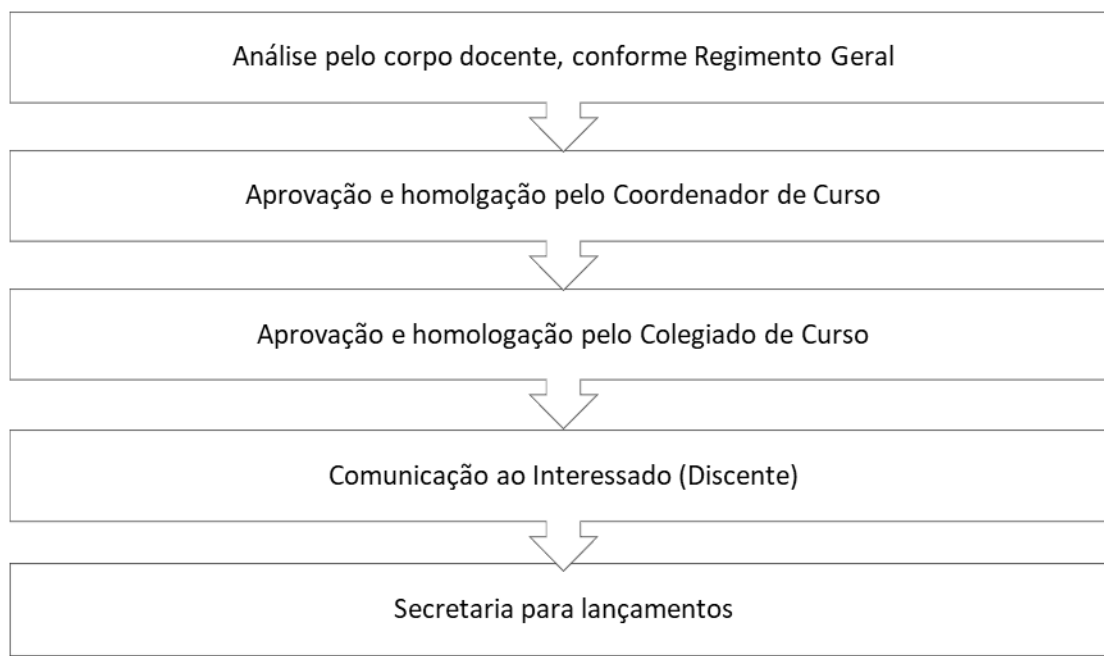
IV – APROVAR OS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO CURSO;



Periodicidade:

- ✓ Os projetos são aprovados a partir das demandas geradas pela instituição para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão.

V – DECIDIR SOBRE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE ADAPTAÇÕES, MEDIANTE REQUERIMENTO DOS INTERESSADOS;



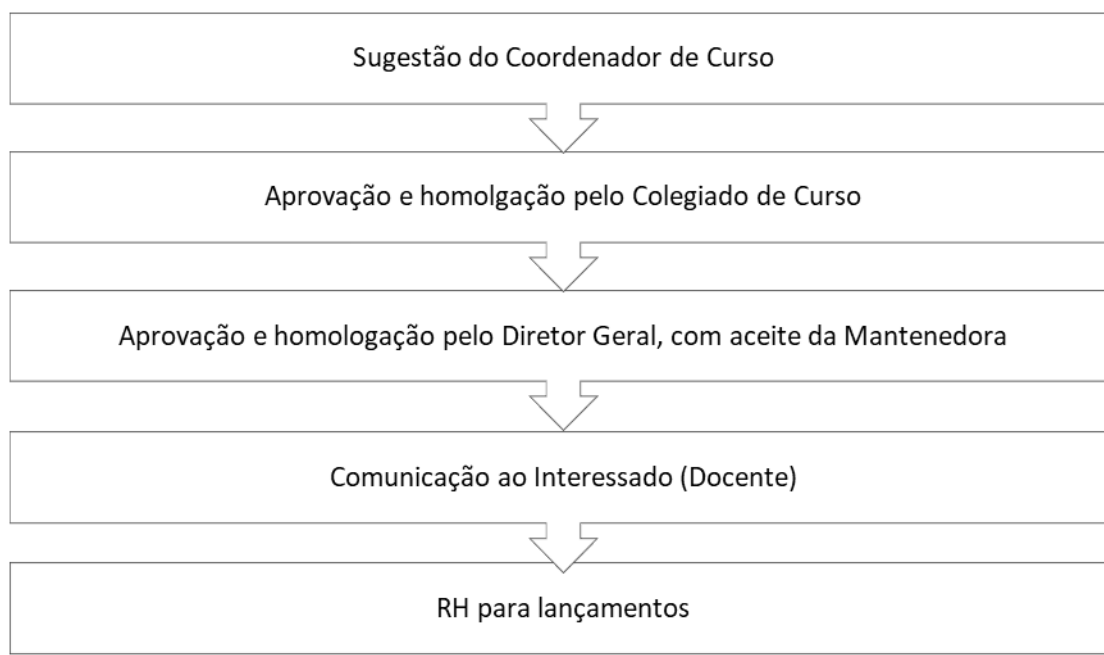
Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda encaminhada a partir da matrícula de alunos.

Observação:

- ✓ O órgão recursal das decisões do Colegiado de Curso é o Conselho Superior.

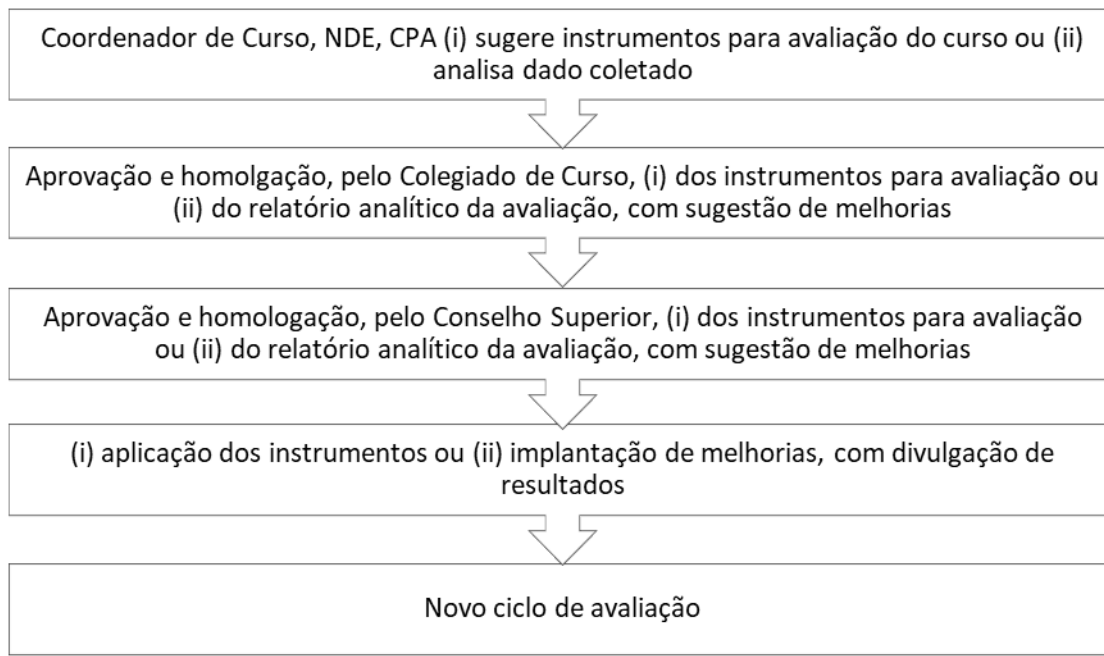
VI – OPINAR SOBRE A CONTRATAÇÃO, PROMOÇÃO, AFASTAMENTO OU DISPENSA DO PESSOAL DOCENTE;



Periodicidade:

- ✓ Conforme demanda identificada.

VII - PROMOVER A AVALIAÇÃO DO CURSO E COLABORAR COM A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



Periodicidade:

- ✓ Conforme calendário de autoavaliação institucional ou sempre detectada a necessidade de uma avaliação do curso.

VIII – COLABORAR COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DA FCC NO ÂMBITO DE SUA ATUAÇÃO;

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento Geral e normas complementares aprovadas pelo Conselho Superior.

IX – EXERCER AS DEMAIS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO ESTATUTO, NO REGIMENTO GERAL OU QUE LHE FOREM DELEGADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS DA FCC

O fluxo decorrente dessa competência ocorrerá caso a caso, sempre observando o Regimento e normas complementares aprovadas pelo Conselho SUPERIOR.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA SOBRE O DESEMPENHO DO COLEGIADO DO CURSO, PARA IMPLEMENTAÇÃO OU AJUSTE DE PRÁTICAS DE GESTÃO

A avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso será realizada semestralmente, por seus integrantes, com o objetivo de implementar ou ajustar práticas de gestão.

Serão objeto de avaliação, em relação ao desempenho do Colegiado de Curso, os seguintes aspectos:

- a) cumprimento do calendário de reuniões ordinárias;
- b) frequência dos membros do órgão;
- c) dinâmica funcionamento das reuniões;
- d) média de prazo para decidir;
- e) cumprimento das atribuições regimentais.

Caberá ao Coordenador de Curso produzir relatório semestral sobre o desempenho do Colegiado de Curso, considerando os aspectos acima apontados.

Em reunião, o relatório será apresentado ao Colegiado de Curso para discussão e providências. A partir dos resultados obtidos, poderão ser adotados ajustes nas práticas de gestão, considerando os pontos críticos verificados na avaliação sobre o desempenho do Colegiado de Curso.

Os dados finais serão encaminhados para a Diretoria Geral para validação e, se necessária, providências de ajustes demandas.

4. CORPO DOCENTE

4.1. Titulação

O corpo docente Curso de Graduação em Direito é integrado por 14 professores, sendo 02 doutores e 10 mestres e 2 especialistas.

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE	PERCENTUAL %
Doutorado	02	14,28
Mestrado	10	71,42
Especialista	02	14,28
TOTAL	14	100%

O percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é igual a 71,42%.

A formação acadêmica dos professores revela a constituição de um corpo docente com capacidade para:

- Analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente;
- Fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- Proporcionar o acesso à conteúdos de pesquisa, relacionando-os aos objetivos dos componentes curriculares e ao perfil do egresso;
- Incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de iniciação científica e da publicação.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal do corpo docente, seguida da titulação máxima (nível).

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	
PROFESSOR	TITULAÇÃO MÁXIMA
ADRIANA DE AVIZ	MESTRADO
AYVÂNIA ALVES PINTO	DOUTORADO
CAIO CESAR DA SILVA REBELO	MESTRADO
DIONISIO E SOUSA GOMES	ESPECIALISTA
GABRIEL DE QUEIROZ COLARES	ESPECIALISTA
IVAN GUILHERME DE LA ROCQUE PINHO	DOUTORADO
JACIEL DE MORAES PAPALEO PAES	MESTRADO
JOMAR NASCIMENTO NEVES	MESTRADO
LEANDRO MORAES DO ESPIRITO SANTO	MESTRADO
LUCAS MORGADO DOS SANTOS	MESTRADO
MARCIA VALERIA DE MELO E SILVA ROLO	MESTRADO
PAULO VICTOR AZEVEDO CARVALHO	MESTRADO

RAYSA ANTONIA ALVES ALVES	MESTRADO
TAYANA DE SOUZA BORDALO	MESTRADO

4.2. Experiência Profissional

A experiência profissional do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula, uma vez que os docentes possuem capacidade para:

- Apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes componentes curriculares em relação ao fazer profissional;
- Atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática;
- Promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- Analisar as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso, considerando o conteúdo abordado e a profissão.

No quadro a seguir é apresentado o tempo de experiência profissional do corpo docente do Curso Graduação em Direito.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
PROFESSOR	TEMPO (EM ANOS)
Adriana de Aviz	15 Anos
Ayvânia Alves Pinto	31 anos
Caio Cesar da Silva Rebelo	3 Anos
Dionisio e Sousa Gomes	14 Anos
Gabriel de Queiroz Colares	3 Anos e 8 Meses
Ivan Guilherme de La Rocque Pinho	30 Anos
Jaciel de Moraes Papaleo Paes	41 Anos
Jomar Nascimento Neves	43 Anos
Leandro Moraes do Espirito Santo	12 Anos
Lucas Morgado dos Santos	5 Anos
Marcia Valeria de Melo e Silva Rolo	30 anos
Paulo Victor Azevedo Carvalho	5 Anos
Raysa Antonia Alves Alves	5 Anos
Tayana de Souza Bordalo	4 Anos

4.3. Experiência no Exercício da Docência Superior

A experiência no exercício da docência superior do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula, uma vez que os docentes possuem capacidade para:

- Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;

- Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades.

No quadro a seguir é apresentado o tempo de experiência no exercício da docência superior do corpo docente do Curso do Curso Graduação em Direito.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	
PROFESSOR	TEMPO (EM ANOS)
Adriana de Aviz	18 Anos
Ayvânia Alves Pinto	17 Anos
Caio Cesar da Silva Rebelo	1 Anos e 6 Meses
Dionisio e Sousa Gomes	3 Anos e 6 Meses
Gabriel de Queiroz Colares	1 Ano e 6 Meses
Ivan Guilherme de La Rocque Pinho	8 Meses
Jaciel de Moraes Papaleo Paes	23 Anos
Jomar Nascimento Neves	20 Anos
Leandro Moraes do Espirito Santo	9 Anos
Lucas Morgado dos Santos	3 Anos
Marcia Valeria de Melo e Silva Rolo	29 anos
Paulo Victor Azevedo Carvalho	3 Anos e 7 Meses
Raysa Antonia Alves Alves	4 anos
Tayana de Souza Bordalo	2 Anos

4.4. Regime de Trabalho

O corpo docente do Curso de Graduação em Direito é integrado por 14 professores, sendo 02 contratados em regime de tempo integral, 02 em regime parcial e 10 horistas.

CORPO DOCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO		
REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL %
Tempo Integral	2	14,28
Tempo Parcial	2	14,28
Horista	10	71,42
TOTAL	14	100%

O percentual do corpo docente com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é de 28,56%.

O regime de trabalho dos docentes possibilita o atendimento integral da demanda, considerando: a dedicação à docência; o atendimento aos discentes (orientações didático-pedagógicas, outras orientações grupos de estudo etc.); a participação no órgão colegiado do curso e nos demais órgãos de gestão acadêmica; o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Há documentação descritiva sobre as atividades individuais dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

4.5. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Os professores do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresentaram nos últimos 03 (três) anos produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

As comprovações estão organizadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da instituição e estarão à disposição da comissão verificadora para apreciação in loco

A FCC oferece as condições necessárias ao desenvolvimento da investigação científica e à inovação tecnológica, inclusive com participação de alunos. As atividades são desenvolvidas promovendo ações que proporcionam contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

INFRAESTRUTURA

1. ESPAÇO FÍSICO

1.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Além disso, as instalações possuem recursos para internet e equipamentos de informática para uso dos colaboradores.

Vale destacar que há um plano de avaliação e conservação de todos os espaços da FCC.

Atualmente, as instalações administrativas da FCC são:

Quant.	Ambiente
01	Sala da Direção
01	Financeiro
01	Secretaria Acadêmica
01	Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

01	TI
10	Coordenações de Cursos Presenciais

1.2. Salas de Aula

As salas de aula contemplam os cursos ofertados pela IES. As mesmas estão equipadas com cadeiras para destros e canhotos, carteiras para obesos, mesa e cadeira para o professor, lousas, data shows e acesso à internet.

A Instituição possui, atualmente, 10 salas de aula que possuem, em média, uma dimensão de 50m² a 60m².

Todas as salas cumprem os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiências (PcD), há elevador para locomoção nos demais andares, assim como a escala.

As salas de aula estão equipadas com recursos tecnológicos diferenciados e adequados as atividades previstas em seus espaços, cuja utilização é comprovadamente exitosa. Dessa forma, foram alocados microcomputadores e projetores em todas as salas. Há disponibilidade de conexão à internet via wi-fi para os Discentes e Discentes, os computadores das salas de aulas possuem cabo de rede.

As salas de aula apresentam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.3. Auditório

O auditório está equipado com recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência. O espaço tem capacidade para 70 lugares.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.4. Espaço de Trabalho para Professores

1.4.1. Sala Coletiva de Professores

A Sala de professores da FCC é ampla, possui conforto térmico e mobiliário adequado.

Assim, na FCC há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;

- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

A sala de professores atende às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades propostas, viabilizando o trabalho docente. Permite descanso e atividades de lazer e integração. Dispõe de apoio técnico administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

A sala de professores cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiências PcD.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.4.2. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral atendem às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico. Estão equipados com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados. Os espaços garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança. As cabines do Docente Integral ficam no Centro de Apoio ao Estudante (CAE).

A FCC apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.5. Espaço de Trabalho para Coordenadores de Curso

O espaço de trabalho para os Coordenadores de Curso atende às necessidades institucionais, viabilizando ações acadêmico-administrativas e permitindo o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade. A Cabine da Coordenação de Curso, tem mesa, armário e impressora, computador

O espaço é dotado de equipamentos adequados e de infraestrutura tecnológica diferenciada, para possibilitar formas distintas de trabalho e cumpre os requisitos de acessibilidade, garantindo o acesso sem restrições de pessoas com deficiências PcD.

A Instituição possui em funcionamento o elevador, cumprindo com o requisito de deslocamento e acessibilidade para a sala da Coordenação, ou por meio da escada.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.6. Espaços para Atendimento aos Discentes

Há vários espaços para atendimento aos discentes na FCC e todos atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.7. Espaços de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivências e de alimentação atendem as necessidades institucionais considerando uma análise sistêmica e global, dos aspectos relacionados a quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. São adequados às atividades, acessibilidade, com dimensões necessárias para a integração entre os membros da comunidade acadêmica.

O espaço de convencia na FCC é a:

- a) Cantina

Todos os espaços disponibilizam acesso à internet e tem plena acessibilidade.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.8. Salas de Apoio de Informática

As salas de apoio de informática atendem às necessidades institucionais e dos cursos, considerando o espaço físico, a acessibilidade e as condições ergonômicas.

São disponibilizados equipamentos em quantidade adequada ao uso projetado. Há disponibilidade de conexão estável e veloz à internet em todos os equipamentos.

Os hardwares e os softwares estão atualizados frente as necessidades da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) e possuem contrato vigente para atualização permanente. Passarão por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

Entre os recursos de informática inovadores disponíveis pode-se citar os softwares como o TEAMS, previstos neste PDI.

Assim como o espaço, os equipamentos garantem a acessibilidade de pessoas com deficiências PCD, incluindo recursos tecnológicos transformadores, tais como teclado em Braille, fones de ouvido e softwares específicos.

Foram criadas normas de segurança, disponíveis em local de fácil visibilidade nas salas.

Os serviços e o suporte são realizados por um técnico responsável pelas atividades das salas de apoio de informática, que atende em todos os horários de funcionamento das mesmas.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no item “1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.9. Biblioteca

A biblioteca tem fácil acesso, possui acessibilidade para atendimento de pessoas com deficiências (PcD), dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto salas de estudo individual. Vale destacar também os terminais de computadores para acesso a Biblioteca Virtual.

A Biblioteca se enquadra, nesta perspectiva, como rede de conteúdo, disponibilizando informação e aproximação de pessoas ou instituições envolvidas na geração, produção, organização e no compartilhamento de conhecimento. A informação é percebida como fator estruturante da sociedade e insumo básico da produção intelectual, cultural e econômica.

A FCC contém a Biblioteca Virtual: A Biblioteca Digital Saraiva (BDS) é uma plataforma digital que disponibiliza diversas obras voltadas para Instituições de Ensino Superior e Técnico, apoiando estratégias de ensino, além de Órgãos Públicos e Entidades de Classe, com conteúdo de qualidade e atualizados.

O acervo da Biblioteca é composto de livros, periódicos, multimídia e revistas eletrônicas, no que tange a Periódicos Especializados, o acervo conta com vários títulos disponibilizados na forma digital.

Todo o empréstimo pode ser feito por meio do sistema acadêmico no canal do Aluno e é utilizado o software Sistema Acadêmico. O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FCC e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato. Para o aluno

ou funcionário, é permitida a retirada simultânea de até 3 livros pelo prazo de 7 dias. Para professores, é permitida a retirada de 5 livros.

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada pelo Software da Biblioteca Digital Saraiva. A classificação adotada é a CDD – Classificação Decimal Dewey, sendo que, para a notação de autor, é utilizada a tabela de Cutter.

A Biblioteca dispõe de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PERIÓDICO/REVISTA	DISPONIBILIZAÇÃO	ACESSO
Horizontes antropológicos (UFRGS)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site institucional FCC

Revista sociedade e estado	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site institucional FCC
Contemporânea- Revista de Sociologia da UFSCar-	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site institucional FCC
Semina: Ciências Sociais e Humanas (UEL)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site institucional FCC
(Revista Brasileira de Sociologia do Direito	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site institucional FCC
Tempo Social- Revista de Sociologia da USP	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Científica Virtual da ESA (OAB/SP)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista eletrônica Consultor Jurídico	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista DIREITO GV	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Diálogos Acadêmicos	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista da EMERJ	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
A Expressa Extensão	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista da Faculdade de Direito da UFG	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista da Faculdade Mineira de Direito	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista do Instituto do Direito Brasileiro	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista da Faculdade de Direito UFPR	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Bioética (CFM)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Argumentum	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Lua Nova: revista de cultura e política	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Brasileira de Ciência Política (UNB)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista de Direito, Estado e Telecomunicações (UNB)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Eletrônica do Direito Público (UEL)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Perspectivas em Políticas Públicas (PPP)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Eletrônica Direito e Política (Univale)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista de Políticas Públicas	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC

Jurídica		
Prisma Jurídico (Uninove)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Civitas – Revista de Ciências Sociais	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Brasileira de Ciências sociais -ANPOCS	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista de Direitos e Garantias Fundamentais.	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Científica Scientia Iuris (UEL)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Economia e Sociedade (UNICAMP)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (IBDH)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Ética e Filosofia Política Universidade Federal Juiz de Fora	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Filogênese (Unesp)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Kriterion (UFMG)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Scientiae Studia (USP)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Brasileira de Filosofia do Direito	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
História (São Paulo)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Cadernos de História (PUC Minas)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Estudos Históricos	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Varia Historia (UFMG)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Anais do Museu Paulista (USP)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Afro-Ásia (UFBA)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Informação Legislativa (Senado Federal)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Psicologia & Sociedade	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Psicologia Argumento	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Contexto Internacional (PUC/RJ)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC

Revista Brasileira de Política Internacional	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
A Revista Acadêmica de Relações Internacionais (RARI)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Sequência (Florianópolis)	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC
Revista Reflexão e Crítica do Direito	Acesso Livre – Gerenciado pelo site da IES	Site Institucional FCC

1.10. Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A Sala da CPA possui um armário, mesa redonda de reuniões, cadeiras, computador, ar-condicionado, tendo espaço suficiente que permite um trabalho sigiloso e isento dos participantes, onde é feita a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos inovadores. Há acessibilidade plena.

Vale destacar que são disponibilizados recursos de internet e há o auxílio do Núcleo de TI que busca inovações em termos de softwares e outros meios para o trabalho do grupo.

1.11. Instalações Sanitárias

A FCC disponibiliza instalações sanitárias que atendem plenamente às necessidades institucionais no que diz respeito às condições de higiene, limpeza, segurança e um banheiro no Térreo do prédio com acessibilidade de pessoas com deficiências PCD.

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) apresenta plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, descritos no item “1.2. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial” deste PPC.

1.12. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) implantou a avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento como instituição de ensino superior.

O objetivo é garantir a constante adequação, em termos quantitativos e qualitativos, dos diversos espaços destinados ao funcionamento da FCC.

Para tanto, a IES, por meio da Comissão Própria de Avaliação, aplica, anualmente, questionários dirigidos a comunidade acadêmica, que visam avaliar a infraestrutura institucional.

A avaliação consiste, basicamente, em uma análise que considera os seguintes aspectos:

- a) avaliar o quantitativo de espaços versus o número de usuários;

- b) avaliar as dimensões dos espaços considerando o seu uso, serviços oferecidos e o número de usuários;
- c) avaliar os espaços em termos de climatização, iluminação, acústica;
- d) avaliar os espaços em termos de mobiliário e equipamentos disponíveis;
- e) avaliar os espaços em termos de limpeza.

São utilizados, ainda, quando for o caso, as respostas estudantis ao questionário do ENADE, particularmente as respostas aos seguintes itens do Questionário Socioeconômico:

- Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projektor multimídia, laboratório de informática)?
- A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico?
- As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas?
- Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes?
- Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso?
- A instituição dispôs de cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários?

A partir dos resultados obtidos, a FCC implanta estratégias que visem adequar, em termos quantitativos e qualitativos, os diversos espaços destinados ao seu funcionamento.

Além disso, no processo de avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento, a FCC pode contar com a participação de consultores externos especializados para analisar suas condições e sugerir medidas de ampliação, reformulação e/ou atualização dos espaços, considerando os aspectos já citados.

No tocante ao gerenciamento da manutenção patrimonial, a manutenção e conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da FCC ou por meio de contratos firmados com empresas especializadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- Preceder reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços, instalações e equipamentos próprios para o uso;
- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de

construção da instituição.

2. EQUIPAMENTOS

2.1. Acesso dos Alunos Equipamentos de Informática

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores e alunos dentro e extra horáriode aula, podendo também ser reservado o serviço com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

Há 01 laboratório de informática na FCC destinado ao uso em aulas práticas (conforme tabela de horários disponibilizada em cada semestre) e destinado aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes é sempre acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidadesinstrucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática é sempre realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes

2.2. Rede de Comunicação Científica (Internet)

Todos os equipamentos de informática da IES estão interligados em rede e possuem acesso à internet.

Além disso, a FCC dispõe de acesso à rede sem fio em todos os seus espaços, o que amplia a capacidade de acesso de sua comunidade acadêmica.

2.3. Recursos Audiovisuais e Multimídia

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) disponibiliza recursos audiovisuais e multimídia que podem ser utilizados pela comunidade acadêmica.

2.4. Plano de Expansão, Atualização e Manutenção dos Equipamentos

Há que se destacar que este documento será constituído como adendo ao PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional que se iniciou no ano de 2020 e findará em 2024 (fim doquinquênio).

Da mesma forma, este documento deverá ser prioritário para a concepção do Planejamento Orçamentário para as atividades na FCC e abrange os seguintes componentes e recursos:

- ⇒ Infraestrutura de Tecnologia da Informação para o âmbito administrativo (Hardware, Softwares, Redes, Sistemas Operacionais e Processos);
- ⇒ Infraestrutura de Tecnologia da Informação para o âmbito pedagógico (Hardware, Softwares, Inovações Tecnológicas no âmbito pedagógico, Processos).

1.1. Metas no âmbito administrativo

RECURSOS	AÇÃO	ÓRGÃO (S) RESPONSÁVEL (EIS)
Microcomputadores -	- Troca de todos os microcomputadores dos setores administrativos	- TI - Direção Administrativo Financeira
Impressoras	- Terceirização dos serviços de reprografia no âmbito administrativo	- Direção Administrativo Financeira
Equipamentos de Comunicação Interna e Externa	- Implementação de forma alternativas de comunicação interna e externa a partir do site institucional (Chats e Formulários) e de dispositivos móveis (What's app e Apps constituídos para a própria FCC)	- Núcleo de Comunicação e Marketing - TI - Direção - Administrativo Financeira
Sistema Acadêmico e Administrativo interligados (ERPs)	- Aquisição e Implementação de um sistema ERP para a gestão acadêmico-administrativo-financeira	- TI - Direção - Administrativo Financeira
Servidores	- Aquisição de novos servidores para ajuste, armazenamento e proteção de dados	- TI - Direção - Administrativo Financeira

Equipamentos de Comunicação Interna e Externa	- Implementação de forma alternativas de comunicação interna e externa a partir do site institucional (Chats e Formulários) e de dispositivos móveis (What's app e Apps constituídos para a própria FCC) - Uso de Apps para uso didático	- Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica - Direção Acadêmica
Site Institucional	- Criação de Blogs de cada um dos cursos para divulgação de eventos e troca de informações	- Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica - TI
Telas de divulgação	- Aquisição e Disponibilização sistemática de Televisores (Telas) na Cantina e na área de convivência da FCC para divulgação de Eventos e informações	- Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica - TI
Totens de Consulta e Ajuste Acadêmico	- Aquisição e disponibilização de totens de consulta acadêmica na área de convivência da FCC.	- TI - Direção Administrativo Financeira
Biblioteca Digital	Aquisição e Implementação da Biblioteca Virtual Pearson	- Direção Administrativo - Acadêmica
Notebooks e projetos	Aquisição gradativa de notebooks e projetores para a disponibilização FIXA em cada uma das salas de aula	- Prefeitura do Campus - Diretoria de Infraestrutura - Direção Administrativo Financeira

1.1. Metas no âmbito acadêmico-pedagógico

RECURSOS	AÇÃO	ÓRGÃO (S) RESPONSÁVEL (EIS)
Microcomputadores	- Troca de todos os microcomputadores dos Laboratórios de Informática por padrão da nova geração de microprocessadores (i5) - Troca de todas as bancadas por mobiliário ergonômico	- Coordenação Geral dos Laboratórios Didáticos - Coordenação dos Laboratórios de Informática - Direção Administrativo-Financeira
Setor de Reprografia e Digitalização	- Terceirização dos serviços de reprografia para uso dos acadêmicos.	- Direção Administrativo Financeira

□

Técnicos de Informática	- Contratação de assistentes de informática para os Laboratórios de Informática e assistência as aulas	- TI - Direção Administrativo Financeira
Internet	- Aquisição de mais um plano para dividir os laboratórios de informática e o sistema wi-fi de uso irrestrito	- TI - Direção Administrativo Financeira
Componentes De Informática	- Aquisição e estocagem de componentes de baixa durabilidade e alto índice de troca (Fontes, Mouse, Teclados, Placas diversas)	- TI Direção Administrativo Financeira

O Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos goza de orçamento disponível, conforme previsto no plano de despesas anuais e o plano de aplicação de recursos. E, havendo necessidades extraordinárias, como dano em equipamento de força maior, existe previsão contingencial orçamentária para a realização de melhorias das bases tecnológicas, incluindo-se a aquisição de novos materiais para reposição ou aumento de equipamentos.

A cada ano é realizada a projeção de investimento para o ano seguinte visando à expansão, à manutenção e à atualização tecnológica dos equipamentos.

Todo a expansão dos equipamentos deve ser aprovada pela Direção da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), a partir de demandas encaminhadas pelo Setor de Tecnologia de Informática. As demandas devem identificar e definir as configurações de hardwares e softwares necessárias e/ou características dos equipamentos audiovisuais e multimídias.

As ações associadas a correções do atual Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos é realizada sempre em conjunto com o Conselho Superior (CONSUP) da FCC, como por exemplo aquisição não programada de determinados equipamentos, ou ainda a melhoria deste Plano. Havendo necessidades extraordinárias, a mudança do plano ou aquisição de novos itens será realizada com base na previsão contingencial orçamentária, dependendo de aprovação da Diretoria.

O presente Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos pode sofrer correções a despeito de contingências e também pelas avaliações realizadas nos setores, entre as quais são destaques as avaliações da Comissão Própria de Avaliação e também a avaliação promovida pela gestão administrativa da Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) atua fornecendo indicadores que validem a necessidade de aquisição de equipamentos no quantitativo proposto, assim como poderá apresentar elementos para minorá-los ou majorá-los.

A gestão da IES também avaliará, via equipe de manutenção, a necessidade do grau de manutenção a ser realizado nos equipamentos e, seguindo pelo uso, a necessidade de maior aquisição ao proposto no Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos.

Portanto as ações de correção do presente Plano de Expansão, Manutenção e Atualização dos Equipamentos estão direcionadas para as avaliações realizadas pela CPA e também pela gestão da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC)

3. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação da FCC asseguram a execução dos objetivos institucionais e viabilizam as ações acadêmico- administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

As TIC desenvolvidas pela IES garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interação e a colaboração entre acadêmicos, professores de disciplinas, coordenador do curso, técnico-administrativos, assim como entre os próprios acadêmicos, para poderem fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, encontram-se:

AVA: conjunto de elementos tecnológicos capazes de potencializar a construção de conhecimento através da interação e interatividade – assíncronas e síncronas – entre acadêmicos e formadores envolvidos no processo de ensinar e aprender, sem a necessidade de dividirem os mesmos espaços geográficos. A plataforma também pode ser utilizada por acadêmicos com deficiência, tendo o auxílio de programas de leitura – a exemplo do VLIBRAS –, garantindo o acesso aos documentos para leitura (exceto documentos de imagens), bem como recursos de páginas responsivas e adaptativas a seus dispositivos, está proposta é futura.

Atendimento On-line: é uma ferramenta síncrona, que permite a conversa em tempo real entre os acadêmicos e o professor da disciplina. O canal de comunicação possibilita aos acadêmicos esclarecerem dúvidas pedagógicas. Ainda, podem agendar um bate-papo, que permite a interação virtual, em temporeal, a respeito de um assunto de interesse relacionado ao curso e/ou disciplina específica.

Atendimento de contato por mensagens: é o espaço em que o acadêmico registra suas experiências ao longo do curso e esclarece dúvidas pedagógicas e administrativas.

Atendimento por protocolo: é um canal de comunicação utilizado pelo acadêmico para solicitar um atendimento específico aos diferentes setores.

Fórum: oportuniza momentos de discussão, com o objetivo de construir uma maior solidez teórica sobre os temas abordados nas disciplinas do curso. O fórum pode ser considerado o espaço privilegiado da disciplina e/ou curso, pois permite a ampliação do conhecimento por meio de leituras, promove momentos de pesquisas e o resgate de vivências dos acadêmicos participantes e, ainda, desenvolve a criticidade e contribui na organização das ideias. É um espaço que oportuniza discussões, reflexões e interações de maneira assíncrona entre os acadêmicos, professores, que, de forma colaborativa, constroem o conhecimento.

Mural de avisos: permite visualizar os avisos gerais disponibilizados aos acadêmicos. Sempre que existem novas informações, esse mural é atualizado e as notícias podem ser acessadas pelos acadêmicos e professores do curso. Vida acadêmica: a ferramenta possibilita ao acadêmico visualizar atividades que serão desenvolvidas, informações referentes à situação acadêmica, o andamento das solicitações por meio de requerimento com relação à matrícula e rematrícula, convalidações, solicitação de colação de grau etc.

Atendimento Via Whatsapp: o atendimento via whatsapp é automático e está disponível no aplicativo da IES. É um canal de comunicação de uso livre e gratuito para o acadêmico utilizar no processo de aprendizagem. Com atendimento do professor da disciplina do curso, orientam via whatsapp o acadêmico em suas dúvidas, proporcionam uma reflexão a respeito do seu processo de aprendizagem, instigam-no a pensar e encontrar as respostas para os questionamentos conforme habilidades e competências propostas no PPC. Além disso, o canal de comunicação permite ao acadêmico resolver pendências financeiras, administrativas e o contato com os demais setores, conforme necessidade específica.

Canal do Aluno: Trata-se da parte do sistema “Sistema Acadêmico” que permite ao aluno interagir pelo sistema com seus professores.

Sistema de Mensagens via telefonia celular: é um recurso tecnológico de comunicação que permite ao acadêmico receber novidades envolvendo a instituição e demais informações pertinentes ao seu curso.

Contato por e-mail: é um recurso de comunicação e informações que dizem respeito ao curso. O canal se destina ao contato de acadêmicos que desejam ingressar no curso, bem como acadêmicos, articuladores, professores de disciplina e intérpretes educacionais que desejam informações do curso.

Webconferências: permitem a realização de capacitações e formações continuadas envolvendo toda a equipe da instituição, além de permitirem a socialização de importantes ações com a comunidade acadêmica. Os encontros virtuais são realizados via internet, por meio de um aplicativo ou serviço com possibilidade de compartilhar apresentações, vídeos, textos, arquivos e transmitir a voz de cada participante conectado, gerando acessibilidade a todos os públicos.

Sistema Acadêmico: disponibilizado portal do aluno, utilizado pelos acadêmicos para consultar a vida financeira, boletos e notas das avaliações.

Livro digital: é o livro didático do acadêmico, porém, digital. Possibilita acesso ao conteúdo pedagógico com recursos de mídia (filmes, gráficos, testes etc.), acessível através de smartphone, tablets, notebooks e desktop.

4. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

4.1. Bibliografia

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nas ementas do Curso de Direito de cada componente curricular. No entanto, a readequação do referencial bibliográfico e recomendações é por meio dos membros Colegiado em consonância com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito.

Há que se destacar que no Planejamento Institucional a IES indica que no início e final de cada semestre, os coordenadores de cursos solicitarão novos títulos que serão indicados pelos docentes conforme as suas necessidades e atualização, quando houver necessidade. Estas listas são fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;

- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

4.2. Relatório do NDE

O acervo da bibliografia básica e complementar do curso está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada título, entre o número de vagas solicitadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de assinatura de acesso disponível no acervo.

4.3. Garantia de Acesso Físico

Para os títulos virtuais, há garantia de acesso físico na Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

De acordo com o glossário do instrumento de avaliação, no contexto da avaliação externa, o acesso físico na IES refere-se a garantia dada pela IES para que os discentes possam acessar o conteúdo do acervo virtual nas próprias instalações da instituição.

Para tanto, a Instituição disponibiliza microcomputadores na biblioteca e nos laboratórios de informática que permitem o acesso ao conteúdo do acervo virtual, atendendo a demanda e à oferta ininterrupta via Internet.

A biblioteca virtual, assim como os equipamentos de informática dispõem de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

4.4. Periódicos Especializados

O acervo possui de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos componentes curriculares.

4.5 Serviços

- I. Empréstimo Domiciliar;
- II. Renovação de material Bibliográfico;
- III. Acesso à Internet;
- IV. Acesso a Biblioteca Virtual.

Empréstimo Domiciliar:

Será permitido o empréstimo domiciliar somente para usuários devidamente inscritos na Biblioteca;

- I. empréstimo será realizado mediante apresentação de Documentos;
- I. usuário que não apresentar os documentos à Bibliotecária não poderá utilizar os serviços de empréstimo;
- II. Aos discentes é permitida a retirada de até 3 (três) livros, pelo prazo de 7(Sete) dias corridos.

Renovação de material Bibliográfico:

- A devolução de livros deverá ser feita no balcão de empréstimo e nunca diretamente à estante;
- Os empréstimos podem ser renovados pelo mesmo prazo do empréstimo original;
- Serão permitidas 2 renovações.

O usuário que não devolver o livro no prazo estipulado ficará sujeito a:

- Pagamento de multa diária correspondente a R\$ 5,00 reais por livro e dia;
- Impedimento de empréstimo até o pagamento da multa;
- Em casos de extravio (roubo, perda e outros) ou danos nas obras emprestadas, o usuário deverá repor a mesma obra ou similar.

A Biblioteca Digital Saraiva (BDS) é uma plataforma digital que disponibiliza diversas obras voltadas para Instituições de Ensino Superior e Técnico, apoiando estratégias de ensino.

O acesso da biblioteca virtual é destinado aos discentes que estão regulamentes matriculados na Instituição, e aos Docentes do Curso de Direito.

Link: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books>

Principais funcionalidades da BIBLIOTECA:

- Criar anotações digitais em seus e-books;
- Pesquisar palavras dentro dos e-books;
- Ler e-books com diferentes opções de layout;
- Receber atualizações automáticas;

Bibliotecária responsável:

➤ Sheila Roberta Pombo da Silva - CRB/2- 1428

4.7. Gerenciamento e Plano de Contingência

A seguir é apresentado o Plano de Contingência para a Garantia de Acesso e do Serviço.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A GARANTIA DE ACESSO E DO SERVIÇO

APRESENTAÇÃO

O plano de contingência está nos anexos do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) constituído de procedimentos e medidas preventivas que garantam o acesso aos usuários às bibliografias básicas e complementares dos cursos ofertados pela Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) e os serviços prestados pela biblioteca

em caso de ocorrências que provoquem algum evento que impossibilitem seu funcionamento normal.

Neste documento estão indicadas medidas a serem adotadas em casos de emergências, que podem ser causadas por riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais. De acordo com os riscos mais frequentes, elaborou-se um planejamento que visa responder de forma estruturada às situações que possam ser críticas e que possam afetar o ambiente interno da Biblioteca da FCC.

MAPEAMENTO DO CONTINGENCIAMENTO

A seguir segue o mapeamento do contingenciamento que visa atenuar o impacto de eventuais riscos através da identificação das ocorrências, ações, responsabilidades e medidas preventivas.

MAPEAMENTO DO CONTINGENCIAMENTO				
EVENTO	PORQUE	AÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	MEDIDAS PREVENTIVAS
Danificação ou perda dos materiais em meio físico presentes no acervo.	Houve perda ou danos a itens emprestados do acervo.	No caso de perda, providenciar a reposição do item, orientada pelo Setor de Empréstimos.	Bibliotecária	Desenvolvimento de campanhas preventivas; instalação e manutenção de equipamentos antifurto; disponibilização de equipes e sistemas de vigilância.
		No caso de dano, providenciar a restauração do item, quando possível, ou reposição do item, orientada pelo Setor de Empréstimos.	Bibliotecária	Desenvolvimento de campanhas preventivas; disponibilização e manutenção de ferramentas e equipes de vigilância.
Título eletrônico não encontrado no sistema de busca.	Houve a atualização de edição do título da plataforma assinada, mas a informação não foi repassada à biblioteca.	Entrar em contato com o responsável pela manutenção da plataforma assinada e fornecer os dados necessários (autor, título, número do acervo) para a atualização e disponibilização da edição até que os metadados sejam enviados para a instituição, garantindo assim aos usuários o acesso ao material.	Bibliotecária	Treinamento contínuo aos funcionários de atendimento para pesquisa direta na plataforma assinada a fim de mitigar os riscos e auxiliar os usuários no processo de busca e recuperação da informação até que as informações estejam atualizadas.
Título eletrônico não encontrado no sistema de busca.	Retirada de títulos da plataforma de livros eletrônicos contratada. Isso	Manter o catálogo atualizado. A plataforma de livros eletrônicos assinada	Bibliotecária	A bibliotecária deverá enviar e-mails com a lista de livros que serão

	<p>pode ocorrer em razão do rompimento de contrato onde o autor ou a editora suspendem os direitos de uso da obra pela plataforma.</p>	<p>disponibiliza uma listagem com os materiais que sairão de sua plataforma por motivos diversos (não autorizado pelo autor ou editora, atualização de edição). A biblioteca deverá pesquisar quais títulos pertencentes aos planos de ensino serão retirados e, entrar em contato com o professor através de e-mail para comunicar sobre a indisponibilidade da obra e a necessidade de alteração no plano de ensino por outro e-book. A biblioteca deverá realizar manutenção sistemática dos títulos a fim de mitigar problemas de acesso.</p>		<p>indisponibilizados, conforme cronograma da plataforma contratada. Desta maneira, quando o plano de ensino for preenchido para o semestre seguinte, os professores já estarão avisados da futura indisponibilidade do material. Uma lista de todos os títulos que serão retirados da plataforma também será enviada para todos os professores para que estes não sejam utilizados em outras disciplinas ao preencher o plano de ensino do semestre seguinte.</p>
<p>Alterações dos livros eletrônicos na plataforma assinada.</p>	<p>Retirada definitiva do título da plataforma assinada.</p>	<p>Entrar em contato com o responsável pela manutenção da plataforma assinada e fornecer os dados necessários (autor, título, número do acervo) para a verificar por quê o material não está disponível na plataforma. O setor irá contatar e informar ao professor da disciplina a necessidade de substituição do título por outro e- book.</p>	<p>Bibliotecária</p>	<p>Verificar os planos de ensino e títulos existentes eletronicamente para sugestão de substituição da obra que saiu da plataforma.</p>
<p>Ausência de suporte tecnológico.</p>	<p>Problemas no acesso ao Wi-fi, interrupção de energia elétrica ou indisponibilidade de rede.</p>	<p>Entrar em contato imediato com as empresas fornecedoras para as intervenções necessárias.</p>	<p>Setor de Informática</p>	<p>Planejar e realizar a manutenção sistemáticas e preventivas da rede. Os microcomputadores e demais equipamentos destinados ao atendimento, estão ligados a um nobreak, para que, no caso de</p>

				interrupção do fornecimento de energia da rede pública, garanta as atividades do sistema.
Ausência de suporte de hardware.	Indisponibilidade de máquinas, equipamentos e assistência técnica.	Entrar em contato imediato com o TI para as intervenções necessárias.	Bibliotecária	Planejar e realizar a manutenção sistemáticas e preventivas das máquinas.
Problemas de acesso à plataforma de livros eletrônicos.	Usuário não está conseguindo acessar a plataformas ou por ausência/problema de cadastro de usuário e senha.	Entrar em contato imediato com a biblioteca para que possa ser dado o suporte necessário ao usuário no acesso e recuperação de senhas.	Bibliotecária	Treinamento dos usuários dos períodos iniciais sobre acesso à plataforma de livros eletrônico nas visitas orientadas realizadas na biblioteca. Orientar aos usuários a utilizar o tutorial disponível na página da biblioteca sobre o acesso à plataforma digital
Acesso do livro eletrônico fora da instituição.	Perda de acesso ao conteúdo pelo usuário.	Entrar em contato com a bibliotecal para verificar o acesso do usuário ao sistema.	Bibliotecária	O usuário mesmo afastado da biblioteca não perde acesso ao livro eletrônico que ocorrerá somente se o mesmo estiver afastado da instituição. Validar dados fora do sistema utilizando os contatos da Secretaria.
Indisponibilidade de acesso ao livro eletrônico.	Usuário não possui dispositivo para acesso aos conteúdos eletrônicos.	Disponibilizar terminais de consulta para leitura na biblioteca.	Setor de Informática	Disponibilizar microcomputadores com acesso aos conteúdos eletrônicos na biblioteca.

RISCOS

A) Tipos de riscos.

B) Medidas preventivas adotadas na Biblioteca para evitar esses riscos e o que fazer no caso de ocorrência de algum deles.

Para tanto, são levadas em consideração as seguintes questões:

A) Tipo de problemas mais frequentes.

B) Importância do plano de emergência na Biblioteca.

C) Plano adequado para o ambiente, de acordo com as características internas e externas.

OBJETIVOS

A) Identificar os tipos de riscos mais frequentes em bibliotecas.

B) Identificar medidas de prevenção de desastres.

C) Proteger bens, ambiente e pessoas.

D) Organizar plano de evacuação.

E) Possibilitar socorros no menor espaço de tempo após o acidente.

FINALIDADE

Avaliação de riscos para permitir tomar todas as precauções necessárias para tornar a Biblioteca da FCC e seu acervo o mais seguro possível.

O Plano de Contingência inclui regras de comportamento e é de conhecimento da equipe da biblioteca, em caso de manutenção, evacuação e vigilância.

Na tabela abaixo constam os tipos de riscos existentes em ambientes e uma breve descrição:

Grupo	Riscos	Cor de Identificação	Descrição
1	Físicos	Verde	Ruído, calor, frio, pressões, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes, vibrações, etc.
2	Químicos	Vermelho	Poeiras, fumos, gases, vapores, névoas, neblinas, etc.
3	Biológicos	Marron	Fungos, vírus, parasitas, bactérias, protozoários, insetos, etc.
4	Ergonômicos	Amarela	Levantamento e transporte manual de peso, monotonia, repetitividade, responsabilidade, ritmo excessivo, posturas inadequadas de trabalho, trabalho em turnos, etc.
5	Acidentais	Azul	Arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, incêndio e explosão, eletricidade, máquinas e equipamentos sem proteção, quedas e animais peçonhentos.

Fonte: HOKEBERG, *et al.*, 2006

1) Riscos Físicos: A Biblioteca não apresenta riscos desse tipo. O ar circula bem no ambiente.

2) Riscos Químicos e Biológicos: Apesar da poeira, dos fungos e das traças serem problema comum em grande parte desses ambientes, a biblioteca da FCC é higienizada com regularidade, evitando assim que os livros e as prateleiras acumulem poeira.

3) Riscos Ergonômicos: Quanto ao quesito peso, a Biblioteca possui um carrinho para a guarda dos livros.

4) Riscos Ambientais: O arranjo físico e a iluminação são adequadas. A Biblioteca possui extintores de incêndio.

PRIMEIROS SOCORROS

Regras básicas de primeiros socorros:

1) Orientações iniciais - primeiros procedimentos: mantenha a calma; procure o auxílio de outras pessoas, caso necessário; ligue para a emergência (CORPO DE BOMBEIROS ou SAMU); mantenha os curiosos à distância.

2) Proteja a vítima: não a movimente com gestos bruscos; converse com a vítima. Se ela responder, significa que não existe problema respiratório grave. Se ela não conseguir se comunicar, verifique se está respirando. Caso não esteja, aja rápido: proteja sua mão com uma luva e verifique se algo está atrapalhando a respiração, tais como prótese dentária ou vômito; remova imediatamente. Se a vítima estiver vomitando, coloque-a na posição lateral de segurança (cabeça voltada para o lado, a fim de evitar engasgos). Se necessário, solicite os equipamentos de apoio necessários (cadeira de rodas; maca etc.).

Exame primário: colocar reto o pescoço da vítima; avaliar se a vítima apresenta parada respiratória ou cardíaca. Em caso positivo, fazer a reanimação cardiopulmonar, conforme imagem a seguir:



Fonte: <http://www.iguatemiportoalegre.com.br/blog/dia-da-reanimacao-cardiopulmonar-aprenda-a-salvar-vidas/>

Em casos de hemorragia, busque formas de contê-las; mantenha a vítima aquecida.

Em caso de convulsão ou epilepsia: proteja a pessoa contra objetos ásperos e pontiagudos; coloque a vítima em um local de onde não possa cair (no chão); coloque a pessoa deitada de lado para permitir a saída de saliva e vômito; não tente impedir os movimentos convulsivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano deve ser revisto periodicamente nos seguintes casos: livros eletrônicos indicados em planos de ensino, infraestrutura de hardware e software ou sempre que houver alterações significativas nas condições operacionais, institucionais e no ordenamento das bibliografias básicas e complementares dos cursos.

5. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) tem como finalidade propiciar a aprendizagem prática profissional em conformidade com o Art. 5º da CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021. Desta forma é realizado o Estágio supervisionado obrigatório aos acadêmicos do curso de Direito, nos períodos do 7º, 8º, 9º e 10º semestres.

Localiza-se no térreo da FCC com dimensão de 53,42m² e constitui-se de um espaço, onde são realizadas as atividades simuladas e reais, possuindo ventilação, iluminação naturais e artificiais, com equipamentos adequados. O NPJ está composto de: recepção e triagem, Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica um setor para atendimento ao público (triagem, cadastro, orientação), Sala de conciliação, mediação e arbitragem dentro da sala de Coordenação do NPJ, sala da Coordenação e Advogado (a), área de atendimento individual ao assistido (Atendimento 1, Atendimento 2 e Atendimento 3) e divisão para apoio e orientação de estágio.

O NPJ da FCC dispõe de técnicos especializados (Advogados), estudantes de direito (estagiários da FCC), funcionário administrativo e Professores Supervisores/Orientadores que dão encaminhamentos e andamentos as diversas demandas que chegam ao Núcleo.

O NPJ desenvolve um trabalho de Assistência Jurídica à população pobre, hipossuficiente, retratados no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal Brasileira de 1988, o 98 da Lei n.º 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil e o art. 1º da Lei de nº. 1.060/50 garantem aos necessitados a democratização do acesso à justiça gratuita, desde que se comprove a incapacidade financeira para arcar com os honorários do advogado.

Ao oferecer aos nossos estudantes um ambiente de vivência jurídica, o Núcleo oportuniza a prática de todo o conteúdo teórico aprendido, proporcionando serviço de assistência jurídica gratuita ao público, residindo nesse contexto a importância que tem para o processo de formação dos estudantes da FCC, pois permite que estes se aproximem do contexto socioeconômico das famílias que são atendidas, facilitando a relação teoria/prática a fim de que ingressem em uma formação com base humanística.

Destaca-se que o Estágio Supervisionado do NPJ da FCC caracteriza-se como um elemento integrante do Curso de Graduação em Direito, configurando-se enquanto atividade curricular obrigatória, sendo indispensável ao processo de formação profissional, dispondo de matéria essencialmente prática, real e simulada.

Esta prática propicia aos alunos a aplicabilidade do conhecimento já adquirido, por meio de atividades que proporcionem a esses futuros profissionais a resolução de problemas, assim como o desenvolvimento de responsabilidades, de ordem ético profissionais, conforme versado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito de 2023 desta Instituição de Ensino Superior (IES).

Está implantado nas dependências do Prédio da FCC a Clínica de Direitos Humanos, proporcionando aos estudantes e à comunidade a integração de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, além de servir como instrumento para prática jurídica que é ofertada pelo NPJ. O propósito da educação jurídica clínica no âmbito da FCC está alinhado a missão do curso de Direito. A formação voltada a promoção da Justiça Socioambiental na Amazônia e será dedicada a formação humanística do discentes, mais próxima da realidade e do papel profissional do estudante de direito na Amazônia.

Este processo de construção e defesa dos direitos humanos inicia, inegavelmente, a partir das experiências dos indivíduos quanto ao reconhecimento de um direito. Assim, sabendo que o conhecimento é instrumento elementar a essa proteção e, que qualquer forma que este se manifeste é essencial para compreensão dos meios pelos quais a defesa aos direitos da pessoa deve acontecer; sabendo que é indispensável a presença de um profissional qualificado, que atue na defesa das prerrogativas, assim sendo, o NPJ colocará em prática os postulados da Educação Jurídica clínica como um elemento chave na formação das habilidades e competências do Eixo prático Profissional a formação discente no Curso de Direito da FCC.

O espaço físico observará ainda todas as exigências inerentes à acessibilidade, adequando-se às atividades curriculares previstas no Regulamento contido no ANEXO.

Quanto aos insumos, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) contará com armários e arquivos para documentação dos atendimentos e armazenamento das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos e para acompanhamento de processos judiciais e administrativos na medida em que forem sendo ajuizados, sempre sob a orientação do professor orientador e da Coordenação do Núcleo.

Demais informações complementares e regulamento do Núcleo de Prática Jurídica constará como ANEXO.

6. PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) implantou a avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento como instituição de ensino superior.

O objetivo é garantir a constante adequação, em termos quantitativos e qualitativos, dos diversos espaços destinados ao funcionamento da Instituição.

Para tanto, IES, por meio da Comissão Própria de Avaliação, aplica, anualmente, questionários dirigidos a comunidade acadêmica, que visam avaliar a infraestrutura institucional.

A avaliação consiste, basicamente, em uma análise que considera os seguintes aspectos:

- a) avaliar o quantitativo de espaços versus o número de usuários;
- b) avaliar as dimensões dos espaços considerando o seu uso, serviços oferecidos e o número de usuários;
- c) avaliar os espaços em termos de climatização, iluminação, acústica;
- d) avaliar os espaços em termos de mobiliário e equipamentos disponíveis;
- e) avaliar os espaços em termos de limpeza.

São utilizados, ainda, quando for o caso, as respostas estudantis ao questionário do ENADE. Particularmente as respostas aos seguintes itens do Questionário Socioeconômico:

- Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeto multimídia, laboratório de informática)?
- A instituição dispõe de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico?
- As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas?
- Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes?
- Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso?

A instituição dispõe de cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários?

A partir dos resultados obtidos, a FCC implanta estratégias que visem adequar, em termos quantitativos e qualitativos, os diversos espaços destinados ao seu funcionamento.

Além disso, no processo de avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento, a Instituição pode contar com a participação de consultores externos especializados para analisar suas condições e sugerir medidas de ampliação, reformulação e/ou atualização dos espaços, considerando os aspectos já citados.

No tocante ao gerenciamento da manutenção patrimonial, a manutenção e conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da FCC ou por meio de contratos firmados com empresas especializadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- Preceder reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços, instalações e equipamentos próprios para o uso;
- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da instituição.

Além da manutenção e conservação regular, periodicamente a Instituição deve providenciar uma inspeção predial e parecer técnico, vistoria onde serão determinadas as condições técnicas, funcionais e de conservação da edificação, visando orientar e/ ou avaliar as manutenções preventivas e corretivas.

7. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao disposto à Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências físicas às dependências da IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A FCC constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso aos andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.

VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.

II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile

III. Colocação de anel tátil nos corrimãos

IV. Placa de início e final de corrimãos.

V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;

b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;

c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

d) Software de ampliação de tela do computador;

e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

f) Lupas, régua de leitura;

g) Scanner acoplado a um computador;

h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;

- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;
- b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento serão determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e

depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

8. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em observância a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) garante proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Nos termos do Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

O Direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação é assegurado pela Instituição, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, a FCC não recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

Visando assegurar às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso e permanência no ensino superior, a Faculdade conhecimento e Ciência (FCC) adota as seguintes estratégias:

- Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante no contexto acadêmico, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência acadêmica;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de inerentes ao cotidiano acadêmico;
- Organização de todas as atividades acadêmicas de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, aula em espaços separados;
- Reconhecimento da instituição de ensino superior como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;
- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de formação, bem como dos fatores extra acadêmicos que possam interferir nesse processo;

- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação acadêmica, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano acadêmico e demais ambientes sociais;
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo do processo de formação;
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da tecnologia assistiva, voltada à comunicação alternativa/aumentativa para estes sujeitos;
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC) disponibiliza acompanhante especializado no contexto acadêmico, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.